FRANCO NOGUEIRA

SALAZAR

VOL. I

A MOCIDADE E OS PRINCÍPIOS

ATLÂNTIDA EDITORA
COIMBRA

FRANCO NOGUEIRA

SALAZAR

I

A mocidade e os princípios (1889-1928)

Estudo Biográfico

ATLÂNTIDA EDITORA, S.A.R.L.

DO AUTOR:

Jornal de Crítica Literária — 1954
A Luta pelo Oriente — 1957, 2.ª ed. 1962
As Nações Unidas e Portugal — 1961, 2.ª ed. 1962
Política Externa Portuguesa — 1964
Terceiro Mundo — 1967, 2.ª ed. 1969
Debate Singular — 1970
As Crises e os Homens — 1971
O Vento e as Grades (poemas, fora do mercado) — 1975
Salazar — Volume I — *A mocidade e os princípios (1889-1928)*, 1977

A seguir:

Salazar — Volume II — *Os tempos áureos (1929-1945)*
Salazar — Volume III — *Declínio e Fim (1946-1970)*

Reservados todos os direitos de harmonia com a Lei

Edição da
ATLÂNTIDA EDITORA, S. A. R. L.
R. Ferreira Borges, 103-111 / Coimbra

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR
(com cerca de 25 anos)

ÍNDICE

Volume I — A mocidade e os princípios (1889-1928)

VII	Esclarecimento	
1	Capítulo I	SANTA COMBA E VISEU
61	Capítulo II	COIMBRA
159	Capítulo III	PROFESSOR
217	Capítulo IV	DOUTRINADOR
293	Capítulo V	O 28 DE MAIO

Esclarecimento

Muito mais além no tempo, para os vindouros, acaso não será empresa de monta uma biografia de António de Oliveira Salazar. Na época em que ouso fazê-lo, suscita dificuldades. E são numerosos os motivos. Trata-se de figura que, no ponto de vista humano e da história, se encontra ainda demasiado próxima. São muitos os que exaltam Salazar, e muitos os que o apoucam: uns e outros não se libertam da visão apaixonada que em sentidos opostos deforma a mesma realidade. E estamos também perante um ser complexo. Para o interpretar com algum rigor, há que harmonizar contradições, resolver enigmas, sondar mistérios, transpor abismos psicológicos. Bem acima do comum, Salazar violentou as coordenadas habituais, rompeu os limites que cingem o homem médio: e para que o entendamos há que procurar esclarecer quanto no seu ser moral e mental nos aparece como incoercível, impenetrável, mesmo desumano. Para mais, viveu longamente, e com intensidade brutal, e atravessou durante a existência os mais graves e os mais enredados problemas dentro do país e fora deste. Enquadrar nesses problemas e no seu tempo a figura de Salazar, e avaliar a sua acção de protagonista ou comparte, constituem por si tarefas sobejas. Em particular pela falta de estudos monográficos sobre os grandes capítulos: as finanças públicas, a reforma do Estado, a política externa, a defesa nacional, o ultramar, e muitos outros. Na ausência destes estudos, maior é o embaraço para um trabalho de conjunto. Por último, da quase inexaurível documentação existente é muito escassa a que pode ser utilizada: há documentos cujo acesso está compreensivelmente vedado; o

uso público de outros é prematuro, e poderia ser menos conveniente; e muitos, pela dispersão ou anonimato dos possuidores, escapam de momento ao exame e à crítica. Por isso poderá perguntar-se, ante estes obstáculos insuperáveis, por que tento sem embargo uma biografia de Oliveira Salazar.

São os motivos muito simples: mas poderosos também. De episódios e passos da vida de Salazar não se encontram documentos, nem jamais serão achados: porque somente os podemos conhecer por testemunhos pessoais: e estes, se não recolhidos em tempo, desvanecem-se para sempre. Desses testemunhos, responsáveis, idóneos e rigorosos, muitos pude conhecer: e constituem traves-mestras para estabelecer factos e firmar conclusões. Em contrapartida, e não obstante melindres respeitáveis, foi-me facultado o acesso a um acervo de documentos, de procedência vária, que revelam ou iluminam situações já remotas: seria imperdoável não os aproveitar. E uma terceira razão se me impôs. Por acaso ingrato, fui incumbido de responsabilidades duras ou envolvido em lances dramáticos durante o consulado de Salazar; e daquelas e destes ficaram-me naturalmente centenas de documentos pessoais, relatos, manuscritos, mil testemunhos em suma. Seria ao menos pouco curial não os deixar registados ordenadamente. E tudo isto procurei completar, e apurar, e afinar através de pesquisas exaustivas em cartórios, arquivos, bibliotecas, livrarias privadas. E além do mais, em qualquer caso, haverá de publicar-se uma primeira biografia de Oliveira Salazar: terá a obra o mérito de desbravar caminho a cronistas futuros: e esses outros, mais

frios pela passagem do tempo, melhor documentados pela abertura de novas fontes, menos travados pelo melindre, poderão preencher lacunas, sanar omissões, aclarar o que é obscuro, decifrar problemas. Do título de pioneiro, numa palavra, se arroga este livro: mas não invoca outro, nem o pretende. E não se afirma isto por modéstia: apenas por consciência, seriedade, ou escrúpulo, se se quiser.

*

* *

Depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, gerou-se em Portugal um clima de ódio contra a figura histórica e humana de Oliveira Salazar. Não procuro negar a legitimidade dos motivos de quantos nutrem aquele sentimento. Decerto terão para tanto razões pessoais. É perfeitamente possível, aliás, formular reservas a muitos aspectos da obra de Salazar, e a traços da sua personalidade; e a quem possuir documentos que o permitam, e que eu desconheço, seria mesmo lícito condenar em bloco aquela obra e aquela personalidade. Mas o ódio é mau conselheiro, e a paixão política parece ser, dentre todas as paixões, a que mais cega os homens. No plano histórico, se são de arredar o favor e o encómio, também são de evitar tanto o ódio como a paixão. Impõe-se ao cronista de factos passados toda a frieza, toda a isenção de ânimo, toda a objectividade de juízo: não pode ser o apóstolo da figura retratada, nem o seu detractor tão-pouco. Em qualquer caso, a realidade histórica é esta: Oliveira Salazar governou Portu-

gal durante quarenta anos. Esses quarenta anos não foram um espaço em branco na história da Nação: mal ou bem, alguém os preencheu. Afigura-se que os portugueses têm o direito de saber como viveu a sua pátria e o que nesta aconteceu ao longo daquele período. Os portugueses de hoje e os de amanhã. Temos mais de oitocentos anos de história, e estamos em república: julgo que seria pelo menos absurdo, por muito republicanos que possamos ser, negar que por setecentos e tantos anos Portugal foi governado por Reis e que, entre estes, muitos foram grandes monarcas. Há quem ainda hoje considere execrável a figura do Marquês de Pombal? Com certeza. Será o facto motivo, no entanto, para que se não escreva a história do consulado pombalino? É neste espírito, de absoluto desprendimento, de rigoroso exame das fontes, mesmo de gelado realismo, que concebi o relato do consulado de Oliveira Salazar. Não é obra de vitupério, nem de apostolado: busco a verdade, à luz de factos e documentos. Quem a quiser entender diferentemente, que entenda: mas não está de boa-fé.

*

* *

Reparti a biografia de Salazar em três períodos. No primeiro, de 1889 até 1928, incluí a infância, a adolescência, os seus tempos de Coimbra, de professor, até à tomada de posse, pela segunda vez, de Ministro das Finanças. Abrange o segundo, de 1929 a 1945, todo o seu governo até ao fim da guerra mundial. No último

período, de 1946 até 1970, procuro descrever a sua derradeira época de governo e de vida. Quanto se narra nos dois primeiros períodos assenta em documentos ou testemunhos irrefutáveis. Porque já afastados na história, a sua invocação não acarreta melindre de monta; e quando acaso este pudesse existir aproveitei a fonte para estabelecer o facto ou o episódio, embora constrangido a omitir a citação expressa. Pelo que toca à época final, pela proximidade dos sucessos, o problema poderá revestir-se de alguma delicadeza: e por isso parece preferível recorrer pelo menos em parte ao relato pessoal, produto do meu próprio testemunho e participação em muitos acontecimentos. E devo esclarecer que este meu testemunho não o fui buscar à memória, mais ou menos fiel, mais ou menos exacta: repousa em documentos, que possuo, ou nas notas minuciosas que sempre tomei das conversas com Salazar. Tudo o que nesse particular lhe atribuo, em discurso directo, é portanto estritamente histórico.

*

* *

Todos os factos apontados, todas as situações descritas, todos os episódios narrados assentam em documentos e testemunhos irrefragáveis. Rigorosamente, haveria que citar para cada caso a fonte respectiva. Fazê-lo, todavia, equivaleria a incluir copiosas notas de fim de página, numa profusão que fatigaria o leitor sem proveito. Julguei preferível, por esse motivo, cingir-me a indicar em

anexo as principais fontes a que pude ter acesso. Pelo que respeita a opiniões expressas e a interpretações dos factos, são evidentemente da minha responsabilidade.

*

* *

Dividi a obra em três volumes. Aparece agora o Volume I, sob o título de A Mocidade e os Princípios (1889-1928). *Tenho adiantados os dois volumes subsequentes. Conseguirei publicá-los algum dia? Faço a pergunta porque ignoro que vicissitudes me aguardam, vítima como já fui de muitas, por motivos certamente poderosos e lícitos mas de que não fui informado jamais por aqueles que mas infligiram.*

Lisboa, 1973

Londres, 1976

CAPÍTULO I

Santa Comba Dão e Viseu

1

Do Bairro Novo, junto à estação de Santa Comba [1], sobe da freguesia do Vimieiro, naqueles fins do século XIX, uma estrada de terra batida, toda em curvas, pedregosa e de piso em covas. No termo, solitários entre matas, estão o adro e a igreja de Santa Cruz, atarracada, modesta, sem estilo, e o cemitério, escondido por um muro alto. Antes de percorrida meia distância, pela direita há um casebre, baixo e sobre o comprido, que entesta na berma. Tem de face uma portinhola e um janelo; depois, a parede recua, para criar um espaço rectangular; ao fundo deste, três portas sem degraus dão acesso ao interior; entre as portas, dois bancos de pedra tosca; e a cobertura, de telha antiga portuguesa, prolonga-se à frente até à estrada, para abranger o vão entre a parede recuada e a beira do caminho. Por detrás da casa, desce o terreno, e alarga-se num plaino de latadas e milheirais até a um outeiro com arvoredo, que tapa o horizonte.

No casebre, pelo último quartel do século, habitam António de Oliveira e Maria do Resgate. Haviam casado em 1881: ele já dobrara os quarenta anos, ela ia completar os trinta e seis.

---

[1] Bairro Novo se chamava, pois que surgira com a construção da Estação, e esta com a do caminho de ferro da Beira-Alta, cuja inauguração oficial se poderá situar por 1882.

António de Oliveira era de boa estatura e ombros largos; tinha cabeleira farta e espessa, testa rasgada, orelhas salientes, sobrancelhas horizontais e finas, rosto cheio, queixo anguloso e firme; e o seu todo mostrava a rusticidade do homem apegado à terra, que lida de sol-a-sol no manejo da esteva, ou a podar árvores e a enxertar videiras. Maria do Resgate era de maior apuro: cabelos apartados ao meio, sobrancelhas arqueadas e erguidas, órbitas profundas, olhos num horizonte perdido, lábios muito delgados que pareciam um golpe na face redonda: e do seu porte desprendia-se garbo e raça patrícia. Para mais, e dentro das limitadas posses, recebera uma instrução e uma educação acima do seu meio. Mas eram próximas as raízes de ambos: António nascera no Vimieiro, Maria do Resgate na vila de Santa Comba. O pai de António, Manuel de Oliveira, era de perto, do Rojão Grande, e a mãe, Thereza Pais, vinha de gente mais ao sul, dos lados de Tábua; o pai de Maria do Resgate, José de Lemos Salazar, era natural de Santa Comba, e a mãe, Felicidade Ritta, também nascera nas imediações; e, recuando mais no tempo, a origem dos outros antepassados espalhava-se pela Beira, ao sul de Viseu, desde Carregal do Sal a Tondela (1). Mas a modéstia do viver pesara sempre sobre todos: era uma pobreza de gerações. Haviam sido pequenos negociantes, pequenos lavradores, caseiros ou feitores de casa alheia (2). Era penosa a luta pela existência em Santa Comba e Vimieiro, e mesmo para além das cercanias, à parte um caso ou outro de desafogo, não era uma região meiga para os povos. De acesso áspero, todo o vasto planalto irregular ficava encravado entre as cordilheiras do Caramulo e da Estrela. Para os rurais, era quase impossível levantar cabeça e romper a mediania de subsistência. Na tradição dos seus, António de Oliveira e Maria do Resgate vinham de pobres, e eram pobres: e eram povo fincado na gleba.

---

(1) Por o considerar irrelevante para o presente estudo, não investiguei em profundidade a genealogia de Oliveira Salazar. Há sobre este ponto, aliás, alguns elementos publicados, que traçam essa genealogia até ao séc. XVII; mas penso que devem ser encarados com alguma reserva, até investigação rigorosa.

(2) Exceptuar-se-á João de Lemos Salazar e Abreu que, segundo elementos não verificados, terá sido um dos antepassados, e foi oficial do exército, com patente de capitão, no primeiro quartel do séc. XVIII.

No casebre à beira da estrada era árduo o dia-a-dia. Maria do Resgate era exemplar nas tarefas da casa, e ainda prestava uma ajuda nos trabalhos de campo. Tinha a paixão da ordem rigorosa, e tudo havia de estar escarolado e nítido; e nos gastos era tão económica que conseguia poupar uma peça ou outra. António de Oliveira era homem sereno, de pés assentes na terra, e na sua rusticidade tinha das pessoas e das coisas uma visão limitada mas lúcida. Vivia para a leira de milho entre a casa e o outeiro de arvoredo cerrado. E o casal possuía amigos, a quem recorria nas emergências, e que lhe recompensavam pequenos serviços. Era estimado pela família dos Pais de Sousa, proprietários, de casa antiga no centro velho de Santa Comba, e cuja cabeça era José Pais de Sousa. António de Oliveira frequentava o boticário Pais, um íntimo, um consultor sobre pontos delicados; guardadas as distâncias, era amigo do dr. José Borges da Gama, médico de muitos anos na região; e era assíduo à conversa na loja de fazendas de Amparo Cruz, na vila, ao Largo do Balcão, onde se discutiam os problemas locais e a política do reino. Bom amigo entre todos era o Tio José Duarte, funcionário do município, homem de luzes mais largas e de algumas letras, e influente pelo cargo. Mas a confidência dos desabafos, das agruras, dos desejos secretos para o futuro, era reservada ao cura António Nunes de Sousa. Muito crentes, muito cristãos, para António de Oliveira e Maria do Resgate o Padre António era guardião moral e avisado conselheiro. Gente de mais consequência e destaque, todavia, eram os Perestrelos, com moradia antiga de família para os lados do Vimieiro também, e senhores quase feudais de posses e de terras, e além disso com situação na sociedade que contava, desde Viseu a Coimbra. Como Perestrelos eram genericamente conhecidos: mas por casamento estavam ligados a uma parentela que ia dos Corte-Reais aos Botelheiros. Formavam larga família, que desde a freguesia de Papízios espalhara ramos por toda a região. E nessa família encontrou António de Oliveira um lugar mais estável: contrataram-no como feitor da casa. Era uma promoção social, além de alguma melhoria de vida: com deferência, passou a ser tratado, no Vimieiro e em Santa Comba e seu termo, por Tio António Feitor: e Maria do Resgate passou a Tia Mariquinhas.

Entretanto, por Fevereiro de 1882, nascia ao casal uma filha. Baptizou-a o Padre António com o nome de Martha do Resgate de Oliveira Salazar, e foram seus padrinhos os Perestrelos: o Dr. António e D. Júlia Etelvina. Além de feitor, o Tio António de Oliveira era agora compadre também. E cerca de um ano depois foi o novo vínculo confirmado com outros Perestrelos. Em Abril de 1883 surgia uma segunda filha: Elisa. Desta vez, para o baptismo, recorreu-se ao Padre Albino Pinto: mas Afonso Perestrelo e sua sobrinha Bertha foram os padrinhos. Com estas duas filhas agravavam-se as dificuldades para António de Oliveira e Maria do Resgate: havia que aumentar os ganhos, poupar ainda mais, trabalhar mais duramente. Da terra avara, mesmo a poder de esforço, não havia que esperar muito; e apenas algum comércio ou negócio melhoraria a vida. Pela estrada transitavam almocreves e viandantes: por que não lhes forneceriam vinho e refeições? Mas um ano passou, e depois outro, e em 1885 nascia mais uma filha. Tornou-se ao Padre António para o baptizado. Os padrinhos, todavia, foram-se buscar à família Magalhães, proprietários na freguesia da Óvoa, e em homenagem à madrinha foi-lhe dado o nome de Maria Leopoldina. E menos de um ano mais tarde era a família aumentada de uma quarta filha: foi Laura. Sempre fiel, Padre António baptizou-a. E mais uma vez os Perestrelos, amigos, patrões e compadres, foram convidados para padrinhos: o Dr. António e sua filha Cacilda. Com esta descendência cresciam os trabalhos de Maria do Resgate e as preocupações de António de Oliveira. Felizmente, era rica a família dos Perestrelos, e farta a casa, e certo e seguro o salário; mas as despesas aumentavam; e viriam em pouco os problemas da educação das quatro raparigas, além do mais porque não existia no Vimieiro uma escola primária. Neste particular, talvez o Tio José Duarte, da Câmara de Santa Comba, pudesse dar uma ajuda: por entretenimento ou modesta paga, com efeito, ensinava as primeiras letras a rapazes e raparigas das freguesias: e até alguns filhos da família Pais de Sousa aproveitavam das suas classes privadas. E a casa da beira da estrada era agora também botequim e venda; e na parede exterior foram cravadas duas argolas de ferro para que os recoveiros, enquanto bebiam e comiam, pudessem amarrar as suas bestas de carga. Maria do Resgate ia nos quarenta e quatro anos, António

de Oliveira passara os cinquenta. E em 28 de Abril de 1889, no mesmo ano em que morria o rei D. Luís, pelas três da tarde nascia-lhes finalmente um rapaz. Com o nome de António de Oliveira Salazar, e aos dezasseis de Maio, foi baptizado pelo velho Padre António na Igreja de Santa Cruz do Vimieiro, lá no termo da estrada, solitária entre matas, e atarracada, modesta e sem estilo. Ainda mais uma vez foram solicitados os Perestrelos: apadrinharam o rapaz o Dr. António Xavier Perestrelo Corte-Real e sua filha Maria de Pinna Perestrelo. Mas não compareceram na Igreja de Santa Cruz: representaram-nos, com procuração, Francisco Alves da Silva, carpinteiro, e sua mulher Luísa da Piedade. No assento do acto, o Padre António colou e inutilizou um selo de oitenta réis. E António de Oliveira Feitor começou a dizer a amigos e conhecidos que em sua casa recebia hóspedes e fornecia bons vinhos e petiscos. Na exiguidade dos quartos, os melhores eram reservados àqueles, e pouco ficava para albergar os sete membros da família: era dura a vida para todos.

2

Martha, a mais velha, ia nos seus oito anos: já se lhe definiam as feições: era o rosto da mãe. Pendiam as outras três irmãs para os traços do pai. Do pequeno António nada ainda se podia dizer, à parte ser de constituição normal, embora delicada, mesmo franzina; mas ia progredindo a contento. E de todos os irmãos cuidava Martha. Maria do Resgate estava empenhada no seu botequim, na preparação da comida para os seus fregueses; e António de Oliveira todo o dia mourejava pelas leiras e pelos campos dos Perestrelos. Por detrás da casa, entretanto, batera bem o chão, e fizera um terreiro sobre o comprido; e improvisara umas capoeiras, e mesmo um pequeno curral. Martha tomava lições de primeiras letras com o Tio José Duarte; e no regresso a casa ia brincar para o terreiro com as irmãs e o irmão António, por entre as galinhas e os patos. Eram folguedos e jogos de meninas: com louça de miniatura fingiam cozinhados para bonecas.

O irmão António não tinha outros companheiros: e brincava com as irmãs. E era pela mãe, mais do que pelo pai, que mostrava maior apego.

3

Todas as irmãs tinham recebido, não obstante os sacrifícios, a instrução própria das suas idades, e que o meio consentia. Martha, a primogénita, passara os catorze: e Laura, a mais nova, ia nos dez anos. Ao rapaz queriam os pais, sobretudo Maria do Resgate, dar uma educação mais completa, mais apurada. Tinha-se desenvolvido, crescido, e prometia ser apessoado e de boa presença. Possuía as feições da mãe: os mesmos olhos, sobretudo os mesmos lábios finos. Atingira os sete anos, era a altura de o meter às primeiras letras. Mas o Vimieiro continuava sem escola. Era o Tio José Duarte, mais uma vez, o único recurso. António começou a frequentar as suas classes particulares. Ia às aulas: não mostrava interesse, no entanto, nem repugnância tão-pouco. Mas os seus horizontes alargaram-se, conheceu outros rapazes. Não dava a sua intimidade, todavia, nem acamaradava; e eram muito poucos os que escolhia para companheiros. Gostava particularmente dos rapazes da família Pais de Sousa, o Abel, o Celestino, o Mário, filhos de José Pais de Sousa, agora chefe da estação de Fornos de Algodres. Mas não tomava parte nas bulhas de garotos, e quase sempre se recusava a jogos e brincadeiras, sobretudo se estas fossem violentas e obrigassem a saltos e a correrias. Era muito tataranho; não reagia aos desafios dos outros; e não sabia defender-se. O Tio José Duarte, porém, gostava do António, e seguia com gosto os seus progressos de ano para ano: achava-o inteligente, rápido na apreensão de quanto lhe ensinava: e era atento, sisudo, respeitoso, e mais velho do que os seus oito ou nove anos. Para António, no entanto, o grande prazer era voltar para casa, estar com a mãe, brincar com as irmãs. Iam para o terreiro batido; faziam agora cozinhados a sério; os irmãos Pais de Sousa participavam; e António ajudava. Mas mesmo então as irmãs, sobretudo a Martha, troçavam; diziam que ele era muito medroso; e achavam-no muito acanhadito. António gostava de

árvores, e principalmente de flores. Mas a sua paixão eram os pássaros. Tinha gaiolas, apanhava pintassilgos, cuidava-os. Se lhe fugia algum, possuía-o um acesso de choro convulso; e não descansava enquanto não o substituísse. Através de tudo, no entanto, era nos pais que concentrava toda a sua afeição. Procurava ajudar o pai em pequenos trabalhos na leira, ou nas latadas; e à noite, quando Tio António Feitor regressava exausto, auxiliava-o a descalçar as botas pesadas. E com a mãe tinha extremos de carinho: e, se Maria do Resgate estava doente, tratava-a, estava atento às horas dos medicamentos, por sua iniciativa se erguia da cama para lhos dar, ainda que fosse pela madrugada.

Mas António já aprendera tudo quanto era possível no Vimieiro. Tio José Duarte, como mestre-escola privado, não podia emitir diplomas oficiais, nem mesmo apresentar os seus pupilos a exame. E António aproximava-se dos dez anos. Continuava a não mostrar interesse ou repugnância pelos estudos: não pedia para ir mais além, mas não se recusava a ir mais além: estudava como lhe dissessem, simplesmente. Tio António Feitor começava a estar cansado, aproximava-se dos sessenta anos. Pensava no seu bom-senso rústico que um dia teria de deixar o seu lugar de feitor dos Perestrelos, e não poderia trabalhar mais nos campos, e era indicado que António, único filho, fosse preparado para rural, e lhe sucedesse. Mas Maria do Resgate, apesar dos seus cinquenta e quatro anos, tinha ainda outro espírito, via de outra forma o futuro de António. Tinham agora mais posses; afluíam os hóspedes e comensais à casa da estrada; e o marido principiava uma actividade de intermediário na venda de terrenos para construções, ao Bairro Novo da Estação, em boas condições. Podiam dar a António mais estudos, matriculá-lo no liceu, na cidade, e proporcionar-lhe talvez uma carreira. Um receio, não obstante, atormentava Maria do Resgate: acanhadito como era, e tímido, e não se sabendo defender, não seria o seu filho vítima das brutalidades e maus tratos dos rapazes do liceu de Viseu? Foi consultado o velho Padre António, o amigo, o confidente.

Ponderou o cura o problema. Conhecia António bem, e avaliava-o: era acanhadito para a idade, sem dúvida, mas inteligente, arguto, capaz de voos altos: e grave e sisudo, além do mais. No liceu da cidade, correria riscos às mãos de companheiros bra-

vios e à solta; mas o rapaz merecia mais letras, talvez mesmo uma educação superior; e para esse efeito, pela sua ordem e disciplina, o seminário diocesano parecia o apropriado. E esse foi o conselho do Padre. Os pais adoptaram-no: António estudaria em Viseu, e seria padre. E informaram-no da decisão quanto ao seu futuro. Aceitou-a: não mostrou alegria, não mostrou contrariedade: a Viseu iria para exame primário final e para ingresso no seminário.

4

Por fins de 1880, comentando a situação no reino, Fontes Pereira de Melo dizia a Rodrigues Sampaio: «*Vejo que as coisas na nossa terra continuam como dantes, mais calúnia, menos calúnia. Entretanto, na injúria nós levamos a palma a todos.*» Debatia-se o país, com efeito, na instabilidade e na corrupção política; os jogos e os interesses pessoais ocupavam os homens; e a administração afundava-se na ineficiência e as instituições no desprestígio. Era de crise em crise a vida de todos. Fontes afasta-se da «*política miserável*»; e Rodrigues Sampaio assume o governo em 1881. Do estado financeiro da nação podia-se afirmar que era catastrófico; havia-se institucionalizado a esmagadora dívida pública; o «deficit» orçamental tinha-se por crónico, e sem remédio; e sem embargo da conversão da pesada dívida externa, efectuada em 1852, não se aquietavam os credores estrangeiros, sobretudo nas praças de Londres e de Paris. Na gerência da Fazenda, Lopo Vaz luta sem êxito e não trava a angústia do tesouro. No termo de 1881, demitia-se Rodrigues Sampaio. Reentra Fontes na política, e assume pela derradeira vez a chefia do gabinete. Fiel ao *fontismo*, as coordenadas do seu governo cingiam-se ao fomento: obras públicas, comunicações, transportes. Era alguma coisa, decerto; mas não era tudo. Sempre agudos, mantinham-se os vícios do sistema. E a questão financeira agravava-se com os dias. Simultaneamente, observavam-se através da Europa sintomas inquietantes: as potências buscavam entre si um equilíbrio de forças que os mais fracos deviam pagar: e para o efeito retomavam a sua corrida imperial em direcção à África. Entre si iam concertando

conluios que ameaçavam a integridade do ultramar português. Fontes tem consciência das forças em conflito e seus objectivos, e tem uma iniciativa de envergadura: sugere a conferência de Berlim. Muito do que era vital para o país foi jogado na reunião. Mas durante esta não se atenuou no reino a agitação da «*política miserável*»; e Luciano Cordeiro, que estivera na conferência, lamentava-se de uma esterilidade de lutas internas que «*nos consumiam o tempo e as forças*». Não obstante as dificuldades, conseguiu-se salvaguardar em Berlim o que era essencial; mas haveríamos de nos acautelar no futuro se quiséssemos evitar maiores danos. Tudo aquém fronteiras, no entanto, parecia processar-se com indiferença pelos riscos de fora. Na raiz dos males permanecia a questão financeira, e só esta, segundo todos supunham. E o fontismo, já no seu ocaso, nada pôde fazer; e a nação, a que se traçara uma política de obras públicas e de fomento mas a que se não dera qualquer mística ou objectivo nacional, achava-se moralmente inerte e sem um propósito colectivo. Depois dos tumultos de Guimarães e Braga, e perante a recusa do rei em anuir a um adiamento de cortes, demite-se Fontes em 1886. Ficavam frente a frente dois grandes partidos: o *progressista*, resultante da fusão de históricos e reformistas pelo pacto da Granja, e o *regenerador*, já de tradição mais antiga. Entre ambos oscila ciclicamente o poder: instalava-se o *rotativismo*.

Naquele ano é o governo entregue a José Luciano de Castro, chefe progressista, com Mariano de Carvalho na Fazenda, Barros Gomes nos Estrangeiros, Emídio Navarro nas Obras Públicas. Pela Europa, prosseguia com afinco a campanha de descrédito contra Portugal; os credores externos não davam repouso ao tesouro português; e os representantes em Lisboa das grandes potências financeiras exerciam as maiores pressões sobre o governo e procuravam influenciar este em favor dos interesses dos seus países. Sobravam no plano interno os problemas complexos: a emigração que depauperava o reino; a flutuação dos câmbios; a crise das subsistências; a fuga de capitais. Todos estes aspectos eram simples reflexo de uma exportação limitada e pobre contra uma importação dispendiosa, de uma indústria definhada e sem protecção pautal adequada, e de uma agricultura pouco menos do que estagnada. Além de tudo, uma atmosfera de desconfiança

envenenava os homens e as instituições. O governo vive na obsessão de que para pagamento das dívidas externas seja exigida uma consignação de rendimentos apoiada num «contrôle» internacional: efectivamente, mais de um terço das receitas era absorvido pelos encargos da dívida. Na prática, era a bancarrota. Em princípios de 1889, demitia-se Mariano de Carvalho, e era sucessivamente substituído por Barros Gomes e Augusto da Cunha. E no mesmo ano morre o Rei D. Luís.

No abrir de 1890, tudo se agrava. Em torno da política do *mapa cor-de-rosa*, que traduzia incontestáveis direitos nacionais mas que conduzíamos com suprema inépcia, é urdida uma teia de enredos internacionais em que se misturam interesses alemães, franceses e sobretudo britânicos. Como resultado da expedição de Serpa Pinto, e do seu êxito, atravessamo-nos no caminho de ambições inglesas; e desamparados como sempre de qualquer apoio das potências europeias houvemos de ceder ao ultimato de Londres. No país foi profundo o sobressalto. Círculos literários e intelectuais foram veementes na sua indignação: Gomes Leal, Fialho, outros mais, apostrofavam a Inglaterra; Junqueiro lançava o *Finis Patriae;* e Lopes de Mendonça compunha *A Portuguesa.* No *Dia,* António Enes repisava os argumentos portugueses; Oliveira Martins instava com o governo para que não recuasse, e exprimia a sua cólera nas salas do *Tempo,* enquanto Emídio Navarro dava brados de raiva; e João Chagas e Magalhães Lima gritavam vivas à república no *Café Martinho* e iam aclamar o *Século,* cujo republicanismo era sabido. Antero de Quental preside à *Liga Patriótica do Norte,* e em Lisboa Augusto Fuschini exorta a *Liga Liberal.* Simbolicamente, Eduardo de Abreu cobre de crepes negros a estátua de Camões, e adquire-se por subscrição pública um navio de guerra. Nos meios políticos, é o desvairo: homens públicos varridos pela desorientação; indústria, comércio, banca, fustigados pela incerteza. Sobre o povo deprimido abatem-se o desalento, a angústia do futuro, a descrença nas próprias raízes. E tudo é posto em causa: o sistema, as instituições, a viabilidade da nação. Pelo país além vibra um clamor que se ergue de todas as classes: quer-se uma *vida nova.*

Não sobreviveu à crise o governo de José Luciano. Assume o poder Serpa Pimentel, com Hintze Ribeiro nos Estrangeiros e

João Franco na Fazenda. Tenta-se recompor os escombros. Mas o tratado em que se procuram concertar os desacordos com a Inglaterra suscita oposição viva. É chamado em Outubro de 1890 o general João Crisóstomo para um governo fora dos partidos, com Mello Gouveia na Fazenda, substituído pouco depois por Augusto da Cunha. Meses mais tarde é o *31 de Janeiro:* o pronunciamento do Porto ficou como sintoma de quanto estava carcomido o sistema. E a questão financeira permanecia sem solução. Em Maio de 1891 torna Mariano de Carvalho à Fazenda. Era doloroso o quadro: a dívida pública representava um capital nominal de quase 600 mil contos; por 23 mil contos se cifrava o desequilíbrio da balança comercial; o crédito fechava-se; os mercados externos fugiam-nos; e não tinham travão as despesas públicas. Era fundamental a praça de Londres: desde o constitucionalismo, e sobretudo a partir dos tempos de Sir Hamilton Seymour, não se dava um passo na política portuguesa sem audiência prévia do gabinete inglês. E por Londres passavam também agora as nossas relações económicas e financeiras, e dali se ditava o ágio do ouro. A casa *Baring Brothers,* banqueiros do Estado português, suspende pagamentos; e os avultados recursos que nos vinham do nosso comércio com o Brasil eram apoucados pela alta contínua do câmbio do Rio de Janeiro sobre Londres. Nas exigências que nos eram feitas colaboravam a banca alemã e a francesa. No reino, estavam exauridas as reservas do Banco de Portugal; interrompiam operações o Banco do Povo e o Banco Lusitano; e as empresas de tomo não sabiam como enfrentar a crise. Mariano de Carvalho ataca todo o problema com decisão. Recorre-se ao monopólio dos tabacos; mas a renda destes houve de ser hipotecada a credores estrangeiros. Mariano desloca-se a França, tenta um compromisso com aqueles. Elabora uma lei-de-meios rigorosa. Procura impor severidade na administração. Mas o parlamento reabre em Janeiro de 1892, ataca a fundo o ministro, acusa-o de um suprimento aos Caminhos de Ferro não autorizado pelo governo. Mariano demite-se e arrasta consigo o gabinete. Agrava-se a bancarrota, e não se enceta a *vida nova.*

Faz-se uma experiência diferente. Dias Ferreira é encarregado de formar ministério, e Oliveira Martins entra na Fazenda. Monárquico sem dúvida, mas da ala liberal dos «*Vencidos da Vida*»,

poeta da história, reconstrutor de épocas e civilizações em volumes de fama, prestigiado pelo talento e probidade, Oliveira Martins concentrou por um momento as esperanças do país. Desde há muito preocupado com problemas de emigração, de economia, de fomento rural, Martins trazia ao governo um capital útil. Antepõe a tudo a necessidade de equilíbrio orçamental; e nessa ideia baseia a lei-de-meios que submete às cortes. Cortou vencimentos, agravou impostos, e a própria família real dispôs em favor do erário de 20% da lista civil. Frisa-se pelo desespero: Ferreira de Almeida sugere, em parlamento, que para pagar as dívidas se alienem Timor, Macau, Cabinda, mesmo Moçambique. Era o pânico. Mas o governo, «*exprimindo um sentimento nacional de todos os tempos*» (1), repudia a sugestão. Augusto Fuschini afirmava que na crise financeira jogava o trono os seus destinos; e, quanto à proposta sobre o ultramar, comentava que a perda das colónias seria a pobreza, e a absorção da autonomia, a pouco e pouco substituída por verdadeiro estado de vassalagem. Mas a agitação política crescia; o partido republicano redobrava de audácia no ataque e na propaganda; os credores externos pretendiam instituir o «contrôle» financeiro do país e foi-lhes atribuída a consignação das receitas aduaneiras; e o ágio da libra subia. Martins enreda-se em pormenores, mostra-se incapaz de assentar as directrizes-mestras. Em Maio de 1892 demite-se, com as suas ilusões em ruínas e retalhado de mágoa. O homem de boa-vontade, que fora dos primeiros a reclamar *Vida Nova! Vida Nova!*, durara menos de cinco meses no poder, e fracassara.

Subsiste o ministério de Dias Ferreira, com este mesmo na gerência da Fazenda, até Fevereiro de 1893. São chamados então os regeneradores com Hintze na presidência, Augusto Fuschini na Fazenda, João Franco no Reino, e Bernardino Machado nas Obras Públicas. Na sua tentativa, Fuschini procurou ser clássico, ortodoxo: restringir as despesas; aumentar os réditos. Um conflito tempestuoso, no entanto, foi aberto entre o ministro e a Associação Comercial de Lisboa. Hintze houve de o sacrificar, e tomou a Fazenda nas suas próprias mãos. Como Martins, Fus-

---

(1) A. Marques Guedes.

chini saiu amargurado. Passou a ter do sistema e das estruturas políticas uma visão pessimista: «*para alcançarem, ao menos, o favor das camarilhas palacianas, os partidos e os homens públicos cometem as últimas baixezas; não recuam diante do sacrifício da própria dignidade, para não falar, por ser cousa secundária, nos interesses do país.*» E depois da sua experiência sintetizava as causas da crise: «*afirmarei sem vacilar que a principal provém da desconfiança pública, que faz emigrar os capitais; o estado assaz tenso da política interna, a demência da administração, as lutas egoístas e pueris dos partidos, a falta de estadistas de comprovado valor, as más relações com os credores externos, as ambições das grandes potências em volta do nosso domínio colonial, manifestadas tão clara e brutalmente por Lord Salisbury na parábola das nações moribundas, são elementos suficientes para concitar desconfianças sobre o presente e, ainda mais, sobre o futuro.*» Era tanto mais intensa a frustração de Fuschini quanto a sua política de saneamento financeiro obedecia a um propósito moral, a um princípio ideológico, a um objectivo nacional: destinava-se, além do mais, a criar condições para que o país pudesse possuir e desempenhar uma missão colectiva, perante si mesmo e perante o mundo. Por isso, pediria «*aos cidadãos portugueses que não deixem morrer miseravelmente, no fim de oito séculos de existência, a nossa velha e gloriosa nacionalidade*»; quereria, se pudesse, levantar «*o espírito público no entusiasmo de heróico esforço para salvar o nome, a honra e a felicidade*» da nação; e recomendava que se sacrificassem «*ódios, paixões e riquezas*» mas que se não deixasse «*tocar sequer na soberania nacional*». Como Mariano, como Oliveira Martins, Fuschini soçobrara no sistema.

Hintze encarrega-se da Fazenda desde Dezembro de 1893, e mantém-se à frente do governo até princípios de 1897. Noutros domínios, além do financeiro, sofre o país sobressaltos: conflito diplomático com a França, a propósito de um empreiteiro francês encarregado de obras no porto de Lisboa; relações tensas com o Brasil, por virtude do asilo concedido em navios portugueses a rebeldes brasileiros; ocupação de Kionga pelos alemães. Sobretudo verificam-se graves ameaças à soberania portuguesa em Moçambique: há que enviar expedições militares à província: e apenas

em 1895, sob a chefia arrojada do comissário-régio António Enes, foi possível destruir o Gungunhana e eliminar os apoios que a sua tribo recebia do estrangeiro. Algum ânimo recobrou o país com o sucesso; e as viagens que o Rei D. Carlos fez ao estrangeiro — França, Alemanha, Inglaterra — deram à nação um momento fugaz de brio e de respeito. Graças ao monarca, dir-se-ia que a nacionalidade emergia de um abismo.

Mas é implacável o jogo dos partidos, o governo Hintze está politicamente exausto, os problemas fundamentais continuam insolúveis. E Hintze demite-se, também vilipendiado, ferido, desgostoso. Regressam com José Luciano os progressistas, em Fevereiro de 1897, e é confiada a Fazenda a Ressano Garcia. José Luciano enfrenta desde logo o convénio secreto anglo-alemão para partilha do ultramar português. Era político o objectivo, e imperial; mas buscava-se o pretexto na necessidade de as potências tomarem garantias reais pelas dívidas portuguesas. Frustrado o intento, torna-se à questão financeira. Subia o «deficit»; recrudescia a inflação; deteriorava-se o câmbio; e avolumava-se a dívida flutuante externa. Para a dívida externa procura-se uma nova conversão. Prepara o governo um projecto de lei, e submete-o ao parlamento. São ásperos os debates. Agora na oposição, Hintze ataca o governo com vigor. Em sessões de Abril de 1898, na Câmara dos Pares, Hintze confessa-se «*alquebrado na sua fé*», e reputa «*muito grave a situação do tesouro*»; e depois de uma análise exaustiva da nossa história financeira e de invocar argumentos que o próprio José Luciano usara anteriormente, pede à Câmara que rejeite os termos em que o governo se propõe efectuar a conversão. Mas as cortes aprovam o projecto. Sem embargo, a crise não abrandava, e dois anos depois, por entre dificuldades nacionais e internacionais, José Luciano deixava o poder, e retomava-o Hintze mais uma vez. Não era a *vida nova*: era a vertigem do rotativismo.

Chegava ao fim o século XIX. Homens de talento e de patriotismo — de Mariano de Carvalho a Oliveira Martins e a Fuschini — haviam assumido o encargo de gerir a Fazenda: todos se afundavam em desespero e em frustração. Estava desprestigiado o trono; o país estava deprimido; os recursos desperdiçavam-se; e o rotativismo girava sempre em torno dos mesmos homens, interesses, combinações políticas. Não obstante o sacrifício de alguns,

a isenção de outros, o patriotismo de muitos, havia claramente um divórcio entre o escol dirigente e a massa do povo. Criticavam-se as instituições, os partidos, as estruturas sociais e económicas; pedia-se uma vida nova; mas não se sabia onde ir buscá-la; e não se equacionava o problema financeiro com o problema político. E o país entrava num novo século.

5

No verão de 1899, pelos primeiros dias de Agosto, António de Oliveira Salazar, nos seus dez anos, ia a Viseu para se apresentar a exame de instrução primária. Trazia uma recomendação do Padre António para o Cónego Marques Pimentel, e em casa deste se aposentou. Era uma habitação de loja e dois pisos baixos, com varanda de sacada corrida no segundo andar. Ficava no centro da cidade: ali na Praça da Erva(1), com o n.º 14, de paredes-meias com a velha capela de Nossa Senhora dos Remédios, e a duzentos metros da Sé, com as suas torres, o seu convento e o seu terreiro. Daquela casa saiu António, no dia 11 de Agosto, para se submeter a exame de instrução primária elementar do 2.º grau. Foi aprovado com catorze valores.

Não se matriculou desde logo no seminário diocesano. Para o resto do verão, tornou ainda a Santa Comba e ao Vimieiro: as comunicações eram agora mais fáceis: havia quatro anos que fora inaugurada uma ligação ferroviária com Viseu. E António passou aquelas férias com os pais. E também o inverno. Martha ia nos seus dezassete anos: por si, continuava a estudar, além de ajudar na lide da casa: e era o retrato da mãe quando moça. Os negócios do Tio António de Oliveira Feitor iam prosperando. Começara uma construção nova: do mesmo lado da estrada, no enfiamento do casebre, e apenas dois ou três metros mais acima, ia erguer uma casa: seria só de rés-do-chão como a antiga: mas já

---

(1) A antiga Praça da Erva tem hoje o nome de Largo de Pinto Gata, e na casa encontra-se instalado o estabelecimento *Aníbal & Neto, L.da*.

mais alindada e com mais cómodos. Por outro lado, afluíam os hóspedes e os comensais. E António Feitor já podia lançar-se na propaganda do seu negócio, fazia publicar nos jornais da terra anúncios: «*António de Oliveira — Vimieiro — Recebe hóspedes. Bons vinhos e petiscos.*»

No verão seguinte, para o ano lectivo de 1900-1901, António de Oliveira Salazar ingressa no seminário. Antigo convento dos Néris, é edifício amplo, de claustro austero, em quadrado, e com uma imponente escada interior, de granito e lances suspensos, que dá acesso aos três andares; e encostada ao edifício ergue-se a Igreja, da traça de Nasoni. Do casarão inóspito, as janelas da frontaria rasgavam-se sobre a praça ajardinada, com a estátua do Bispo Alves Martins no centro de um canteiro redondo; mais longe, pela esquerda, via-se a Igreja dos Terceiros do Carmo; em frente, a Misericórdia; pela direita, na distância, os torreões da Sé; e no horizonte os contrafortes da Serra da Muna. Era a cidade de Viseu, com o seu peso, a sua força, a sua tradição, a sua monumentalidade religiosa. Eram desanuviadas as vistas, e largas, com uma amplitude que se não podia comparar à estreiteza que confinava a casa do Vimieiro. E no ambiente grave do casarão, álgido pelos frios do inverno, tudo era duro, severo. Era suprema a autoridade do Padre Director, o Dr. José Frutuoso da Costa, homem de altos princípios, tradicionalista, monárquico e de boa cultura e de boas letras. Logo se afeiçoou a António: parecia-lhe rapaz inteligente, tranquilo, muito avisado. António pagou-lhe em respeito e estima. E começou os seus estudos como *preparatorista*. No seu primeiro ano lectivo, recebia instrução geral de religião católica e de moral, e eram ministrados um curso de língua portuguesa e outro de língua latina. No termo do ano escolar, António foi aprovado em português (1.ª parte) e em Latim (1.ª parte) com *distinção*.

Depois, foi o verão, as férias no Vimieiro. Recebeu António um começo de maior consideração por parte de amigos e família: na aldeia, era olhado como seminarista, um futuro sacerdote. Tio António Feitor, a caminhar para os sessenta e três anos, passava a ter outras conversas com o filho: falava-lhe do estado dos negócios, mesmo de alguma política, da confusão que sabia grassar por Lisboa, no governo e na administração. Mas para Maria do

Resgate era António um filho carinhoso: à beira dos sessenta, adoentada, exausta por uma vida de trabalho, constituía preocupação constante. E a mãe incitava-o a estudar, a trabalhar com apego e força de vontade. Findo o verão, regressou António ao seu seminário.

No ano lectivo de 1901-1902, e à parte a educação geral, continuaram os cursos de português e de latim. António era simples *preparatorista*, decerto, e por isso o momento de decidir da sua eventual ordenação era ainda remoto. Entretanto, candidatou-se a congregado da Congregação Mariana e, atentos os seus progressos, foi proposto efectivamente o seu nome, com o de outros. Para deliberar, reuniu-se em 19 de Março de 1902, com o cerimonial de preceito, a consulta da Congregação da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem, com o título de Nossa Senhora de Lurdes, e sob a protecção de S. Luís Gonzaga. Foi na costumada sala das sessões, e achavam-se presentes as dignidades da congregação. Depois das orações de estilo, procedeu-se à votação por escrutínio secreto. António de Seabra Pereira Lima foi admitido com maioria de 13 votos; António Maria Cardoso, com 9; Serafim Pinto, com 10; e António de Oliveira Salazar, com maioria de oito votos. E ficou assente que a admissão solene se faria daí a dois dias, a 21 de Março, em que se celebrava a festividade das Dores da Santíssima Virgem. Não obstante a sua idade [1], e sem embargo de ano e meio de Seminário apenas, foi assim premiado António. E este continuou com afinco os seus estudos: no termo do ano, era aprovado em português (2.ª parte) com *distinção*, e aprovado em latim (2.ª parte) e em geografia. Começava a ter algum destaque entre os congregados do Seminário Episcopal.

Foi de rotina o seu terceiro ano do curso preparatório, de 1902-1903. António de Oliveira Salazar vestia a sua batina preta; usava colarinho branco de volta inteira; e em cada ombro assentava uma faixa vermelha-escura, e as duas faixas uniam-se à frente sobre o peito, formando ângulo agudo com o vértice para baixo, e descaíam pelas costas separadamente. António completara

---

(1) Salazar tinha então 12 anos somente. Foi portanto uma distinção excepcional. A maioria de oito votos não pode considerar-se desprimorosa.

catorze anos; crescera bem; engordara; e o seu cabelo, cortado à escovinha, tornava-lhe muito redondo o rosto cheio. Era um dos favoritos do Padre Director; acamaradava em bons termos com os seus companheiros; e aproximava-se de um colega mais velho, um Albino Vieira da Rocha, que já frequentava o curso teológico, e cuja inteligência o impressionava. Mas era sobretudo bom companheiro de um colega mais recente e mais novo, um Mário de Figueiredo, a quem admirava pela vivacidade e esperteza nas discussões. Interessavam-se todos pelos estudos, pela história, pela literatura; e por todo o seminário, a propósito da morte de Leão XIII acabada de ocorrer, se debateu a influência dos seus documentos pontificais nos destinos da Igreja e do Mundo. E António completou bem o seu ano escolar: aprovado com *distinção* em francês e história, simplesmente aprovado em latinidade.

Depois das habituais férias na aldeia, tornou a Viseu para o ano lectivo de 1903-1904. Decorreu este dentro da rotina. Firmava a sua amizade com Albino Vieira da Rocha; mas muito mais íntimo era-o de Mário de Figueiredo, com quem sentia afinidades crescentes, sem embargo da diferença de temperamentos. E António de novo foi aprovado em história com *distinção*, e simplesmente aprovado em matemática. E o Dr. José Frutuoso sentia-se orgulhoso daquele seu pupilo.

Igualmente bons foram os resultados que obteve no ano de 1904-1905. Mas dera-se uma modificação profunda em António: despertava sentimentalmente. E não obstante a severidade do seminário entregava-se a um derriço secreto com uma bonita professora de instrução primária, a Felismina, mais velha dois ou três anos, e que leccionava numa escola ao pé do casarão dos Néris. Encontravam-se às ocultas, sobretudo à noite; e por vezes, com mil precauções, a jovem mestre-escola visitava António no seminário. Nem por isso António descurou os estudos. Nas cadeiras de álgebra, arquitectura e desenho era aprovado com *distinção;* por igual com *distinção* na introdução às ciências; e foi aprovado, simplesmente, em filosofia e literatura. Nas mais matérias, que não eram propriamente objecto de curso sistemático, deu também boa conta de si. António atingia o seu termo de preparatorista: à sua frente estava agora o curso teológico.

6

No Vimieiro, António subira no conceito do povo. Era um ordinando, e para muitos, que não sabiam de distinções subtis, era já o padre Salazar. Estava espigado, bem apessoado, e a sua reserva e timidez quadravam com o seu estado quase eclesiástico e a sua batina preta. Maria do Resgate orgulhava-se do seu único filho. Martha, a irmã mais velha, já não troçava do irmão, e dava-lhe parte de um desejo: ser professora de instrução primária na aldeia. Por seu lado, a irmã mais nova, Laura, ia completar vinte anos: e suspeitava-se de um seu derriço com o Abel, um dos Pais de Sousa, que participara das brincadeiras de meninos no pátio de terra batida, atrás do casebre velho da estrada. E os negócios do Tio António Feitor iam caminhando bem. Fazia agora comércio de algum vulto, era proprietário, pessoa de consequência na aldeia e cercanias. E anunciava nas folhas locais: «*Venda de terrenos em boas condições. Vendem-se terrenos para edificações próximo da Estação da linha férrea em Santa Comba Dão. Para tratar, em casa de António de Oliveira Feitor, no Vimieiro*». Era o Bairro Novo que prosperava, as ligações ferroviárias com Viseu e Coimbra atraíam comércio e moradores, os terrenos valorizavam-se; e António Feitor, como intermediário, ganhava nas transacções. Ia aumentando o seu pecúlio; e com menos sacrifício podia pagar as mesadas de António em Viseu. Continuava de feitor nos Perestrelos, e muito da família, como compadre que era; e além disso os Perestrelos afeiçoavam-se a António, que tão boa conta dava de si. António visitava-os com intimidade; e acompanhava assiduamente os Pais de Sousa, em particular com o Mário; e não se acanhava de um bocado de conversa, numa roda de locais, no estabelecimento de Amparo Cruz. No outono de 1905 foi o regresso a Viseu, para o curso teológico.

7

Entregou-se ao curso teológico com zelo. Era o ano lectivo de 1905-1906. Interessava-se pelas matérias versadas, e deleitava o Padre Director com perguntas constantes, com a solicitação de

livros, de elementos de informação. Estudava muitas vezes com António Ferreira de Sousa Duarte, camarada do quarto 36, que fora atribuído a ambos. Parecia comprazer-lhe o ambiente monástico do casarão dos Néris, e dava por bem empregues os três mil réis que pagava de mensalidade. Dir-se-ia que o seu rosto traduzia um sorriso de realização, de contentamento íntimo. Lia muito, devorava volume após volume, pensava, e mostrava grande capacidade de trabalho. Em Março de 1906, a 25, foi António encarregado do discurso na cerimónia de inauguração, na Quinta do Seminário, do monumento que comemorava os cinquenta anos da definição dogmática da Imaculada Conceição, e que se haviam completado em 1904. Estava o Bispo de Viseu. Foi um acontecimento. António houve-se bem na prova. Continuou com apego na rotina dos estudos. E ia bem preparado quando, ao cabo do primeiro ano, se apresentou a exames finais. Foi aprovado nas rubricas do breviário; em teologia fundamental e história eclesiástica obteve doze valores, não tendo os mestres naquele ano concedido notas mais elevadas; mas ficou em segundo lugar em cantochão, com 14, havendo um colega que recebeu 15 valores. No que o seminário classificava de comportamento (religioso, moral, disciplinar e civil), todavia, António não sobressaía pelas notas entre quatro ou cinco outros. No conjunto, porém, era naturalmente aceite pelos seus pares do primeiro ano teológico como acima do comum.

Como de hábito, António passou o verão no Vimieiro. Martha preparava-se para requerer o lugar de professora-ajudante de instrução primária; a casa nova estava quase pronta, e ia acrescentar-se-lhe um anexo para aula; e os negócios e as transacções de propriedades permitiam aos pais um relativo conforto, se comparado às dificuldades do começo. Padre António envelhecia, e nos princípios do outono de 1906 morria o dr. José Borges da Gama, clínico de anos e anos no concelho. Foi concorrido o funeral: estavam os membros da Associação dos Operários, a Irmandade da Misericórdia, os padres das freguesias, e o ordinando António de Oliveira Salazar, além do povo.

Por meados de Outubro voltava António a Viseu para o segundo ano teológico (1906-1907). Estava um homem, e tinha aspecto grave, embora afável, comedido. Com Felismina, conti-

nuava a sua intimidade secreta. Perdera um dos companheiros, Albino Vieira da Rocha, que completara o curso; e tornava-se maior a sua convivência com o Mário de Figueiredo. Tinham gostos afins, interessavam-se por educação, tocavam em assuntos de política. E naquele ano lectivo, já no decurso de 1907, um ponto trazia alguma agitação ao seminário: havia que eleger nova Consulta da Congregação Mariana. Marcou o Padre-Director a eleição para o dia 1 de Junho. Na sala das sessões, reuniu-se a Junta-Geral da Congregação, sob a presidência da Consulta cujo mandato cessava, e que apresentou uma lista trinominal. Foi invocado o auxílio divino e lidas as regras sobre eleições; e o Padre-Director lembrou aos congregados a importância do acto a que ia proceder-se porque do mesmo dependia o aumento e a prosperidade da congregação. Tomado o voto, apurou-se o resultado: Presidente, António de Oliveira Salazar; primeiro assistente, João Lopes de Andrade; e segundo assistente, José Rodrigues Coimbra. No dia seguinte, a 2, foi a posse dos eleitos. Lido pelo secretário o decreto da Junta-Geral, os da mesa cessante depuseram as suas insígnias, e o Padre-Director entregou-as às novas dignidades, que as aceitaram. Realizou-se de seguida a devoção à Santíssima Virgem, que terminou pela bênção do Santíssimo Sacramento. Era para António de Oliveira Salazar uma consagração entre os seus pares. E esta foi confirmada pela sua nota final: 14 valores, a classificação mais alta daquele ano. Houve júbilo no Vimieiro, e as folhas locais noticiavam o facto com felicitações.

Passado o verão, começou para António o terceiro e último ano teológico (1907-1908). Alargara o âmbito dos seus companheiros para além dos do seminário, encontrava afinidades com alunos do liceu; e frequentava o Cónego Barreiros, director do *Colégio da Via Sacra*, lá no alto da cidade. Era conhecido, apreciado para além da sua escola. Naquele inverno, em Dezembro, António houve de se deslocar ao Vimieiro para um acontecimento. Foi assistir ao casamento de sua irmã Laura com Abel Pais de Sousa, já funcionário do caminho de ferro da Beira-Alta. Teve carácter íntimo a cerimónia: participaram as famílias somente: e foram padrinhos, por parte de Laura, o dr. Manuel Fernandes Botelheiro, juiz em Tábua, e sua cunhada Cacilda Perestrelo, e por parte de Abel o capitão de engenharia Abel Urbano e sua mulher.

Ficou António para o Natal, e apenas tornou a Viseu em Janeiro de 1908.

Mas foi encontrar a cidade em agitação. Viseu era terra tradicionalista, sem dúvida, mas de espírito liberal também; e este estava sendo excitado e estimulado pel'*O Intransigente*, que Brito Camacho orientava, e pel'*A Beira*, de José Perdigão. Eram folhas que defendiam ideais democráticos, republicanos, e fustigavam com aspereza as instituições, o trono, a religião. Em Fevereiro de 1908, o Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe eram assassinados no Terreiro do Paço. E *A Beira*, embora dissesse que era sagrada a vida humana e que por isso ninguém deveria rejubilar com a morte do rei, acrescentava que o monarca era um «*abominável tirano*» e considerava «*a mão que o prostrou como a própria mão da pátria, que assim vingava a violação do soleníssimo juramento de guardar, intangível, a sua soberania*». E em Março daquele ano, a 8, ajuntou-se na cidade um comício. Concorreu uma larga multidão; afluiu gente de quase todos os concelhos da Beira-Alta; e foi uma jornada de exaltação para o partido republicano. José Perdigão era impulsionador entusiasta; e compareceram destacados marechais do partido, José Relvas, António Luís Gomes, Fernandes Costa, António José de Almeida, ainda outros. António José foi o caudilho que arrebatava todos; os discursos que pronunciou no comício, no banquete, no Teatro Viriato, causaram deslumbramento; e foram publicados por José Perdigão n'*A Beira* sobre extractos de Carlos de Lemos e Lopes de Oliveira. E as próprias mulheres não ficaram insensíveis: Beatriz Pinheiro formava um grupo de activas republicanas que apoiavam o comício. Viseu e a Beira-Alta estremeciam.

Ao seminarista Salazar não eram indiferentes estes acontecimentos: suscitavam-lhe a necessidade de acção. Por outro lado, sentia despertar em si outros interesses e outras preocupações. E entre estas despontava, numa adolescência que queria realizar-se, o gosto literário ao serviço da sua fé. Entrou em contacto com o director de *A Folha*, José de Almeida Correia, e este aceitou a colaboração de Salazar naquele bissemanário católico visiense. Pouco depois do comício, em 2 de Abril de 1908, surgia um primeiro artigo, *Vergonhoso Contraste*, assinado por S. O. A. Era um grito de indignação. Criticava a apatia dos católicos, num momento

grave da vida da Igreja e da Nação; elogiava a seriedade e a dignidade da imprensa católica; e concluía por se insurgir contra o facto de os republicanos não quererem receber «*gratuitamente*» uma publicação católica enquanto «*o católico e fiel monárquico paga e ajuda com o seu dinheiro o jornal que lhe ataca a crença, e vai apressando a queda da monarquia, a quem serve*». E então António de Oliveira Salazar entra decididamente numa activa produção de jornalismo de combate. A 16 de Abril, um segundo artigo: «*Jesus*». É um texto de misticismo e de deslumbramento pela paixão de Cristo, pelas belezas dos Evangelhos, pela doutrina cristã impregnada de amor pelos homens, por quem Jesus sofreu. «*Tanto sofrimento só se explica por um imenso amor! Assim se Lhe resume a vida: amou-nos!*» Três dias depois, a 19, publicava com o título de *Ressurrexit* novo artigo. Era a descrição da Ressurreição de Cristo, feita por quem se sente empolgado pelo fenómeno sobrenatural: «*a ressurreição é o grande milagre pregado ao mundo, e em que o mundo crê*»; e «*coroa fulgurante de vida dum Deus, a ressurreição foi ainda um acto de amor*». «*Creia-o homem e, crendo, tenha a vida eterna. Ressuscitou! Aleluia!*» Depois, S. O. A. faz uma pausa breve. Mas a 3 de Maio escreve sobre o *Mês de Maria*. Sob a forma de uma fábula, era o elogio do mês de Maio por ser o mês dedicado à Virgem: era a comunhão mística no culto mariano. Mas esta tendência místico-literária acentuava-se no espírito de António de Oliveira Salazar. Não o atraía apenas a composição em prosa: tentava igualmente a criação poética. E em 14 de Maio sucumbia a esse sortilégio e dedicava uma poesia «*A uma rosa*». Era assim:

Rosa tão linda, pálida e triste,
Rosa de encantos, cheiras tão bem!
Vejo que sofres; dize, que sentes?
Tens saudades de tua mãe?

Pois ainda ontem tu vicejavas,
Ao pé das rosas, tuas irmãs,
Com quem vivias, embalsamando
A branda aragem destas manhãs!...

Mas eu cortei-te; rosa, perdoa!
Gostei de ti, mas ah! fui cruel!
Tens saudades, não tens? da abelha
Que ia, zumbindo, buscar o mel?

Tu já choravas lágrimas santas,
Que a aurora punha no cálix teu,
E eras alegre! Vê: quanto eu choro,
Sou triste e é sem fim o sofrer meu!

Fechas as folhas na dor imensa
Que te assoberba; causas-me dó!
Pois, coitadinha, lá na roseira
Tinhas amigas, não 'stavas só!

Rias com elas à luz do sol;
Brincáveis todas co' a brisa pura
Que a madrugada manda a acordar-vos,
Depois do sono da noite escura...

Tu namoravas uma avezita
Que p'ra o teu ramo vinha cantar;
Tinhas um 'spelho nas claras águas,
Em que te estavas sempre a mirar!

Agora, pobre! vais definhando.
O lindo vaso não te seduz?
Rosa tão branca, rosa de encantos,
O que te falta? Tens ar e luz...

Ah! mas o prado tão verde e o canto,
O canto triste do rouxinol?
E a brisa fresca que se levanta,
E vai beijar-vos, ao pôr do sol?

Tudo isso falta; mas que era isso,
Ao pé da falta do maior bem?...
Rosa, confessa, 'stás triste e morres,
Com saudades de tua mãe!...

Eram *versos:* mas não era *poesia.* Influências desencontradas, ingenuidade criadora, pobreza imagística, indigência de imaginação, romantismo adolescente: eis o que demonstrava «*A uma rosa*». De positivo, ficavam o culto pelas flores e o amor pela figura da Mãe. Talvez consciente das suas limitações, António regressa à prosa. E em 4 de Junho publica mais um artigo: «*Conversando...*». Constituía um apelo e um incitamento aos estudantes: para que tivessem fé, e fossem bons católicos: para que repudiassem a impiedade e desconfiassem de algumas atitudes dos republicanos. Mas, fiel às doutrinas de Leão XIII, declarava: «*Bem, mas eu nada tenho com as tuas opiniões políticas, tanto mais que a religião não é incompatível com forma alguma de governo*», porque «*está muito superior à política, paira noutras regiões mais altas*», embora «*haja de informar e dirigir os actos da política*», não se concebendo que «*alguém possa ser católico na Igreja e ateu junto à urna*». E conjuntamente com a exposição das teses de Leão XIII exibe grande aparato cultural: desde Platão a Aristóteles, desde S. Tomaz a S. Alberto Magno e Leibniz, passando pelos pintores renascentistas e por Descartes, Pascal, Bossuet, Fénelon, Galileu, Copérnico, Vieira, Kepler, Lavoisier, Malebranche, Pasteur, Lapparent, outros ainda, todos citados como grandes crentes em Deus. Depois, nova e curta pausa nos surge neste apostolado jornalístico. Mas em 20 de Agosto de 1908 o antigo seminarista escreve um último artigo desta série. Sobre «*A Mãe de Jesus*», e partindo de um verso de Guilherme Braga, compõe um hino em louvor da Virgem que, «*sendo Mãe de Jesus, é nossa Mãe também*». E com este artigo encerra a série.

No casarão do seminário, entretanto, a vida seguira o seu curso de paz e recolhimento. Dias depois do comício, a 21 de Março, reunira-se a *Consulta* nos termos habituais. E António de Oliveira Salazar teve o gosto de ver o seu amigo Mário de Figueiredo, por seu turno, admitido por unanimidade como *candidato* à Congregação. E dois meses mais tarde, em Maio, chegava António de Oliveira Salazar ao termo do seu mandato de um ano como presidente da Congregação do seminário: e em reunião daquele mês, a 27, depunha as suas insígnias nas mãos dos novos eleitos. Aproximava-se também o fim do último ano teológico, e António de Oliveira Salazar, redigindo os seus artigos sem

prejuízo dos estudos, encontrava-se preparado para o acto geral: foi aprovado com *distinção* e dezasseis valores. Tinha motivos para estar satisfeito. Além disso sentira uma outra alegria: havia pouco, sua irmã Martha fora finalmente nomeada, sem concurso, professora-ajudante da escola primária. As folhas locais celebravam os dois acontecimentos: agradeciam o grande benefício da nomeação ao governo regenerador-liberal; e pelo triunfo de seu filho felicitavam cordialmente o Tio António de Oliveira Feitor, do Bairro Novo da Estação.

Para as férias de verão, de 1908, tornou António de Oliveira Salazar à sua aldeia. Era agora diferente a vida de família. Laura, casada, pertencia doravante à família Pais de Sousa; Martha, com vinte e seis anos, era uma senhora, e tinha agora as funções e a dignidade social de professora; e Tio António Feitor, cumpridos os setenta, era um comerciante da praça, um proprietário, e tornava-se um patriarca local. António de Oliveira Salazar, para todos os efeitos práticos, e no conceito público local, passara a ser o senhor padre Salazar. Assim era recebido nas famílias, e assim era tratado socialmente e nos semanários da região. Não tomara ordens maiores, não podia ministrar sacramentos, nem celebrar a Eucaristia; mas no que lhe consentia o seu estado eclesiástico era convidado a desempenhar funções em conformidade. Pelas festas de Santa Isabel, o dr. Francisco Borges da Gama, provedor da Misericórdia, ofereceu um banquete; e o padre Salazar tomou assento entre os sacerdotes do concelho, com o velho Padre António à frente. Depois, em Agosto, foram as festas de S. Lourenço, na freguesia de S. Joaninho: entre a assistência, as folhas locais salientavam a professora Martha Salazar e o padre Salazar. E quando no fim daquele mês morreu o estudante Leonel Gouveia, o padre Salazar foi o escolhido para a oração fúnebre junto da sepultura. Causou assombro na aldeia ingénua. Segundo os *Ecos do Dão*, «*pronunciou sentidas palavras de despedida que comoveram profundamente até às lágrimas todos os ouvintes*»; e «*no seu curto mas primoroso discurso revelou o moço e inteligente orador excepcionais dotes de eloquência, que muito nos apraz registar por confirmarem, sob uma nova feição, o seu apreciável talento*». No mês de Abril anterior, o padre Salazar cumprira dezanove anos.

8

Do clamor de *Vida Nova* que abalava o país nada resultara na aurora do século XX. As preocupações eram as mesmas, e agravadas: as finanças, o «deficit» permanente, a crise das instituições e de todo o sistema, o desprestígio do trono, o engrossamento das fileiras republicanas. Era uma depressão geral. A tudo procurava dar remédio um governo de Hintze, desde 1900. Mas este, já a braços com as dificuldades gerais, viu-se de súbito enfraquecido por uma cisão no próprio partido que o apoiava: João Franco criou uma facção autónoma com objectivos de governo. Dissolvido o parlamento, promulgada nova lei eleitoral, Hintze ia governar ao arrepio do sistema. Em 1902, Mousinho de Albuquerque, que simbolizava no país o herói vivo e era título de glória, suicida-se: e o facto ainda mais contribuiu para o abatimento moral de todos. Por outro lado, no mesmo ano, foi assinado com os implacáveis credores estrangeiros um convénio sobre a dívida externa. Havia para o país muito de ignominioso nos termos acordados: mas constituiu de momento um alívio para o tesouro. Depois, durante um breve período, pôde suscitar-se uma ilusão de prestígio para a nação: a partir de 1903 visitaram Lisboa alguns chefes de Estado estrangeiros, em pagamento das visitas feitas por D. Carlos. O Rei de Inglaterra, o Rei de Espanha, o Imperador da Alemanha, o Presidente Loubet, deram provisoriamente alguma aura a Portugal. Mas logo em 1904 ressurgiam os temas de sempre: a questão dos tabacos, os monopólios, a angústia do tesouro, as eleições e a dissolução de parlamentos sucessivos.

Entretanto, o partido republicano crescia no tom e na acção. Vinha de longe: já em 1873, o republicanismo de Elias Garcia, Marreca, Silva Pinto, outros mais, lançara um programa de governo; depois, em 1878, novas figuras se acrescentavam à hoste republicana — Teófilo, Rodrigues de Freitas, Teixeira de Queirós, Manuel de Arriaga, Magalhães Lima, outros ainda — e surgia o partido republicano unitário, que publicava o seu manifesto político; e desde então não cessara de se expandir, graças simultaneamente à audácia e valor de alguns dos seus chefes e aos erros e fraquezas dos monárquicos. Fora de início um grupo de iluminados ou de revolucionários ardentes; mas a pouco e pouco

infiltra-se na classe média, mesmo em alguns sectores da alta burguesia, e adquirira respeitabilidade; e se a consciência geral do país permanecia ainda monárquica, o partido republicano ganhava massas cada vez mais amplas. E agora explorava a fundo os erros dos chefes monárquicos; aproveitava em seu benefício os vícios do próprio sistema; usava com vantagem a liberdade de propaganda que lhe era dada mas que negava sempre, para obter mais; e junto do povo cobria de ridículo os homens e as instituições, desde o chefe do Estado às cortes. O parlamento era apodado de *solar dos barrigas;* e no *Marquês da Bacalhoa* punha-se de rastos, e com injustiça, a honra do Rei e da Rainha. E, embora já velha de anos, a questão do ultimato britânico continuava a ser explorada cruamente. Ao trono, à dinastia eram assacadas todas as responsabilidades. Já Magalhães Lima declarara em Paris, em reunião no *Café Riche,* que a «*perda do território era devida à dinastia de Bragança*», «*fiel amiga*» da Inglaterra; e o mesmo Magalhães Lima, o homem da federação ibérica, o homem dos Estados Unidos da Europa, o homem do governo mundial, afirmava em carta a um redactor do *Rappel* que «*a perda das nossas colónias equivale à perda da nossa independência*». Este tema era ferido repetidamente, e os Braganças eram os inimigos da independência de Portugal; e nos ataques à monarquia os republicanos embrechavam sempre, com a questão da fazenda e os escândalos da administração, os problemas de África e os tratados que, por causa desta, negociávamos com as potências. Neste particular, não havia justiça, porque o trono sempre tivera a África muito a peito. Mas na exaltação revolucionária não se cuidava do pormenor. E assim, em Lisboa e na província, toda uma imprensa truculente atacava por tudo a monarquia: *A Beira,* de José Perdigão; *O Povo de Aveiro,* de Homem Cristo; *O Paiz* e depois *A Marselheza* de João Chagas; *A Lanterna,* de José Benevides; *A Vanguarda* de Magalhães Lima; *A Corja,* de Leal da Câmara; *O Mundo,* de França Borges; *A Resistência,* que congregava em Coimbra os discípulos de José Falcão; *O Norte,* de João de Meneses; *A Luctc* de Brito Camacho; e mil outros. Homens pertencentes à alt burguesia, na maturidade dos seus 30 a 50 anos, estavam filiado no partido republicano, e activos na política: desde Miguel Bom barda a José Falcão, de Alexandre Braga a Afonso Costa, de Brit

Camacho a João Chagas, de António José de Almeida a João de Meneses, e a muitos outros. Aquela imprensa, e estes homens, e os comícios, e as sociedades clandestinas traziam o país e o governo em sobressalto, e não davam tréguas.

Arrastava o governo de Hintze uma existência atribulada. Não dominava a cisão de João Franco; estava atormentado, sem as resolver, pela questão dos tabacos e pela celeuma suscitada em torno dos adiantamentos à Casa Real; e toda uma atmosfera de suspeição e escândalo envolvia a administração. Eram sem piedade as acusações dos republicanos. No final de 1906, em sessão do parlamento, Afonso Costa dominava o vozear do tumulto para gritar: «*Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI*». E João Arroio exclamava profeticamente: «*esta estagnação moral explica-se por se estar em vésperas de morte e em agonia dos partidos monárquicos em Portugal*». Assediado por embaraços, impotente, desgostoso, Hintze demite-se.

Sucede-lhe José Luciano, que dissolve as cortes, e procede a novas eleições. Com estas, entram João Franco e os seus partidários; e engrossa-se a representação republicana. E se os regeneradores de Hintze já haviam ficado enfraquecidos pela dissidência de João Franco, os progressistas de José Luciano ficaram debilitados pela dissidência de José de Alpoim. E quando Manuel Espregueira, na Fazenda, apresentou às câmaras o novo contrato dos tabacos, foi o tumulto, o caos, e o debate desceu ao nível da vergonha. Alpoim atacava nos Pares a política de José Luciano, que replicava; e o ministro do Reino, sentindo o aviltamento de tudo e todos, exclamava: «*em nome da dignidade desta câmara, peço ao sr. Presidente do Conselho e ao sr. Alpoim que se calem*». No meio da confusão, de dissoluções e de adiamentos, José Luciano deixa o governo. Constitui-se novo gabinete, da chefia de Hintze. Novas eleições: entram os franquistas, os dissidentes de Alpoim, mas os republicanos são abafados. Há uma revolta no cruzador D. Carlos, mais por motivos disciplinares do que políticos; Bernardino Machado recusa a eleição porque, por fraude, o governo não permitira a de Afonso Costa; e o facto causa manifestações públicas, que o governo reprime com violência. Hintze pede ao

Rei o adiamento das cortes; recusa-lho o monarca; e o chefe regenerador demite-se.

Para os espíritos esclarecidos era evidente que o país se abeirava do fim de uma era. Haviam desaparecido vultos eminentes: Mariano de Carvalho, Emídio Navarro tinham morrido; Augusto Fuschini afastara-se; Hintze, pouco depois da sua última demissão, morre em Agosto subitamente; e José Luciano, entrevado, estava praticamente inválido. Não haviam surgido homens novos de igual envergadura; e João Arroio dizia, referindo-se a Hintze e José Luciano, que estes eram os dois últimos abencerragens dos partidos, e que acabava com eles a raça dos chefes; e no futuro poderia haver grupos de homens mas não chefes de partido. Talvez mais do que qualquer outro homem público, tinha consciência da situação o Rei D. Carlos. Falhara o ensaio de *Vida Nova*, com o *vencido da vida* Oliveira Martins; naufragavam as próprias virtualidades do sistema constitucionalista que, por fidelidade a si mesmo, estava sendo corroído por dentro; o Rei, com extrema lucidez, e animado da maior boa-vontade, procurara nos domínios da política externa exercer uma acção pessoal que arrancasse o país ao abismo; mas sente-se desamparado, numa «*monarquia sem monárquicos*». Rodeiam-no os conluios dos partidos, os interesses pessoais dos homens, a incapacidade das instituições; e o soberano encontra-se perante todas as tibiezas, todas as transigências, todas as corrupções; e os problemas dos indivíduos, como em todos os declínios, tomam o passo aos problemas nacionais. D. Carlos busca um *homem de carácter* que soubesse insuflar ordem nos costumes políticos, corrigir desmandos na administração, incutir mística no povo: em suma, que fizesse emergir uma *vida nova* no país. Esse homem, julgou o rei havê-lo encontrado em João Franco.

João Franco assumiu as responsabilidades do poder, com Ernesto Schroeter na Fazenda, na hora crítica da monarquia. Procurou efectivamente governar: entrou-se em regime de economias, no aumento dos réditos e cerceamento de despesas, na moralização da administração. Tentou-se o saneamento dos grandes escândalos: adiantamentos à Casa Real, o caso Hinton, o Crédito Predial. Estava-se praticamente em ditadura, todavia; e com todos os inconvenientes e nenhuma das vantagens. O Rei, que

criara a situação como meio de salvação nacional, estava consciente do facto. Lealmente, dava todo o auxílio a João Franco: «*Neste caminho encontrarás, tu e os teus colegas, todo o meu apoio, o mais rasgado e franco, porque considero que só assim, dadas as circunstâncias em que nos encontramos, poderemos fazer alguma coisa boa e útil para o nosso país*». Mas a João Franco talvez sobejassem carácter e rectidão de intenções e escasseassem sensibilidade e tacto políticos: e tomou uma série de medidas impopulares, inoportunas, que o próprio Rei desaconselhava e que, com o chefe do governo, arrastavam o Trono. Em começos de 1908, a 1 de Fevereiro, «*um Rei valoroso e um Príncipe sem culpas*» (1) são assassinados no Terreiro do Paço. Na velada das Necessidades, a Duquesa de Palmela pergunta a João Franco: «*Mas isto assim é o fim da monarquia, não é, João Franco?*» E este responde: «*O da monarquia e o da minha vida política*».

Não poderia D. Manuel estar menos preparado para o transe político que herdava. Estavam fora de questão o seu patriotismo, o seu alto sentido do dever, o seu espírito de sacrifício, a sua entrega total à causa pública, mesmo a sua inteligência. Mas a sua ingenuidade, o seu desconhecimento dos problemas e dos homens, a sua candura quase infantil, precipitaram o desfecho. Desde Fevereiro, no país era uma realidade o estado de insurreição. Toda a vereação de Lisboa era republicana; no parlamento, Afonso Costa, Egas Moniz, Alexandre Braga, Brito Camacho, João de Meneses, Pedro Martins, atacavam sem descanso; por todo o território multiplicavam-se os comícios republicanos, e tiveram aura de relevo os do Porto, Coimbra, Viseu; Júlio de Vilhena, que sucedera a Hintze numa precária chefia dos regeneradores, estava desentendido com todos os demais, e todos os demais estavam desentendidos entre si; e João Chagas afirmava sem rebuço: «*a revolução está iminente*». Para acalmar os ânimos e liquidar as sequelas do atentado de 1 de Fevereiro, D. Manuel chama Ferreira do Amaral, que não domina os acontecimentos; e depois, em rápida sucessão, Campos Henriques, Sebastião Teles, Wenceslau de Lima, Veiga Beirão, naufragam de fraqueza em fraqueza,

---

(1) Lopes de Oliveira.

perante a dissolução do sistema e o ímpeto republicano. Nas últimas eleições monárquicas, de 28 de Agosto de 1910, a facção republicana sai robustecida. Teixeira de Sousa, que dois meses antes constituíra governo, com Anselmo de Andrade na Fazenda, apresenta-se ao novo parlamento: e além dos republicanos, são os monárquicos progressistas, nacionalistas, franquistas e regeneradores de Vilhena, que lhe dão luta sem quartel. José Luciano, na sua cadeira de entrevado, traçara em carta ao Rei o quadro do momento político: «*Não pode Vossa Majestade imaginar o que se prepara por parte do governo, entendido com os republicanos do* Século *e do* Mundo, *contra a coligação monárquica para as eleições de amanhã! Na minha longa carreira pública nunca assisti a tal espectáculo.*» E advertia lucidamente o soberano: «*É preciso estar prevenido para tudo. E conte Vossa Majestade com o pior. Permita Deus que eu me engane.*» Mas não se enganou. Perante a abulia dos homens de governo, a confusão dos políticos monárquicos, a passividade das forças armadas, a indiferença geral, quase sem um tiro, quase sem sangue, em 5 de Outubro de 1910 proclamava-se a República em Lisboa e, pouco após, em todo o país Segundo João Chagas, a «*república fora feita por telegrama*».

Do idealismo, da isenção, do espírito público de muitos dos homens da república não era lícito duvidar, nem tão-pouco da sua probidade pessoal, ou do seu valor quanto a alguns, ou do seu patriotismo quanto à generalidade. Competentes nos domínios da sua especialidade — Miguel Bombarda era médico eminente; José Falcão, matemático distinto; João Chagas, jornalist de destaque; António José de Almeida, orador eloquente; Afons Costa, jurista de relevo; Brito Camacho, escritor, intelectual homem-de-Estado; Cândido dos Reis, oficial ilustre; e assim pc diante — eram no entanto aqueles homens vítimas de candur política, de ignorância das forças reais do país e do mundo, e d inconsciência dos problemas internos e externos ao nível do Estad aparecendo-nos tudo isto ainda agravado pela demagogia a qu se deixavam arrastar ou pelo partidarismo de que eram prisioneiro Acaso viveriam num outro universo. Queriam a democraci republicana: mas era uma democracia em que, assente a poei da violência, tudo se desfaria em flores, fraternidade, bons sent

mentos, altruísmo, concórdia. Magalhães Lima dera a definição: «*a democracia não é outra coisa senão o sorriso da liberdade, do mesmo modo que o sol é o sorriso da natureza*». Era uma imagem toda literária, decerto, e nada definia; mas correspondia a um estado de espírito em muitos. Com este escol político, no entanto, ia o país tentar finalmente *Vida Nova*.

9

Concluíra Salazar o curso teológico: que fazer? Não lhe consentia a idade que tomasse ordens maiores; havia que esperar; e perguntava-se o que poderia entretanto ocupá-lo. Além disso, constituía o sacerdócio uma vocação firme, irresistível, definitiva? Decerto: embebera-se no ambiente do seminário, e a sua religiosidade, o seu catolicismo, a sua fé, correspondiam a sentimentos profundos, bem arreigados e bem vividos; mas destes a uma entrega total e exclusiva ao serviço de Cristo havia todo um abismo a transpor. No seminário eram densos e espiritualmente amplos os seus horizontes; no Vimieiro, em Santa Comba, em Viseu, viviam-se no plano humano existências completas, que preenchiam o ciclo da vida com os problemas fundamentais do homem, o casamento, a educação, o amanho da terra, o granjeio do pão da boca, o criar dos filhos; mas para além daqueles horizontes e destas existências havia todo um mundo em que outros homens sofriam e lutavam por outras ideias, outros interesses, outras paixões, outros objectivos. O Dr. José Frutuoso, o Cónego José Marques Pimentel, o Cónego Barreiros, homens de virtude e de uma só fé, possuíam a sabedoria da cultura, do pensamento e da idade; mas se não o desviavam do sacerdócio, também não lho aconselhavam. Talvez julgassem prematura qualquer decisão, talvez pressentissem mesmo que não era firme a vocação de Salazar, e muito menos definitiva. E talvez ainda, pela sofreguidão de saber, pelas conversas que provocava, pelos assuntos que o prendiam, concluíssem que o seminarista, o ordinando Salazar buscava outros horizontes que transcendessem os do seminário ou os da Beira-Alta.

O Cónego António Barreiros, sobre ser bom clérigo, era homem de método, de disciplina, de autoridade benévola; minucioso na administração, atento a pormenores, educador por gosto; e de muita cultura, para além da religiosa e teológica, tratando familiarmente os grandes clássicos e estando a par de quanto se publicava em literatura, em filosofia, em psicologia, em história, mesmo em política, e isso tanto em Portugal como até em França. Dirigia agora o *Colégio da Via Sacra*, fundado havia pouco. Era um casarão rectangular, de rés-do-chão e um alto primeiro andar, com cinco janelas de face e três de lado, e no telhado mais três janelas de águas-furtadas, de frente, e outras duas laterais (1). Situado quase na periferia de Viseu, numa elevação, o colégio domina toda a cidade, e na distância avista-se a serrania do Caramulo. Preocupava-se o Cónego Barreiros em recrutar um bom corpo docente para o seu *Colégio*, e ofereceu a Salazar um lugar de prefeito e professor. Este aceitou. Era uma solução para o imediato, e que sentia provisória, sem saber que outra se apresentaria no futuro. E iniciou as suas funções no Outubro de 1908.

Salazar tinha um quarto só para si, na esquina norte do edifício. Tomava as suas refeições numa pequena sala ao fundo do corredor, sozinho ou com outros colegas — o padre Flor, o padre Cardoso — a uma mesa de madeira octogonal. Na porta entre a sala e o corredor, estava dependurado um painel de seda em que se inscrevia, com letras bordadas, um pensamento de Afonso Pena (2) que glorificava, como valores supremos, «*Deus, Pátria e Família*». Salazar olhava frequentes vezes o painel, como quem medita. E convivia com os alunos, dedicando atenção minuciosa aos seus problemas escolares ou pessoais e procurando resolvê-los. Do tempo livre, devotava a maior parte ao estudo. Possuía o Cónego Barreiros uma razoável biblioteca, e actualizada: pouco após a sua publicação, já se encontravam nas suas estantes os livros que lhe interessavam; e mesmo os que se editavam em França chegavam rapidamente às suas mãos. Escrevia nas portadas o seu nome, marcava a data da recepção. Salazar devorava a

---

(1) O edifício hoje tem, ligados a um corpo principal, mais dois corpos quadrangulares de cada lado, e uma ala extensa na parte do fundo.

(2) Escritor, político, homem-de-Estado brasileiro.

livraria do seu Director. Embrenhou-se nos clássicos portugueses; admirava o Padre Manuel Bernardes sobre todos; e entre os modernos fascinava-o Alexandre Herculano. Apaixonava-se por assuntos de sociologia e, acima de tudo, de pedagogia. Estudava, absorvia o *Compêndio de Sociologia*, de Antoine; e deslumbrava-o a *Psycologie de l'Éducation*, de Gustave Le Bon, que lia e relia. Por influência deste, interessava-se pelas civilizações anglo-saxónicas, em particular pelos seus sistemas de educação, e entre estes pelo sistema de educação britânica. Empreendeu o estudo da língua e da literatura inglesas, e da língua alemã também. Acentuava-se o seu gosto pela composição literária, aventurava-se em curtos ensaios, que ocultava de todos. Mas era sempre para os franceses, entre os estrangeiros, que ia a sua preferência; lia os modernos autores, os romancistas, os doutrinadores do nacionalismo e do monarquismo em França.

Para além dos seus estudos, todavia, e das suas leituras, das suas reflexões, das suas intermináveis conversas com o Cónego Barreiros, o novo professor entregava-se à vida escolar do *Colégio da Via Sacra* e participava intensamente, como orientador e animador, da actividade dos alunos. Salazar tomava a sério as suas funções, como se fossem definitivas, e houvesse de se lhes entregar por toda a sua existência.

10

Dos textos que eram objecto de estudo e de leitura reflectida, no entanto, alguns absorviam a atenção particular do professor de vinte anos. Constituíam o corpo de encíclicas do Papa Leão XIII, cuja morte ocorrera havia pouco. No plano político-religioso e social, representavam os documentos mais completos e mais sólidos, e eram lidos, relidos, comentados, glosados nos meios católicos e em todas as suas casas de ensino e formação. Sem que se esquecessem as primeiras encíclicas sobre os males sociais do momento e sobre o sacramento do matrimónio cristão, incidiam as atenções sobre a *Diuturnum*, que iniciava toda uma revolução no pensamento católico. Nesta encíclica se condenava a «*excessiva liberdade*» e, na tradição da catequese dos Apóstolos e dos

Doutores da Igreja, refutava-se a ideia, muito em voga, de que o poder civil e político proviesse do povo. Não importava à Igreja que o governo fosse «*de um só ou de muitos*», desde que «*aplicado ao bem comum*»: e isso porque «o *poder político não é criado para servir o interesse particular de ninguém*», mas o de todos os governados. A todo o grupo de homens é indispensável um chefe, como necessidade imperiosa. É de rejeitar o contrato social de Rousseau: antes de qualquer resolução da sua vontade, a condição natural dos homens é a de viverem em sociedade; as teorias modernas sobre o poder político «*têm causado grandes males*»; e são «*como que um estimulante perpétuo para as paixões populares, que se verá crescerem cada dia em audácia e prepararem a ruína pública*». Depois, a propósito da situação francesa, o Pontífice recomenda na *Nobilissima Gallorum Gens* a unidade religiosa como um bem e salienta como aos pais incumbe educarem na Igreja os seus filhos. Mas é de problemas mais acentuadamente políticos que Leão XIII se ocupa na *Immortale Dei*. Apresenta aí conceitos básicos de filosofia de governo. «*Nenhuma sociedade pode existir sem um chefe supremo*» e a «*soberania por si não está necessariamente ligada a forma alguma política*» e «*pode muito bem adaptar-se a esta ou àquela*», desde que útil ao bem comum. Devem estar separados com nitidez o poder eclesiástico e o poder civil: «*cada um deles no seu género é soberano*», embora seja necessário que «*haja entre os dois poderes um sistema de relações bem ordenado*». São contrários ao direito cristão e ao direito natural os «*princípios modernos da liberdade desenfreada*», em que alguns julgam ver o fundamento de um suposto «*direito novo*»; a autoridade pública não é apenas a vontade do povo; e o Estado não pode ser o reflexo da «*multidão soberana*». E aborda-se na encíclica um ponto capital: a «*liberdade de pensar e publicar os próprios pensamentos, subtraída a todas as regras, não é por si um bem de que a sociedade se tenha de felicitar, mas é antes a fonte e a origem de muitos males.*» E Leão XIII define o papel dos católicos na vida pública: «*será útil e louvável que os católicos geralmente estendam a sua acção além dos limites deste campo demasiado restrito, e se cheguem aos grandes cargos do Estado.*» Embora sob outros ângulos, Leão XIII tratava de temas semelhantes na encíclica *Libertas*. Sustentava nesta que a

liberdade seria para o homem «*coisa muito prejudicial*» se exercida sem uma lei, isto é, «*uma norma do que é preciso fazer e omitir*». Neste género de lei, «*a missão do legislador civil limita-se a obter, por meio duma disciplina comum, a obediência dos cidadãos, punindo os maus e os viciosos*», para os afastar do mal e para os «*impedir de ferir a sociedade e de lhe ser prejudicial*». E assim é condenável o «*liberalismo*» sem peias, por conduzir o homem «*a uma licença ilimitada*». Em consequência, a liberdade de se exprimir pela palavra e pela imprensa «*não é seguramente um direito*»: pois que, se quanto à «*verdade e ao bem há o direito de os propagar no Estado com liberdade prudente, a fim de que possam aproveitar ao maior número*», já quanto às «*doutrinas mentirosas, que são para o espírito a peste mais fatal, assim como os vícios que corrompem o coração e os costumes, é justo que a autoridade pública empregue toda a solicitude para os reprimir, a fim de impedir que o mal alastre para ruína da sociedade*». Se a todos fosse concedida a liberdade de falar e escrever, nada mais seria sagrado e inviolável, nem causa alguma seria poupada, e nem mesmo seriam respeitados os «*grandes princípios naturais que se devem considerar como um nobre património comum a toda a humanidade*» (1). Por fim, um Estado com «*uma constituição moderada pelo elemento democrático*» não estava proibido, desde que respeitasse «*a doutrina católica sobre a origem e o exercício do poder público*», e a Igreja seria fidelíssima protectora das liberdades civis, desde que «*isentas de excesso*». E continuando a traçar todo um programa político para o Estado e a sociedade, Leão XIII lançava em 1890 a *Sapientiae Christiannae*. Sublinha o Papa que o progresso material tem andado de par com um regresso espiritual, por se abandonar a prática das virtudes cristãs. Entre estas, e por lei natural também, está a que «*nos manda amar com predilecção extremosa e defender a terra em que nascemos e nos criamos*», e igual atitude devem os cristãos assumir em face da Igreja, combatendo por esta quando necessário. Para o efeito deveriam os cristãos amar aquelas «*duas pátrias*», e na

(1) Com alguma subtileza, e talvez alguma contradição também, Leão XIII exceptuava destas regras «*as matérias livres*», que Deus deixou entregues às discussões dos homens.

unidade e na disciplina, na fidelidade ao Papa em matéria de dogma e na obediência aos Bispos, seria seu dever «*descer à arena*». Porque tem unidade, disciplina e é em si mesma uma sociedade perfeita, nega-se a Igreja a seguir partidos políticos, e a enfeudar-se às exigências volúveis da vida política: mas aprova todo e qualquer sistema, se respeitar a religião e a moral cristã. Por outro lado, como a família contém em si os gérmenes da sociedade civil, «*é no lar doméstico que se vai criando a sorte dos Estados*»: e daí o imperativo de uma educação cristã da juventude.

Mas seria na encíclica *Rerum Novarum*, de Maio de 1891, que Leão XIII trataria um dos temas mais agudos: a questão operária. Repudiando a solução socialista, o Papa considera como de direito natural o direito ao salário, e às economias que esse salário permita, e ao livre uso dessas economias, e à propriedade privada portanto. Decerto Deus outorgou toda a terra a todo o género humano; mas não assinou nenhuma parte a nenhum homem particular; e deixou a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos. Aliás, a terra, ainda que parcelada, não deixa de ser de utilidade comum: ninguém há que se não alimente dos produtos dos campos. E mais: é de direito natural a constituição da família, a existência de filhos: e para sustentação destes é imperativa a existência de um património que lhes assegure o futuro. Por tudo isto, os socialistas, destruindo a propriedade privada e invadindo o «*santuário da família*», quebram os laços desta e vão contra a justiça natural. E o comunismo, rompendo a inviolabilidade da propriedade particular, é em si um princípio de empobrecimento, e estabelece a igualdade «*na nudez, na indigência e na miséria*». Há que rejeitar a ideia de luta de classes: por um lado, a propriedade particular é legítima por outro lado o homem, mesmo em estado de inocência, não fo destinado a viver em ociosidade e daí a dignidade do trabalho e as duas classes não são inimigas natas uma da outra, pois a natureza não armou «*os ricos e os pobres para se combateren mutuamente num duelo obstinado*». Há que reconciliar uns c outros, lembrando a ambos os seus deveres: aos patrões, cab respeitar a dignidade do operário, que não é um escravo, e pagar -lhe o salário que convém, o salário justo, e fazer bom uso socia dos bens de fortuna; e os operários devem assentar em que a

modéstia não é opróbrio, nem o trabalho é indigno, e que a riqueza não dá felicidade, nem isenta muitas vezes de dores e humilhações. Quando pelo jogo natural das coisas não se produzir o equilíbrio desejável na sociedade, ao Estado competirá intervir para remediar abusos, corrigir injustiças, e assegurar a salvação e os interesses da classe operária. Em qualquer caso, importa entender que a fonte fecunda e necessária de todos os bens é principalmente o trabalho do operário, o trabalho dos campos ou da oficina, e a equidade manda portanto que o Estado se preocupe dos trabalhadores. Para situações de conflito que surjam, a greve não é remédio: faz dano aos patrões e aos próprios operários, e ao comércio, e aos interesses comuns, e provocando violências e tumultos põe em risco a tranquilidade pública. Ao Estado compete prevenir estes males com a autoridade das leis, e remover a tempo as causas de que possa nascer conflito entre operários e patrões. Entre os trabalhadores, têm de receber especial protecção as mulheres, que devem de preferência ser reservadas à boa educação dos filhos e à prosperidade da família, e os menores, que não devem entrar nas oficinas antes de haverem desenvolvido as suas forças físicas, intelectuais e morais. Mas para determinação do salário justo, e das condições de trabalho, e para conciliação das classes, devem patrões e operários falar entre si e fazer todas as convenções que lhes aprouver. Para o efeito, e como instrumento apropriado, deveriam ser utilizadas as associações, as congregações, as corporações do patronato e do operariado. Seria de aproveitar na esfera civil o exemplo das confrarias e das ordens religiosas, embora estas em muitos países hajam sido vítimas de perseguições iníquas, e de espoliação de bens a que tinham legítimo direito. Mas o modelo poderá servir aos operários, e estes devem constituir as suas associações para defenderem os seus direitos, protegerem-se entre si, e melhor poderem chegar a entendimento com os patrões.

Mas a doutrinação política e social de Leão XIII não cessou com a *Rerum Novarum*. Em 1892, publicava a *Inimica Vis*: numa tradição que já vinha de Clemente XII e Bento XIV, e que foi reafirmada por Papas subsequentes, como Leão XII, Pio VIII, Gregório XVI e Pio IX, também Leão XIII julgou indispensável uma condenação solene da maçonaria, em particular na Itália, e denun-

ciou os seus métodos de penetração e as ruínas sociais a que conduzia o liberalismo maçónico. Entre este e o catolicismo era portanto absoluta a incompatibilidade. Depois, já no século XX, em 1901, completa Leão XIII a sua construção doutrinal. É a encíclica *Graves de Communi*. Constituía a reiteração dos textos anteriores, o esclarecimento de alguns conceitos, a resposta a críticas. Pondo de parte expressões em voga — o socialismo cristão, o cristianismo social, a acção popular cristã — o Papa opõe a democracia cristã à democracia social, que nada têm de comum, e fixa-se naquela. Elabora, define, desenvolve então o conceito de democracia cristã: manutenção integral do direito de propriedade, distinção das classes que sem conflito são próprias de um Estado bem constituído, independência perante as formas de governo, alheamento das paixões dos partidos, promoção da conciliação entre as classes sociais como uma só família, obediência às ordens justas das autoridades desde que estas se conformem à lei de Deus. Para a democracia cristã, a questão social não deveria ser apenas a questão económica: era também, e principalmente, a questão moral e religiosa: e haveria de ser resolvida em conformidade com as leis da moral e da religião. E para completar o seu quadro, a democracia teria e deveria socorrer-se da beneficência, da previdência, e de uma acção social que, traduzida em congressos e comissões, levasse a democracia cristã até ao povo.

Ao amoralismo na filosofia, ao império exclusivista do progresso material, aos vícios da industrialização maciça, às paixões populares exacerbadas, aos mitos dos demagogos, às escolas do socialismo libertário, ao manifesto dos comunistas — Leão XIII opunha um esquema moderno que abrangia a estrutura do Estado, a organização da sociedade e das relações de trabalho, a economia, a família, a educação, o comportamento dos cidadãos, a própria vida política das nações. E tratava-se agora de saber, para os que reflectiam sobre os textos, como traduzir em acção prática, ao nível dos Estados, dos governos e das sociedades, os princípios doutrinários lançados pelo Pontífice Romano [1]. Era um problema que se punha aos meios conservadores por toda a Europa.

---

[1] O *manifesto comunista* foi composto por Engels e Marx em fins de 1847, para a antiga *Liga dos Justos*, rebaptizada de *Liga Comunista*, e

11

Instalado como *prefeito* no *Colégio da Via Sacra*, Salazar podia agora pôr em execução as suas ideias sobre pedagogia. Desenvolver nos alunos a iniciativa e a vontade, impregná-los de fé cristã, estimular-lhes o sentimento de civismo e de patriotismo, suscitar-lhes o respeito pelos símbolos da Pátria como expressão de valores supremos, constituíam tarefas que o antigo seminarista se impunha. E ao mesmo tempo, para dar vivência ao seu ensino, proporcionava aos educandos os textos apropriados, de modo a que estes, ao usarem-nos, fossem absorvendo a doutrina que importava. Era um esforço de adaptação a Portugal dos métodos e objectivos da educação inglesa, introduzidos e praticados em França na *École des Roches*, de Desmoulins. E tentava imprimir nos escolares um espírito e imbuí-los de um ambiente que fossem específicos do *Colégio da Via Sacra*.

Dentro destes propósitos, e de harmonia com as preocupações literárias e poéticas que o seduziam, compôs Salazar um hino *À Bandeira*. Para uso dos alunos, foi impresso no jornalinho do colégio, os *Ecos da Via Sacra*. Eram estas as estrofes:

Salvé, bandeira sagrada,
Bandeira de Portugal!
No cimo do monte agreste,
No fundo do ameno val'.
Ergue-te, bandeira santa,
Bandeira de Portugal!

Salvé, symbolo sagrado
Da Pátria que é nossa mãe
A quem eu respeito e amo,
Como não amo ninguém!
Salvé, bandeira que lembras
A Pátria que é minha mãe!

---

destinava-se então a substituir o *socialismo utópico* de Owen, e de Saint-Simon, e de Fourier, e de Blanc, proclamando uma nova doutrina militante de luta de classes e revolução mundial.

Feita do sol da glória,
Bandeira do meu paiz,
Tens sulcado os mares longínquos
Em tanto dia feliz.
E ganho tanta batalha,
Bandeira do meu paiz!

Oh! Bandeira azul e branca!
Azul, como o bello ceu,
Branca, côr dos brancos anjos...
Que grande encanto é o teu!
As cores da nossa bandeira
Vieram ambas do Ceu!

Grava-te bem na minha alma,
Bandeira minha querida!
Que eu nunca em vida me esqueça
De que à Pátria devo a vida,
O sangue, a glória, tudo,
Bandeira minha querida!

Salvé, bandeira formosa,
Bandeira do meu paiz,
Que por elle é minha vida,
E que eu morria feliz,
Se na morte me abraçasses,
Bandeira do meu paiz!

Porque eu te amo no mundo,
Como não amo ninguém,
Salvé, bandeira que lembras
A Pátria que é minha mãe!

Como na poesia *A uma rosa*, de novo sobressaíam a candura literária, a pobreza poética, a monotonia de temas, a indigência de imaginação, a ingenuidade, o romantismo imaturo; mas ressaltavam também uma alma ardente, sinceridade, convicção arreigada,

e um absorvente amor filial pela mãe. Esses mesmos traços caracterizavam o *Hino do Colégio*, que Salazar escreveu pela mesma altura. Muito breve, dizia assim:

Deus dê sempre à nossa alma a virtude,
Deus nos dê sempre a Fé e o Amor,
Santa fonte em que vamos beber
Para a Pátria grandeza e valor.

Nós queremos ser filhos
Da Pátria sem rival,
Queremos a grandeza
Do nosso Portugal! (1)

Como no hino à bandeira, também aqui eram vincados um patriotismo profundo e uma fé inabalável.

Pela Semana Santa de 1909, Salazar foi ao Vimieiro, e nas festas religiosas realizadas em Santa Comba tomou parte destacada, considerado por todos como sacerdote. Na Misericórdia, houve solenidade religiosa, celebrada pelo Padre Francisco Pereira Borges, capelão da Santa Casa; e ao lado do velho Padre António, e de outros de freguesias vizinhas, o *padre* Salazar ajudou à cerimónia. Depois, foi a adoração da Cruz, «*acompanhada a grande instrumental e vozes, pela orquestra da filarmónica desta vila, sob a batuta do seu novo regente, sr. Rocha*». Pela tarde foi a procissão do Enterro, com a Irmandade do Santíssimo e a da Misericórdia, «*ambas no máximo dos seus membros*». E «*lindas criancinhas, vestidas de anjos, verdadeiramente encantadoras, tomaram parte no cortejo, conduzindo diversas insígnias, e as quais, pela sua formosura e graciosidade, muito concorreram para a imponência da procissão*». E o esquife, com a imagem do Senhor Morto, foi transportado aos ombros de quatro padres: lado a lado, o Padre António e o Padre Salazar. Era Sexta-Feira de Paixão. Depois, no

(1) Segundo me informou o director do Colégio, este hino foi musicado pelo Padre Barreiros, e era o do Colégio ainda em 1973. Ignoro se entretanto foi abandonado.

domingo seguinte, foi a Festa de S. Sebastião. Houve missa na Igreja Matriz, acompanhada a grande instrumental pela Filarmónica 1.º de Maio, sempre sob a batuta do sr. Rocha. E o sermão foi proferido pelo Padre António de Oliveira Salazar. «*Como era a primeira vez que o jovem eclesiástico discursava nesta vila, foi muita gente ouvi-lo, e a vários cavalheiros ouvimos tecer ao sr. padre Salazar os maiores elogios*»; o «*discurso que proferiu, segundo a opinião geral, agradou muito, especialmente o exórdio, que foi muito bem deduzido e claramente exposto*»; e «*no sermão propriamente dito o sr. padre Salazar teve passagens verdadeiramente felizes, reveladoras de aturado estudo*». Esta estreia era, portanto, «*penhor seguro de que o sr. padre Salazar pode fazer uma carreira brilhante, dedicando-se à oratória sagrada*». Depois, pela tarde, entre as 5 e as 7 horas, a Filarmónica 1.º de Maio foi para o coreto, e aí, sob a regência do sr. Rocha, «*executou as melhores peças do seu novo reportório*». Era a primeira vez que a Filarmónica se exibia «*depois que da sua regência se encarregou o sr. Rocha*», e por isso o Largo Alves Mateus encheu-se de curiosos «*para apreciarem os progressos que a Filarmónica tem alcançado nos últimos tempos*».

Depois da Semana Santa, passada entre Santa Comba e a casa dos pais no Vimieiro, Salazar regressa à *Via Sacra*. Voltava à rotina do colégio. Entretanto, havia tomado uma decisão fundamental: tirar o curso do liceu. Para o efeito, obteria as equivalências possíveis com as cadeiras feitas no Seminário e submeter-se-ia, como aluno externo, aos exames finais do curso complementar do liceu Alves Martins. E iniciou com alma a sua preparação.

Mas minavam-no de novo o demónio da acção e o vírus literário. Desses sentimentos foi reflexo o artigo de 11 de Abril de 1909, na coluna *galeria dos novos*, que Salazar escreveu para *A Folha* sob o título *Guerra à má imprensa*. Atacava a imprensa que não edifica mas destrói, que não educa mas perverte, e que tudo *amesquinha, bestializa, nega, aniquila* e *subjuga*. Era portanto indispensável uma guerra sem quartel a essa imprensa; e a imprensa republicana era o «*maior inimigo, porque é o inimigo da Pátria, é o inimigo da Religião, é o inimigo de tudo o que há de bom, de tudo o que há mais santo e mais sagrado*». Era assim um texto de linguagem dura, de combate; e, se não se con-

fessava monárquico, não ocultava Salazar pelo menos o seu anti-republicanismo. Dentro de dias completava vinte anos.

No fim do ano lectivo, em 1909, requereu como «*aluno estranho*» os exames oficiais da 1.ª secção do Curso Geral do liceu. Submeteu-se às provas escritas. Foi aprovado: em português, com 19; em francês, 16; em inglês, 18; em matemática, 20; e em desenho, 16. Depois foram os exames orais, e classificaram-no: em português, com 20; francês, 20; inglês, 20; geografia e história, 19; ciências físicas e naturais, 20; matemática, 20; e desenho, 20. No dia 16 de Julho de 1909 reunia-se o júri: e aprovava Salazar com distinção e nota final de 19 valores. Afectuosamente, felicitava-o o Cónego Barreiros. E dava-lhe uma alegria suplementar: no corpo docente do *Colégio da Via Sacra* iam ingressar o Mário de Figueiredo, que entretanto concluíra o seminário, e o Mário Pais de Sousa, que era cunhado de sua irmã Laura. E *A Folha*, em artigo de 18 de Julho, destacava o triunfo e a nota excepcional de Salazar.

12

Seminarista bem cotado e aguardando ordens maiores, eloquente orador sagrado segundo folhas locais, mestre-escola estimado dos seus pupilos, classificado no liceu com as mais altas marcas, querido do Dr. José Frutuoso e do Cónego Barreiros, trabalhador, estudioso, atento aos pormenores, avisado, Salazar adquirira fama entre a aldeia e a cidade, e o seu nome era citado nos círculos restritos ligados ao seminário e ao liceu. Justamente, passadas as férias grandes, estava em preparação no Liceu a habitual festa comemorativa da *Restauração* de 1 de Dezembro de 1640. Haveria uma sessão solene, e alguém teria de proferir uma conferência. Quem? Ocorreu o nome de Salazar, e a sua juventude de 21 anos não cumpridos não foi obstáculo. Convidado pelo Dr. Corte-Real, professor liceal e bem conhecido por republicano, Salazar aceitou. E no dia 1 de Dezembro de 1909 pronunciava perante o corpo docente do Liceu Alves Martins, alunos e famílias, a sua primeira conferência formal. E foi uma festa «*imponente*».

Tratava-se de celebrar a data nacional do Primeiro de Dezembro. Mas Salazar, fiel à sua paixão, ocupou-se sobretudo de pedagogia, de formação da mocidade, do grande imperativo que era a reforma do homem português. Para tanto, era indispensável alterar as relações entre professores e alunos. Aqueles não podiam continuar a ser «*figuras impassíveis, corações de gelo*», que marcam «*lições e apontam notas*»; e estes deveriam subir até ao mestre, deixando de ver neste um tirano inflexível. Ainda há pouco, num livro que lera de um educador francês — Salazar pensava em Gustave Le Bon — se expunham estas ideias, que ninguém de juízo contestara. E nada «*no mundo havia de mais nobre do que o apostolado do ensino: grande obra era moldar uma alma*». Formar um carácter, um indivíduo, uma inteligência, uma vontade, «*como os precisa para ser grande este pobre paiz de Portugal*». E Salazar entrava claramente num plano político: «*Pobre, e bem pobre! Ouve-se ahi dizer a cada passo, nas ruas, nas assembleias, nas praças públicas, nos artigos dos jornais oposicionistas, porque para os outros isto vai sempre em mar de rosas, que Portugal está decadente, que nós caminhamos para o aniquilamento da nossa nacionalidade. Tudo falla em desgraças. Veem-se Jeremias de mais por esse paiz chorando com saudades do antigo templo; mas notae, meus senhores, que esses Jeremias choram sentados: chora-se de mais e trabalha-se de menos... Uns atribuem a nossa decadência às crises políticas, outros ao avanço da ideia republicana, outros aos deputados, outros aos ministros, outros às influências árabes, para não irem mais longe buscar as influências célticas...*» Traçado o quadro, Salazar expõe um pensamento arrojado para quem não atingiu os vinte e um anos: «*Eu também não sei qual é a causa; mas são as ideias que governam e dirigem os povos; e são os grandes homens que teem as grandes ideias*». E continua a colocar-se num terreno do mesmo passo pedagógico e político: «*Porque nós mesmos, nós, o paiz de amanhã, porque forçadamente os filhos do século XIX é que hão-de constituir o Portugal do século XX, nós os deputados, nós os ministros, nós os funcionários públicos, os advogados, os médicos, os professores, nós que talvez já tenhamos escrito o nosso artigo nos semanários das vilas ou nos pregoeiros políticos das cidades, contra o mal estar das finanças e a desvergonha da política, que ideias*

temos, que levamos para fazer a prosperidade desta pátria portugueza?» Era uma crítica à inacção. Era preciso trabalhar, sacudir a ociosidade, e não deveriam os homens instalar-se somente nas profissões rendosas e sem risco; o país precisava também de comerciantes, de agricultores, de poderosos industriais; e se não podíamos ser uma nação industrial, por nos faltar o carvão — que era «*o pão da indústria*» — teríamos de ser um povo essencialmente agrícola; mas da agricultura não estávamos tirando metade do proveito possível, por serem velhíssimos os processos usados. E protestava: «*Quem se importa porém com isso? Trabalhar o menos possível sob a tutela do Estado que lhe garanta o suficiente à vida, eis o sonho, o belíssimo sonho do preguiçoso portuguez!*» Era preciso operar uma conversão completa do homem português, mesmo do homem latino. E citando expressamente Gustave Le Bon e Desmoulins, propunha um remédio: «*inglesar, se assim me posso exprimir, as sociedades latinas*». Não se impunham talvez mais reformas do ensino: cada uma era pior do que a anterior. Impunha-se reformar o homem. Para isso não havia que alterar o ensino nem os programas: havia que modificar os *métodos de ensino*. De novo se socorria de exemplos franceses em que se haviam adoptado sistemas de educação inglesa: e elogiava nesta o seu regime familiar, o regresso à família, onde havia tanto que aprender em matéria de educação. Depois, Salazar fazia uma incursão pela Idade Média, para negar que houvesse sido uma época de obscurantismo; invocava a história e, estribando-se em Cícero, tinha-a por grande mestra da vida; e considerava a História e a Geografia como exercendo no homem poderosas influências, e escudava-se numa larga citação da *Éducation Nouvelle*, de Desmoulins. Neste particular, concluía: «*a utilidade da História não está no conhecimento de grande número de factos; está antes na lição que se pode tirar deles*»: e «*são os factos que nos auxiliam a compreender como se engrandeceu e desenvolveu uma nação*», segundo sublinha a citação que Salazar faz de Herbert Spencer. E o moço seminarista e mestre-escola conclui a sua conferência: «*Nós temos uma pátria, e assim como as nossas mães são as melhores de todas as mães, a nossa pátria deve ser para nós a melhor de todas as pátrias. A sua vida já longa tem sido um rosário brilhante de glórias, um rosário brilhantíssimo de gran-*

dezas. Mas já houve tempo em que as lágrimas de prisioneiro lhe caíram dos olhos, pesadas e amargas: fomos já escravos em terras portuguesas! Hoje não o somos, e não o somos porque num dia igual a este dia portugueses houve que nos libertaram. Somos pois livres; mas, se esses portugueses nos fizeram livres, não foi para que nos rendêssemos à escravidão da morte! Não! Portugal não deve morrer! Ele deve viver para os mundos que descobriu, para as nações que assombrou com as cintilações da sua grandeza e do seu heroísmo! Não há a descobrir novos mundos, nem a guerrear extranhas nacionalidades: mas há a fazer uma obra grandiosa de paz, há a formar cidadãos tão bons portugueses do século XX como outros o foram do século XVII. Há a necessidade de os portugueses de ontem fazerem da mocidade o glorioso Portugal de amanhã — um Portugal forte, um Portugal instruido, um Portugal moralizado, um Portugal trabalhador e progressivo! Será preciso para isso amar-se muito a pátria? Oh! é preciso amar sempre a pátria, e, como nós amamos muito as nossas mães, amemos também a nossa pátria que é a grande mãe de nós todos!»

Num estilo pessoal incaracterístico, que se procura sem se encontrar, a palestra do Liceu Alves Martins constitui a continuação dos artigos de *A Folha* e o desenvolvimento em prosa do *Hino à Bandeira*. Há o deslumbramento da juventude perante leituras que suscitam ideias, revelam mundos insuspeitados, rasgam horizontes sem fim. Há a crença cega e confiada na eficácia dessas ideias, se postas em prática; e as mesmas tornam-se depositárias de todas as esperanças e de todos os sonhos. Há a mesma devoção filial pela figura abstracta da Mãe. Há por outro lado, no moço mestre-escola, uma análise preocupada dos pontos doentes da sociedade portuguesa: o mal-estar das finanças, a desvergonha da política, o cepticismo, a falta de carácter dos homens. Há ainda um desejo, um ímpeto ardente de que tudo seja modificado, revolvido, para se criar um país novo. Há finalmente uma determinada visão de Portugal: primária, talvez tosca, a traços grossos, mais pressentida do que friamente consciente: e essa visão é a de um Portugal regressado às raízes e que, tomando destas o seu alento, se torna numa grande nação pelo trabalho, pela lucidez, pela inteligência, pela moralização, e pela adopção em termos novos

dos grandes valores básicos das sociedades. E pelo patriotismo, sobretudo. E à conferência, feita por um rapaz de pouco mais de vinte anos, foi dada honra de publicação, em jeito de folhetim, no jornal *A Folha;* e teve repercussão, foi conhecida em Lisboa, comentada nalgumas secretarias: e o director-geral da Instrução Pública, por intermédio do Reitor do Liceu, mandou a Salazar um abraço de aplauso e louvor (1).

13

Pelo Natal de 1909, Salazar foi para o Vimieiro: era quadra reservada à família e principalmente aos pais. António de Oliveira Feitor, com os seus setenta anos, estava rijo, e a vida era mais leve agora. Maria do Resgate, nos seus sessenta e quatro anos, estava poída por mil trabalhos, e vivia de achaque em achaque. Constituía para o filho uma obsessão de todos os instantes. Mas no princípio de 1910 Salazar regressou a Viseu e ao seu Colégio. Apaixonado pela formação dos alunos, procurava satisfazer todos os seus legítimos desejos. E estes, para o Entrudo que se avizinhava, preparavam uma festa, de cultura e divertimento, e pediram a Salazar um auto para ser representado. E efectivamente, em Fevereiro, na terça-feira de Entrudo, pela tarde, fez-se a festa. Compareceram os professores, os alunos, as famílias. Recitaram-se poesias compostas pelos escolares. Tocou-se piano: D. Nazareth de Figueiredo e Silva interpretou um *Nocturno* de Chopin e uma *Rapsódia* de Cantos Populares; e D. Cecília e D. Josefina Correia entretiveram o auditório com melodias. Depois, foi a represen-

---

(1) A parte a sessão solene no Liceu, o *Colégio da Via Sacra* organizou também uma celebração do 1.º de Dezembro. Para o efeito, Salazar compôs um *auto* ou diálogo entre *Egas Moniz* e *Portugal*. Do documento que examinei, conclui que não chegou a ser representado na altura, mas apenas em 1936, numa festa para crianças promovida pelo jornal *A Voz*. Quanto à conferência, *A Folha* informa que não fora escrita, mas proferida sobre notas, tendo-a Salazar redigido depois para efeito de publicação naquele jornal.

tação de uma peça, cujo prólogo Salazar escrevera para satisfazer os alunos e que foi recitada «*pelo aluno Afonso com voz retumbante e firme*». Dizia assim o prólogo:

«Senhoras e Senhor's!
Eu venho anunciar
Uma peça que certo muito há-de agradar
A Vossas Excelências! Peça sem rival,
Em quadros vários mil, num acto por sinal.
É formada de cantos lindos, populares,
Que brincam nos sorrisos, riem nos olhares
Da mocidade alegre dessas aldeolas!
Como aves que fugiram, livres, das gaiolas,
Voando a vez primeira pelo azul sem fim,
Ela solta canções e tem notas assim
Como lamentos tristes de quem sofre ou chora,
Ou cantos de quem ri, ao levantar da aurora!
A música — eu sei lá! — criou-a assim o povo,
Em noites de luar, c'um sentimento novo,
Ouvindo o rouxinol cantando nas balseiras,
A ver um ramo lento ardendo nas fogueiras;
Assim triste também, a semelhar as mágoas
Que a gente julga ver no murmurar das águas,
Ou, sim, alegre, franca, saltitante, viva,
De sinos que repicam em tarde festiva!

Vossências hão-de ver, oh! a sublime dor
Dos cantos populares, ao lado do amor,
Dessa alegria franca, imensa, sem igual,
Que lembra à nossa alma o canto matinal
Das belas cotovias; ou, em noite linda,
Cantos de rouxinol!
Oh! a saudade infinda
Dos cantos populares!
Vossências verão
Que a música do povo vem do coração!

Perdi-me com certeza!
Mas o que dizia?...
Ah! tendo a nossa peça partes de alegria,
Tem partes de tristeza!
A gente ri e chora
Ao pé do cravo alegre as lágrimas da aurora!

Pois a cena é na aldeia: após um canto triste,
A graça esfusiante a que ninguém resiste
Dum rancho de rapazes e mais raparigas
(Que, sim, digo a Vossências a quem julgo amigos.
São rapazes também: oh! mas isto em segredo,
Porque afinal a gente também tem seu medo
De virem a saber-se umas coisas assim);
Esses ranchos, digo eu, cantando, vem pôr fim
À tristeza dos dois com a intervenção
Dum rei, mas rei alegre, forte, valentão,
Que chamamos Entrudo!
...E acabou-se a festa!
É pouco?
Mas, Senhores, a primeira é esta!

Chamamos a atenção de Vossas Excelências
E a sua caridade p'ra as deficiências
Da nossa execução.
Podemos pois cantar!
Senhoras e Senhor's!
Vamos principiar!»

Na sua ingenuidade poética e pastoril (1), que quase lembraria a *Menina e Moça* e algumas trovas de Bernardim, de mistura com traços mal adaptados de Junqueiro, Salazar buscava uma nota de humor, de imensa candura, como se impunha para o auditório juvenil. Deu o Cónego Barreiros ao *Prólogo* honras de publicação nos *Ecos da Via Sacra* (2). E semanas depois, em fins de Março,

---

(1) Colhi indícios de que Salazar publicou por esta altura um livro de versos intitulado «*Ais*». O meu muito querido amigo e grande escritor Domingos Monteiro informa-me de que há muitos anos viu esse livro. Algumas pessoas de Coimbra recordam-se também de o haverem visto. Sem embargo de todas as buscas, não consegui descobrir qualquer exemplar, nem notícia escrita, de anúncio ou crítica sobre o volume. Recolhi também a versão de que Salazar, chegado à idade madura, procurou e comprou todos os exemplares disponíveis, e os destruiu.

(2) Salazar opunha-se a que as suas composições poéticas se publicassem com a sua assinatura; O P.e Barreiros, ao anunciá-las, informava que a modéstia do autor não lhe consentia dizer o nome. Documenta-se a autoria de Salazar, porém, porque no seu exemplar dos *Ecos da Via Sacra* o P.e Barreiros escrevia sempre pelo seu punho que era Salazar o autor, ao lado de cada composição.

pela Páscoa, Salazar substituía o seu director no artigo de fundo dos Ecos. Intitulava-o «A Vós...» E escrevia:

«Meus queridos Amigos: Tende paciência, que não haveis por esta vez de ler, junto dos vossos artigos e à frente do jornal, as atraentes palavras de incitamento do nosso Director. Ele acompanha-vos em espírito, como eu vos tenho acompanhado, sempre que lançais para o mundo da publicidade o resultado do vosso estudo. E que sempre o façais com a mesma sinceridade e verdade com que fazeis hoje, mesmo quando no futuro emoldurardes em primores de estilo vossos altos pensamentos.

Sabeis, meus amigos, o que é dizer uma falsidade num jornal?

É envenenar as almas singelas que o crêem, é ludibriar os que em nós confiam, é desorientar os que por si não podem averiguar da veracidade de todas as afirmações.

Quando pelas ruas, tiritando de frio, as pálidas crianças vos pedem uma esmola, não costuma negar-lha o vosso coração; ou quando pelas vossas aldeias o mendigo roto e exausto vos pede abrigo, no fundo da vossa alma achais ainda compaixão pelas misérias da terra...

E haveis, meus amiguinhos, de dar o veneno da mentira a quem vos pede o pão da verdade? E haveis de deixar de abrir inteligências à luz que nos ilumina a nós?

Se a vida colegial é, deve ser, a aprendizagem da vida na sociedade, é preciso que o nosso jornal seja o ensaio d'uma grande missão — a missão de instruir e educar, — e seja para nós sempre uma tribuna sagrada como a do templo donde o sacerdote ensina a palavra do Senhor!

Que respeito, meus amigos, nos não deve merecer a imprensa tão útil ou tão prejudicial, e com que cuidado não devemos pensar nossos artigos e pesar as afirmações que neles fazemos! Que nunca a nossa pena se desonre com uma falsidade, nem a nossa boca se manche com uma mentira!

É a sociedade que no-lo exige, é Deus que no-lo manda, Deus que morreu para mostrar

«Que a gente pela verdade
Se deve deixar matar!»

Olhai: Vai sair o nosso jornal, quando pelos templos vestidos de luto, voam canções tristes como lágrimas, e se ouvem sons plangentes de vozes que choram Jesus... Vai sair, quando a alma cristã vê elevar-se no Calvário ermo, triste, muito triste, negra, muito negra, como o coração da Virgem Dolorosa, a Cruz do Filho de Deus, que à terra descera para salvar os homens. E os homens não o compreenderam...

Ele havia nascido em Belém no silêncio duma noite muito fria, em que raras estrelas espreitavam do céu o surpreendente prodígio... E depois vira-o Nazareth, muito louro e belo, mais belo e louro que os anjos de Deus, brincar pelos campos em que vicejava a oliveira e as aves ajeitavam ninhos nas ramadas dos sicómoros...

Mais tarde, talvez que no mês em que as rosas silvestres desabrocham ao longo dos valados e os lírios se espelham no cristal dos regatos, começara a sua pregação. Nunca se tinha ouvido no mundo uma linguagem assim! — E Jesus passava por sobre a terra como uma bênção de Deus a dulcificar as misérias do mundo! Passava por sobre a terra, como uma música que embalava em sonhos as almas cândidas, mais doce e suave que as águas cantando nas fontes, em noites de luar!...

E todas as grandes dores — as dores das mães e as dores dos pais — achavam bálsamo na alma de Jesus. A viúva de Naim, o Centurião, a Cananea, a Samaritana, a adúltera, a Madalena... Eram-lhes curados e ressuscitados os filhos, eram-lhes perdoados os pecados, porque muito sofriam, porque muito criam, porque muito amavam...

Não faltavam inimigos ao Justo! Tinha-os. E uma noite... — Não se Lhe extinguira no coração a chama do amor... Fixou os olhos repassados de amargura em Judas que O entregara com um beijo, e deu-lhe o nome de amigo: «Amigo, a que vieste?» Mas porque era santo e porque era Deus, sofreu, sofreu... E no Calvário, enquanto pedia perdão para os algozes, junto à Cruz, lá estava muito pálida e muito triste, como as nossas mães se nós lhes morrêssemos, Maria, Mãe de Jesus!...

Um centurião romano exclamara: «Na verdade, Ele era o Filho de Deus!»

E, após este, vinte séculos têm repetido também: «Na verdade, Ele era o Filho de Deus!» E vinte gerações se têm ajoelhado aos pés da Cruz, bendizendo a civilização que dela nascera, orvalhada com o sangue do Mártir... Porque o Mártir aconselhara o amor e o perdão, a oração, a abnegação e o sacrifício, o trabalho, a verdade... E é para a verdade que pregara, pela liberdade que estabelecera, que os homens caminham na estrada bendita do progresso!

Filhinhos: Bendigamos Jesus em nossos corações!»

Decerto parece óbvio que facto ou acontecimento da altura, relacionados com a liberdade de imprensa e a função social desta, devem ter impressionado e preocupado Salazar, e a isso será de atribuir o forçado tratamento de assunto sem ligação com a Páscoa. E nos seus pontos de vista na matéria encontra-se mais uma vez a ressonância das encíclicas de Leão XIII. Mas todo o estilo é o mesmo do da conferência do liceu: apenas mais romantizado, mais adocicado, mais literário — *triste, muito triste; negra, muito negra; muito louro e belo, mais belo e louro; sons plangentes* — para impressionar corações moços. Um estilo, no entanto, que se busca sem se achar; mas que, por outro lado, se pressente à beira de

se afirmar com personalidade. Mas Salazar estava activo: o mesmo número dos *Ecos da Via Sacra*, de 24 de Março, conclui com outro artigo seu. Esse era muito breve:

«*Não é caso para dizer-se que fecho com chave de ouro. Mas fecho com duas palavras singelas o quinto número desta modesta revista.*

Os que viessem em busca dos primores do estilo ou da sublimidade do pensamento, teriam de a pôr de lado; mas também a esses não a mandamos nós. Para os que nela reconhecerem um direito sustentado, defendido ainda por um dever; uma alta influência no espírito de jovens que devem ser educados no supremo amor da verdade, algum interesse irá tendo...

Diz-se para aí que um dos piores males da nossa sociedade é o jornalismo. Ele mente, ele desorienta, ele corrompe com descrições minuciosas, imorais de baixas cenas da vida.

É preciso então formar quem julgue mais elevada a imprensa, quem respeite mais a sagrada tribuna, onde deve ouvir-se sempre a palavra que ensina e ilustra, o conselho que guia e moraliza.

Que mal há então em que o colégio, onde deve fazer-se sempre a aprendizagem da vida na sociedade, tenha também essa arma poderosa, perigosa tantas vezes, que deve orientar-se sempre pelo sol bendito da verdade?

E depois no jornal retratam-se as nossas ideias, as nossas tendências, os nossos sentimentos. Nele mostramos que temos bem gravadas n'alma, bem impressas no nosso coração, as belezas da nossa terra, a admiração pelos progressos da ciência, o culto pela arte, a grandiosidade histórica da nossa pátria, o amor acrisolado pelo nosso Deus.

Ajoelhemos aos pés da Cruz, da Cruz triste do Calvário, à sombra da qual se acolheram os povos, e donde brotou a civilização moderna; contemplamos a Virgem Mãe de Jesus, onde aprendemos a ver a imagem santa das nossas mães, e depois levantamo-nos fortes, vigorosos para a luta, para o trabalho, para o estudo!

Não é muito complicado; é até simples e belo.

Lutamos com Deus pela nossa Pátria.»

Reitera Salazar ideias já expressas, quer nos artigos de *A Folha* e na conferência do liceu, quer no artigo anterior: a aversão pela imprensa e seus perigos; a história passada como iluminadora do futuro; o patriotismo como valor político supremo; a devoção pela imagem da mãe, a quem tudo é reconduzido ou comparado; o religiosismo profundo; e a identificação do cristianismo com a civilização ocidental, de que era fonte e esteio. Havia assim uma insistência nos temas que constituíam preocupação absorvente, e Salazar tratava-os ao arrepio das correntes do momento: cons-

tituíam balizas do seu espírito: e, sendo reflexo das encíclicas de Leão XIII, traduziam também um protesto íntimo, de dentes cerrados e raiva contida, contra um estado social e político que contrariava os seus princípios, as suas convicções, as suas certezas mais arreigadas.

Dois meses depois, Salazar voltava ao Vimieiro, por meados de Abril, para a festa tradicional de Santa Cruz. Era acontecimento que mobilizava a aldeia. De manhã, passou na vila de Santa Comba a Cruz da freguesia do Couto do Mosteiro, «*acompanhada de luzido séquito e pelas autoridades paroquiais, seguida pela Filarmónica 1.º de Maio, que executava uma bela marcha grave, e por muito povo*». E no Vimieiro apareceram as Cruzes de S. João de Areias, Óvoa, Vimieiro, Pinheiro de Ázere: realizou-se o encontro: e estavam «*centenares de forasteiros*». Houve concentração na Igreja de Santa Cruz. Então foi a missa, cantada a grande instrumental, e ao Evangelho «*subiu ao púlpito o novel sacerdote António de Oliveira Salazar que proferiu um substancioso discurso, causando a mais agradável impressão, e em que o nosso compatriota mais uma vez comprovou as suas notáveis aptidões para a oratória sagrada e o seu grande trabalho e estudo*». E por isso «*rejubilavam com o triunfo do sr. padre Salazar, a quem felicitamos vivamente, assim como a seu pai e demais família, que devem sentir um grande orgulho e a mais justa satisfação por o simpático sacerdote iniciar tão auspiciosamente a sua carreira*». Dias depois, o padre Salazar cumpria vinte e um anos de idade.

Logo regressou Salazar a Viseu. Porque no dia 23 de Abril houve reunião e festa no *Colégio da Via Sacra*. Principiou por recital de piano. De novo prestaram o seu concurso Nazareth de Figueiredo e Silva, Cecília e Josefina Correia. Mas participaram duas outras pianistas: Laura e Maria do Carmo Lemos e Sousa. Era ponto alto da reunião, todavia, uma conferência de Salazar: «*Educação da Mocidade*».

Sob uma forma diferente, a palestra foi uma insistência nos temas da do liceu. Era decerto má a situação de Portugal: não eram os males sem remédio, todavia. Teriam os olhos que volver ao passado, pensar na grandeza da história, reconverter esta em termos modernos, consoante o carácter próprio do povo português. Não poderíamos repetir as navegações, nem aspirar ao poder

de grandes potências: mas ainda nos caberia vasto papel histórico. Para esse fim, há que reformar o homem português, e apenas pela educação se conseguirá. Impõe-se um «*desenvolvimento integral e harmónico de todas as suas faculdades*». Mas «*se há faculdade que deve merecer especiais cuidados, é a vontade*». De pouco valem a educação puramente intelectual, e a inteligência, e a moral, e a arte, e a educação física, e a bagagem científica, se não houver vontade. É «*necessário radicar bem o amor ao trabalho, fazendo passar por uma inferioridade o não ter-se ocupação nenhuma por mais rico que se seja; desenvolver o espírito de iniciativa, a independência de carácter, a coragem e a perseverança*» (1). Esta educação da vontade e da perseverança deve principiar na família, pois que os pais são os educadores por excelência; e os colégios, nos seus métodos, devem quanto possível aproximar-se da educação familiar. Pais e educadores haverão de ter assim contactos estreitos para garantia de unanimidade de vistas. Da educação da juventude resultará a «*regeneração e engrandecimento da pátria portuguesa*». E será «*destes esforços conjugados que há-de sair a pátria de amanhã, o Portugal do futuro, Portugal que, devemos esperar em Deus, será vigoroso e forte, inteligente e ilustrado, virtuoso e bom*». E foi havida por «*magistral*» a conferência, e «*deixou em todos uma impressão estranha de admiração, não só pela maneira como soube dizer, mas ainda pelas altas qualidades de espírito e de observação que o seu trabalho revela*».

Mas eram já outras as preocupações de Salazar, para além do seu êxito no *Colégio*. Havia que iniciar a sua preparação para

---

(1) Na *Psychologie de l'Éducation*, de Gustave Le Bon, pág. 210 (ed. de 1908), pode ler-se: «Développement de la persévérance et de la volonté». «On peut cependant développer quelque peu par l'éducation»; «Les Anglais connaissent bien la valeur de ces qualités viriles, et c'est pourquoi elles provoquent toujours chez eux une vive admiration, même quand ils les rencontrent chez leurs ennemis». «Les latins possédant peu de persévérance et de volonté, il faudrait multiplier énormément les occasions qui peuvent se présenter pour eux d'exercer ces qualités maîtresses, qui suffisent a assurer le succès d'un homme dans la vie, si modestes et difficiles que puissent être ses debuts. Rien ne résiste a une volonté forte et persévérante, les physiologistes savent qu'elle triomphe de la douleur même». Nesta passagem, Salazar deve ter visto o seu *retrato íntimo*.

os exames finais do curso liceal. Desejava concluir este naquele ano, e para tanto havia que prestar provas rudes: a 2.ª secção do curso geral e o curso complementar de letras. Foi a primeira em 23 de Julho daquele ano de 1910. Saiu aprovado. Nas provas escritas, em português com 15; tradução do latim, 14; composição em francês, 16; tradução do inglês, 17; física, 8; álgebra 17; e desenho, 14. Foram estas classificações inferiores às do ano anterior. Mas melhoraram nas provas orais: português, 19; latim, 19; francês, 19; inglês, 19; geografia e história, 19; ciências físicas e naturais, 19; matemática, 19; desenho, 19. Estabeleceu o júri a classificação final: dezassete valores, com distinção (1). E uma semana depois, a 30, sempre como «*aluno estranho*», Salazar submetia-se a exame do curso complementar de letras. Foi também aprovado. Nas provas escritas, confinadas a três cadeiras, foram-lhe atribuídos 18 valores em português, 15 em latim, e 17 em inglês. Tiveram nível superior as provas orais: português, 19; latim, 18; inglês 19; geografia, 15; história, 15; e filosofia, 17.

António de Oliveira Salazar concluíra o curso dos liceus. Era verão. Regressou à sua aldeia, para as férias grandes (2).

14

Vindo do povo e identificado com o povo, seminarista de ordens menores, articulista de semanário obscuro, versejador sem poesia, conferencista de liceu de província, mestre-escola de colégio

---

(1) Era o júri constituído por: Dr. Francisco Torrinha, presidente, e Drs. António Cardoso de Lemos, Francisco Peixoto, João Couceiro, Carlos de Mesquita e António do Amaral Corte-Real.

(2) Como *prefeito e professor* no *Colégio da Via Sacra*, Salazar auferia vencimentos: 100$000 anuais. Por leccionar alguns cursos extraordinários, recebia gratificações: 40$000 por aulas no Instituto Industrial; 80$000 por um Curso Comercial. Pelo Natal de 1908 recebeu um abono de 2$500; e pelo de 1909, 8$500. Em 1910, percebeu o ordenado em prestações: Abril, 12$000; Maio, 2$000 e 5$000; Junho, 15$015; Julho, 23$000 e 10$000; Agosto, 21$635. As mensalidades dos alunos oscilavam entre 16$000 e 18$000.

particular, compositor de autos-de-entrudo para meninos, celebrado na sua aldeia por marcas excepcionais no curso secundário, António de Oliveira Salazar estava aos vinte e um anos numa encruzilhada de muitos caminhos. Uma questão se lhe impunha, antes de mais: sentia irresistível vocação de sacerdote? Da sua fé na Verdade Revelada, no Dogma, na Catequese de Cristo e dos Apóstolos, não podia duvidar, e isso porque o seu espírito vivia em comunhão com esses valores, e se lhes entregara; nas doutrinas e princípios dos Doutores e dos Papas via uma luz que lhe orientava os passos e mostrava horizontes vastos; e identificara a moral cristã e a cultura trabalhada e transmitida pela Igreja com uma civilização moderna do Ocidente, que devia impregnar a sociedade e os sistemas políticos. Adquirira uma visão cristã do mundo, dos homens, das coisas. Como ser prestadio e fiel a essa visão? Confidenciara aos íntimos que tanto se poderia servir bem a Igreja dentro dela como fora dela: e em muitos casos esta última posição poderia talvez ser a mais prestimosa para os ideais cristãos. Deveria então ser de combate a atitude de quantos pretendessem levar os homens, no plano moral, económico e político, a viver em função das doutrinas da Igreja: e para tanto teriam que descer à arena, conquistar situações, travar luta. Era a disseminação dos ideais da Igreja, e era a reforma do homem, que tão indispensável se lhe afigurava. Mas tudo isto, só por si, não correspondia necessariamente a um destino de sacerdote. Talvez por isso, nem o Dr. José Frutuoso, nem o Cónego Barreiros, nem mesmo o Cónego Pimentel lhe aconselhavam a carreira eclesiástica. Acaso perceberiam, com a sua avisada experiência de vocações, que em Salazar era intenso o apelo do mundo exterior. De inteligência aguda, de vontade perseverante e tenaz, de espírito crítico, de apego irresistível ao trabalho e ao estudo, de consciência rigorosa dos deveres, era Salazar um claro exemplo: e também de prudência, discrição, bom-senso. De altivez e orgulho, igualmente. Mas as suas vistas iam além dos horizontes de uma paróquia, ou mesmo de uma diocese; e se fora educado na aldeia e na província, entre o Caramulo, o Bussaco e a Estrela, nem por isso se detinham aí a sua visão e a sua inteligência do mundo. Os bons padres de Viseu, na sua modéstia e na sua humildade, eram homens de

saber e sensibilidade: e, para o que agora estava em causa, percebiam que eles e o seminarista Salazar não eram feitos do mesmo cerne. Sob uma aparência remota, tranquila, modesta, quase fria, aquele rapaz era presa das emoções humanas e das paixões do mundo. Muito particularmente, assim o entendia o Dr. José Frutuoso: e por isso aconselhava a ida para Coimbra, para estudos superiores: e prometera-lhe mesmo, para lhe aplanar a entrada no meio coimbrão, uma carta a recomendá-lo à família Serras e Silva, muito conhecida e de prestígio na cidade. E agora, nestas férias de verão no Vimieiro, Salazar escutava de Maria do Resgate igual aviso: alquebrada pela doença, já nos seus sessenta e cinco anos, não deixava de ambicionar para seu filho altos destinos: e a estes via-os através de estudos universitários. Tio António Feitor, à esquina dos setenta e dois, compreendia que o seu rapaz se interessava por grandes problemas, desde a economia à política, e não se opunha a estudos mais amplos. E a madrinha de Salazar? Maria de Pinna de Perestrelo entretanto casara, tinha os seus filhos: mas era de afectuosa estima pelo afilhado. E oferecia-lhe a sua protecção, o seu auxílio em Coimbra, onde os Perestrelos representavam nome de consequência. Salazar, entre Vimieiro e Santa Comba, falava com os seus amigos de infância e adolescência: o Padre António, o Tio Duarte, o boticário Paiva Pais, a família Pais de Sousa, os seus conhecidos do estabelecimento de Amparo Cruz. Todos iam envelhecendo, arrastando-se no quotidiano penoso da aldeia: depois perdia-se qualquer ressonância ou comunhão com outros mais novos. Nas idas a S. Joaninho, ou a Papízios, ou a Rojão Grande, ou a Óvoas, para festas ou em passeio, Salazar via o povo que trabalhava a terra, que se consumia entre leiras e pinhais, que calcorreava a pé caminhos de pedra e pó, que lutava em negócios modestos, que sofria como pobre e morria como pobre: sabia que essa era a sua raiz também: e com esse povo se identificava. Para além disso, parecia tudo um abismo. E os seus melhores amigos do seminário e do colégio? Já estudava em Coimbra o Albino Vieira da Rocha; e o Mário de Figueiredo e o Mário Pais de Sousa, embora mais novos, estavam resolvidos a seguir a Universidade. E isto mais afervorava Salazar na sua ideia: lançar-se numa obra de educação, de novos

métodos pedagógicos, de luta contra o ambiente, de reforma do homem português: e tudo como base de uma reconversão do país. Era um ideal, uma obsessão, um desejo optimista de rasgar na sociedade portuguesa uma trajectória nova.

Naquele fim de verão de 1910, António de Oliveira Salazar resolveu não tomar ordens maiores: e a Coimbra iria, para cursar a Universidade.

CAPÍTULO II

Coimbra

1

Da república proclamada em 5 de Outubro de 1910 poderá dizer-se que foi feita pela terceira geração de republicanos. Constituía a primeira geração, já remota no tempo, um núcleo limitado de idealistas, sem ressonâncias nas camadas populares e olhados com desprezo pelas classes dirigentes: Henriques Nogueira, Marreca, Elias Garcia, ficaram talvez como os seus mais expressivos símbolos. Sucedeu-lhes uma geração de doutrinadores, de homens deslumbrados com as conquistas da ciência, da sociologia, da técnica: depositavam fé inabalável, para o governo da cidade, em critérios científicos, experimentais, positivistas, que reduziam as instituições, os homens e os seus interesses e relações, a fenómenos determináveis com rigor e materialmente mensuráveis: e acreditavam que a adopção da ciência asseguraria por si a virtude. E eram crédulos, por esquecerem as perspectivas dos tempos, e confiados na paz para todo o sempre, porque a generosidade e a fraternidade seriam base para solução de todos os problemas: e era assim que Magalhães Lima via o mundo em termos de uma *Federação Ibérica* primeiro, de uma *Federação Europeia* depois, e de uma *Federação Humana* por último. Desta geração foram homens eminentes, pela sua personalidade e pela sua acção, Rodrigues de Freitas, José Falcão, Teixeira de Queirós, Magalhães Lima, Jacinto Nunes, e Teófilo Braga, entre outros. Mas foi a terceira geração

— a de António José de Almeida, Afonso Costa, Alexandre Braga, Brito Camacho, Miguel Bombarda, João de Meneses, outros mais — que fez a república. Tirara partido, de um lado, da desagregação do constitucionalismo monárquico, da abulia das classes dirigentes, dos seus escândalos, acaso da traição de alguns. Entre 1908 e 1910, a monarquia fora arrastada a uma posição suicida: para subsistir em paz havia de se afirmar cada vez menos monárquica e tornar-se republicana cada vez mais. Por isso a revolução pôde ser quase um acto burocrático, sem luta e sem sangue, salvo num ponto ou noutro, e isso em escala mínima. Mas, por outro lado, o partido republicano chegou à revolução já aburguesado, já instalado, com fogo ideológico empobrecido, com a pureza dos chefes já maculada, e estes por sua vez já divorciados das realidades. Com a sua habitual candura, o povo colaborou na revolução, e deu-lhe apoio: mas pouco após tornou-se aparente aquele divórcio. Nascia radical nas ideias e nos princípios a república: mas era já pequeno-burguesa nos hábitos, nos interesses, na mentalidade. Emergia com muitos vícios semelhantes aos da monarquia: e escapava-lhe o método de reconverter a sociedade portuguesa, num sentido ou noutro.

Neste contexto, o governo provisório lançou-se desde logo numa série de medidas. Decretou a amnistia dos presos políticos; revogou a lei da imprensa do franquismo; repôs em vigor as leis de Pombal e Aguiar sobre congregações religiosas; criou a Guarda Republicana em substituição das Guardas Municipais; e aboliu o Juízo de Investigação Criminal. Mas esta era uma legislação de retoques imediatos. Apenas a partir de Novembro, e da iniciativa do ministro da Justiça Afonso Costa, foram promulgados diplomas de maior consequência e significado: a lei do inquilinato; as leis da família, instituindo a protecção aos filhos e o casamento civil; o reconhecimento do direito à greve; o estabelecimento de novos juízos de instrução criminal; e a lei de defesa da república, punindo delitos contra a segurança do regime e o bom nome do país, e o incitamento à rebelião. Na estrutura da sociedade portuguesa, eram medidas radicais; mas não correspondiam, sem embargo dos seus muitos aspectos positivos, às exigências profundas de uma reconversão.

Surgiam as dificuldades, entretanto. É detido o Cardeal Neto; é preso João Franco, e indiciados alguns dos seus colaboradores, como Teixeira de Abreu, Martins de Carvalho, Aires de Ornelas, Malheiro Reimão; são pronunciados os envolvidos no caso do Crédito Predial, com José Luciano à frente; mas não se conseguem provar as acusações. Do mesmo passo, produzem-se assaltos a conventos; são presos dezenas de sacerdotes; são detidos Bispos; desencadeiam-se greves sucessivas, desde os caminhos de ferro até estabelecimentos de ensino; e pelo país além a ordem pública é precária e as massas populares estão excitadas e em sobressalto. E no princípio de 1911 apenas se agrava a situação. Em Janeiro, batalhões de voluntários da república manifestam-se em Lisboa *contra* as greves; em Fevereiro é promulgada a lei do registo civil; logo depois, a *pastoral dos bispos* reage contra as medidas de laicização do governo provisório; os círculos e centros católicos chocam-se por toda a parte com as autoridades e os mais radicais partidários do regime; e em Abril o abismo torna-se mais profundo com a lei de separação da Igreja e do Estado. Para mais, começavam a vir à superfície actos dos novos chefes que não eram isentos de corrupção, de nepotismo, de interesse pessoal, de negação das próprias instituições que queriam implantar. Não estavam satisfeitos os monárquicos, por motivos óbvios; não estavam contentes os conservadores apolíticos, os liberais, os católicos; não se sentiam felizes os republicanos, porque viam frustradas ilusões e esperanças; e a massa popular parecia oscilar entre pólos que, se não eram todos contraditórios, eram pelo menos divergentes.

Mas a contraprova do vazio ideológico do regime foi dada pela Assembleia Constituinte ao discutir e elaborar a constituição da república. No seio do governo provisório, não havia entendimento sobre o que se pretendia como construção do Estado republicano: não existia a consciência de que era indispensável dotar o Estado de uma ética, subordiná-lo a uma orientação política, inspirá-lo de uma filosofia, adaptá-lo a uma visão ou concepção da Nação portuguesa: e nem sequer havia acordo quanto aos pormenores adjectivos da orgânica do Estado. Uns queriam um «*presidencialismo aparatoso*»; outros exigiam um Senado, «*porque era norma de todos os países*»; e foi «*impossível obter*

unanimidade de opinião sobre um assunto que exigia preparação doutrinária especial», que os ministros provisórios não possuíam. Não obstante, o presidente do governo redigiu e distribuiu aos membros do Conselho um projecto impresso: mas «*nunca falaram nisso nem deram sinal de o terem lido*». Assim se chegou às constituintes: e além daquele projecto surgiram mil outros. Mas não havia «*ponto de vista de doutrina, nem critério científico ou político*». Eram projectos feitos de bocados: «*vamos ao Brasil, tira-se da sua constituição o que nos parece; vamos à França, à América e à Suíça e faz-se o mesmo ecletismo arbitrário, sem nos importarmos, sem querermos saber que isto não é uma planta que nasceu no nosso território, uma fórmula que traduza os nossos costumes, os nossos hábitos, que fosse adaptada ao meio em que vivemos, sequência das nossas instituições*». Também se fez apelo às antigas constituições portuguesas de 1822 a 1838, baseadas por sua vez na constituição de Cádis de 1812. E aquele clamor do velho patriarca da república, Teófilo Braga, não foi escutado: uns queriam uma república democrática, outros uma república unitária, terceiros uma república presidencialista. Eram figurinos estrangeiros, e o resultado formava uma «*coisa material desconexamente amalgamada e ilógica*». Sem embargo dos seus critérios filosóficos e científico-sociológicos, Teófilo acabara por *sentir*, pelo estudo e pela meditação, as verdadeiras raízes da comunidade portuguesa, o seu destino histórico, o seu lugar no jogo das forças do mundo. Apresentou uma emenda que subentendia claramente uma visão portuguesa: «*Portugal, que entre os Estados hispânicos foi o primeiro que, constituindo-se em Nação, manteve a sua independência e unidade pelas condições de raça e de meio, através dos equilíbrios políticos ibéricos, servindo-lhe de base da sua autonomia a extensão dos domínios geográficos e coloniais, que descobriu e ainda conserva, revigoradas as suas instituições políticas, livre e independente, adopta como forma de governo a República, definida nesta constituição.*» Era profunda esta proposta: justificava-se a independência nacional pela sua condição e origem particular; negava-se qualquer identificação com outros estados hispânicos; defendia-se o seu alheamento dos equilíbrios desejados ou tentados por outros; afirmava-se que na base da independência estava a conservação dos domínios ultramarinos; e sugeria-se que,

apesar de tudo, a república não deveria ser uma quebra ou constituir um corte com o passado válido da nação. E noutro passo Teófilo Braga demonstra uma notável acuidade política: entendia que na constituição se deveria estatuir «*a plena neutralidade internacional no concurso mundial da civilização moderna*», «*através dos equilíbrios políticos ibéricos e europeus*». Revelava o velho paladino republicano, deste modo, um lúcido entendimento do carácter atlântico de Portugal e da conveniência deste em se manter afastado das querelas europeias. Estes avisados pareceres, e outros semelhantes, não foram tidos em conta. E a Constituinte enredou-se em debates que, sem substância ideológica autónoma, produziram a Constituição de 1911. Esta organizou um poder executivo, com o presidente da república eleito pelo congresso, e os ministros responsáveis perante a câmara dos deputados; era bicameral o poder legislativo, existindo um senado além da câmara dos deputados; ao poder judicial era atribuída independência; e ao chefe do Estado não era concedido o direito de dissolução do congresso. Ideologicamente, consagrava o documento um certo número de ideias-feitas, já antiquadas, que encontravam na Revolução Francesa a sua matriz remota; e em termos de direito constitucional criava-se um sistema híbrido, em que o parlamentarismo tendia para o regime de assembleia. No fundo, e em relação às estruturas monárquicas, modificara-se a forma de designação do chefe do Estado: mas repetiam-se os mesmos vícios: e estes apareciam talvez agravados pelo enfraquecimento de um Estado que se diluía numa assembleia. Haviam-se derrubado umas instituições políticas, gastas, corrompidas, desacreditadas: haviam-se implantado outras instituições políticas: mas estas eram moldadas por figurinos velhos ou alheios, ou inspiradas por critérios que se julgavam científicos, ou influenciadas por ideias teóricas colhidas ao acaso em livros estrangeiros: e o Estado republicano emergia sem raízes nacionais, sem alma, sem substância moral, sem conteúdo ideológico próprio, sem mística portuguesa que para muito tempo empolgasse a nação e lhe definisse um destino ou missão colectiva. E por isso as medidas decretadas e a constituição elaborada eram pormenores polémicos e de combate ou expedientes para solucionar problemas imediatos e conquistar popularidade fácil: não formavam parte integrante de um pensamento superior

ou de um largo plano de conjunto. E também por isso, passado o seu arranque, o Estado republicano não encontrou mais nada para realizar senão *tentar administrar* e *fazer política*.

Mantida a custo, e só na aparência, a unidade do partido republicano foi desde logo quebrada. Três chefes surgiram, e acaudilharam três facções distintas. Em torno de António José de Almeida, formou-se um grupo de que *A República* constituía a expressão jornalística; ao redor de Brito Camacho constituiu-se uma facção que defendia na *Lucta* os seus pontos de vista; e o *Mundo* exprimia as opiniões dos que se congregaram à volta de Afonso Costa. Pendiam para a moderação e o conservadorismo os dois primeiros; e era radical e extremista o último. Alargadas as bases dos três grupos, instituíram-se estes em *partidos políticos autónomos:* a seita almeidista formou o *partido evolucionista;* a seita camachista tomou o nome de *partido unionista;* e a seita afonsista designou-se de *partido republicano* ou *democrático*, considerando-se este depositário do republicanismo histórico. E logo na eleição do primeiro presidente constitucional se deu o embate dos três partidos: os evolucionistas e unionistas, aliados em *bloco*, apoiavam Manuel de Arriaga; e os democráticos queriam impor Bernardino Machado. Saiu eleito Arriaga, com 121 votos, contra 86 para Machado. Estava nesta eleição esboçada a vida política da república. Na formação das duas casas do parlamento, depois de luta surda, foi reflectida a mesma proporção entre o *bloco* e os democráticos; e na organização do governo constitucional, confiado à presidência de João Pinheiro Chagas após mil combinações, os evolucionistas e unionistas puderam chamar a si todas as pastas, entrando os democráticos, por conseguinte, em oposição declarada. Estava instalado o rotativismo republicano.

2

Em Outubro de 1910, pouco depois da proclamação da república, chegava António de Oliveira Salazar a Coimbra. Foi habitar um quarto muito modesto na Couraça da Estrela. E desde

logo frequentou assiduamente a casa dos Perestrelos. Nesta tomava muitas das suas refeições, por sugestão da madrinha. Maria de Pinna Perestrelo insistira nesse sentido. Seriam com efeito muito pobres os recursos a esperar do Vimieiro, e Salazar teria de os arredondar com lições e outros trabalhos em Coimbra; apesar disso resistiu ao convite da madrinha, para não ser pesado, e talvez por orgulho também; mas Maria de Pinna lembrou que o afilhado poderia pagar a sua hospedagem com explicações aos pequenos Perestrelos; e Salazar então aceitou.

Havia passado os seus vinte e um anos. Fisicamente, mudara. Emagrecera muito: afilara-se-lhe o nariz; a face tornara-se seca, chupada, de pele quase colada aos ossos, e o queixo era saliente, estreito; eram despegadas as orelhas; os olhos pequenos oscilavam em órbitas encovadas, profundas; acentuavam-se pouco as sobrancelhas, que eram ralas; a boca, de lábios muito finos, era um traço horizontal; a testa era alta e larga; deixara crescer fartamente o cabelo, em poupa apartada à esquerda; e toda a sua cabeça era agora a de um asceta, muito apurada, muito escanhoada, muito nítida e recortada. Usava colarinho de goma, que quase lhe tapava o pescoço esguio; e trocara o traje de seminarista pela capa-e-batina estudantil. Era sóbrio no seu todo, e grave, discreto, personalizado; mas cuidado, esmerado, com um toque fugaz de rebuscamento.

Por fins de Outubro matriculou-se Salazar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Aproveitou-se desde logo dos *cursos livres*, que acabavam de ser instituídos pelo governo republicano (1), e que permitiriam abreviar a formatura. Estava Salazar, para os anos que já cumprira, relativamente atrasado; e queria percorrer velozmente o seu curso. Inscreveu-se por isso nas três cadeiras do primeiro ano e numa cadeira do segundo ano, a de *Ciência Económica e Direito Económico*. E Salazar ingressou no meio e na vida académica de Coimbra.

---

(1) Decreto de 23 de Outubro de 1910.

3

Como reflexo dos sucessos de Lisboa e do país, a academia estava parcelada em grupos e facções. Com a falange dos estudantes republicanos confrontava-se a dos conservadores; aqueles eram moderados, ou socialistas, ou radicais; e os segundos eram monárquicos, ou simplesmente católicos, ou nacionalistas que emprestavam mais importância ao *conteúdo* do que à *forma* de governo. Por entre a agitação e o estudo, a academia debatia a política, lia avidamente, embrenhava-se com paixão na vida cultural de Coimbra. Constituíam os problemas de educação e ensino uma obsessão generalizada: quase de súbito, todos se davam conta de que no país eram analfabetos 80 % dos portugueses. Multiplicavam-se assim os organismos ou sociedades particulares que se propunham impulsionar a educação, revolucionar os métodos de ensino, disseminar a cultura. Era a *Liga Portuguesa de Educação e Ensino*, era a *Liga Nacional de Instrução*, eram os *centros culturais:* e todos estendiam a sua acção a Coimbra. Devoravam-se apaixonadamente, por outro lado, os *grandes* do século XIX, já clássicos: Eça de Queirós, Camilo, Antero, Oliveira Martins, João de Deus. Fialho, já no declínio, era admirado pelo sarcasmo, pela irreverência, pelo ataque às instituições; eram populares alguns menores, desde Alberto Pimentel a Abel Botelho, desde António Feijó a Augusto Gil. Gomes Leal era famoso na academia; e Guerra Junqueiro, num período de glória, era o grande poeta da república, quase um patriarca das novas instituições. Mas estava muito em voga uma literatura de matriz historicista: D. João da Câmara, desaparecido há pouco, era admirado em muitos sectores; e eram comentados e discutidos Lopes de Mendonça e Marcelino Mesquita. Nos saraus da academia, nas tertúlias, nas reuniões, pelas Repúblicas da Alta, recitava-se João de Lemos, ou mesmo Soares de Passos, ou Fernando Caldeira, ou os poetas infelizes, desde Nobre a Cesário Verde, desde Guilherme Braga a António Fogaça e Eduardo Coimbra. Mas surgiam outras correntes literárias, corriam de boca em boca nomes novos: Júlio Dantas, ligeiro e frívolo; Carlos Malheiro Dias, e os seus romances historicistas; António Patrício em que despontava um esteticismo formal; e Teixeira de Pascoais, com o seu saudosismo

e exaltação do lirismo português. Eugénio de Castro estava em plena produção simbolista; Teixeira Gomes, esmerado, ático, aristocrata literário; e outros poetas e publicistas começavam a ser lidos, comentados, debatidos, desde Jaime Cortesão a Aquilino Ribeiro, desde Leonardo Coimbra a António Correia de Oliveira e António Sérgio. E todos estes escritores, pelas suas obras, ideias, atitudes, influenciavam a academia de Coimbra. Eram mais audaciosos e truculentos os republicanos: tinham por detrás uma tradição de radicalismo que se manifestara desde o conflito de 1907: e alguns nomes haviam deixado rasto luminoso na academia. Certos dentre esses, embora espalhados pelo país, eram ainda lembrados, como António Granjo, Alfredo Pimenta, Carlos Amaro, Santiago Prezado, Trindade Coelho, Marques Guedes, Ramada Curto, Álvaro de Castro; e outros continuavam em Coimbra, destacando-se Alberto Rocha Saraiva e Bissaia Barreto (1), que se preparavam para ascender à cátedra. Além da tradição, os republicanos sentiam agora também o apoio das instituições e das novas autoridades: e o facto permitia-lhes maior liberdade de acção e de ataque. Mas os conservadores procuravam dar-lhes réplica. Naquele ano lectivo de 1910-1911, um grupo estava particularmente activo no plano doutrinário. Hipólito Raposo proclamava a sua hostilidade ao jacobinismo e ao liberalismo; Alberto Monsaraz condenava a república e a democracia; Luís de Almeida Braga era um tradicionalista apaixonado; Simeão Pinto de Mesquita defendia a filosofia da força e da autoridade; e todos eram monárquicos. Perto destes, por se dizer apegado ao tradicionalismo, agitava-se também António Sardinha: mas este afirmava-se republicano, por considerar ser essa a atitude mais digna para um bom português. À parte destes, organizavam-se os católicos, e procuravam reagir contra o anticlericalismo da república, a perseguição à Igreja, o cerceamento da liberdade de culto. Em torno do *Centro Académico de Democracia Cristã*, que já vinha de 1901 e agora se esforçavam por reviver, congregavam-se os três irmãos Dinis da Fonseca, Álvaro, Alberto e Joaquim, e Luís Teixeira Neves, Manuel Gonçalves Cerejeira, Diogo Pacheco de Amorim,

---

(1) De seus nomes completos: Alberto da Cunha Rocha Saraiva e Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa, respectivamente.

Francisco Veloso, Sílvio Pélico de Oliveira, o padre Carneiro de Mesquita, outros mais. Eram combativos, possuídos de ideal e fé ardente, e multiplicavam-se pelos centros católicos, pelos congressos, pelas reuniões de juventudes católicas. E entre todos tumultuavam as ideias, os debates, as manifestações, mesmo os ataques e provocações, e era de sobressalto constante o ambiente na academia de Coimbra.

4

Por entre o choque das ideias e os embates da política, Salazar estudava arduamente. Com rigor, com método, com seriedade, consagrava-se às suas cadeiras de direito. Servia-lhe a disciplina mental do seminário; eram-lhe benéficos os hábitos de estudo e a cultura que adquirira em Viseu; e a preparação doutrinal e fé inabalável permitiam-lhe não perder o rumo na agitação de Coimbra, nem tergiversar. Mas os seus horizontes eram agora mais vastos. Os seus colegas não se confundiam com os seminaristas bisonhos, destinados na maioria a párocos de aldeia; e a biblioteca da Universidade não era a do Dr. José Frutuoso ou a do Cónego Barreiros. Salazar podia ler vorazmente. Continuava fiel aos clássicos portugueses, ao Padre Manuel Bernardes, a Alexandre Herculano; mas percorria os modernos, admirava o estilo de Carlos Malheiro Dias, o lirismo simples de António Correia de Oliveira. E aplicava-se ao estudo de autores estrangeiros. Edmond Desmoulins, Gustave Le Bon, permaneciam mestres. Mas absorvia-se na leitura de muitos outros. Eram os clássicos franceses, e entre todos Montesquieu; sentia-se atraído pelo velho Fénelon, em que via o moralista, o teólogo, o pedagogo, além do literato; e admirava Diderot e Madame de Staël. Apreciava Auguste Comte, sem embargo das barreiras ideológicas; e entusiasmava-se com Faguet, Taine, Michelet, Banville. E Charles Maurras, muito especialmente Charles Maurras. As *Trois Idées politiques*, o *L'Avenir de l'Intelligence*, eram obras de leitura repetida; a *L'Enquête sur la Monarchie*, começada em 1900 e lançada em fascículos a partir de 1909, parecia-lhe conter doutrina fundamental; e era leitor regular da *Action Française*, iniciada em 1908, por transformação do antigo boletim bimensal que Maurras publicava desde 1899.

Doutrinador do catolicismo político, teorizador da monarquia antiliberal, renovador do tradicionalismo, apóstolo da França, Maurras vinha iluminar com os seus argumentos situações e problemas que encontravam analogias em Portugal. Maurras exprimia pensamentos que correspondiam ao sentir íntimo de Salazar: o patriotismo não é igualmente partilhado por todos os membros de uma mesma pátria; o estrangeiro pesa sobre a opinião *francesa* por intermédio da inteligência *francesa;* um verdadeiro Estado nacional deve *policiar* a sua imprensa e encaminhá-la numa direcção conveniente; a inteligência nacional pode voltar-se contra o interesse nacional quando o ouro estrangeiro o queira; o quadro real da economia é a nação; a luta entre patrões e operários deve encontrar o seu limite na compreensão de uma sorte comum, submetida ao denominador nacional; os europeístas, quando se julgam filantropos ao pedir o fim das pátrias, são estúpidos ou estão iludidos; a ideia da pátria é a própria raiz da vida; e mil outros conceitos. Não obstante o seu sentido de medida e de ponderado rigor, algumas fórmulas extremistas de Maurras não lhe desagradavam: o género humano é a França, a França é uma semideusa: e na sua interpretação daí extraía a ideia de que a cada povo cabia uma missão específica, particular, só sua, acaso inscrita nos desígnios da Providência. Mas a construção teórica maurrassiana, de um Estado monárquico renovado, e baseado nos valores tradicionais e permanentes actualizados — a Nação, a Família, a Autoridade, a Hierarquia — parecia-lhe sólida e a única capaz de realizar o bem comum, como fim supremo a prosseguir. Não eram somente os historiadores e ensaístas políticos franceses, no entanto, que lhe prendiam a atenção. Também abordava os sociólogos, os economistas. Os escritos de Latour du Pin suscitavam-lhe reflexão. E sobretudo os de Frédéric Le Play, que comparava com Desmoulins: e daquele retinha princípios que se harmonizavam com os propostos por Leão XIII, no plano religioso, e com os defendidos por Charles Maurras, no plano político e histórico: o princípio da autoridade, que Le Play achava indispensável restaurar para bem da sociedade; o da solidez da família, como base da organização social; o da cooperação entre operários e patrões, com o restabelecimento da autoridade destes últimos, limitada todavia por imperativos morais e legais para com aqueles; e o de que,

no fim de tudo, a educação, a formação do espírito, o desenvolvimento social eram mais importantes do que a riqueza e a forma de governo. Sem embargo de todas estas leituras, e inerentes meditações, dedicava-se também Salazar ao domínio da filosofia. Toda a filosofia cristã lhe era familiar, e dela se impregnara profundamente; e sem prejuízo da leitura dos modernos alemães e franceses, comprazia-se sobretudo com Leibniz, cuja *harmonia preestabelecida* se lhe afigurava uma actualização de ideias com raízes longínquas em Aristóteles e Platão e cujos argumentos em favor da existência de Deus se lhe afiguravam claros, lúcidos, e decisivos. E ao mesmo tempo, e no plano militante, estudava as encíclicas de Pio X sobre a *acção católica* e a formação dos *sindicatos cristãos*. E dentro deste quadro cultural vasto, largo, de choque de ideias e doutrinas, se movia toda uma intensa actividade intelectual e mental de António de Oliveira Salazar, nos seus alvores de Coimbra.

Do mesmo passo, e de par com os seus estudos, abriam-se a Salazar as portas da Coimbra tradicional. Homem do povo, subia a pulso na sociedade. Conseguira alguns explicandos liceais, de que auferia receita modesta. A casa dos Perestrelos, por outro lado, era centro de reuniões, de saraus, de festas. E Salazar frequentava assiduamente a residência de Serras e Silva, professor de medicina. Este era mestre respeitado, e colaborador nas actividades do *Centro Académico de Democracia Cristã*. A casa de Serras e Silva, à Estrada da Beira, era ponto de reuniões, de conversas. Discutia-se muito a acção da *Liga de Educação Nacional*, de que Serras e Silva era membro, e da *Comissão de Estudos Sociais*, em que também estava activo, com Mendes dos Remédios, Marnoco e Sousa, Álvaro Vilela, Sobral Cid, Fernandes Costa, outros nomes ainda. E, sob o patrocínio da *Liga*, desde 1908 fora criada uma *Comissão de Extensão Universitária*, que promovia visitas, conferências de divulgação popular; e contava com a dedicação de Oliveira Guimarães, Sidónio Pais, Bissaia Barreto, Nogueira Lobo, outros mais. Todos os problemas da educação, da universidade, mesmo da política e da Igreja eram ventilados. E, além daqueles, outras individualidades se juntavam nas reuniões: Diogo Pacheco de Amorim, sempre actuante nos centros católicos; moços professores como Machado Vilela, Rocha Brito, José

Alberto dos Reis, Mendes dos Remédios; o jovem padre Manuel Gonçalves Cerejeira; e até personalidades estrangeiras. Salazar, o recomendado do Dr. José Frutuoso, seguia os encontros, os debates, quase sempre como testemunha muito atenta mas muda. O padre Gonçalves Cerejeira fica por capelão da casa; e Salazar tornava-se um íntimo, afectuosamente acolhido. Mas aos sábados, quase sem falta, interrompia estudos, leituras, reuniões. Seguia para o Vimieiro, no comboio da tarde, e regressava no de domingo à noite. Ia ver os pais, estar com os pais, com as irmãs: e a Maria do Resgate levava sempre alguma coisa da praça, hortaliças, ou doces ou frutas.

No final do ano lectivo, pelo verão de 1911, apresentou-se a exame na Faculdade de Direito. Nos actos das quatro cadeiras em que se matriculara obteve: um 16, um 17, duas notas de 18. Não lhe foi atribuído prémio ou *accessit:* dadas as convulsões daquele ano lectivo, o Conselho da Faculdade deliberou que não fossem outorgadas honras tamanhas. Houve alguma sensação na Academia, pelas classificações elevadas. E as folhas locais da Beira-Alta *felicitavam* Salazar pelos *excelentes resultados escolares* conseguidos.

5

Quando celebravam o seu primeiro aniversário, em 5 de Outubro de 1911, foram as novas instituições republicanas sobressaltadas por um abalo inesperado. Pela fronteira do norte, com a Galiza, penetrara em território nacional um grupo armado, com o propósito declarado de restaurar a monarquia; e dada a sua exiguidade contava, para o efeito, com o levantamento espontâneo de largas massas populares. Mas estas, salvo num ponto ou noutro, mantiveram-se inertes: e a tentativa foi rapidamente frustrada. Mas o acontecimento perturbou a república; e sobre a melhor forma de o enfrentar cavaram-se ainda mais as divisões entre os partidos. Uma tempestade política abate-se sobre João Chagas, e este demite-se; e em meados de Novembro Augusto de Vasconcelos constitui um gabinete de concentração, com quatro ministros do *bloco* e três democráticos. Foi dado novo impulso à luta contra a Igreja: e alguns prelados — o Patriarca Mendes

Belo, o Bispo da Guarda, o Bispo do Algarve, o Administrador do Bispado do Porto — foram suspensos e compelidos a sair das suas dioceses. Reagiram as massas católicas e os elementos monárquicos, e no governo os representantes do *bloco* sentiam-se em posição desconfortável. Desde o ano de 1912, entram os partidos no campo da agressão mútua.

Entretanto, estava em escombros o sector monárquico. José Luciano, o chefe progressista, havia-se retirado da actividade política, e dava aos seus partidários liberdade de procedimento; e Teixeira de Sousa, último Presidente do Conselho da monarquia e chefe nominal dos regeneradores, aconselhava praticamente os seus correligionários a apoiarem a república. Era a derrocada dos partidos monárquicos: e estes ficavam sem orientação, sem estruturas: e por seu lado abismavam-se também na confusão, na rivalidade pessoal, nas quezílias do pormenor doutrinário. Com este colapso, e as perseguições, e os aliciamentos, desapareceu também a imprensa monárquica. Findaram o *Correio da Noite*, dos progressistas, e as *Novidades*, dos regeneradores; e pouco depois igual destino seguiam o *Notícias de Lisboa* e o *Correio da Manhã*, que representavam facções regeneradoras. Outros aderiam às novas instituições: *O Dia*, o *Diário Popular*, o *Jornal de Notícias*. Mantinham-se o *Portugal*, católico e nacionalista, e *O Liberal*, intermitentemente dirigido e sempre inspirado por António Cabral, antigo ministro progressista. E do seu exílio em Londres começava D. Manuel a sentir pelo estado da *causa monárquica* no país as mais fundas apreensões. E por isso procurou pôr termo às divisões dinásticas e ideológicas entre os absolutistas ou miguelistas e constitucionalistas ou manuelistas. Depois de devidamente preparado pelos respectivos conselheiros, efectuou-se um encontro entre D. Manuel II e seu primo D. Miguel. Foi em Dover, no sul de Inglaterra. E aí concluíram um acordo os chefes dos dois ramos rivais dos Braganças: doravante seriam comuns os esforços de ambos para a restauração monárquica: e o objectivo era o de transferir a sucessão da coroa, no caso de D. Manuel e seu tio D. Afonso morrerem sem descendentes, para o Infante D. Duarte Nuno, filho terceiro de D. Miguel. Foi o *Pacto de Dover*. Assim se poderiam congraçar as duas facções, pelo menos no plano dinástico. Estava-se em Janeiro de 1912.

No início do mesmo ano, desencadeia-se no país a greve dos trabalhadores rurais. São feitas em Évora centenas de prisões; a União dos Sindicatos decreta greve geral; e em Lisboa o governo proclama o *estado de sítio*. Chefes operários e muitos monárquicos são presos, e mais de quinhentas pessoas levadas para bordo de navios de guerra. Produz-se agitação no parlamento e nas ruas: o *bloco* dominava em número de votos; mas os democráticos alargavam o seu apoio popular; e Afonso Costa, ao regressar da Suíça, é acolhido em triunfo. Tinham-se produzido entretanto novas incursões na fronteira norte: a umas atribuía-se uma cor *manuelista*, a outras uma cor *miguelista*. Era a cisão da *causa monárquica* em duas linhas que se opunham, e que retomavam as querelas dos tempos de D. Pedro e de D. Miguel. Por sua parte, os republicanos cavavam mais fundos os seus ódios; e nenhuma reconciliação foi viável no *Congresso Republicano* de Braga. Este é arrastado por Afonso Costa; e Camacho retira o seu apoio ao ministério. Caía o segundo governo constitucional da república. E António José de Almeida, num artigo da *República*, agredia violentamente Afonso Costa; e este mandava que o seu jornal, o *Mundo*, classificasse Camacho de «*uma simples ratazana da política e da República*», o que «*já não era mau de todo*». Perante os ódios, houve dificuldade em organizar um terceiro gabinete; e, por esforços de Arriaga, consegue Duarte Leite constituir um governo de concentração. Breve seria a sua existência, por falta de votos parlamentares, se na altura não se produzisse mais uma tentativa de restauração monárquica. Várias colunas cruzaram a fronteira, disseminaram-se um pouco por todo o norte, e sob o comando de Paiva Couceiro foi Chaves atacada. Permaneceram desinteressadas as populações, todavia, e o governo actuou com energia; e por Julho de 1912 fracassava a tentativa mal concebida e executada. Pouco depois, porém, descobriam-se algumas conjuras monárquicas; e os julgamentos dos conspiradores, em tribunais especiais, prolongaram-se por meses. No parlamento, eram tumultuosas as sessões; era constante o embate entre o *bloco* e os afonsistas; sobressaltos permanentes agitavam a opinião pública; e nos começos de 1913 demitia-se Duarte Leite.

Em 9 de Janeiro daquele ano é entregue a Afonso Costa o poder, e o chefe democrático tomou também a responsabilidade

das Finanças. Representava o problema financeiro, com efeito, a dificuldade perpétua e ininterrupta da administração, desde os primeiros governos fontistas, havia mais de sessenta anos. Não seria de esperar, aliás, que em dois anos, para mais turbulentos, as novas instituições pudessem ter solucionado a questão. Nem esta, nem algumas outras, também agudas. Na sua declaração ministerial, lida em Congresso a 10 de Janeiro, Afonso Costa traça o quadro da situação do país, e enuncia algumas medidas: morigeração dos serviços, manutenção da política externa «*apoiada na secular aliança britânica*», equilíbrio e unidade orçamental em todo o território da república, desenvolvimento do ultramar como «*bem fundada afirmação da nossa soberania*», reorganização das forças de terra e mar, execução das leis da república quanto à Igreja, ainda outras providências. De tudo, e na base, emergia o problema financeiro: se o primeiro «deficit» republicano se justificava pela revolução, o segundo teria de se atribuir a incapacidade, e um terceiro seria dolorosa demonstração de falta de energia moral e colectiva. Com a sua formação universitária, Costa atacou o problema dentro do classicismo: aumento de réditos, e sua melhor cobrança; severa restrição de despesas, e sua melhor fiscalização. Em Fevereiro era promulgada a reforma da contribuição predial; um mês depois, uma *lei-travão* impunha o maior rigor na efectuação de gastos; em Junho, publicava-se o código de contribuição predial e remodelava-se o sistema monetário; e como resultado destas medidas, além de outras, Afonso Costa apresentou para 1913-1914 um orçamento que previa saldo positivo. Foi um acontecimento, olhado como prodígio. Noutro plano, tomou o governo duas decisões de alcance: foi criado o ministério da instrução pública e organizada a nova Faculdade de Direito de Lisboa. À parte estes aspectos, iam de crise em crise os negócios públicos. Em 27 de Abril, um movimento sedicioso, impulsionado por radicais e sindicalistas, era liquidado com numerosos presos políticos; e em Outubro era frustrada mais uma tentativa monárquica, a que também se seguiam prisões de vultos em destaque no campo realista. Nas ruas, através do ano, produziam-se tumultos, atentados, assaltos a redacções de jornais: a ordem pública era constantemente perturbada. Depois, em meados de Novembro, eleições parciais aumentam a representação parlamentar dos demo-

cráticos. São violentas as reacções do *bloco* e de todas as oposições coligadas, desde os monárquicos aos católicos; e o extremismo dos democráticos, com apoio nas grandes cidades, começa a perder terreno pelo país além. Para mais, outros problemas graves não encontravam solução: definhava a agricultura; estagnava a indústria; a administração estava corroída pela ineficácia, mesmo pela corrupção; as forças armadas, por demissões maciças e falta de verbas, desciam o caminho da degradação. No dobrar de 1913 para 1914, era insustentável a situação do governo. Arriaga retira-lhe a sua confiança. E em Fevereiro de 14 demite-se o governo de Afonso Costa. Fora, no espaço de três anos, o quarto ministério constitucional da república.

De par com o desvairo da política interna, o entorpecimento da economia, e a ruína da administração, adensava-se o desprestígio da situação internacional do país. Revoluções, movimentos sediciosos, atentados, tumultos, eram além-fronteiras motivo de farsa e caricatura. Mas justamente a Europa entrava no regime de *paz armada*. Crescia o poder económico, político e militar da Alemanha, e isso para além de limites comportáveis para a Inglaterra. Desde os tempos de Delcassé e Eduardo VII fora estabelecida a *entente cordiale;* e alemães e austro-húngaros entendiam-se numa aliança militar. Mas, como sempre no passado, o governo de Londres tentava apaziguar as ambições germânicas por preço que deveria de preferência ser pago por terceiros. Em Berlim falava-se de Angola como de domínio alemão, e ainda do norte de Moçambique; e alguns em Inglaterra, sem embargo da reafirmação da aliança luso-britânica no Tratado de Windsor, sentiam-se fascinados pela eventualidade de satisfazer exigências alemãs por uma partilha do ultramar português, de que Londres também beneficiasse ainda. Em Agosto de 1913, britânicos e alemães firmavam um novo tratado de partilha, que retomava as convenções secretas de 1898. Para o atentado ao direito e à soberania portuguesa, buscava-se um pretexto justificativo: e este encontrava-se na alegação de que Portugal era incapaz de administrar as províncias de África e de que estas deveriam servir de compensação e garantia aos créditos externos que nos concediam e cujo reembolso as nossas finanças não consentiam, além de que na metrópole não existiam já quaisquer valores seguros que fossem havidos como

bom penhor pelos credores. Como no decurso da história, em mais de uma oportunidade, a fraqueza militar, a divisão partidária, a degradação financeira, a fragilidade económica, as influências estrangeiras, a incapacidade de decisões autónomas, a inconsciência de quais as forças externas em presença, a sobreposição das paixões ideológicas aos interesses nacionais permanentes, a falta de preparação política dos responsáveis, transformavam o país numa presa fácil e apetecida do jogo dos grandes europeus e numa vítima para servir de troco nos arranjos entre estes. E o Barão de Rosen, ministro alemão em Lisboa, no fim daquele ano de 1913 comunicava singelamente ao seu governo: «*o país está tão dividido em lutas partidárias e conspirações internas que nem dá pelo perigo que ameaça o ultramar*». Do facto, porém, não pareciam ter notícia os chefes políticos. Estavam cegos pelas paixões partidárias: porque, para além dos ódios pessoais, e quando punham estes de lado, eram unânimes em considerar o ultramar parte integrante da nação e tão inviolável, portanto, como a metrópole.

6

No fim do verão de 1911, quando chegavam ao seu termo as férias no Vimieiro, Salazar adoeceu, e chegou a suscitar nos familiares algum alarme. Mas estava restabelecido nos últimos dias de Outubro, e pôde regressar a Coimbra. Abandonou o quarto da Couraça da Estrela, e instalou-se noutro, igualmente modesto, numa casa da Rua João Jacinto. E inscreveu-se, para o ano lectivo de 1911-1912, em todas as restantes cadeiras do 2.º ano de Direito e matriculou-se na 10.ª cadeira do 3.º ano. Esta era a de *Ciência das Finanças e Direito Financeiro:* a escolha, conjugada com a que fizera no ano anterior da cadeira de *Ciência Económica e Direito Económico,* indicava um interesse e um propósito. Desde logo se dedicou às suas disciplinas com zelo, rigor, seriedade. Mas para além dos seus estudos, Salazar encontrava a academia em exaltação, efervescência, luta ideológica.

Multiplicavam os republicanos as suas manifestações, e destas eram alvo os que estivessem ligados ao regime derrubado, ou cujos princípios e até estilo de vida suscitassem desconfiança

quanto ao seu republicanismo. Mas os conservadores, os católicos, os monárquicos, começavam por seu lado a unir-se, a entreajudar-se, a lançar as suas próprias organizações. Pelo país, e sobretudo pelos pequenos burgos da província, surgiam núcleos de combate, de afirmação doutrinária; e folhas várias, de matiz conservador, iniciavam a sua publicação, por vezes em condições precárias. E na academia de Coimbra, à parte os monárquicos ainda incertos quanto à espécie de *monarquia nova* a restaurar, eram os católicos que mais aguerridos se revelavam no combate. Muitos actuavam à volta do *Centro Académico de Democracia Cristã;* mas este era vítima de interferência das autoridades, e de agressão dos republicanos mais extremistas; e alguns atribuíam-lhe objectivos de política activa. Os católicos, porém, queriam acima de tudo defender a sua fé, reivindicar a sua liberdade de consciência, clamar pela prática sem peias da sua religião. Por afinidade natural, congregaram-se num grupo coeso, audacioso, mesmo destemido, cuja combatividade não receava a dos adversários. Pelo aprumo que irradiava, e a notoriedade que lhe fora logo dada pelas altas notas obtidas no primeiro ano, António de Oliveira Salazar foi naturalmente procurado pelos elementos mais impetuosos do grupo. No plano das iniciativas e da doutrina, contudo, surgia o padre Gonçalves Cerejeira como figura de proa. Era do Minho, de Lousado, no concelho de Famalicão; formara-se no seminário de Braga; e propunha-se ingressar na Faculdade de Letras. Também se matriculara na Faculdade de Direito, e aí conheceu Oliveira Salazar; mas o pendor do seu espírito não o inclinava para as matérias jurídicas (1). Como Salazar, frequentava os Serras e Silva, os Perestrelos; acamaradava com os irmãos Dinis da Fonseca; e dava a sua colaboração ao *CADC* Salazar e Cerejeira tornaram-se amigos, mesmo íntimos, além de companheiros de ideal. Mas outros, católicos fervorosos também, se lhes juntaram na mesma luta. Era José Nosolini (2), que cursava direito; eram Augusto Morna, Luís Teixeira Neves, Sílvio Pélico de Oliveira, Francisco Veloso, João de Castro, Pestana Reis, o

(1) Chegou todavia a fazer cinco cadeiras, em 1910-1911, com altas classificações.

(2) De seu nome completo: José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão.

padre José António Marques. Dos mais activos era Diogo Pacheco de Amorim; e o padre Carneiro de Mesquita, mais folgado de finanças, contribuia em favor da causa para despesas na luta ideológica, e cuja liquidação a ninguém ocorria.

Congregado em torno do segundanista Oliveira Salazar e do padre Cerejeira, o grupo desdobrava-se numa actividade doutrinária sem tréguas. Multiplicavam os seus membros as palestras, os debates, os panfletos; e eram constantes na pregação e no aliciamento em busca de novos recrutas. Pela educação, meio cultural em que haviam crescido, formação intelectual, todos se sentiam aliados dos monárquicos, pelo menos tacitamente: mas para alguns essa aliança tinha por fundamento e limite o facto de ser comum o adversário. Eram republicanas as instituições e anticatólicas, anticristãs: para as combater, e afirmar o direito à sua ideologia, davam-se as mãos católicos e monárquicos. Representava o *CADC*, decerto, uma plataforma de encontro, bem nítida quanto ao conteúdo ideológico do Estado: mas já eram mais diluídos os seus contornos quanto ao tipo de governo. No fim de tudo, *democracia cristã* não era em si incompatível com esta ou aquela forma de governo, sob condição de que este respeitasse a lei de Cristo e lhe permitisse livre curso e expansão. Este ponto era básico, fulcral. E naquele inverno de 1911 o grupo lançava-se em projectos, discutia ideias, procurava os meios de conquistar audiência. Por que não fundar um jornal? Mas veio o Natal. Cerejeira foi para Lousado, Salazar para o Vimieiro, o grupo dispersava-se para férias. No regresso, porém, foi retomada a luta. E em fins de Fevereiro do ano seguinte aparecia o *Imparcial*.

Saiu o primeiro número do *Imparcial* em 22 de Fevereiro de 1912. Encabeçava-o na qualidade de director responsável e editor o padre Gonçalves Cerejeira, e o padre Carneiro de Mesquita era o proprietário e administrador. Forjara-se uma redacção no n.º 7 da velha Rua da Matemática. E o jornal atribuía-se o título de «*semanário dos estudantes católicos de Coimbra*» (1). E naquele primeiro número, em editorial escrito por Cerejeira, a nova folha definia a sua posição de princípio: «*desejamos ver*

(1) A título de curiosidade: o *Imparcial* era impresso na «*Tipografia Silva (a vapor) em Aveiro*», e custava trezentos réis ao trimestre.

reinar a paz na família portuguesa»; «quanto à política, uma coisa só sabemos: que somos portugueses»; «nesta fé queremos morrer»; «queremos conservar a Pátria imaculada, acima das facções partidárias»; e consideravam-se «*livres das correntes umbilicais do partidarismo*». Afirmava-se deste modo o *Imparcial*, além de católico, profundamente nacionalista: mas não tomava *partido* entre os partidos e repudiava estes. Nesta atitude ideológica, colaboravam todos os do grupo. Sílvio Pélico de Oliveira assinava apenas SPO; João de Castro aparecia como *Ruy;* Joaquim Dinis da Fonseca, Augusto Morna e Luís Teixeira Neves também usavam as iniciais somente; José Nosolini adoptava o pseudónimo de *José de Val d'Oleiros* e Francisco Veloso o de *Éfevê*. E desde logo marcavam o diapasão do jornal: era áspera a linguagem que usavam, e mesmo contundente e violenta. Estava aberta em Coimbra a guerra sem quartel entre os católicos e a república que infringisse as leis de Cristo.

Lançado decididamente na luta, o grupo do *Imparcial* defendia-se em todos os domínios e contra-atacava sem hesitações. O padre Cerejeira proferia conferências na Sé Nova, e eram largamente concorridas: ocupava-se do surto do cristianismo e da liberdade deste no Velho e no Novo Mundo: demonstrava como eram conciliáveis a ciência e a ideia cristã: e explicava como apenas em Cristo encontravam refúgio moral os grandes intelectuais, desde Verlaine a Coppée, desde Brunetière a Huysmans e Paul Bourget. Atraía o padre Cerejeira gente de prestígio em Coimbra: e às suas palestras acorriam o Bispo de Coimbra, Eugénio de Castro, Vaz Serra, Álvaro Vilela, e os elementos conservadores da cidade. Em artigos violentos, Veloso insurgia-se contra a perseguição aos católicos, e protestava: «*Somos escravos!*» E reclamava completa liberdade religiosa para a Igreja. Por seu lado, Joaquim Dinis da Fonseca definia uma linha ideológica do jornal, que era da maior importância: em «*Falemos claro!*» afirmava que os católicos se sentiam feridos como crentes e como patriotas, e esclarecia que «*não eram incompatíveis com a República Portuguesa, mas esta é que foi incompatível connosco*». Nas «*Aguilhadas*», Diogo Pacheco de Amorim agredia violentamente os vultos da política republicana, denunciava perseguições e escândalos, reclamava contra o arbítrio e a denegação de liberdades

religiosas; e na sua secção «*Ao de leve*» o padre Cerejeira comentava com ironia factos e homens. Surgia duro e aguerrido o semanário.

Salazar entra também no combate. Num editorial não assinado, a que pôs o título de *Tristezas que pagam dívidas*, protesta contra a situação existente, e faz sua a afirmação de que «*Portugal era um cataclismo em marcha*» (1). Mas apenas em fins de Março iniciou Salazar a sua colaboração sistemática no *Imparcial*. Escreveu uma série de oito «*Cartas a uma Mãe*», e tratava mais uma vez do seu tema favorito: a educação. Sustenta que a formação da criança e da juventude deve fazer-se na família, de que traça a apologia; e é entusiasta da educação à maneira inglesa, que produz homens fortes e aptos ao trabalho. Em qualquer caso, todavia, o ensino e a instrução devem estar ao serviço do país, da comunidade dos portugueses: «*eu tenho para mim que nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional*» (2). E quais os seus objectivos primordiais? Fundamentalmente, estes: «*educar é dar a Deus bons cristãos, à sociedade cidadãos úteis, à família filhos ternos e pais exemplares*». Mas a sociedade não pode nivelar ou equiparar todos de forma indiscriminada: há-de ter-se em conta que não são iguais os homens: e o sacrifício dessa realidade importaria a negação das elites. E por isso «*o princípio da igualdade no tratamento escolar, que passa sem o auxílio dos pais, é suficientemente prejudicial para que lhe demos apoio*»; «*na escola nem todos devem ser tratados igualmente*»; «*não temamos assim ofender a justiça*»; «*não, respeita-se ainda mais, e cumpre-se a caridade...*». E para que sejam sólidos e de boa têmpera os homens, a educação «*deve ser dura, sem comodidade, sem facilidades*»: e porque já estão afeitos às durezas da vida, «*os filhos das classes pobres estão nas escolas conquistando os primeiros lugares*». A educação puramente intelectual constitui um mito, uma superstição; à educação física deve ser dado papel de relevo; mas não se deve esquecer a arte e o afecto na educação. E há que reformar profundamente: modificar

---

(1) Não está assinado o artigo, mas a análise e comparação do estilo não permitem dúvidas quanto à autoria de Salazar.

(2) Frase emprestada a Almeida Garrett.

a mentalidade do professor, que tem de deixar de ser um carrasco a marcar más notas: e há que estimular a personalidade dos alunos, para que deixem de ser tímidos e enfezados. E invocando Montaigne — «*é preferível uma cabeça bem formada a uma cabeça bem cheia*» — deve-se elogiar mais a inteligência do que o saber: «*eu sinto uma simpatia imensa pelo cábula inteligente das escolas portuguesas*». E estas oito cartas prolongaram-se, na sua publicação, até fins de Janeiro de 1913, e Salazar adoptava no *Imparcial* o pseudónimo de Alves da Silva (1). E no fundo a doutrina das *Cartas a uma Mãe* era a mesma que já fora exposta nas conferências do liceu de Viseu e do Colégio da Via Sacra: na raiz de tudo, estavam o ideal cristão, os rigores do seminário, a severidade dos padres, os ensinamentos de Gustave Le Bon: e se eram mais largos os horizontes, mais aprofundados os temas, mais personalizado o estilo, basicamente era o mesmo adolescente: este estava, porém, a tornar-se homem: e se perdia em candura ganhava em maturidade.

A par do segundanista Salazar, não estavam também inactivos os demais amigos do *Imparcial*. Lançavam-se ao assalto do *CADC:* Diogo Pacheco de Amorim conseguira ser eleito presidente da Assembleia-Geral; o padre Cerejeira obtinha a vice-presidência da Direcção; e Oliveira Salazar e Teixeira Neves preenchiam os lugares de primeiro e segundo secretários. Seguiam atentamente a política e os políticos de Lisboa. Na capital, António José de Almeida havia afirmado: «*Ah! em Portugal, de facto, não há governo. A nossa república vive em plena ditadura, porque é a ditadura dos bandos. Quem manda é o franquismo das ruas. Quem impera é a tirania dos outros. Suprema miséria! Suprema vergonha!*» E logo o *Imparcial*, com júbilo, anota, comenta, aplaude as palavras do tribuno republicano. Depois, é Afonso Costa, é Alexandre Braga que são atacados sem mercê. Permanentemente, reivindica-se a liberdade de consciência católica, e a de viver em paz na lei e na fé de Cristo. Do mesmo passo, todavia, a folha

---

(1) Recorde-se que se chamava Francisco Alves da Silva o modesto carpinteiro que, no baptismo de Salazar, na Igreja do Vimieiro, representou o padrinho António Perestrelo. Simples coincidência? Ou homenagem íntima ao humilde artífice da aldeia?

ocupava-se de problemas nacionais: regista as incursões monárquicas, toma posição contra o iberismo, reage com ímpeto contra as ambições da Alemanha sobre o ultramar português: e Amorim, nas *Aguilhadas*, investia contra tudo e contra todos, desde o parlamento à maçonaria. Carlos Malheiro Dias começava a enviar as suas *Cartas de Lisboa*. O padre Cerejeira publicara *O meu primeiro sermão*, que havia proferido na Igreja de Santa Justa. Alberto de Monsaraz compunha estrofes sobre *música e poesia*. E na *carteira elegante* do *Imparcial* Alberto Dinis da Fonseca colaborava com o soneto *O Beijo da Mimi*, para concluir liricamente que

Beijinhos no papel, só p'ra queimar,
O beijo é um fruto que só tem valor
Quando colhido mesmo no pomar!

Mas aproximava-se o verão de 1912. Em Junho, Salazar deu um salto rápido a Viseu. No dia 10 daquele mês entregava no liceu um requerimento a pedir exame singular da língua alemã. Submeteu-se a provas escritas e orais logo depois, a 16. Saiu aprovado com 15 valores. Regressou imediatamente a Coimbra. Eram agora os actos grandes na Faculdade de Direito. Sentia-se preparado. Não obstante o tumulto das ideias, o calor dos debates, as reuniões políticas, a actividade de polémica jornalística, as explicações para pagar livros e propinas, Oliveira Salazar estudara durante todo o ano. Estudara conscienciosamente, aturadamente, com seriedade, reflectindo nos problemas, absorvendo as matérias. Apresentou-se a actos: nas quatro cadeiras em que se matriculara alcançou um 17, um 18, e duas notas de 19. Em 15 de Agosto, reunia-se a *congregação* da Faculdade. Os mestres deliberavam, em reunião, sobre prémios. Participaram Guilherme Moreira, Marnoco e Sousa, José Alberto dos Reis, Caeiro da Matta, Pinto Coelho, Rocha Saraiva, Norton de Matos [1]. Foram unânimes: o estudante Salazar recebia dois prémios, na 5.ª e na 10.ª cadeiras. Houve sensação na academia: estar-se-ia perante um futuro lente?

---

[1] Arnaldo Mendes Norton de Matos. Não confundir com o então major e depois general José Maria Mendes Norton de Matos, que seria Alto-Comissário em Angola e Ministro da Guerra.

Depois, foi a debandada: Cerejeira ia dividir as suas férias entre Lousado e a Praia de Áncora, Salazar seguia para o Vimieiro, Pacheco de Amorim percorria o Alto-Minho. E de novo as folhas da Beira-Alta felicitavam pelos seus êxitos o «*inteligente académico*» António de Oliveira Salazar, filho do Tio António Feitor, do Bairro da Estação.

7

Naquele verão de 1912, Tio António de Oliveira Feitor completara os setenta e três anos. Era agora um patriarca da aldeia e da vila, um ancião popular e respeitado, uma voz autorizada na lavoura local e no pequeno comércio. Estava velho, com uma farta cabeleira branca; mas ainda rijo, de boa saúde, bem capaz de vigiar e dirigir os trabalhos agrícolas dos Perestrelos. Maria do Resgate passara os sessenta e sete anos. E sentia-se doente, enfraquecida, sem energias físicas, e arrastava-se penosamente por esforço de vontade. Sofria do coração, tinha crises que a deixavam por morta. Para a examinar, Salazar fazia-se por vezes acompanhar, nas suas idas ao Vimieiro aos sábados, por um jovem médico e cirurgião, Bissaia Barreto, que se preparava para a cátedra em Coimbra e estava a adquirir boa fama na cidade e cercanias. Bissaia Barreto era um republicano, quase um radical, e não partilhava da fé e da ideologia de Salazar: mas eram amigos, e estimavam-se e admiravam-se reciprocamente. E nas férias grandes Salazar também pedia a Bissaia Barreto para vir de quando em quando ao Vimieiro, e observar e cuidar de Maria do Resgate. A saúde desta, a sua vida, o seu bem-estar constituíam preocupação absorvente para seu filho. Estava concluída a casa nova sobre a estrada, no enfiamento da velha, e agora habitavam-na com mais à-vontade, e mais cómodos para Maria do Resgate; mas a família não se havia desfeito do casebre antigo, agora reservado a hóspedes, comensais, e arrecadação. E por detrás permaneciam o adro de piso batido e duro, o quintal, a leira, o pinhal ao fundo. Era um pequeno mundo pobre e áspero; mas era também um pequeno mundo independente, feudal, isolado, muito unido. Para Salazar, era a sua terra, o seu chão, a sua raiz: ali estava a sua

origem, ali o haviam criado os seus pais a poder de trabalho, ali tinha brincado com as suas irmãs. E era um pequeno mundo em que o humano se identificava e confundia com a natureza. Vinham da terra o milho, o feijão, as batatas, e eram produto do esforço próprio; as cepas e latadas, vigiadas e mimadas durante todo o ano, davam na estação própria o vinho novo; e não faltavam as árvores de fruto, e até as flores, muitas flores, em todos os bocadinhos de chão que se podiam transformar em canteiros. E pelas flores sentia Salazar paixão funda, enlevo quase sentimental. Levantava-se muito cedo na aldeia, e pela fresca da manhã ia contemplar, acarinhar os goivos, os malmequeres, e aquelas rosas, muito vivas do rocio da noite, a que dedicava versos nos tempos do seminário. Depois, ao abrir do calor, recolhia a casa, e não saía de ao pé da mãe. Pela tarde metia-se a grandes passeios, ia a Santa Comba, gostava de admirar no largo o solar decrépito dos barões da vila. Não se esquecia de entrar na farmácia, na loja de Amparo Cruz; e entretinha-se num bocado de conversa com os Pais de Sousa e com o velho Padre António. Mas a sua preferência ia para os atalhos solitários, para as florestas de pinheiros que circundavam a aldeia e a vila, para os locais sem vivalma e de horizonte, de onde se avistavam ao longe o Caramulo e a Estrela. Pelas noites, raro saía; e agora andava a pensar, a construir mentalmente uma conferência que lhe tinham solicitado para o CADC em Coimbra. Mas afligia-o o estado de Maria do Resgate, passava noites em claro, e era no quarto da mãe, enquanto lhe seguia o sono, que aproveitava o tempo para responder a cartas de amigos que não lhe exigissem esforço. Atormentava-o a ideia de regressar a Coimbra, de se separar dos seus. Mas Maria do Resgate era a primeira a querer que seu filho concluísse o curso, e a encorajá-lo a assumir responsabilidades, a intervir na vida. Sentia por outro lado Salazar bem vigorosa a sua fé, bem ardente o seu espírito religioso, e o espectáculo a que assistia pelo país impelia-o à acção. Como? Em que rumo? Qual o seu destino? Dobrara já os vinte e três anos, e sentia-se pessimista, quase frustrado. Para já, havia que prosseguir no curso de direito: era o bom-senso que lho dizia.

8

Inscreveu-se Salazar para o ano lectivo de 1912-1913, nas três cadeiras do 3.º ano, que ainda lhe faltavam, e em mais duas cadeiras do 4.º ano *(Direito Comercial* e *Organização Judiciária e Processo Ordinário).* Do mesmo passo, matriculou-se na Faculdade de Letras, na cadeira de *Língua e Literatura Inglesa.* Mergulhou no estudo; mas sem perda de tempo mergulhou também na polémica, na actividade doutrinária, no jornalismo do *Imparcial.* Em *Bacharéis e homens úteis* comentava um escrito de Alfredo Pimenta n'*O Século,* e fazia-o com sarcasmo: se Pimenta lamentava a existência de «*bacharéis a mais*», também não se deveria reformar o ensino de maneira a haver «*bacharéis a menos*». Fundamentalmente, era imprescindível destruir a ideia, comum nos rapazes novos, de que a finalidade da vida consistia em «*casar rico e obter um emprego público*»; e fustigava os ministros que «*não procuram homens para bem desempenhar os lugares, mas criam os lugares para bem servirem os homens*». E o *Imparcial* tratava Salazar de *laureado aluno.*

Mas no outono sofreu o grupo um golpe rude: as autoridades encerraram o *CADC.* Não se entibiaram, no entanto, os elementos combativos, e pela palavra e por escrito desencadearam uma campanha sem esmorecimento. Apelavam para os novos: «*Juventude católica portuguesa, é absolutamente preciso que retomemos o nosso lugar nas fileiras de Cristo, e continuemos a honrar o Seu nome, as tradições da pátria, e um trabalho probo e árduo em prol da redenção social da nossa raça!*» E com vibração exclamava o *Imparcial:* «*nós somos o entusiasmo, o fogo, o trabalho, e quando todas estas qualidades têm a sobredoirá-las um ideal santíssimo — o de Deus! — não há exército que barre a estrada do triunfo nem ardis que logrem aniquilar a fortaleza do nosso império*». Deu bons resultados a campanha: um mês e meio depois era permitida a reabertura do *CADC.* Exultava o *Imparcial:* «*Hoje, eis-nos de novo no nosso posto, aceitando a peleja de todos os adversários no mesmo pé de lealdade que para com eles usamos*». E a reabertura foi celebrada com uma sessão solene. Presidiu o Cónego Dias de Andrade, em representação do Bispo-Conde. «*Irrompe então, cadenciosamente ritmado, o Hino Aca-*

démico». Lêem-se as cartas, os telegramas de adesão: de Fernando de Sousa, do *Círculo de Estudos de Viseu*, da *Juventude Católica de Braga*, de outros mais. E «*é dada a palavra ao ilustre académico António de Oliveira Salazar, o mais classificado da faculdade de direito, que em nome da Direcção e do Centro faz uma exposição do problema democrático-cristão*».

Falava Salazar pela primeira vez em Coimbra, em público, e apresentou-se. Era um obediente soldado democrata-cristão; e era uma «*alma beirã, formada a ver a leste as neves imaculadas da Estrela e a olhar com indiferença para os lados do poente as tempestades raivando sobre os cumes negros do Caramulo*». E ali estava entre a mocidade portuguesa que, «*capas ao ar, corações ao vento*», se «*prepara para as lutas do futuro*». E para quê? Para afirmar, perante a consciência católica do país, a missão do *CADC*, e dizer o que eram, o que queriam e o que pensavam os seus filiados. Estes reivindicavam antes de mais o direito de lutar, dentro da lei e da ordem, por uma causa que julgavam verdadeira. Seria verdadeira a causa? Pois, com Herculano, «*as ideias podem ser erros mas não são crimes*». E depois, perante os vícios de que enfermava a vida portuguesa social e política, a decadência religiosa que se atravessava, a gravíssima desorientação de todos os espíritos, haveria que afirmar a tese: «*o democrata-cristão perfeitamente integrado na família, na pátria e na sociedade religiosa, deve ser uma unidade útil neste momento histórico em que cada indivíduo se esforça por ser uma inutilidade social*». Estava-se assim, na essência, perante uma questão social. Ora a questão social é fundamentalmente uma questão moral, e «*quem a considera uma questão moral redu-la a uma questão de educação*». É através desta, por conseguinte, que se deve operar a regeneração do país, e primeiro do que tudo é indispensável reformar o homem português. Já dizia Leibniz: «*com a educação pode transformar-se um país em cem anos*». E acontece que não há melhor educadora do que a família: esta apresenta-se portanto como uma necessidade: porque a família «*é a célula social cuja estabilidade e firmeza são condição essencial do progresso*»: e o «*homem que sem família nem sequer podia existir, sem família forte e unida dificilmente é um poder, com certeza não é um valor*». Uma sociedade apenas vale pela soma

de valores que a constituem: e porque sem família não existem esses valores, a permissão do divórcio e as exageradas reivindicações feministas constituem perigos gravíssimos. Além do amor, o casamento mantém-se pelos filhos, para quem os pais contraem uma dívida sagrada: e por seu lado estes vêem naqueles, como se deduz de um verso de Junqueiro, a sua própria imortalidade. Mas acima da família está a Pátria: nesta, que é uma imensa família, a identidade de origem, a comunidade de interesses e aspirações tornaram em irmãos todos os seus membros. Para com a Pátria há deveres, que «*os democratas-cristãos devem conhecer mais integralmente e cumprir mais conscienciosamente que outro qualquer*». E assim há que considerar o democrata-cristão em dois momentos diversos: «*prepara-se para ser uma utilidade; em seguida, actua utilmente na sociedade*». Sendo assim, é evidentemente fundamental a educação. Ora esta não deve, não pode ser a mera acumulação de conhecimentos: como dizia Gustave Le Bon, educar não é saber «*recitar coisas*», mas estimular a inteligência, aperfeiçoar a vontade, desenvolver a razão, suscitar o espírito de observação, despertar a iniciativa. Nada disto, todavia, se verifica em Portugal. Estão errados os métodos de ensino; «*a nação enferma gravemente de uma viciosa organização social e de uma não menos viciosa organização política*»; e «*o comodismo, adorando o deus-Estado e temendo fortemente a responsabilidade, tem horror ao trabalho livre*». E a «*fome do emprego público*»: e todos consumiam muito não produzindo nada. E «*pobreza não era vileza, modéstia não era desonra*». Contra esse estado de espírito reage o democrata-cristão. Julga-se o país em democracia; mas não está; porque fora do cristianismo não há democracia. Há que distinguir «*as formas do Estado das formas de governo*». É assim que, à parte a hipótese de uma monarquia despótica ou absolutista, as monarquias representativas podem, como as repúblicas, ser mais ou menos democráticas. «*Portugal tem hoje com certeza uma república, mas apenas julga ser uma democracia*». Veja-se a Grã-Bretanha: não disse o Presidente da Confederação Helvética que a melhor república do mundo era a Inglaterra? Por outro lado, não se devem menosprezar as elites: «*não sei bem como é que numa democracia se distinguem os interesses do povo — entendei bem o termo — dos interesses das elites*». Decerto:

não há democracia quando uma fracção do povo domina a sociedade com exclusão dos demais; deve manter-se o acesso a todos os talentos; deve defender-se tão intransigentemente a liberdade do indivíduo que nenhum privilégio de origem seja para ele marca de inferioridade; e deve-se velar por que nenhuma condição originária, por mais modesta que seja, impeça a manifestação de um talento. Por outro lado, a sociedade tem de inclinar-se perante esta verdade: «*a maior parte dos homens tem outros que lhes são superiores*». E o cristianismo, longe de combater a liberdade, encontra nela as suas mais favoráveis condições de progresso. Não estão a liberdade, a igualdade, a fraternidade na origem histórica do cristianismo? Ora em Portugal havia entre a democracia e a Igreja um mal-entendido gravíssimo: e «*aos democratas-cristãos competia exactamente destruí-lo*». A Igreja Católica é elemento de ordem e depositária da religião divina que tem solução para todos os problemas e consolação para todas as amarguras. Não há assim incompatibilidade entre catolicismo e democracia: pelo contrário. Não dizia Afonso Pena que a vida se exprimia em quatro palavras: «*Deus, Pátria, Liberdade, Família*»? «*Pois bem! Defendamos a Família, relicário de amor sustentado pelas mãos trémulas dos nossos pais. Defendamos a Pátria, que consubstancia as nossas glórias de outrora, a Pátria que é bela, porque é a mãe de todos nós. Defendamos Deus da ignorância e do atrevimento, porque Deus é a suprema aspiração da alma humana, o grande mistério que ilumina as regiões do Além. Defendamos a Família, defendamos a Pátria, defendamos Deus pela Liberdade! Deus, Pátria, Liberdade, Família*».

Salazar concluiu a sua conferência. Esta, no seu termo, aparecia iluminada pela recordação do painel de seda bordada, dependurado na porta do corredor do *Colégio da Via Sacra:* era o cunho impresso no seminarista e no prefeito escolar. E falaram a seguir outros membros do *CADC:* Fernando de Almeida, da Universidade Gregoriana; Alberto Dinis da Fonseca, «*que em palavra fluente proferiu um belo discurso*»; e João de Castro, «*cujo talento é bem conhecido no nosso meio académico*». Salema Vaz recitou «*uma bonita poesia sua, a Virgem de Murillo*». E encerrou a sessão o Cónego Dias de Andrade que «*proferiu um empolgante improviso como Sua Ex.ª os sabe fazer*». Durante a sessão a Tuna Académica

executou um programa musical: «*e o solo de violino foi merecidamente bisado porque foi realmente primoroso*». O padre Cerejeira exultava com o êxito da sessão, com o número de participantes, com as repercussões na Academia. E dizia: «*A nossa alma vibra de emoção!*». «*A sessão do dia 8 (de Dezembro) foi uma afirmação inequívoca de superioridade intelectual*». «*Haja agora quem se atreva a impor-nos labeu de cretinos, só porque a isso lhe dá jus o uso de monóculo petulante e o facto de pertencer à confraria chocalhante do mútuo elogio!*» E invocando directamente Salazar, acrescentava: «*Nós esperamos ainda que o Oliveira Salazar, o pensador disciplinado e consciente, não cometerá o crime egoísta de negar à publicidade o seu admirável trabalho que tão profunda impressão fez. É um belo talento que honra a nossa Universidade*» (1).

Entre os mestres, pelas Repúblicas da Alta, nos centros monárquicos e republicanos, nos meios eclesiásticos, Salazar foi vitoriado, aplaudido, atacado, discutido. Tornara-se um *nome* em Coimbra. Para mais, entre os elementos do *CADC* e do *Imparcial* fora Oliveira Salazar o escolhido como expositor em público de uma *declaração de princípios* que a todos comprometia: no âmbito restrito em que se movia era reconhecido por *chefe*. E na sua palestra evitara o terreno político: não tomara partido entre monarquia e república: nem tão-pouco sobre a orgânica do Estado ou a forma de governo. Em contrapartida, e atentas as coordenadas do momento, fora nítido, categórico e reivindicativo quanto aos valores sociais, éticos e religiosos que nestes domínios deveriam impregnar o *conteúdo ideológico* do Estado e comandar qualquer *acção governativa*. Salazar despontava como *doutrinador* também. E aproximava-se dos seus vinte e quatro anos.

Colhidos os elogios pela sua conferência, e depois das suas férias de Natal no Vimieiro, prosseguiu Salazar nos começos de 1913 a sua actividade jornalística, de doutrinação e combate.

---

(1) Como resultado das minhas investigações, concluí que Salazar nunca mandou imprimir o texto desta conferência. Eu li o texto integral no manuscrito que se encontra guardado no seminário de Viseu. E desse texto, que eu saiba, só há duas fotocópias: uma em poder do Prof. Braga da Cruz, de Coimbra, e outra em meu poder.

Martelava os mesmos temas e outros afins; mas crescia em audácia e agressividade. Completara a oitava e última das *Cartas a uma Mãe* em Janeiro, e ainda nesse mês publicava a *Justiça das reclamações universitárias*. Era uma crítica áspera ao procedimento do governo. Este acolhera sem compreensão um grupo de alunos que se deslocara a Lisboa para reclamar liberdade de matrícula na Universidade; os estudantes haviam regressado «*mais com nojo do que com desânimo*»; e Salazar mais uma vez aproveitava o pretexto para condenar o ensino que se praticava. Depois, nas *Gerações Perdidas*, logo em Fevereiro, tomava à sua conta um artigo de António Granjo na *República*. E protestava: por causa das deficiências do ensino, haviam-se desperdiçado gerações: estavam inutilizadas «*para a dignidade e o brio nacional, para a virtude e para a honra, para a família e para a humanidade, para a ciência e para a vida fecunda e útil*». E por tudo isto fustigava «*os políticos diariamente entretidos em perseguições odientas e frivolidades pueris*». E o próprio Salazar? Pois pertencia «*a uma geração perdida, porque não ensinada*». Entretanto, o *Imparcial* completara um ano de luta; o padre Cerejeira continuava como director; Teixeira Neves substituía Carneiro de Mesquita como administrador; e o jornal lançava-se numa campanha em defesa da integridade nacional. «*Vender as colónias? Nunca*». E Salazar, por sua parte, começava uma nova série de artigos: «*Os lentes de Direito e as novas teorias jurídicas*». Formula então uma queixa ao ministro do Interior. Reclamava como aluno, em nome dos que se preparam para a vida, e pertenciam «*às gerações perdidas ou às gerações salvas do Dr. António Granjo*». Com ironia, critica a legislação retrógrada, e que contraria o que os mestres ensinam. Fala dos professores com displicência. De Guilherme Moreira, «*temos por cá muito medo dele mas reconhecemos-lhe todos uma honestidade científica tal*» que é incapaz de afirmar o que não for uma convicção íntima: e para estigmatizar o antagonismo «*entre o que se ensina e o que se faz*» abona-se em José Alberto dos Reis, Caeiro da Matta, Lobo d'Ávila. Afirmava: «*isto não pode nem deve continuar assim*». E entra então claramente no terreno do combate político. Reclama as liberdades, protesta contra a opressão exercida pelo governo; defende

a liberdade de consciência, de crença, de culto, de ensino, de reunião, de associação, de imprensa; e reivindica o sigilo da correspondência e a inviolabilidade de domicílio. E lança um repto ao ministro do Interior: «*Mande-nos V. Ex.ª gente nova, ou gente velha com ciência nova, de forma que os princípios expliquem os factos, visto que os factos não são capazes de explicar os princípios.*» Por essa altura fora perseguido um estudante de Medicina, Augusto Mendes; e Salazar e Cerejeira resolvem entregar-se a uma *troça* ao governo. Numa *paródia* de um suposto edital, Salazar dizia: «*Consta-nos que o nosso director não escreveu mas faz tenção de escrever*» um edital em que «*Manuel Gonçalves Cerejeira, bacharel formado em Teologia, padre católico ordenado em Portugal, donde jura não sair nunca por falta de dinheiro para viajar, antigo aluno do seminário de Braga*», faria saber «*a todos os alunos que pertencem ao Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra, e em especial ao sócio Augusto Mendes, que lhe é expressamente proibido fazer publicar no Imparcial qualquer artigo de sua lavra, porque sendo irmão de nada menos que três jesuítas expulsos por Marquês de Pombal e Sucessores, não queira o diabo, quer dizer, o Sr. Ministro do Interior acreditar que isto é um jornal de jesuítas e em consequência disso não só o vejamos suspenso, mas ainda presos ou desterrados os redactores, os quais são todos alunos das escolas de Coimbra, a quem faz muita diferença não concluir o corrente ano lectivo*». E Alves da Silva datava a sua farsa de «*Coimbra, dias do Juízo final...*».

Mas em Maio, no primeiro sábado do mês, Salazar saía de Coimbra para Santa Comba. Fora convidado para dois saraus na Câmara Municipal da vila. Eram benefícios de caridade, em favor de duas meninas pobres e da Associação de Socorros Mútuos dos Operários. Na sala das sessões do município «*improvisou-se um palcozinho*». Depois de um breve recital de poesia por um poeta local, o «*simpático António César*», entraram no palco Oliveira Salazar e José Meireles Pinto, inspector do círculo escolar de Santa Comba. Meireles fez o elogio de Salazar e rendeu «*preito e homenagem às gentilíssimas damas e prestantes cavalheiros*» que promoviam a festa. Salazar proferiu a sua conferência sobre

«*A Mulher e a Caridade*». Houve «*um grande movimento de curiosidade*» e «*toda a gente se preparou para o ouvir com religiosa atenção*». Deu à sua palestra «*uma grande feição literária*» e falou «*com muita felicidade*». Não era de admirar: sabia-se que «*o conferente possui muito talento, e uma vastíssima cultura intelectual, que ali tão largamente evidenciou*». E ouviu «*fartos aplausos, merecidíssimos, sendo muito felicitado*». Depois, Salazar foi ao Vimieiro estar com os pais, acarinhar sua mãe, e mais uma vez regozijou-se com a Martha, que havia pouco fora definitivamente provida no seu lugar de professora primária. E regressou a Coimbra.

Em Coimbra mantinha-se em permanente sobressalto a academia. Efectuou-se uma reunião das *Juventudes Católicas*, e o *CADC* tomou parte destacada. Muitos centros católicos fizeram-se representar, e não faltaram delegados de Lisboa. Discute-se apaixonadamente a *Federação das Agremiações Católicas da Juventude*, e o *CADC* apresenta o projecto de bases para exame. No debate, intervêm com vigor Oliveira Salazar e Cerejeira: e abordam o problema da imprensa e pedem a liberdade de ensino, de associação, de culto. E surge um novo orador: era o Mário de Figueiredo, acabado de ingressar na vida académica de Coimbra, e que na reunião representava o *Círculo de Estudos* de Viseu. Ao mesmo tempo, realizava-se o julgamento da conspiração de Coimbra. Era um tribunal militar, no Convento de Santa Teresa, e presidido pelo «*coronel do 28*»; entre outros, Cunha e Costa sentava-se na bancada dos advogados; e eram bacharéis e estudantes os réus da «*conspiração*». O padre Cerejeira fazia a reportagem, e deleitava-se em ridicularizar o julgamento. Mas este apaixonava os académicos, as raparigas e senhoras de Coimbra, até alguns mestres. Produziu hilariedade o depoimento do *Bolotinha*, apresentado como «*conspirador*» bem-humorado. E Cunha e Costa, após um discurso de três horas e meia, pede a absolvição dos réus. Todos saíram em liberdade. Mas a agitação entre republicanos, monárquicos e católicos não afrouxava. Cerejeira bradava: «*Coimbra está em pé de guerra!*». E queixava-se das brutalidades das autoridades, da polícia, da Guarda Republicana. São as rixas entre estudantes, as correrias de grupos atrás de grupos, os conflitos a

desoras pelas ruas da Baixa. Mantém-se combativo o *CADC*, e alarga mesmo a sua acção. Promove uma reunião da *Juventude Católica* em Viseu. Diogo Pacheco de Amorim e Mário de Figueiredo foram os oradores que dominaram a reunião; e Cerejeira, que tinha ido de jornalista, escrevia a reportagem para Coimbra. E iam ganhando terreno, crescendo em prestígio: Gonçalves Cerejeira, Pacheco de Amorim e João Cavaco eram eleitos para o *Instituto* de Coimbra. Mas não se acalmam os ânimos. Melindrado, ofendido, desgostoso, demite-se o Reitor Mendes dos Remédios; e os estudantes conservadores apoiam-no com uma manifestação apoteótica na Sala dos Capelos. Aos Bispos é dirigido pelos académicos católicos um vibrante apelo: reclamam dos prelados mais interesse e maior auxílio à juventude cristã. Investe então o *Imparcial* com Júlio Dantas: e deplora que este haja abandonado «*os primores da literatura, em que é mestre, para se embrenhar na política, em que é pigmeu*». Afonso Costa é atacado com pertinácia assídua: e sempre tratado pelo *Kzar da Costa*. E através de tudo António Correia de Oliveira contribuía para a campanha com duas poesias líricas e o padre Cerejeira com o soneto «*Redentoras Lágrimas*» (1).

---

(1) **Soneto do Padre Cerejeira:**

Há dias que andas triste, absorto o olhar nos céus,
Como a mãe de Jesus, a Estrela Nazarena,
De olhar límpido como os lagos galileus,
Chorando no Calvário — orvalhada Açucena!

Também a Madalena, ajoelhando ante a Cruz,
Remiu de pecadora o passado desdoiro,
Em lágrimas banhando os pés do seu Jesus,
E enxugando-lhos com as finas tranças de oiro!...

Todas as culpas lava a água lustral do pranto!
A tua mágoa, como a urna dum lírio santo,
Transborda sobre mim e nela me confranjo.

De amares-me te culpa a Inveja e a Intriga — o pó
Que o teu desprezo esmaga! Quero amar-te eu só...
Faz-te mártir o pranto, mas o amor faz-te anjo!

Depois foram de novo os actos grandes. Oliveira Salazar apresentou-se aos seus exames. Nas cinco cadeiras em que se matriculara obteve duas notas de 18 e três notas de 19. Reunia-se a 15 de Agosto a *congregação* da Faculdade de Direito: e atribuía a Salazar um *prémio sem gradação* na 8.ª cadeira, um *prémio* na 11.ª cadeira e um *primeiro accessit* na 15.ª cadeira. Mais tarde, em 21 de Outubro do mesmo ano de 1913, conferiu-lhe mais um *prémio* na 9.ª cadeira e um *accessit* na 12.ª cadeira. Entre mestres, colegas, e por toda a academia, dissiparam-se as dúvidas: estava-se perante um futuro lente.

9

Reflectiam-se em Coimbra o tumulto, a excitação do país. Abrandavam com a dispersão da academia no tempo das férias grandes; mas no regresso tudo recomeçava. Salazar atardou-se naquele verão pelo Vimieiro e por Santa Comba, e ainda permanecia na aldeia já o outono ia adiantado. Somente em princípios de Novembro tornou a Coimbra e à Universidade. Matriculou-se então nas duas cadeiras do 4.º ano, que ainda não frequentara, e em todas as cadeiras do 5.º ano. Era o período lectivo de 1913-1914. Estava já integrado no meio de Coimbra. Abriam-se-lhe de par em par as portas da sociedade conservadora. Aos Serras e Silva estava cada vez mais chegado, e era recebido em casa como um filho, um companheiro mais velho dos filhos do professor de medicina; frequentava num plano de intimidade alguns catedráticos de reputação, em particular José Alberto dos Reis; de Marnoco e Sousa era discípulo dilecto; e as afinidades de espírito levavam-no à convivência assídua de condiscípulos ou contemporâneos, em especial João Telo de Magalhães Colaço, Domingos Fezas Vital, António Carneiro Pacheco, cujos nomes, pelas suas altas classificações, tinham também curso generalizado na academia. Mas Salazar, além de estudante laureado da Universidade, aparecia sobretudo como aguerrido *militante* da causa católica. E o seu combate continuava a travar-se em redor do *CADC* e do grupo do *Imparcial*. E motivos ou pretextos para a luta não escasseavam.

Era preso o professor Pinto Coelho, e os estudantes católicos protestavam. Era vítima de ataques estrangeiros o Padroado português do Oriente, e as responsabilidades atribuíam-se ao governo republicano, pela tensão de relações que criara com a Santa Sé e levara à denúncia da concordata. Era o Conselheiro Fernando de Sousa prejudicado na sua actividade profissional, por ser nacionalista e católico, e com vigor fazia o *Imparcial* a denúncia da perseguição. Modificava o governo o regime dos *cursos livres* da Faculdade de Direito, e o decreto era arguido de ilegal e inconstitucional. Na passagem do terceiro aniversário da República, esta era asperamente condenada. A morte do Bispo-Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, constituía oportunidade para uma manifestação que, sendo de pesar, era sobretudo de fé e de solidariedade católica. Glorificava-se Gomes Leal. E Mariotte, que não pertencia ao *Imparcial*, nem ao *CADC*, vinha ainda agitar o ambiente e colaborar no movimento católico, lançando «*Os meus cadernos*», ao mesmo tempo que se propunha desenvolver uma *campanha de acção nacional*, e organizar, para a conduzir, uma *Liga de Acção Nacional* (1).

De novo Salazar descia à arena. Ocupava-se de «*Questões Universitárias*». Num primeiro artigo, mais uma vez condenava o sistema de ensino, e criticava a atitude mental dos mestres. «*Não se querem nas aulas alunos que* estudem, *querem-se alunos que* estejam». Depois, nos meados de Dezembro, foi a Braga, numa viagem de acção e combate. Na cidade dos arcebispos, celebravam-se com vincado cunho de luta as festas da Imaculada Conceição. Às cerimónias litúrgicas, na Igreja de S. Francisco da Ordem Terceira, presidiu o Bispo do Algarve, D. António Barbosa Leão, e à noite houve sessão solene, sob a presidência do Abade de Outiz, na sede da Juventude Católica. Discursaram Francisco Veloso e Manuel Cerqueira Gomes. E depois falou Oliveira Salazar: entre os católicos de Braga, o seu nome era já conhecido e admirado: e as suas palavras foram «*aplaudidíssimas*». Foi a sua oração havida por todos como «*peça literária*» que, por vezes, «*comoveu*

---

(1) Mariotte era pseudónimo do P.e Amadeu de Vasconcelos.

até às lágrimas as distintas damas presentes» (1). No seu regresso a Coimbra, depois de Braga e das férias de Natal no Vimieiro, voltou às questões universitárias, e em novo artigo, logo nos primeiros dias de Janeiro de 1914, critica duramente a reforma dos estudos de direito, em particular o «*decreto dos terços*», que motivara o protesto dos estudantes. «*Não se educa mandando muito* — escrevia — *mas mandando bem.*» E acrescentava: «*Quando a autoridade não tem por si a razão, ou se não impõe e perde-se, ou faz-se obedecer e surgem inevitáveis conflitos.*» E mais: «*Quando a autoridade manda o que deve, é de sua própria essência fazer-se obedecer e não recuar nunca, ainda mesmo que a ameace a força do número ou a violência de actos que não são a voz da justiça e, numa sociedade civilizada, não podem constituir direito.*» E por isso acima de tudo deve preservar-se a «*autoridade que não é a tirania; e a ordem e a paz, que não são a supressão das liberdades individuais.*»

Mas nesta época, a par com os seus estudos sérios de estudante laureado e a sua actividade de militante católico, devaneios sentimentais ocupam Salazar. Acompanhavam-no raparigas de Coimbra, de boa sociedade ou moças tricanas, nos seus passeios românticos pelo Choupal, pela Estrada da Beira, ou ao Penedo da Saudade e pelas margens do Mondego. Encantava-o, fascinava-o a presença das mulheres, a sua conversa frívola, os seus enredados problemas femininos; e fascinava as mulheres. Atraíam-no sobretudo as mulheres frágeis, delicadas, franzinas, mas alegres e ruidosas. Não excluía perante si próprio a hipótese de casamento, embora em futuro remoto; pensava romanescamente na Júlia Perestrelo, sua explicanda e filha de sua madrinha; mas o seu amigo mais íntimo, o padre Cerejeira, não parecia encorajar esse devaneio. Sentia Salazar, todavia, a ânsia de dar expressão aos seus enlevos românticos. Abandonando o pseudónimo de

---

(1) Nas minhas investigações, não consegui encontrar o texto deste discurso de Salazar em Braga. Terá falado de improviso, ou destruiu o texto ou notas em que se tenha baseado, ou estas se perderam. O *Imparcial* não publicou também qualquer resumo ou transcrição de algum trecho. Deve ter-se tratado, portanto, de um improviso.

Alves da Silva, e assinando-a com um simples *S*, publicou então uma crónica muito sentimental, muito literária, muito adjectivada, muito rebuscada, a que chamou «*Ela*» [1]. Não era segredo para ninguém a autoria da crónica: amigos e conhecidos ficaram estu-

---

[1] Como curiosidade, segue o texto integral: «*Chamava-se... Nunca lhe soube o nome. Demasiado pálida talvez, era duma magreza delicada e fina. Condescendia em sorrir, mas tinha nos olhos negros, macios de veludo, a expressão indefinível duma tristeza profunda. Todos os dias à tardinha, quando eu passava, a via no amplo terraço que dava para o poente, naquela casa branca que era os meus encantos, erguendo-se sossegada, linda, afogada em roseiras, na exuberância aprazível do pomar. Para além era a extensão das terras cultivadas, os pinheirais sombrios, casais dispersos de gente humilde... Era dali que costumava ver fugir o sol, incendiando o céu e a palidez das nuvens, e esconder-se atrás dos altos cabeços que se atropelavam, estrangulando numa volta o rio do apertado vale. Ali se ficava a cismar, olhando os montes longínquos, envoltos na névoa baça do entardecer, no azulado fumo dos lares que àquela hora revivem no calor dum fogo, na frugalidade de uma ceia pobre. Não vi nunca que chorasse; mas notava-se-lhe sempre o mesmo olhar longo, aveludado, triste... Era isto por agosto, em terras de província, cortadas de ribeiros claros, cobertas de verdura. Explodia do seio da terra vestida e linda, a vida, em festões de flores, em relvados viçosos, em frutos esplêndidos pendidos dos ramos avergados. As regas refrescavam o solo, enegreciam-no, enquanto sóis estonteantes de luz e calor estoiravam pelo céu imenso, desmaiado. Havia canções pelo ar, musgos macios revestindo as rochas, e sombras frescas, e águas murmurantes, e ranchos de moças a mourejar, cantando e rindo os seus amores. Respirava-se um ar são, e sentia-se no fundo d'alma a ânsia infinda de viver. As próprias noites tinham o vago encanto das noites em que a terra dorme um sono leve, embalada pelo som confuso de mil sons dispersos, que se erguem para o céu diáfano em nuvens de aromas esquisitos. Era bem comunicativa a alegria inocente das coisas, mas impotente, afinal, contra o mistério daquela tristeza constante. Não lia, não falava. Havia ali um pensamento único, absorvente, necessariamente trágico — chama fatídica a atrair e a queimar as asas da borboleta celeste. E ninguém a interrompia na meditação dolorosa — fina e branca entre os cachos enormes de glicínias roxas, vicejando no terraço triste, voltado ao poente. Estrelava-se o céu, e lá ficava cismando, o olhar perdido no horizonte imenso, aquele olhar longo, meigo, dolorido, expressão adorável de ternura e de saudade... Disseram-me depois que, em vésperas de noivado, repentinamente, a ferira, sem dó, uma grande desgraça...* S.»

pefactos. Entretanto Salazar dera um salto a Santa Comba e Viseu. Mas, no seu regresso, o padre Cerejeira censurou-lhe severamente a crónica romanesca, e advertiu-o de que, para o seu nome e como militante do movimento católico, não poderia entregar-se publicamente àqueles passatempos.

Acontecimento capital, no entanto, ocupava os rapazes do CADC: organizar uma festa anual do *centro* que se revestisse de particular retumbância. Marcaram-na para 2 de Fevereiro, e deram-lhe o carácter de sarau, a um tempo religioso, político, cultural e artístico. Com o CADC colaborou a *Congregação Mariana Académica*, e à festa presidiu o Bispo de Portalegre. Desta vez, em nome do *centro* e como seu orador oficial, recorreu-se ao segundanista de direito Mário de Figueiredo. Fez uma vibrante defesa do cristianismo, e reivindicou a absoluta liberdade de consciência, de culto, de fé. Mas teve particular relevo o aspecto cultural do sarau. José Nosolini recitou uma poesia, a *Rainha Destronada;* Manuel Lemos de Oliveira declama *O quadro milagroso;* e D. José de Noronha diz o seu poema *Donas de Portugal*. E há música também. Adriano Rodrigues toca violino; Adozinda Paiva, ao piano, executa a *Oitava Rapsódia Húngara;* e Maria Luísa Mariz canta o *Adieu de Manon*, de Massenet. Depois proferem-se mais discursos: Ferrand d'Almeida apela para a mocidade, repudia o pessimismo; e Joaquim Dinis da Fonseca proclama a sua fé nacionalista, e afirma que «*ser por Deus é ser pela Pátria também*». Foi um êxito para o CADC, e causou impressão na academia, e entre os adversários sobretudo. Foi larga a concorrência. Além de escolares e alguns mestres, estavam as melhores famílias de Coimbra, os Vieira de Campos, os Forjaz de Sampaio, os Mariz, os Serras e Silva, os Perestrelos Botelheiros, muitos outros. E o padre Cerejeira, mais uma vez servindo de repórter para o *Imparcial*, exultava com o triunfo, e lançava-o à face dos inimigos, dos republicanos, dos democráticos, dos anticatólicos.

Por sua parte, Salazar voltava às *Questões Universitárias*. Em dois artigos agrestes — «*Sebentas, compêndios e expositores*» e «*A lição do aluno*» — criticava a reforma dos estudos jurídicos e, repisando os seus temas, exprimia o seu horror pela instrução

primária e secundária em Portugal. Todavia, e sem embargo das suas preocupações sérias, dos seus estudos austeros, do seu aguerrido *militantismo* político-religioso, Salazar não ficava alheio à sedução da Coimbra romântica e boémia. Não obstante o seu aspecto distante, monástico, gelado, de maneira a compor um *tipo* e a transmitir uma *imagem*, Salazar era convidado para festas, solicitado para reuniões mundanas: porque a sua presença dava categoria a um ambiente, o seu nome prestigiava um sarau. No Entrudo daquele ano, em meados de Fevereiro, compareceu numa «*interessante reunião e animado baile*» em casa de Joaquim Mariz. Conversou-se, dançou-se, fez-se espírito; e havia o entusiasmo da família Mariz, de Júlia Perestrelo Botelheiro, de Alfredo Manso. Depois, pela quaresma, Júlia Perestrelo Botelheiro deu um baile: e três amigos, Oliveira Salazar, Mário de Figueiredo, Ferrand d'Almeida, ali foram passar uma noite de alegria. Mas foi breve o período de boémia. Uma notícia de choque veio alarmar os meios católicos de Coimbra: as autoridades propunham-se fechar a Igreja de S. João de Almedina, e transformá-la em museu, cedendo-a como anexo ao Museu Machado de Castro. Foi a revolta na academia católica, e Salazar, Cerejeira e José Nosolini tomaram a chefia do movimento.

Saíram primeiro à estacada o padre Cerejeira e Diogo Pacheco de Amorim. Elevaram um clamor de rebate: «*Alerta, católicos!*» E denunciavam o propósito: «*Pretende alguém apossar-se da Igreja de S. João de Almedina para tolher pela força a expansão da nossa fé! Protestamos contra mais essa violência que se projecta!*» Depois chamavam à resistência todos os da mesma fé: «*Que mostrem agora os católicos que acordaram para a defesa das suas liberdades!*» Mas as autoridades mantinham a sua decisão, e em Coimbra não se duvidava de que, na data escolhida, seria fechada a Igreja e destruída como templo. Então é José Nosolini que vem a terreiro com um violento protesto. Sobem de temperatura os ânimos, e a academia republicana prepara-se de seu lado para dar réplica: circulam os manifestos, as ameaças de violência e retaliação. E o grupo do *Imparcial* e o CADC resolvem ir para uma demonstração de força. É lançado um manifesto veemente: que todos os católicos se concentrem no domingo

seguinte, pela uma da tarde, junto à Sé Nova, e ali «*publicamente*» e «*com todo o desassombro que nos dá a santidade da nossa causa, façamos saber, aos que julgam poder tripudiar sobre as nossas consciências*», que não serão consentidas mais expoliações. Lançavam um grito de guerra: «*De pé, portanto, e de cara erguida brademos bem alto: basta de espoliações! Os templos dos católicos são para os católicos!*». Ao mesmo tempo, atiravam aos adversários um repto sem temor: «*É o ódio a Deus, é o ódio à Igreja, é o ódio a todos nós, católicos. Venha porém esse ódio, mas venha sem máscara, porque já o conhecemos, e há-de achar-nos em o nosso posto.*» Do mesmo passo, o CADC enviava telegramas de protesto, e a pedir a anulação da ordem, ao Presidente do Conselho e aos ministros da Justiça e do Fomento; e as Irmandades de Coimbra apelavam para o governo no mesmo sentido. E chegou o dia 22 de Março de 1914, o domingo aprazado. Em frente da Sé Nova, por todo o Largo da Feira, concentraram-se os católicos. Subindo a Couraça dos Apóstolos e passando sob o Arco do Bispo, surdiam os republicanos, os radicais; e outros apareciam da Rua das Covas (1). De uma facção e outra, eram muitos os munidos de bengalas, cajados, varapaus. Desceram os católicos ao largo fronteiro à Igreja de S. João de Almedina e, atravessando o adro, penetraram de roldão no templo. Junto às teias e aos altares, muitas senhoras e raparigas de Coimbra haviam-se antecipado, e ocupavam os lugares. À frente dos católicos, com os seus revólveres no bolso, Oliveira Salazar e o padre Cerejeira (2), e logo em magote estavam Pacheco de Amorim, Alberto Monsaraz, Joaquim Dinis da Fonseca; e na mesa que se armara tomavam posição proeminente os professores Costa Alemão e Serras e Silva. Encheu-se a Igreja: dos republicanos e anticatólicos entraram quantos puderam: e muitos ficaram api-

---

(1) Esta descrição corresponde à Coimbra de então. Está hoje modificado o local. Desapareceu o Arco do Bispo, e uma escadaria desce do antigo Largo da Feira para o adro da Igreja de S. João de Almedina.

(2) O padre Cerejeira, durante o comício, sentiu escrúpulos e passou o seu revólver a um condiscípulo.

nhados à porta. Falou então o padre Lopes de Melo, da Sé Velha. Explicou os fins do comício, reivindicou a liberdade de consciência e de fé, exigiu a manutenção do templo aberto ao culto. E o padre Melo insistiu na liberdade: quem ali não concordasse com as suas opiniões era livre de o dizer; dentro da ordem e da moral aceitava a contradita. Os católicos atroaram a Igreja com palmas. E então ripostaram os outros: ouviram-se assobios, pateada, matraquear de cadeiras. Gritavam os católicos: «*Viva a liberdade de consciência!*» Bradavam os adversários: «*Viva Afonso Costa! Viva a República! Abaixo a reacção!*» Foi o tumulto. Costa Alemão é amachucado, agredido. Ficou muito sereno; disse: «*Querem uma vítima? Matem-me, não busquem mais.*» Depois foi a luta corpo-a-corpo, à bengalada, à cacetada; um republicano saca de uma navalha, e os católicos quase o esmagam, desarmam-no; e as correrias ganham o adro, o largo fronteiro. Mas os católicos são mais numerosos, parecem mais arrojados, e possuídos de mais fé na luta. E os outros retiram, escoam-se pela Couraça dos Apóstolos, pela Rua das Covas. Rompe então uma força de cavalaria, mas já não havia em que intervir.

Foi para Coimbra dia de emoção, e os ecos afligiram Lisboa. O *Mundo*, do partido democrático, pedia providências; *A Montanha* indignava-se; e *A Lucta* atacava o comício, o padre Melo, acusava este de infringir a *Lei da Separação*. Mas aquelas folhas davam a vitória no comício aos republicanos, aos livre-pensadores: a reunião demonstrara «*a sua solidariedade com o glorioso governo que promulgou a Lei da Separação*». Então o padre Cerejeira, que além de manifestante estivera como sempre de repórter, indignou-se, sentiu uma revolta imensa, replicou com violência sem peias em artigo de fundo: «*Para trás, selvagens!*» Os inimigos haviam fugido «*vergonhosamente, cobardemente, vilmente*». E rematava: «*Almas de Nero, para trás!*» E Luís Teixeira Neves acusava os adversários de serem *formigas brancas* e, em estremecimentos coléricos, apodava-os de «*miseráveis almas de chacais*». Eram feras: «*e feras não se levam com palavras, correm-se a pau!*» E por outro lado o padre Cerejeira reconhecia que, embora omitindo muito, haviam relatado o acontecimento com

objectividade o *Diário de Notícias, As Novidades, A Nação.* E a Coimbra católica desfilou pela residência de Costa Alemão, a exprimir apoio, e mágoa pela brutalidade de que fora vítima o lente.

Mas o episódio não estava findo. Dois dias depois, na terça-feira, o *CADC* reúne-se de emergência, e despacha para Lisboa uma comissão a tratar com o governo. Compõem-na algumas senhoras, destacando-se Maria Ermelinda Costa Alemão e a Condessa do Ameal, e alguns homens, em que se salientam Serras e Silva, Alberto Monsaraz e Oliveira Salazar. No regresso, descreve Salazar aos amigos a sua viagem, a «*viajata a Lisboa*». Desembarcara no Rossio, e de chofre depara com Afonso Costa. Observa admiração no público? Não. Indiferença? Também não. Porque «*a gente sempre olha, sempre pára diante das grandes ruínas*». Foi depois a comissão a S. Bento, e avistou-se com Jacinto Nunes. Estava «*cansado, cheio de febre, ataque de gripe pela certa*». E concordava: já dissera na câmara que *aquilo* não era lei de separação mas de sujeição da Igreja ao Estado. De S. Bento, foi Salazar, agora sozinho, à redacção da *República.* E aí se encontrara «*com o deputado Celorico Gil, fulo porque os assistentes ao espectáculo do Ginásio não tivessem dado melhor lição à* formiga branca». E encontrara-se também «*com aquela alma eternamente sonhadora que é o Dr. António José de Almeida*». Cheio de «*fé na salvação da Pátria pela República, aquele homem, que ficou sempre com a sua alma de rapaz*», fez «*um convite à valsa*». António José disse a Salazar: «*Vocês o que devem é vir para cá. Eu estou sempre na defesa dos bons princípios. Por eles tenho gasto a minha fortuna, a minha saúde, e ainda me insultam por cima.*» Salazar alude ao comício de Coimbra, salienta que fora violentamente interrompido pelos livre-pensadores. António José indigna-se: «*Nada, não pode ser!*». E afirmava que livre-pensador era ele, António José, e «*por isso mesmo queria para os outros a liberdade de pensar. Havia de falar brevemente na Câmara*». Mas o caudilho republicano estava informado de tudo, e sabia o que eram comícios, também já fora agredido na praça pública. «*Mas olhe*», dizia António José, «*que nos comícios, quando vejo esses liberais a provocar o tumulto, o meu maior*

receio é que me roubem o relógio». Salazar viu ainda Veiga Simões: este conheceu-o porque «*o viu de capa*»: e como os estudantes de ontem são os amigos mais velhos dos estudantes de hoje, Veiga Simões «*foi delicado, amabilíssimo*». Todavia, «*amabilíssimo, antes cordialíssimo, foi o Presidente de Ministros* (1). *Aquilo é que é paz, amor e... água chilra*». Cá fora, na antecâmara, esperavam crianças, umas a brincar, outras a dormir; doentes e aposentados; viúvas e órfãos; e todos queriam «*se não um bocado de pão, ao menos um sorriso amável*». Eram onze horas da noite: «*gente entrava com esperança, gente saía sem ela*». «*Positivamente o ministério dos estrangeiros, se não é, parece a entrada dum asilo ou a sala de espera de um hospital*». E o Presidente de Ministros foi «*muito cordial, muito cansado, e muito doente. Chega o ministro da guerra: o mesmo estado sanitário. Ó demónio, o ministério não cai: morre! A primeira vez que se for a S. João de Almedina há-de rezar-se-lhe pela alma ou pelas melhoras no outro mundo!*»

A este sarcasmo, faz Salazar suceder extenso editorial, dirigido ao Ministro da Justiça (2). Ocupa-se ainda de S. João de Almedina, e mistura a ironia com a violência. No seu discurso em São Bento, o ministro apoucara com desdém a importância do caso, e classificara de pardieiro o templo. Fora uma ofensa: porque a Igreja era «*um lugar bendito entre todos os lugares, vivemos aí toda uma vida de afectos, a vida da nossa alma*». Num cunho puramente literário, e citando Maurice Barrès, alarga-se na descrição da poesia e do simbolismo de uma simples capela, ainda que pobre e perdida num ermo. Coloca-se depois no terreno jurídico, e contesta que seja aplicável a S. João de Almedina a lei de 20 de Abril de 1911. Mas «*perdão, Sr. Ministro! Eu esqueci-me de que estava falando com V. Ex.ª Um ministro da jovem República Portuguesa, atrasada de um século nas ideias e muitos séculos nas leis e nos actos, não compreende com cer-*

---

(1) Era nesse momento Presidente do Ministério o Dr. Bernardino Machado, que desempenhava também o cargo de ministro dos Estrangeiros.

(2) Nesse momento, era Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro o ministro da Justiça.

teza isto.» Salazar insiste nos seus argumentos, com firmeza e dignidade, e sempre com ironia olímpica, e termina com mal oculto desprezo: «*E depois desta exposição, Sr. Ministro, se V. Ex.ª quiser pode continuar dizendo no Parlamento que a igreja é do Estado e por isso foi arrolada. Nós porém, com maior respeito pela verdade, e mesmo por um sentimento de justiça para com o sr. dr. Afonso Costa, repetiremos que a Igreja não é do Estado e por isso não foi arrolada. E passe V. Ex.ª muito bem.*»

Entretanto, de permeio com a luta política e ideológica, e com os estudos universitários, retomava os seus direitos a boémia de Coimbra. Sucediam-se as reuniões, os saraus, os bailes. No salão de Augusta Saraiva, os membros do CADC promoviam *quadrilhas de honra.* Dançava-se, e Raul Finò, um «*rapaz insinuante e de capa despretensiosamente pendida*», recitava uma «*linda poesia*». Sucediam-se valsas. Ferrand d'Almeida declama um poema de Campoamor; Margarida Vaz canta a *Gioconda voce di donna,* de Ponchielli; e João Cavaco exibe-se num vilancete de Eugénio de Castro e na *Feia* de Fernando Caldeira. Maria Júlia Perestrelo canta o *Rêve de Borghilde,* de Grieg; lança-se para a assistência uma aforística de Feijó; e o *Melro* é declamado em forma «*vibrante e alegre*». Então Mário de Figueiredo, «*em nome dos rapazes*», saúda as senhoras, a quem exprime reconhecimento por terem aceite o convite; e faz um «*brinde finamente burilado de flores que vai desfolhando*», com muito sentimento. Augusta Saraiva agradece, e fá-lo em verso, rematando com uma quadra:

Ter saudade é viver
Porque é viver recordar;
Para a recordação ser riso,
Rapazes, vamos dançar...

Antes de prosseguir o baile, todavia, Mário de Figueiredo recita ainda o *Alguém* de Gonçalves Crespo. Variam-se depois as danças: é o *vira* de Maiorca, é o *vira* de Castelo Branco, é o *estaladinho.* E baila-se até de madrugada. E através da boémia da academia Domitilla de Carvalho celebra em versos líricos as belezas do Choupal, e os estudantes recitam-nos em noites de estúrdia romântica pelas Repúblicas da Alta.

E no entanto a situação agravava-se em Coimbra. Agora é José Nosolini que ataca. Em *Unhas de fora* defende o povo, que considera desprezado, humilhado. «*Insultam-no quando o comparam a lixo das valetas porque ele segue o partido do sr. Afonso Costa, a quem dá vivas, e não entra nas fileiras do sr. António José de Almeida, a quem dá morras.*» E em *Ressuscitou* insiste nas reivindicações dos católicos. Cerejeira ausentara-se por breves dias: fora a Monção, à casa de família de Diogo Pacheco de Amorim. Mas o facto não impedia o *Imparcial* de manter aceso o combate. Nosolini tornava à carga, e apregoava o próximo *Congresso das Juventudes Católicas*, que se realizava no Porto. Oliveira Salazar, por seu lado, preparava-se para ir àquela cidade, a participar no *Congresso*. Carneiro Pacheco e Fezas Vital, mais velhos mas de ideologia afim, estavam também interessados naquela reunião magna dos católicos. As autoridades de Coimbra, os meios republicanos, os estudantes livre-pensadores retaliavam com violência; e por todos os modos procuravam anular as iniciativas do *CADC* e do grupo do *Imparcial*, e cercear-lhes a liberdade. O caso de S. João de Almedina, de momento, estava encerrado, com vitória para os católicos: a comissão de arte, presidida por José de Figueiredo, emitiu o *parecer técnico* de que a Igreja era pequena de mais para museu de arte sacra. Mas as ameaças, as provocações, as violências contra instalações dos católicos prosseguiam. Regressado do Minho, o padre Cerejeira lança um aviso público solene, destemido e sem quartel, às autoridades coimbrãs. Escreveu-lhes: «*Serenamente — e por uma só vez — temos a dizer ao sr. Comissário de Polícia e a quem isto interessar que, se a autoridade não quiser ou não souber manter a ordem, em nossa legítima defesa usaremos de todos os meios, absolutamente todos, que forem necessários. Haja o que houver!*». Ao mesmo tempo, promovia e fundava a *Associação de Defesa dos Costumes Cristãos:* e com isso fez crescer a irritação dos republicanos e ateus.

Enquanto se aguçava a tensão na academia, Oliveira Salazar foi ao Porto, nos primeiros dias de Maio de 1914. Estava ali reunido o *Congresso da Juventude Católica*. Tinham acorrido numerosas representações dos *centros* e das *juventudes católicas* de todo o país. Era uma manifestação de força, de fé, de vontade de resistir. Estava o novo Bispo de Coimbra D. António Alves

Ferreira; e também D. António Barroso, Bispo do Porto, homem de muitas partes e virtudes, e prelado e missionário de prestígio nacional. Participou em massa o grupo do *CADC:* José Nosolini, Cerejeira, Mário de Figueiredo, Mário Pais de Sousa, outros ainda. Perante a sessão magna do *Congresso,* Salazar proferiu a sua conferência sobre *A Democracia e a Igreja,* que fora anunciada como peça central da reunião, e era aguardada com expectativa e curiosidade gerais. Falou longamente, quase duas horas. Desenvolveu as teses por que se batia o *CADC:* conciliação do cristianismo com qualquer forma de governo, desde que acatadas as leis de Cristo; defesa da liberdade de consciência e de fé; reforma da mentalidade portuguesa; e crítica sem mercê ao governo e às leis anti-religiosas. Foi um êxito. Mas então intervêm manifestantes adversários. Ouvem-se vivas à República; produzem-se incidentes; na rua congregam-se populares; e está-se à beira do tumulto. Acorre a polícia, que impõe a sua autoridade, e são encerradas as portas da Associação Católica, onde decorria o Congresso. Houve emoção em Lisboa, e no parlamento o senador João de Freitas verberava as perseguições e a insegurança no país, e gritava: «*que se defendam, que respondam à bengala com a bengala, ao tiro com o tiro*». Mas toda a imprensa católica vitoriava a conferência: esta era havida como peça doutrinária fundamental para os católicos. E o *Imparcial, A Paz,* o *Correio da Beira, A Beira Alta* celebravam o triunfo de um beirão com um lugar já entre os mais destacados.

No plano laico, Oliveira Salazar afirma-se assim como chefe entre os estudantes, e aglutinador de entusiasmos, aliciador de espíritos, mobilizador de vontades. Consegue ser assíduo na Faculdade, e estuda com austeridade e método. Mas na defesa da liberdade católica aplica larga parte das suas energias. De regresso do Porto, lê um ataque que Joaquim Teixeira de Carvalho lhe dirigira em *A Província,* ainda a propósito de S. João de Almedina. Responde-lhe Salazar, com um texto chocarreiro. Teixeira de Carvalho designara os católicos por *catoliqueiros.* Salazar responde em *A Igreja de S. João de Almedina,* e retribui chamando-lhe *livre-pensadeiro.* E depois de repetir a defesa do templo, conclui que a Igreja «*só seria de expropriar pela utilidade privada de impedir que faça beicinho um director de museu*». Mas logo nos

fins daquele mês de Maio é Salazar solicitado para ir a Viseu. Realizava no dia 31 o *Círculo Católico dos Operários* da cidade, em cooperação com o *Círculo de Estudos* e as *Filhas de Maria*, um sarau literário-musical no teatro local. E com Salazar foram os seus amigos do *CADC*. Mário Pais de Sousa fez a apresentação dos números do programa. Este abriu com uma sinfonia da ópera *Lancha Favorita*. Depois, Diogo Pacheco de Amorim discursa sobre «*O factor católico na reorganização da Pátria*». Entretece-se a política com a arte: a orquestra local executa uma *serenata* de Gounod e recita-se uma poesia de Branca de Gonta Colaço. Oliveira Salazar repete então a sua conferência do Porto, acerca de *A Democracia e a Igreja:* obtém o quintanista de Direito um êxito clamoroso. Após um intervalo, é o padre Cerejeira que disserta sobre «*O livre pensamento*». José Nosolini não se dispensa de ler uma poesia; e um grupo de amadores entoa em coro, acompanhado de piano, uma poesia de D. Dinis. E D. António Barroso, que presidia, profere no encerramento palavras de fé e de esperança. Mas as folhas locais sublinharam particularmente a conferência de Salazar. Fora «*brilhantíssima*», de «*largo fulgor*», e «*intensa erudição*»; a palavra era «*fácil, sugestiva e vernácula*»; tivera passagens «*que por inteiro arrebataram o auditório*»; e para o *Correio da Beira* as ovações pareciam não ter fim. E *A Beira Alta* registava o sucesso «*com sincero orgulho*»: eram sempre «*motivo de satisfação para os habitantes duma localidade os louréis obtidos pelos seus compatriotas, sobretudo nos domínios da inteligência*».

Enquanto os do *CADC* actuavam em Viseu, subia ainda a emoção em Coimbra. João do Amaral, que em muito moço fora republicano, enfileirara depois nos arraiais monárquicos e católicos: e pelo brilho da sua inteligência e o fulgor da sua oratória conquistara um nome entre a juventude. Saíra com o *Aqui d'El-Rei*, em folhetos de doutrinação, e além de colaborar n'*A Restauração* dirigia agora a *Pátria Nova*. Foi vítima de agressão espectacular em Lisboa, e o *Imparcial*, protestando contra a «*vilania*», oferecia-lhe a sua solidariedade. Ao mesmo tempo, nas ruas de Coimbra, o estudante Rafael Calado, terceiranista de direito, era alvejado a tiro pelos livre-pensadores. O padre Cerejeira, já regressado de Viseu, é veemente na condenação: e atribui o aten-

tado a um «*bando de futricas-carbonários*» e a «*formigas afutricados*». Coimbra fica em guerra declarada. Estudantes e populares das duas facções procuram-se, agridem-se com violência; a Baixa e a Alta estão em desordem; intervêm a polícia e a guarda republicana; é mandada sair dos quartéis a tropa; efectuam-se na academia prisões em massa; pela cidade, ao acaso, há tiroteio; há feridos; e um estudante é morto. Perturba-se o governo em Lisboa. Debatem-se os acontecimentos no parlamento. O *CADC* é apodado de «*perigosa colectividade*». Rompe o *Imparcial* com um longo artigo em defesa do *Centro*. Bernardino Machado, em discurso na câmara, classifica o *Imparcial* de pasquim. Cerejeira dirige-lhe uma carta aberta e trata-o de «*mesureiro cortejador de toda a gente*». Então o governo manda fechar o *CADC*. E aquele número do *Imparcial* é apreendido pela polícia por motivo de ordem pública.

Por instantes os ânimos arrefeceram. Mas em Junho caía o governo de Bernardino Machado. Pelo país entravam de prevenção as forças armadas. Arriaga encarrega Machado de constituir novo gabinete. O padre Cerejeira faz agora ponto da situação na academia. E lança então a ideia da *Nova Escola de Coimbra*. Sustenta a originalidade, o espírito rasgado, a elevação da doutrina do *CADC* e do grupo do *Imparcial;* considera que se constituiu um escol de envergadura intelectual e de alto valor pelos elementos que o formam; e elogia a conferência de Oliveira Salazar no *Congresso* do Porto como documento significativo no plano ideológico. É uma escola apta a *disciplinar* e a *orientar*, havendo quem *mande* e quem *obedeça*. Mas o *CADC* continuava encerrado. E o *Imparcial* não dava tréguas ao governo e aos vultos políticos da República. Cerejeira acusa Bernardino Machado de querer *apanhar* o Centro Católico, e de mentir ao ligar o *CADC* aos acontecimentos de Coimbra. Com vigor repetem-se os ataques à *Lei da Separação;* e o *Imparcial* salienta a «*pouca vergonha do Sr. Afonso Costa e a honradez do Sr. António Zé*». Numerosos nomes da política e das letras passam e repassam em Coimbra: levam notícias, boatos, alarmes. Sidónio Pais está uns dias na cidade, a despedir-se antes de seguir como ministro para Berlim; Egas Moniz visita colegas e amigos; Hipólito Raposo e Simeão Pinto de Mesquita vão conferenciar com os seus companheiros

de ideal. Salazar é convidado para uma palestra na *Liga Naval;* mas não pode aceitar. E o *Imparcial* preocupa-se com o ultramar português. Em *Pobre Angola* indigna-se com a eventual partilha do território, segundo os ecos vindos de além-fronteiras; e protesta contra a desnacionalização para que o governo tem deixado resvalar aquela província. De par com a truculência do seu combate político, a folha não esquece a sua «*carteira elegante*»: Albertina Paraíso e Alice Garção publicam os seus poemas; saúda-se o aparecimento das *Cartas do Fabrício,* de Virgínia de Castro e Almeida, e da *História de Jesus,* de Gomes Leal; e Júlio Dantas deixa inserir a *Eterna Canção.* A Irmandade dos Clérigos põe no tribunal a questão de S. João de Almedina. Cerejeira elogia o *Congresso Eucarístico* de Lourdes. Fica de luto a academia católica com a morte do Papa Pio X; mas regozija-se com a eleição do Cardeal Della Chiesa, que toma o nome de Bento XV. Com o atentado de Serajevo, o *Imparcial* exprime a sua preocupação e reafirma a sua fé nacionalista. E em Agosto o governo autoriza a reabertura do CADC. Mas o padre Cerejeira deixa a direcção do *Imparcial,* e é substituído por José Manuel de Noronha.

De novo entra a época dos actos. Ao cabo de um ano de agitação, de propaganda, de acção doutrinária, Oliveira Salazar apresenta-se a provas. Submeteu-se a exame das duas cadeiras do 4.º ano, que ainda lhe faltavam, e de todas as do 5.º ano. Em todas as cadeiras foi-lhe atribuída a mesma classificação: dezanove valores. Em 15 de Agosto de 1914, o *Conselho* da Faculdade de Direito reunia-se para atribuição de prémios. Oliveira Salazar obtém *prémios* em *Administração Colonial, Processos Especiais, Prática Extra-Judicial,* e um *primeiro prémio* em *Processo Penal.* Depois foi-lhe atribuído mais um *prémio* em *Direito Internacional.* E em 4 de Novembro o *Conselho* votava a classificação final do curso: *muito bom, com distinção, e dezanove valores.* Deste modo, em todo o seu curso, feito em quatro anos, Salazar apenas uma vez foi classificado com 16; por duas vezes foi-lhe atribuído um 17; por cinco vezes a nota de 18; e por onze vezes a classificação de 19. Estava formado. O rapaz do povo, o aldeão do Vimieiro, o aluno do Tio José Duarte, o seminarista de Viseu, o professor e prefeito do *Colégio da Via Sacra,*

o articulista de *A Folha*, o filho do Tio António Feitor, concluíra o seu curso jurídico com marcas raramente atribuídas, e de que poucas memórias existiam na academia. Estava-se no verão de 1914. Oliveira Salazar completara vinte e cinco anos de idade no mês de Abril anterior.

10

Caíra o governo de Afonso Costa em 9 de Fevereiro de 1914. Chegado do Rio de Janeiro, onde entretanto estava como enviado, Bernardino Machado aceitou o encargo de formar governo. Procurou constituí-lo numa base não partidária, e assim procedeu, sem embargo de se ver obrigado a incluir alguns ministros do partido democrático. Apresentou-se ao parlamento com uma declaração moderada, construtiva, mesmo conciliatória. Era simples o seu programa no plano político: acalmar os espíritos, promover a revisão da *lei da separação* de 20 de Abril de 1911, promulgar nova e mais rasgada legislação sobre trabalho, conceder amnistia aos adversários da República. De todos, foram o problema religioso e o da amnistia os que desde logo suscitaram viva luta partidária. Machado sustentava também, como os demais chefes republicanos, o princípio da separação entre o Estado e a Igreja, e defendia a absoluta supremacia do poder civil: mas julgava que deveria ser garantida a liberdade de crença religiosa e a inviolabilidade de consciência em matéria de fé. Camachistas e almeidistas não assumiam atitude muito afastada da do governo: mas o partido democrático, cujo chefe era o próprio autor da *lei da separação*, opunha-se vivamente a que o diploma fosse revisto e atenuadas algumas disposições mais ásperas. Arrastou-se por meses o debate nas câmaras, sem que se tomasse decisão. Pelo país, a consciência católica sentia-se ferida, e multiplicavam-se as manifestações e contramanifestações. Deu lugar a uma demonstração de fé católica o regresso a Lisboa do Patriarca Mendes Belo, banido da sua diocese havia dois anos; e o facto repetiu-se com a volta ao Porto de D. António Barroso. Sucederam-se os incidentes e violências por ocasião do Congresso Católico no Porto e o episódio de S. João de Almedina em Coimbra. O par-

tido democrático, os livre-pensadores, os elementos republicanos mais aguerridos não deixaram de aproveitar o conjunto de circunstâncias para montarem um ataque cerrado a qualquer modificação da lei de 20 de Abril. Para evitar uma crise ministerial, Machado recua. Ficava em suspenso o problema religioso. Mas os projectos de amnistia tiveram melhor acolhimento parlamentar, e aquela foi decretada em termos relativamente amplos. E em Junho, a 23, Bernardino Machado reorganizava o seu governo: substituía os ministros da Justiça, da Marinha, do Fomento e das Finanças: e o próprio Machado deixara os Negócios Estrangeiros, para onde entrara Freire de Andrade, que continuou. E este governo remodelado era o sexto gabinete constitucional da República.

Aproximava-se o período eleitoral, e os partidos republicanos preparavam-se para a luta. Mas a Europa, que de há muito se arrastava em regime de *paz armada,* mergulha na guerra. Foi o atentado de Serajevo, a declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia, o envolvimento imediato das grandes potências, e tornou-se geral o conflito. Como reflexo, tomou novo rumo a vida política portuguesa. Foi adiado o acto eleitoral, e os grupos e facções assumiram as suas atitudes *em função* da guerra europeia, e não *em função* de interesses fundamentalmente, exclusivamente portugueses. Com efeito, e como em outras épocas da história, o escol nacional cindiu-se, parcelou-se em torno de ideias ou de princípios que eram lançados ou defendidos pelos diversos beligerantes: em si mesmos, na sua origem e nos seus objectivos, aquelas ideias e princípios tinham em conta somente os interesses das potências em luta: e eram indiferentes ou irrelevantes para Portugal. Foi assim que entre a *elite* portuguesa se formou, após as primeiras semanas de guerra, um *partido inglês,* que identificava os interesses nacionais com os da Inglaterra; e um *partido francês,* que desejava a vitória da França porque a cultura francesa possuía funda penetração em Portugal; e um *partido germânico,* que confiava à eventual vitória da Alemanha o colapso das instituições republicanas. Permanecia filiada no *partido português,* todavia, a massa do povo. Mas aquelas divisões entre os agrupamentos partidários incendiaram a atmosfera política do país, e a vida portuguesa, através dos seus chefes responsáveis, passou

a processar-se em torno de uma questão: entrar ou não entrar na guerra.

Em 7 de Agosto de 1914, Bernardino Machado lia perante o Congresso uma declaração: «*Logo após a proclamação da República, todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte temos feito, incessantemente, tudo para corresponder à sua amizade que deveras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres da aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltaríamos. Tal é a política internacional de concórdia e dignidade que este governo timbra em continuar, certo de que assim solidariza indiscutivelmente os votos do venerando Chefe do Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do Povo Português.*» Ao tempo da propaganda republicana, para derrubar a monarquia, Bernardino Machado era inimigo declarado da aliança luso-britânica: não a tinha por aliança mas por «*protectorado*»: considerava-a um «*elixir*»: e com desprezo afirmava que a aliança inglesa «*não passava de um engodo*». Mas agora, na sua definição da política portuguesa, reafirmava a aliança inglesa, sem que a Inglaterra o houvesse solicitado publicamente; e fazia-o em termos tão incondicionais que nos subalternizavam. Para mais, formulava uma política internacional de concórdia num momento de hostilidades generalizadas e nisso havia pelo menos candura. Essa política de concórdia fazia tanto menos sentido quanto não equivalia à *neutralidade*, que se não proclamava; mas era por outro lado contraditória com uma *política de beligerância*, e tornava esta mais difícil se acaso viesse a revelar-se necessária ou conveniente. Por todos os títulos foi assim inábil a declaração ministerial. E suscitou desde logo as mais cerradas críticas. Consideravam-na frouxa e ambígua os intervencionistas: João Chagas, ministro em Paris, protestava vigorosamente; e o mesmo faziam elementos responsáveis do partido democrático. E para os abstencionistas ou para os partidários da Alemanha causava motivo de alarme, e de ataque ao governo, a forma por que Portugal se pusera ao serviço incondicional da Grã-Bretanha.

Carregado como já era o ambiente político nacional, e tendo um governo sem autoridade para enfrentar os graves problemas das finanças e da ordem pública, ainda mais densa ficava a atmos-

fera com a irrequietude dos monárquicos. À queda da monarquia, a quase totalidade da imprensa realista desaparecera voluntariamente, ou fora suprimida. Mas agora surgia em força. Multiplicavam-se as folhas monárquicas, quer de grande informação, quer de combate e acção política. E com a multiplicação dos *centros monárquicos* pelo país apareciam os organizadores, os polemistas, os doutrinadores. Entre a imprensa que fazia doutrina sistemática destacava-se, desde 1913, a *Alma Portuguesa*, aparecida na Bélgica. Mas foi sobretudo a *Nação Portuguesa*, iniciada em 1914, que congregava os novos doutrinadores do monarquismo. Era dirigida por Alberto Monsaraz, que desde Coimbra se destacava como elemento de acção e combate. A seu lado sobressaía António Sardinha. De início republicano e franco partidário das novas instituições, afirmava-se no entanto um tradicionalista: aproximara-se em Coimbra de Hipólito Raposo, Simeão Pinto de Mesquita, Pequito Rebelo: e transformara-se em monárquico ardente. E na *Nação Portuguesa* apresentava-se como o grande teorizador e doutrinador da restauração do trono português. Nascia assim o *Integralismo Lusitano* (1). Mas este não congregava todos os monárquicos portugueses. Alguns agiam como soldados isolados, que actuavam em combates singulares. Entre estes destacava-se Mariotte (padre Amadeu de Vasconcelos). Como Sardinha, fora de início republicano; mas em pouco se desiludiu. Converteu-se à monarquia com fervor, e deste credo e do seu catolicismo foi apóstolo sem desfalecimento. Desde fins de 1913, e principalmente a partir deste ano de 1914, Mariotte publicava em torrentes uma série ininterrupta de folhetos que designava por «*Os meus Cadernos*». Circulavam largamente nos meios católicos e monárquicos, e eram leitura obrigatória na academia de Coimbra. Em termos polémicos e arrebatados, Mariotte destruía o livre-pensamento, o liberalismo, o dogma democrático, os princípios de Rousseau, o igualitarismo; e não poupava tão-pouco os que considerava como monárquicos e católicos dissidentes. Por outro lado, alguns monárquicos e católicos congregavam-se em torno de Fernando de

---

(1) A expressão foi usada pela primeira vez na *Alma Portuguesa*. Por outro lado, e não obstante a semelhança verbal, o *Integralismo Lusitano* apresentava profundas diferenças do *Monarquismo Integral* de Maurras.

Sousa; e muitos concebiam o monarquismo como restauração do trono de D. Manuel II, e estes recebiam as suas indicações doutrinais e políticas de João de Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas, Luís de Magalhães, e antigos ministros ou conselheiros da coroa. À parte o seu anti-republicanismo, estava a *causa monárquica* assim parcelada em numerosos sectores, e o *Pacto de Dover* era inoperante. Mas aos seus dissídios sobrepunha-se agora a situação criada pela guerra generalizada na Europa. No seu exílio de Londres, D. Manuel tomou posição, e em carta de 15 de Agosto dava ao seu lugar-tenente as suas instruções. Escrevia: «*Devemo-nos unir, todos os Portugueses, sem distinção de causa ou cor política e todos trabalhar para manter a integridade da nossa querida Pátria, quer servindo em Portugal para defender o nosso país, quer combatendo nas fileiras do exército aliado. É, pois, a minha opinião e o meu desejo que os monárquicos portugueses saibam mostrar neste momento angustioso que acima de tudo põem a luta da Pátria e a defesa do seu solo sagrado.*» Assumia D. Manuel, com aquelas palavras, uma atitude eminentemente nacional. Nem por isso, contudo, foi restabelecida a unidade no campo monárquico. Alguns viam na alusão à possibilidade de combatermos nas fileiras do exército aliado uma recomendação para que Portugal entrasse na guerra. Outros opunham-se a essa interpretação, e defendiam a neutralidade portuguesa, com pequenos serviços prestados à Inglaterra: era a posição escolhida desde o princípio por *O Dia*. Alguns outros defendiam a abstenção e a neutralidade por receio do perigo espanhol: se Portugal entrasse na guerra temiam uma intervenção da Espanha. Terceiros confessavam-se germanófilos, e desejavam a derrota da França; e havia os que, admitindo a nossa participação no conflito, sustentavam que a mesma se deveria circunscrever à África para defesa do Ultramar. Em qualquer caso, no entanto, uma reivindicação apresentavam todos ao governo de Bernardino Machado: a sua efectiva participação nos negócios públicos. Reclamava *A Nação*: «*Nesta hora grave, impunha-se um ministério de concentração nacional porque, se o Estado é de todos, todos os Portugueses também se prezam em servi-lo nas atribuições das suas competências.*» Pediam por isso um *governo nacional*, um *governo de salvação pública:* e nesse sentido, com truculência, se manifes-

tavam *O Dia*, a *Restauração*, o *Jornal da Noite*, outros ainda. E alguns foram por isso apreendidos.

Sobre o problema da guerra, tão divididos como os monárquicos estavam os republicanos. Essa divisão atingia todos os partidos, e era nítida mesmo no seio do governo de Bernardino Machado. E este, em face de questão tão grave, agiu ao sabor dos acontecimentos, sem nervo e sem iniciativa; e os partidos, a imprensa republicana, os chefes responsáveis mantinham o país numa agitação constante, num estado emotivo de demagogia sem freio, que a todos perturbava e arrastava. E Freire de Andrade, que na remodelação do governo não deixara de manter a responsabilidade dos Negócios Estrangeiros, queria guiar-se apenas pelos interesses nacionais, e via-os com alguma clareza: mas, sem autoridade ou ânimo para se impor, deixava-se consumir na voragem colectiva.

Em 1 de Agosto de 1914, Freire de Andrade encarregava Teixeira Gomes, ministro em Londres, de sondar o *Foreign Office* «*sobre a nossa atitude*» e de obter «*quaisquer declarações que possam guiar com segurança o nosso procedimento*». Era desde logo uma posição frouxa, mole, sem autonomia de iniciativa ou independência de julgamento. Mas no dia seguinte Freire de Andrade, ao acentuar a necessidade de definir a atitude portuguesa, exprimia o desejo de que esta pudesse ser de neutralidade; não julgava poder declará-la, todavia, sem saber se a Inglaterra, a que nos ligavam tratados, quereria de nós uma posição diferente. Era mesmo mais claro para João Chagas, em Paris: «*salvo exigência inglesa invocada em vista tratados procuraremos manter neutralidade*». Embora estivéssemos a entregar totalmente em mãos alheias, e de forma incondicional, a decisão dos nossos destinos, poderia dizer-se ser em princípio defensável a posição de Andrade, e a mais conforme ao interesse nacional: preservar a neutralidade. E a reacção de Londres, nesta altura do conflito, foi correcta. Sir Lancelot Carnegie, ministro inglês em Lisboa, comunicava ao governo português em 5 de Agosto essencialmente o seguinte: no caso de ataque alemão ao ultramar português, a Inglaterra considerar-se-ia ligada pelas estipulações da aliança; de momento, o governo britânico sentir-se-ia satisfeito se Portugal se abstivesse de proclamar a neutralidade; e se ulteriormente o governo

de Sua Majestade julgasse necessário apresentar ao governo português algum pedido, incompatível com a neutralidade, invocaria então a aliança como justificação desse pedido. Dir-se-ia assim que, nas circunstâncias, nada mais nos cumpria fazer perante a Inglaterra; e que, no plano nacional, deveria o governo tomar as medidas apropriadas à defesa da neutralidade e do território português, sobretudo em África, onde a existência de forças alemãs poderia representar uma ameaça.

Mas não o entenderam assim as mais agitadas forças políticas nacionais. Em Paris, João Chagas estava desvairado. Considerava vexatória a posição de Lisboa quando todos, «*até* o *Haiti*», haviam definido uma atitude clara; sentia-se humilhado porque nas ruas de Paris escutava um comentário desagradável, ou porque um periódico inseria uma crítica; e numa actividade frenética, por cartas e telegramas, procurava convencer o governo a decretar a beligerância ao lado da França ou, pelo menos, a declarar uma neutralidade sem equívoco. E por todo o país desencadeia-se uma violenta campanha em favor da intervenção. Alegava-se: se não entrasse na guerra, não asseguraria Portugal a sua participação na conferência de paz; e a nossa beligerância era indispensável se queríamos manter a integridade do ultramar. A aliança inglesa e as obrigações desta decorrentes eram agora a bandeira dos demagogos. Ao tempo da monarquia, o tratado fora criticado, vilipendiado pelos republicanos; acusavam-se os Braganças de lacaios da Inglaterra; houve quem sugerisse que o ultimatum de 1890 fora mesmo combinado entre D. Carlos e a *Tia* Vitória; e sustentava-se que o interesse nacional impunha a destruição da aliança luso-britânica. Agarravam-se agora ao velho tratado, porém, como base de uma política intervencionista. E Freire de Andrade e Bernardino Machado, impotentes, desanimados, frustrados, deixam-se impelir pelo *partido da guerra*.

Alguns dias depois, a 13 de Agosto, e *sem invocar a aliança*, a Inglaterra solicitava autorização para passagem de tropas suas, através do nosso território, para reforçar a Niassalândia. Pressurosamente, avidamente, sem negociação, sem garantias, Freire de Andrade no dia imediato respondia: «*apresso-me a comunicar que o governo português, acedendo prontamente ao pedido da Nação aliada, dará autorização para passagem de tropas britânicas por*

Moçambique, logo que for necessário». Dada a proximidade de forças germânicas, íamos correr um risco: fizemo-lo sem ter sabido exigir da nossa aliada uma qualquer contrapartida. Semanas mais tarde, sem que lho pedíssemos e decerto consciente e até receosa da nossa desorientação, permitia-se a Inglaterra dar-nos um conselho: não podendo assumir a responsabilidade da defesa das nossas fronteiras em África, o governo britânico «*julgava que o exército e a marinha de guerra portugueses devem ser reservados para defesa pátria*», sendo de momento inúteis quaisquer entendimentos entre oficiais portugueses e ingleses para discutir possíveis medidas a tomar em caso de necessidade. E como Londres continuava a não nos solicitar mais nada, Freire de Andrade persistia em manter uma neutralidade tácita, por ser esse o interesse nacional e para não impor à Grã-Bretanha uma beligerância portuguesa que aquela não solicitara nem desejava.

Como Freire de Andrade pensavam os principais enviados portugueses. De Londres, Teixeira Gomes exortava o «*governo português a resistir com firme serenidade a quaisquer sugestões que o desviem da atitude conservada até agora, única que parece convir aos interesses portugueses*». Eusébio Leão, em Roma, pensava que «*cada dia que passa aumenta a probabilidade de não entrarmos no conflito*». Em Berlim, Sidónio Pais acreditava que, se quiséssemos e não obstante uma ou outra dificuldade com a Alemanha, poderíamos conservar a nossa neutralidade. E de Madrid recomendava Augusto de Vasconcelos que fôssemos prudentes, e que nos abstivéssemos de «*excessivos entusiasmos anglófilos*». No mesmo sentido, já em Setembro, reafirmava Freire de Andrade a nossa posição: «*O nosso desejo é mantermo-nos estranhos ao conflito. Não hesitaríamos em nele tomar parte sob a invocação da aliança, quando a Inglaterra no-lo solicitasse, mas fora dessa obrigação de lealdade procederemos como neutrais. Regulamo-nos pelos nossos compromissos para com a Inglaterra e pelos nossos interesses próprios.*» E Teixeira Gomes repisava: Sir Edward Grey fazia o possível «*a fim de evitar envolver Portugal na guerra*»; e por isso «*insisto na minha opinião de que não devemos dar nem preparar auxílio algum sem ser invocada a aliança*». Mas a seguir, nos primeiros dias de Outubro, Andrade já hesitava, e dizia a Sidónio Pais que a «*nossa tendência era*

para entrar no conflito». Apesar disso, não desesperara ainda: com «*incansável energia e através de muitas resistências*» procurava manter a situação: e entendia que não devíamos ir para a guerra «*a não ser por instante necessidade, a pedido e por iniciativa da Inglaterra e para conveniência desta*». Entretanto, em fins de Setembro, o governo francês solicitara-nos a cedência de alguma artilharia, e no pedido foi apoiado pela Grã-Bretanha. Respondeu-se por nossa parte que apenas satisfaríamos aquele desejo se a artilharia fosse acompanhada por tropas portuguesas, pelo que deveriam pedir o auxílio das nossas forças. Ao apoiar a diligência francesa, no entanto, não invocara a Inglaterra a aliança; e Teixeira Gomes assim o sublinhou em Londres. Mas ao reparo de Teixeira Gomes respondeu o governo britânico que «*nos dava liberdade de mandarmos auxílio*» e que apenas «*no caso de o querermos mandar invocará a aliança*». E Andrade, continuando a persistir numa posição correcta, salientava para Londres julgar «*indispensável que o pedido de material de artilharia ou forças seja feito em nome da aliança pela Inglaterra, e não pela França com o apoio da Inglaterra, pois neste caso a situação é diversa*». Era distinção subtil, mas fundamental, e Andrade estabelecia-a com nitidez.

Mas então, em 10 de Outubro, o governo inglês faz-nos uma comunicação grave. Sir Edward Grey chama Teixeira Gomes e, na presença de Sir Eyre Crowe, entrega-lhe uma nota: no começo da presente guerra, «*deu-se a segurança formal de que, em caso de ataque a qualquer possessão portuguesa pela Alemanha, o governo de Sua Majestade se considerava ligado pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa. Em compensação, o governo de Sua Majestade declarou que, de momento, contentar-se-ia com que o governo português não declarasse a sua neutralidade. A maneira leal e sem hesitações por que o seu governo acedeu a este pedido, anima-me a invocar a antiga aliança entre Portugal e este país, e convidar formalmente o governo português a desviar-se da sua atitude de neutralidade, e a alinhar activamente ao lado da Grã-Bretanha e seus aliados. A posição dos exércitos aliados no teatro ocidental da guerra seria materialmente reforçada se o governo português pudesse nesta altura enviar uma força, especialmente de artilharia seguida de outras armas, para*

cooperar com as nossas forças na presente campanha». Ao receber esta grave comunicação, Teixeira Gomes perguntou qual deveria ser a atitude imediata de Portugal para com a Alemanha. Grey respondeu que «*não devíamos declarar o estado de guerra antes do embarque do primeiro contingente*». E no dia seguinte Carnegie repetia em Lisboa uma diligência de igual teor. Perante a extrema seriedade da posição assumida por Londres, o Conselho de Ministros em Lisboa reuniu-se com urgência na manhã de 12: por unanimidade concordou em satisfazer o pedido britânico. Mas antes de responder foi o assunto presente ao Conselho de Estado, que na tarde daquele dia se reuniu sob a presidência do Chefe do Estado: e foi idêntica a decisão tomada. Dada a transcendência da questão, no entanto, resolveu o governo apresentar a sua demissão colectiva a fim de não embaraçar o Presidente da República ao nomear um *governo nacional*, que incluísse todos os chefes políticos. Mas Arriaga manteve no poder o governo. E então foi tomada a diligência de Grey como um *pedido formal*, em *nome da aliança*, para que Portugal declarasse guerra à Alemanha. E todavia no memorial de Grey a Teixeira Gomes havia um elemento equívoco e ambíguo: solicitava-se que Portugal se desviasse, ou abandonasse, ou saísse da sua atitude de neutralidade (1); mas não se solicitava que entrasse em posição de beligerância ou que declarasse esta contra a Alemanha. Era em todo o caso uma posição dúbia: cumpria esclarecê-la com a maior precisão antes de se dar um passo. Não foi isto feito. No entanto, Andrade terá tido a intuição desse equívoco: foi ainda prudente na resposta que em 17 de Outubro mandou a Grey: «*nos termos dos tratados de aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha, e considerando a estreita amizade que existe entre os dois países, Portugal auxiliará a Grã-Bretanha e os seus aliados com a maior boa vontade na presente guerra, dentro dos recursos de que puder dispor*». Era uma atitude cautelosa. E a Alemanha mostrou o seu mau-humor: mas não considerou a posição portuguesa um «*casus belli*».

---

(1) Diz o texto inglês: «*to depart from their attitude of neutrality*».

No país os partidários da guerra não davam tréguas ao governo, nem descanso à opinião pública. João Chagas em Paris, e os seus amigos políticos em Lisboa, entregavam-se a uma campanha permanente. Toda a imprensa democrática, às ordens de Afonso Costa, advogava o intervencionismo, em termos de exaltação patriótica. Depois, intrigava-se. Chagas acusava Machado e Andrade de serem agentes da Inglaterra; e Machado confidenciava que Andrade o estava traindo «*vilmente*» por ser um agente da Alemanha. O ministro da guerra, Pereira d'Eça, estava irredutível: não cederia a artilharia sem ser acompanhada de uma divisão para França. Outros ministros queriam que apenas se satisfizesse o pedido da Inglaterra: e nada mais. Pereira d'Eça ameaçou demitir-se: e para se evitar uma crise política foi indicado que não enviaríamos artilharia sem tropas. E então recrudesceu a campanha intervencionista com grande violência: e a imprensa democrática anunciava como facto assente o envio de uma divisão para França, com pormenores, números, mesmo retratos de oficiais. Não ir para a guerra era havido como traição à Pátria, e os que não partilhavam dessa ideia eram banidos, vilipendiados, segregados como *germanófilos*. Com bom-senso, e lucidez, Teixeira Gomes escrevia de Londres: «*a nacionalidade portuguesa poderá sair desta crise mais forte; mas também pode sair moribunda; e também pode desaparecer. O que há de profundamente doloroso nesta perspectiva é a convicção de que seria fácil alcançar o primeiro dos três resultados e tudo parece encaminhar-se para os dois últimos, só porque meia dúzia de homens não querem entender-se em um assunto que lhes não afecta os interesses partidários nem particulares: a política internacional*». E Freire de Andrade sentia-se frustrado, desalentado, amargurado com a irresponsabilidade dos partidos, indignado com a falta de patriotismo dos políticos. Desabafava largamente: «*Durante este tempo tem continuado uma campanha jornalística violenta, em que alguns indivíduos, pretendendo representar a opinião do povo português, procuram por todos os modos, como desde o primeiro dia fizeram, forçar à guerra, seja como for*», e «*procedendo enfim duma maneira que, como há dias disse o ministro inglês ao Presidente da Associação Comercial de Lisboa, só pode ser prejudicial a Portugal.*» E Freire de Andrade confessava-se, com o espí-

rito retalhado de mágoa: «*Naturalmente sucede que um dos mais visados nos ataques feitos é o ministro dos Negócios Estrangeiros, a quem se acusa de germanófilo, traidor, medroso e outros termos semelhantes. E entretanto a meu ver a grande maioria da nação, pronta a cumprir os deveres da aliança inglesa, não tem desejo algum de beligerância.*» «*Demais tudo leva a crer que a Alemanha, declaradas que sejam as hostilidades, invadirá Angola e assim as nossas tropas muito melhor serviço fariam ali do que em França, visto que neste país elas seriam apenas uma gota de água no oceano de homens que lá combatem, enquanto em Angola não só defenderiam a nossa terra, como auxiliariam eficazmente os ingleses do Cabo.*» E mais: «*O forçar a Inglaterra a aceitar a nossa infantaria e cavalaria, de que não precisa, e demorar o auxílio de artilharia, de que carece*», era «*má política*», e acima de tudo havia que «*atender aos supremos interesses da Pátria*». Eram as frases-chave de Andrade: «*os nossos interesses próprios*», «*os supremos interesses da Pátria*». Tomava assim o ministro uma posição *apenas nacional*, e não partidária. Mas apenas uma voz responsável, serena e de homem de Estado, acompanhava o ministro: a de Brito Camacho. Na *Lucta*, Camacho defende uma *tese nacional:* reafirme-se a aliança inglesa; cumpra-se o que a Inglaterra nos solicitar, desde que o faça oficialmente em nome da aliança, e invocando-a; enquanto nada nos for pedido, mantenhamos e defendamos uma estrita neutralidade. Pensando como homem de Estado que possui a visão histórica das forças externas que actuavam em torno do país, Camacho repisava os seus argumentos: não deveríamos actuar por diletantismo militar, nem impor à Inglaterra serviços que esta tivesse por dispensáveis. E refutava as alegações dos intervencionistas: a Holanda estava neutral, possuía domínios ultramarinos, e não ia decerto por aquele facto perder esses domínios; também a Espanha proclamara a sua neutralidade, e não deixaria por isso de pertencer ao futuro organismo da paz; e, além disso, haveria assim um tão grande interesse em que nos tornássemos membros daquele? Mas o tumulto intervencionista crescia: a todos cegava o hipnotismo europeu.

Perante o que observava no país, ficou apavorada a Inglaterra. E então, apenas oito dias depois da grave comunicação de Grey a 10 de Outubro, Carnegie faz em Lisboa uma outra

diligência, e que era inteiramente clara: «*Acabo de receber instruções de Sir Edward Grey no sentido de nada pedir ao governo português que possa arrastar a uma quebra da sua neutralidade neste momento.*» Por outras palavras: a Grã-Bretanha, nos termos da aliança, desejava de nós pequenos auxílios, pequenos serviços; mas não queria ser *embaraçada* com uma inútil beligerância de Portugal nos campos de batalha da Europa. E nesta difícil situação em que nos havíamos colocado enxerta-se a questão dos navios alemães em portos portugueses. Pensámos em requisitá-los para nosso uso, e para uso da Inglaterra, e dado o aperto de transportes marítimos em que os dois países se encontravam aqueles barcos representavam uma vantagem não desprezível: mas requisições dessa natureza estavam reguladas por convenções internacionais. Sem embargo, o governo português parecia mover-se na maior inconsciência: e pediu-se a Teixeira Gomes para «*saber qual é a opinião do Foreign Office sobre o que devemos fazer aos vapores alemães aqui refugiados, em caso de declaração de guerra*». Responderam os ingleses, muito singelamente, que seriam de cumprir as convenções internacionais na matéria. E em face da desorientação, da intriga, da demagogia, que Londres via prevalecerem em Portugal, Grey fez uma diligência séria, e em termos enérgicos: informou que se «*opunha a qualquer publicação do memorial de 10 de Outubro*». Era sem dúvida o pavor de que o documento pudesse ser usado pelos partidários da guerra e da nossa intervenção na Europa. E Grey insistia em 13 de Novembro: «*O governo de Sua Majestade considera, porém, essencial que o governo português se não comprometa a uma declaração de guerra nem publique seja o que for das recentes negociações entre os dois países*», até que ulteriores consultas com os aliados permitissem decidir onde e quando usar com proveito as forças portuguesas. Em Londres, Teixeira Gomes já não se fazia ilusões sobre o rumo dos acontecimentos, e por isso registava com nitidez o seu pensamento: «*certamente não havia na Europa nação cujos interesses fossem mais contrários, do que os de Portugal, ao estado de guerra, para o qual de resto não tínhamos o mínimo preparo.*» E abria-se com Brito Camacho: «*a minha correspondência para o ministério, quando for conhecida, provará que fiz tudo para evitar que entrássemos na guerra.*»

Para Lisboa, fazia o histórico da sua acção, comentava: «*das conversações tidas no Foreign Office cada vez se evidenciava mais a resolução de Sir Edward Grey de se fazer o possível a fim de evitar que entrássemos no conflito*».

Ressurgia o problema dos navios alemães. Não sabíamos como actuar. E era no *Foreign Office* que se «*estudava juridicamente o procedimento que devemos tomar para com navios alemães quando entrarmos em guerra*». Depois perguntámos em Londres que resposta deveríamos dar à Alemanha se esta nos pedisse explicações sobre o embarque da artilharia. Merecemos inteiramente o que nos replicou o Foreign Office: «*caso ministro da Alemanha faça quaisquer representações*», deveríamos exigir que as pusesse por escrito, «*comunicando o texto ao governo inglês que, conforme os seus termos, assim aconselhará os termos resposta a dar*». Em boa verdade, o governo de Lisboa não tinha autonomia de pensamento, nem independência de acção. E no dia 23 de Novembro o Congresso autorizava o governo a intervir na guerra quando e como o julgasse necessário. Era uma vitória para o partido da beligerância. Do mesmo passo, assumiam alguma seriedade os incidentes em África entre forças portuguesas e alemãs; Andrade instruía Sidónio Pais para apresentar uma reclamação em Berlim; mas, sempre dentro do seu critério de prudência, recomendava que se não transformasse a reclamação em *casus belli* «*visto necessidade de se marchar de acordo com governo inglês, que muito nos recomenda não declarar a guerra ou proceder de modo a torná-la necessária*». Mas a prudência avisada de Andrade era inútil: em princípios de Dezembro o governo estava demissionário: e Freire de Andrade comentava que «*infelizmente até gravíssimos assuntos de ordem internacional, cuja resolução exige a maior serenidade por causa do perigo para o país, servem de arma para política interna*». Encontrava-se com efeito demissionário o governo, e ficavam pendentes o problema dos navios alemães, o do uso das nossas forças em África, o da reclamação apresentada em Berlim.

Em 12 de Dezembro constituía-se novo governo, com Vítor Hugo de Azevedo Coutinho na presidência e Augusto Soares nos Negócios Estrangeiros. Era o sétimo gabinete da República no espaço de quatro anos. E embora o governo de Machado tivesse

caído perante os votos hostis de democráticos e unionistas coligados, o novo gabinete não foi baseado nestes dois partidos, como indicaria a lógica parlamentar, mas essencialmente no partido democrático. Apresentou-se com um programa simples: ordem pública, defesa das instituições, execução de uma política de guerra; eleições gerais a curto prazo. Logo lhe declararam a sua oposição os evolucionistas de António José e os unionistas de Camacho, e também o pequeno grupo que seguia Machado Santos e era inspirado pelo seu «*Intransigente*». De todos os problemas, o mais complexo era o da guerra. Continuavam partidários da intervenção aberta, e na Europa, os democráticos de Afonso Costa; igual posição, embora menos aguerrida, assumiam os evolucionistas; mas Brito Camacho repisava na *Lucta* os argumentos usados desde o início. Segundo o chefe unionista, só deveríamos entrar na guerra com a invocação pela Inglaterra da aliança entre os dois países: e em nenhum caso deveríamos enviar tropas para França. De raiz essencialmente partidária com base democrática, no entanto, o governo de Azevedo Coutinho prosseguia uma política intervencionista. Desnecessariamente, agravou as nossas relações com a Alemanha. Havíamos mandado para Angola e Moçambique, consoante o impunha aliás o alto interesse nacional, duas importantes expedições militares, sob o comando de dois oficiais prestigiosos, Alves Roçadas e Massano de Amorim. Não foram felizes em recontros de fronteira com forças alemãs, e estas retaliaram; e depois tomámos contra súbditos alemães, sobretudo em Angola, medidas drásticas, cuja justificação não soubemos apresentar em Berlim. Repetidos foram os protestos e reclamações alemãs, entregues por Rosen; mas deixávamos o ministro alemão sem resposta. E em 31 de Dezembro de 1914 Augusto Soares entrega a Rosen uma nota da mais espessa inépcia, ainda que vista à luz de uma política de guerra. Caracterizava-se sobretudo pelo seu amadorismo e irresponsabilidade; era frouxa no protesto e inábil no pedido de compensações e desculpas; mas ao mesmo tempo era violenta e provocadora. Com extrema candura, e alheio à demagogia de Lisboa, Sidónio Pais ainda acreditava em Berlim que poderia resolver o conflito com a Alemanha. Dizia: «*julgo possível sanar o incidente de África*» e «*minha convicção resulta de supor que o governo alemão não deseja a guerra connosco.*»

Os próprios alemães não viam que vantagem poderia dar a Portugal a entrada na guerra; e por isso, comentava Sidónio Pais, «*não se pensa* (em Berlim) *em exigir cousa alguma a Portugal se ele se abstiver.*» Mas estava melhor informada a Inglaterra; e o Foreign Office sublinhava perante Teixeira Gomes que «o *nosso conflito com a Alemanha não nascera dos deveres da aliança que invocou*». E nos princípios de 1915, a 5 de Janeiro, o governo inglês era mais claro: «*que o governo português se abstenha, tanto quanto possível, de declarar a guerra, mas tome todas as medidas que julgue necessárias à defesa do País.*» Dizia-nos a Inglaterra, portanto, que não entrássemos na guerra, e que nos esforçássemos por defender o nosso território. Em Lisboa, a obsessão não era a de defender o território, sobretudo em África, mas a de expedir divisões para França; e o próprio governo alemão, já num tédio imenso da irresponsabilidade portuguesa, dizia a Sidónio Pais que lhe declarássemos a guerra, se a isso estávamos resolvidos, mas que assumíssemos então a responsabilidade do nosso acto. Sendo aquele o objectivo, contudo, não sabíamos por outro lado como agir. Augusto Soares insistia com Teixeira Gomes para que obtivesse do Foreign Office uma indicação do que deveríamos fazer, e Grey mandava sempre responder que nos coibíssemos de declaração de guerra, e que cuidássemos da nossa defesa. Soares considerava esta resposta insuficiente.

Entretanto a situação política no país agrava-se: o mal-estar é geral; a ordem pública é constantemente alterada; o Presidente Arriaga não confia no gabinete; e das forças armadas apossa-se um sentimento de frustração, mesmo de rebeldia. Demite-se o governo de Azevedo Coutinho, e assume o poder o general Pimenta de Castro. Estava-se a 28 de Janeiro de 1915: durara quarenta e seis dias o gabinete de Coutinho.

11

Encerradas as aulas, logo Salazar foi para o Vimieiro, ainda em Julho daquele ano de 1914. Era o homem de mais prestígio por todo o concelho de Santa Comba, e mesmo até Viseu. Motivo

de orgulho para os seus antigos e modestos mestres, estes olhavam-no agora com o respeito inspirado pelo discípulo que soube transcender os professores; e nas folhas locais e pelos centros de conversa era celebrado como o rapaz pobre e humilde que sai da aldeia a tentar o destino e triunfara na competição de um grande meio. Causara emoção a carta-aberta de um livre-pensador, que viera afirmar ter-se convertido à fé católica depois de ouvir Salazar no Porto. «*Ora este facto*», escrevia um dos periódicos locais, «*a nós, patrícios e admiradores do belo talento do nosso conterrâneo, deve encher-nos de orgulho como católicos e como conterrâneos do sr. dr. Salazar.*» E nos meios católicos Salazar afirmava-se cada vez mais como chefe laico. Orientava, aconselhava, estimulava a actividade de muitos *centros*. No próprio Vimieiro e no concelho de Santa Comba, produzira-se um movimento com o duplo objectivo de protestar contra a *lei da separação* e defender a liberdade de fé cristã; e para o efeito se redigiu uma representação a apresentar ao governo. Foi de Oliveira Salazar a primeira assinatura, seguida pelas de Maria do Resgate, de suas irmãs Elisa e Laura, e de seu pai. Mas para além da sua actividade como arauto dos princípios político-sociais da Igreja Católica, sentia Salazar o imperativo de definir as coordenadas da sua própria vida. Era profundo o seu apego às casas à beira da estrada, à aldeia, às leiras e pinhais, a todo o horizonte que se perdia na Estrela ou no Caramulo. Mas era sobretudo o seu afecto pela mãe que influenciava o seu ânimo. Maria do Resgate, à beira dos setenta anos, estava exausta, consumida, doente: era uma vida em permanente risco. Se o filho querido entre todos a abandonasse, e fosse para longe, seria golpe sem remédio; e no entanto era Maria do Resgate, no seu orgulho de mãe e procurando através do filho realizar a sua própria ambição, que o incitava a prosseguir, a lutar, a não trair as capacidades que o destino lhe doara. Mercê das classificações alcançadas na Faculdade, e pela fama grangeada entre toda a academia, a cátedra estava aberta a Salazar, salvo se de todo a repelisse. Havia de preparar-se seriamente, contudo; e essa preparação apenas a poderia fazer em Coimbra. Para mais, os amigos, os companheiros de ideal estimulavam-no no mesmo sentido, e viam em Salazar o professor, o doutrinador, o combatente dos princípios cristãos. Nos meios

católicos, e entre a alta hierarquia da Igreja, considerava-se oportuno descer a terreiro, entrar na luta, traduzir em acção os princípios da democracia-cristã. Para tanto, era indispensável entrar no campo do adversário, utilizar as próprias armas deste, e procurar batê-lo com o seu próprio sistema. Havia que lançar católicos, puros católicos, como candidatos a deputados. Lembravam-se nomes, muitos saídos da *nova escola de Coimbra*. Entre todos, avultava o de Salazar: e mencionava-se o círculo de Viana do Castelo como sendo aquele por onde se deveria apresentar. Mas Salazar era alheio àqueles projectos: e na altura a sua decisão confinava-se em se preparar para ascender à cátedra.

Pelo outono, de novo regressou Salazar a Coimbra. No seu círculo de amigos e companheiros, haviam-se produzido alterações profundas. Cumulativamente, o padre Cerejeira cursara Teologia e Direito, mas abandonara este pelo curso de Letras. Carneiro de Mesquita saía de Coimbra, entregue ao seu múnus de sacerdote; e José Nosolini, terminada a licenciatura, transferira-se para o Porto, onde ia estabelecer a sua banca de advogado. Dispersavam-se também por várias funções públicas os irmãos Dinis da Fonseca; e Alberto de Monsaraz, que se formara com 18 valores, deixara a academia, e entregava-se com entusiasmo à causa do *Integralismo Lusitano*. Da sua roda mais íntima, Salazar encontrava Mário de Figueiredo e Mário Pais de Sousa, que ainda não haviam findado os seus cursos. Mas outra modificação importante se produziu na vida de Salazar, neste inverno de 1914 para 1915. A sua saúde sofrera um abalo: padecia de fortes enxaquecas, não suportava a luz do dia, passava longas horas estirado de cama no seu modesto quarto. Era um desconforto; tinha a sensação de isolamento; e o seu ânimo atravessava uma fase de depressão. E então o padre Cerejeira sugeriu-lhe que fosse viver para o velho casarão, conhecido em Coimbra pelo *Convento dos Grilos*, e onde aquele morava desde há muito. Salazar aceitou. Pôde então dispor para si de três divisões: uma pequena sala; um escritório, com mesa e três estantes para livros; e um quarto em que, além do catre, havia um velho lavatório de louça sobre um tampo de mármore. Além do mais, os *Grilos* tinham localização muito vantajosa: o antigo convento ficava na curva da Rua dos Grilos para a Rua da Ilha, e um pouco recuado em

relação ao alinhamento da calçada; em frente, mesmo na curva, era a residência de Guilherme Moreira, o civilista de fama nacional; logo acima morava Elísio de Moura, médico eminente; e subindo pela Rua dos Grilos, percorridos duzentos passos, deparava-se pela esquerda um largo portão de ferro e uma escadaria de pedra que em dois lanços levava à Porta de Minerva. Transposta esta, estava-se no Terreiro de D. João III, nos Gerais, na Biblioteca Joanina, na Universidade [1]. Era prático, era cómodo, e era módica a renda que Salazar tinha de pagar pelos três aposentos. E nos *Grilos* começou a sua preparação para professor.

Entretanto, continuava na sua permanente turbulência a academia. Além dos problemas de política interna, agora era motivo de agitação a guerra europeia, transformada também em questão partidária. Reflectia-se entre os estudantes o choque das facções quanto à política portuguesa de guerra: havia os entusiastas da França, da Inglaterra, e os dos Impérios Centrais, e os intervencionistas e os não-intervencionistas. Mas no debate tomaram os católicos uma posição puramente nacional. Sem embargo de os grandes chefes — Salazar, Cerejeira, Carneiro de Mesquita, outros ainda — haverem deixado de ser estudantes, nem por isso continuava menos activo o *CADC*, nem cessara a sua publicação o *Imparcial*. E este, em editoriais sucessivos, definia perante o problema da guerra a atitude da academia católica. Antes de mais, assentava essa atitude em duas noções básicas: Deus e Pátria. Era grave a hora, e de sacrifícios, e estes incumbiam a todos os portugueses, em absoluta unidade nacional. Patriotismo ardente era o traço fundamental do grupo do *CADC* e do *Imparcial*. Proclamavam os seus membros: «*Somos católicos e portugueses. Chegou a hora de entrarmos na luta? Que o diga o governo,*

---

(1) O casarão que constitui o antigo *Convento dos Grilos* ainda existe, e com as mesmas características exteriores. Mas foi adquirido pelo Estado, e profundamente remodelado no interior, com intenção de o utilizar como residência de bolseiros e de professores, o que não chegou a suceder, tendo sido entregue à Faculdade de Direito. Recorde-se que *Grilo* era a designação popular dada aos frades da Ordem de Santo Agostinho. Os *agostinhos* usavam um hábito branco com capucho e romeira negros, o que, na imaginação do povo, faria lembrar um *grilo*.

e com a ajuda de Deus vamos para a luta.» E repisavam: «*Quaisquer que sejam as nossas convicções políticas, ou as nossas ideias pessoais, somos acima de tudo, e primeiro que tudo, ardentes defensores dos mais altos interesses nacionais. Com esses interesses estamos sempre incondicionalmente.*» Colocava-se assim o *CADC*, e com este o *Imparcial*, numa posição extrapartidária, e até de apoio ao governo, enquanto se tratasse da defesa dos mais altos interesses nacionais. Mas caberá perguntar como concebia o grupo do *Imparcial* esses *altos interesses nacionais*, e que visão possuía destes. Antes de mais, defesa em relação à Espanha. «*O perigo espanhol existe*», anota o *Imparcial*, «*é um facto*». E por isso, tudo deve ser posto de parte «*para só curarmos na hora de perigo da defesa sacrossanta da autonomia e da independência da Pátria.*» E é assim que o *Imparcial* elogia com ardor o artigo em que João do Amaral, no *Aqui d'El-Rei*, condenava o livro *La Union Iberica*, publicado em Espanha, e que preconizava a manutenção da república em Portugal como meio de fácil conquista do país. O grupo do *Imparcial* aconselhava a república de Lisboa, portanto, «*a ter juízo*»; mas confessava não ver bem como isso era viável. Precavidos do lado de Espanha, os nossos «*altos interesses nacionais*» deveriam depois levar-nos à defesa de África. E escrevia-se: «*A nossa intervenção na actual guerra deve tão somente limitar-se a repelirmos as agressões, que nos preparem os inimigos. Nem um palmo de território português deve cair em poder de estrangeiros.*» Se em África a Alemanha nos atacasse, haveria que defendermo-nos. E concluía-se: «*A ideia da Pátria em perigo deve unir todos os portugueses.*» E depois, em editoriais sucessivos, o *Imparcial* atacava a república por não enviar para o ultramar, em virtude do seu ódio à Igreja, as missões religiosas portuguesas suficientes para praticarem um apostolado nacional. Deste modo o grupo do *CADC* e do *Imparcial* tomava no problema da guerra europeia uma posição muito semelhante à que em *A Lucta* defendia Brito Camacho: se interviéssemos, que o fizéssemos apenas em obediência a interesses nacionais; e tropas portuguesas, se houvessem de ser utilizadas, somente deveriam entrar em combate para protecção do solo português. E neste contexto a guerra não repugnava aos membros do *CADC*: bastava que fosse necessária, e justa, e em defesa dos interesses

nacionais: e o padre Cerejeira podia afirmar, por isso, e de harmonia com os tomistas, que se reconciliavam com Deus os que fossem para essa guerra.

À parte este ponto, em que o *CADC* tomava posição nacional, continuavam os católicos os seus ásperos ataques ao governo. E nem por um momento lhe davam tréguas os estudantes católicos de Coimbra. Nos fins de 1914, fora preso o Bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, e o Cardeal Patriarca de Lisboa envia ao Presidente da República um veemente protesto; na Igreja de Santa Justa, onde o padre Cerejeira pregava os seus sermões, são colocadas bombas de dinamite; e as conferências semanais do *CADC* são constantemente perturbadas por manifestações dos livre-pensadores. Contra estes factos se insurge com vigor o *Imparcial*. Do mesmo passo, mantém a sua crítica incansável à *lei da separação*, às perseguições aos prelados e aos *centros* católicos, à imprensa «*jacobina*», aos políticos e partidos. Brito Camacho é o sr. *Camocho* ou o sr. *Chamacho;* segundo Cerejeira, a voz de Afonso Costa era das que não chegavam ao céu; e tanto o governo como o Congresso eram vergastados de ridículo acerbo. O *Banditismo Político*, que Homem Cristo publicara na *Idea Nacional*, era encomiasticamente apreciado; e o facto de os soldados portugueses serem compelidos a entoarem versos em louvor da república era objecto de protesto enérgico. Paralelamente, e tanto em Coimbra como por todo o país, progredia o movimento católico, e ganhava terreno a sua organização. Era lançada a *União Católica;* surgia um manifesto do *Centro Católico Português*, subscrito por Pacheco de Amorim, Pinto Coelho, Pulido Garcia, Pinheiro Torres, ainda outros; e começava-se a preparação do terceiro Congresso das *Juventudes Católicas Portuguesas*. Proliferavam por outro lado os jornais católicos de âmbito local ou nacional: *O Legionário*, *A Madrugada*, *O Transmontano*, *A Liberdade*, mil outros. Descendo à arena política, projectava-se a candidatura a deputado de alguns membros do *CADC*. Nos meios católicos corriam nomes, citavam-se os círculos eleitorais: Domingos Pinto Coelho, por Arganil; Pacheco de Amorim, por Braga; e Oliveira Salazar, por Viana do Castelo. E uma onda de optimismo e de esperança invadia os arautos do movimento católico. E esses sentimentos, para se afirmarem com exuberância

na academia, encontraram como pretexto a entrada solene na sua diocese do novo Bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva. Desde logo é saudada pelo *Imparcial* «*em nome dos rapazes católicos da primeira universidade do país*». Depois, na sua chegada à Estação Velha, é o Prelado recebido com imponência. Concentram-se ali grandes vultos do professorado: José Alberto dos Reis, Pinto Coelho, Costa Alemão, Eugénio de Castro, Carneiro Pacheco. Logo estão também os membros do *CADC:* e à frente destes ocupa lugar proeminente Oliveira Salazar. Forma-se um cortejo que segue pela Sofia e pára na Igreja do Carmo, onde o novo Bispo se paramenta. De todos os templos de Coimbra repicam os sinos; pendem colchas das janelas; e pelas calçadas estendem os estudantes as suas capas. Passando junto a Santa Cruz, percorre o cortejo a Avenida Sá da Bandeira e a rua Alexandre Herculano, e termina na Sé. É então maciça a manifestação dos católicos. Outros vultos do corpo docente comparecem ostensivamente: Fezas Vital, Serras e Silva, Eusébio Tamagnini, Paulo Merêa, Chaves e Castro, Magalhães Colaço, Elísio de Moura. Enchiam o templo os elementos conservadores e toda a academia católica. Fez-se representar a imprensa: o padre Cerejeira representava *A Liberdade;* Luís de Lemos e Oliveira estava pelo *Dia;* Alberto Monsaraz pela *Nação Portuguesa;* João do Amaral pela *Pátria Nova;* Sá Teixeira pela *Ordem;* Manuel Arrobas pela *Gazeta de Coimbra.* E pelo país teve ressonância a manifestação dos católicos ao novo Prelado de Coimbra.

Todavia, a própria imponência da manifestação, e a força que esta significava, vieram suscitar problemas para o *CADC* e para os centros católicos. Com efeito, a presença de nomes como Luís de Almeida Braga, João do Amaral, Alberto Monsaraz, emprestou ao acto um sentido equívoco. Aqueles homens eram católicos, também, sem dúvida: mas eram sobretudo combatentes monárquicos. Não deixou a imprensa monárquica de acentuar o facto; e a imprensa republicana e democrática não deixou de o explorar. Estava-se, bem vistas as coisas, perante uma clara manifestação anti-republicana. Não era esse, no entanto, o objectivo do *CADC* nem do grupo do *Imparcial;* e não lhes convinha que a sua posição fosse desvirtuada, nem passível de ambiguidade. Procuraram por isso esclarecer o assunto, e afirmaram o seu repúdio de filia-

ção política. Ripostaram os monárquicos: e acusaram os católicos de haver aderido em massa à república. Suscitou-se celeuma áspera. E então o *Imparcial*, em fundo do padre Cerejeira, veio precisar a posição do *CADC*. Proclamava; «*Constituiu-se* (O Centro) *para defender a Igreja em Portugal: aos que julgam um dever patriótico pugnar pela monarquia ou pela república, reconhece-lhes, cumprido aquele dever religioso, inteira liberdade de acção nesse campo puramente político.*» E precisava ainda, com absoluta clareza: «*Se a Igreja acata todas as formas de governo, é lícito a católicos preferir qualquer. Uma organização católica, e só católica, que preferisse uma com exclusão das outras, esqueceria a doutrina da Igreja — o que não é o caso duma organização política e católica. O Centro católico, que se constituiu para defender apenas os direitos da Igreja, não podia ser monárquico nem republicano. Os Bispos terão de chamar os católicos a defender a sua fé: pertençam ao partido a que pertencerem, estejam onde estiverem, estes não podem escusar-se.*» Eximia-se desta forma o *CACD*, e em tom peremptório, a participar no debate entre monarquia e república e a escolher, dentro desta, um qualquer partido político. E por outro lado reiterava de maneira rigorosa a doutrina oficial da Igreja: retomava para o efeito, com absoluta fidelidade, as encíclicas de Leão XIII. Entre os católicos, nesta qualidade primacial, e os monárquicos, como militantes de uma política, começou assim a cavar-se um fosso de difícil transposição. E paralelamente o fosso existente entre os católicos e a república poderia principiar a reduzir-se. Tratava-se, no fundo das coisas, de um ponto capital na posição relativa das correntes ideológicas do país e no embate de forças em curso entre os portugueses.

Sem abandonar a sua actividade de doutrinador católico, e vendo o seu prestígio crescer como chefe-de-fila do *CADC*, de que permanecia membro destacado, Oliveira Salazar, agora instalado nos *Grilos*, prosseguia nos seus estudos universitários e na sua preparação para lente. De que esse era o seu destino não se duvidava em toda a academia, e também entre os catedráticos. Naquele ano de 1915 não lhe fora dirigido convite formal; mas a cátedra impunha-se a quem obtivera tão altas marcas; demais, o corpo docente da Faculdade de Direito estava desfalcado, e

muitos dos mestres eram forçados a acumular regências; e conversas particulares com os grandes professores deixavam entrever o acesso ao magistério. Havia que escolher, porém, o grupo de disciplinas em que deveria prestar as suas provas: neste particular, e desde o início, a sua tendência inclinava-o para cultivo das ciências da economia e das finanças. Eram estas regidas por Marnoco e Sousa(1), de que Salazar fora discípulo favorito. Na base das lições do mestre, e para apresentar trabalho original, começou Oliveira Salazar os seus estudos e investigações próprias, a fim de poder fixar o assunto da sua dissertação. Nos *Grilos*, e a dois passos da Universidade e da sua biblioteca, estava-lhe facilitado o acesso às fontes. Continuava a dar as suas explicações a alunos do liceu, e agora até a alguns universitários, e começava a ter algumas consultas: naquelas e nestas assentava a sua subsistência. Nos fins-de-semana interrompia o seu labor: ia ao Vimieiro ver sua mãe, levar-lhe frutos e legumes da praça, pisar as suas leiras, calcorrear os caminhos da aldeia. Por vezes, deslocava-se até Viseu: visitava o velho cónego Barreiros, percorria o casarão do seminário, subia à colina do *Colégio da Via Sacra*. Mas para o Vimieiro transportava também livros, revistas, jornais. Nos intervalos do convívio familiar, sobretudo pela noite e enquanto velava pela mãe, continuava o seu trabalho de Coimbra. Dava extensos passeios, sozinho; ou então, quando os trazia consigo, acompanhado do padre Cerejeira ou de Bissaia Barreto. Mas através de tudo, e além dos cuidados familiares, a subida ao magistério constituía agora a sua obsessão. Oliveira Salazar estava nos seus vinte e sete anos.

---

(1) De seu nome completo José Ferreira Marnoco e Sousa. Foi por curto lapso de tempo ministro da Marinha e Ultramar, no último governo da monarquia, sob a presidência de Teixeira de Sousa. Ocupou durante largos anos a Presidência da Câmara Municipal de Coimbra. Estudioso e trabalhador infatigável, Marnoco e Sousa regeu numerosas cadeiras durante a sua vida universitária, fixando-se por fim nas cadeiras consagradas às finanças, economia política, sociologia, estatística, direito financeiro, etc.

12

Por que motivo caíra o governo de Azevedo Coutinho? Para além da agitação e do choque dos partidos, o problema continuava a ser o da atitude de Portugal perante a guerra europeia. Encontravam os intervencionistas fortes resistências; e, se dispunham de votos no Congresso e de massas populares nas grandes cidades, não poderiam contar com o sólido apoio da opinião pública no país. Perplexo e indeciso, Manuel de Arriaga não confiava inteiramente no governo; e o mesmo sentimento ganhava as forças armadas. Um pretexto fútil foi aproveitado pelos oposicionistas: a transferência, por razões disciplinares, do major Craveiro Lopes. Politizado o incidente, o exército solidarizou-se com aquele oficial: foi o «*movimento das espadas*». Com desconhecimento do governo, Arriaga iniciou consultas a entidades não partidárias, incluindo altas patentes das forças armadas; e o gabinete, depois de acerba troca de correspondência com o chefe do Estado, apresentou a sua demissão. Chamou Arriaga imediatamente o general Pimenta de Castro, havido por oficial de prestígio no exército. Este constituiu governo em 25 de Janeiro de 1915. Assumiu a gerência dos Negócios Estrangeiros; mas logo se fez substituir, no espaço de três meses, por Rodrigues Monteiro, Teófilo da Trindade e Xavier de Brito, sucessivamente. Foi o novo gabinete saudado com júbilo por Machado Santos e o seu *Intransigente;* na *Lucta,* Brito Camacho, pensando que o poder deveria ter sido entregue aos unionistas, vergastava Arriaga e Pimenta de Castro, e não poupava os democráticos também; e os evolucionistas de António José, se viam com gosto a queda daqueles, não se regozijavam por outro lado com a solução da crise. De hostilidade sem mercê era a atitude dos afonsistas, e classificaram de ditatorial o gabinete de Pimenta de Castro. Este, por sua parte, publicava nova legislação eleitoral, desfavorável aos democráticos; e declarava perante o país que não permitia a reunião do parlamento. Nesta decisão foi apoiado desde logo pelos monárquicos, e por muitos unionistas e evolucionistas. Surgem perturbações de ordem pública, e é morto a tiro o deputado democrático Henrique Cardoso. Praticamente o país entra em estado de insurreição: a maioria dos corpos administrativos recusa-se a cumprir determinações do

governo. E os deputados democráticos, uma vez proibida a entrada no edifício do parlamento, foram reunir-se em Loures, no Palácio da Mitra, considerando-se em sessão regular e constitucional. Pronunciou Afonso Costa um discurso de repto ao gabinete: era nulo quanto este fizesse, e tanto na ordem interna como externa: e apelava para todos os funcionários no sentido de desobedecerem àquele. Arriaga e Pimenta de Castro, por seu lado, desautorizavam o simulacro de parlamento. Entretanto, os negócios do país eram descurados: tesouro arruinado, agricultura exausta, economia estagnada. Criava a república, de si própria, uma imagem de ignomínia. Ramalho Ortigão, no ocaso da vida, resumia os seus sentimentos numa correspondência para o Brasil: «*Em Portugal, a república é absolutamente execrável e, ocupando-me dela na minha qualidade de ironista, eu sou talvez condenavelmente latitudinário tratando como ridículo o que é odioso. Que o País me perdoe!*»

Mas o governo de Pimenta de Castro tinha de enfrentar também os problemas causados pela guerra. Neste particular, foi travada desde logo a política intervencionista que, no gabinete de Azevedo Coutinho, estava sendo praticada por Augusto Soares. Perante o governo britânico, sem dúvida, foi declarado que seria idêntica a orientação e reafirmada a fidelidade à aliança inglesa: mas não se buscou a beligerância a todo o transe. Em África, procurou dar-se aos alemães satisfação no que fosse justo e fundamentado, ao mesmo tempo que se envidavam esforços para repelir ou frustrar qualquer agressão germânica. Sem embargo, e como se obedecesse a uma inferioridade atávica, continuava o governo português numa atitude de subserviência perante Londres. Ia-se ao ponto de perguntar a Sir Edward Grey o que haveríamos de fazer com tropas nacionais em território nosso. Com efeito, em fins de Fevereiro de 1915, Rodrigues Monteiro inquiria no *Foreign Office*, por intermédio de Teixeira Gomes: «*Muito agradecia a V. Ex.ª sondar discretamente governo inglês sobre se, depois de pacificarmos o gentio revoltado e obtermos a saída definitiva das tropas alemãs do nosso território, devemos ficar na defensiva ou prosseguir em operações ulteriores de acordo com a Inglaterra.*» Com algum sarcasmo, respondeu o *Foreign Office*, quinze dias mais tarde, que «*não é possível ao governo*

inglês aconselhar sobre a natureza das operações que devemos fazer em África» porquanto tudo dependeria do conhecimento da situação e do estado das nossas forças, e sobre isso *«somente o Estado-Maior português poderá decidir»*. Ao mesmo tempo, em Berlim, Sidónio Pais sentia abrandar a atitude germânica: o governo alemão *«não se nega a reparar agravos que tenham sido feitos»*: e era sua impressão *«que a Alemanha não deseja a guerra connosco»*. Não deixava o governo de Berlim de protestar contra actos que considerava pouco amistosos, ou que entendia, por significarem serviços à Inglaterra, constituírem quebra da nossa neutralidade: mas não dava indicação de pretender forçar os acontecimentos.

Mas o país atolava-se na confusão. Os três grandes partidos republicanos efectuavam os seus congressos. Reclamavam o restabelecimento da legalidade constitucional. António José de Almeida declarava: *«mesmo nas mãos da demagogia, a República é preferível à Monarquia»*. Afonso Costa reiterava a sua irredutível oposição ao governo e defendia a intervenção na guerra europeia. Brito Camacho, pelos unionistas, mantinha a sua habitual moderação: saudava Arriaga, exprimia a sua oposição ao governo, e reafirmava não devermos intervir na guerra, salvo a pedido formal da Inglaterra. A par dos republicanos, manifestavam-se com ruído os monárquicos, mais livres pela benevolência do governo. Recrudescia a actividade dos *centros monárquicos*, e a sua imprensa terçava armas com virulência. Continuava em refrega impetuosa o *Integralismo Lusitano;* o *Dia* [1], o *Jornal da Noite*, a *Nação*, não esmoreciam na sua campanha em favor da restauração imediata de D. Manuel; e com esse objectivo era particularmente agreste *O Nacional*, de Aníbal Soares. Para dar a sensação de que engrossavam as suas fileiras, os monárquicos afirmavam também o seu catolicismo: ser católico era ser monárquico: e a confusão obrigara os católicos da *nova escola* de Coimbra, e depois em todo o país, a vincar a distinção e a repudiar qualquer matiz político que se pretendesse apensar ao catolicismo.

---

[1] Suspendera a publicação como protesto em Agosto de 1914 e reaparecia em Fevereiro de 1915.

Estavam no entanto profundamente divididos os monárquicos: o anti-republicanismo era o seu único denominador comum. E na expressão desse sentimento usavam de linguagem sem lima. Escrevia o *Jornal da Noite*, na altura dirigido por Rocha Martins: os chefes republicanos «*não são políticos, são bandidos; não são chefes de partidos, são capitães de quadrilheiros*».

Era de revolução o ambiente político no país. E aquela efectivamente surgiu na noite de 13 para 14 de Maio. Participaram forças do exército, da marinha, das guardas republicana e fiscal, além de revolucionários civis e aderentes dos partidos, em particular da facção democrática. Pimenta de Castro foi compelido a abandonar o poder, e de Paris foi chamado João Chagas, que Arriaga encarregou de constituir novo gabinete. Seria o nono governo da república. Mas Chagas foi vítima de atentado, e não pôde assumir funções. Interinamente, foram estas confiadas a José de Castro. Todavia, logo se verificou que haveria de ser prolongada a inutilização de Chagas; e então José de Castro toma efectivamente, a 17 de Maio, a presidência do governo, que remodelou. Alves da Veiga e Teixeira de Queirós, a quem haviam sido confiados os Negócios Estrangeiros, foram substituídos ao fim de um mês, e àquela pasta regressou Augusto Soares. Na pasta da Guerra, Norton de Matos. A facção intervencionista obtivera assim uma assinalada vitória. Arriaga renunciava pouco depois à presidência, e retirava-se desgostoso e amargo; e para completar o mandato daquele era eleito Joaquim Teófilo Braga, velho patriarca das letras, da política e da república. Estava-se em Junho de 1915.

Com a nova administração modificava-se a política de guerra. Além dos nossos fundamentados motivos de queixa contra a Alemanha, por acontecimentos de África, e de que a Sidónio Pais se afigurava possível obter satisfação razoável, agravámos por outro lado as nossas relações com Berlim, sobretudo pela forma ostensiva como prestávamos serviços a Inglaterra (aliás sem contrapartida política) e como tratávamos as reclamações germânicas. Tendo conseguido expulsar todos os elementos militares alemães dos nossos territórios, pensava agora o governo português em invadir territórios daqueles. Teixeira Gomes ponderava que, nessa hipótese, haveria que declarar o estado de guerra com a Ale-

manha, e perguntava para Lisboa se deveria apressar a conferência que sobre o assunto teria de realizar com Sir Edward Grey. Augusto Soares determinou-lhe que apressasse a conferência. E perante ordem tão grave apenas lhe ocorria acrescentar: «*por agora não tenho mais instruções para V. Ex.ª*». Intervir na guerra, declarar o estado de guerra, enviar tropas para França, constituíam a obsessão do governo: obter contrapartidas políticas, negociar compensações, garantir no possível o futuro, eram aspectos que não lembravam aos responsáveis. Mas o desvairo e a desorientação não caracterizavam o gabinete de Londres. Em fins de Julho, Teixeira Gomes informava que se lhe deparava «*grande dificuldade*» para o acordo inglês à nossa beligerância. E então, em 3 de Agosto, o enviado britânico em Lisboa, por instruções de Grey, dirige ao governo português uma nota da mais alta gravidade. Dizia: «*Sir Edward Grey entende que, a dar-se uma ruptura entre Portugal e a Alemanha por iniciativa do governo português, a mesma se deverá produzir sobre um motivo nítido que mostre haver aquela sido a consequência de provocação alemã e não sob pretexto buscado pelo governo português.*» E a nota ajuntava estas palavras significativas e de conselho paternal: «*Sir Edward Grey, além disso, insta no sentido de que, no interesse da aliança, o governo português não dê qualquer passo precipitado até que o governo de Sua Majestade possa exprimir a sua opinião sobre o conjunto da situação, tanto no ponto de vista político como estratégico.*» Por outras palavras: o governo britânico determinava-nos que nada fizéssemos enquanto não nos dissesse o que devíamos fazer. E no entanto a Inglaterra, sabedora da paixão que cegava Lisboa, teve receio de que não fosse bastante aquele aviso. E por isso, dois dias depois, repetia a advertência com clareza brutal: se Portugal for compelido à guerra «*no seu próprio interesse*», a Inglaterra não consideraria o facto como «*desrazoável*»: mas se essa «*ruptura se produzir entre Portugal e a Alemanha*», deve então dar-se «*no interesse de Portugal e não imposta à Alemanha como resultado de uma obrigação da parte de Portugal para com a Grã-Bretanha.*» Em face desta segunda nota, foi completa a desorientação de Augusto Soares. Enviou ao governo britânico um extenso memorial, de perplexidade e lamentação. Fazia uma lista das ofensas alemãs e dos sacrifícios

portugueses, em África, e não compreendia que, perante tais factos, a Grã-Bretanha não nos permitisse entrar na guerra *em nome e para cumprimento da aliança*, e não nos fizesse o *favor* de invocar o tratado. Augusto Soares manifestava depois o seu confrangimento: a atitude britânica vinha agravar a «*desconfiança*» dos portugueses para com o governo português. E acrescentava: «*O memorandum de V. Ex.ª deixa-nos pois, tanto sob o ponto de vista interno como externo, na mesma situação embaraçosa e dificilmente sustentável que tive a honra de mais duma vez expor a V. Ex.ª e que determinou a démarche a que responde aquele documento.*» E Augusto Soares concluía com a maior e mais incondicional humildade: «*o governo da república nada fará sem o pleno acordo com a Nação aliada*» e «*quaisquer que sejam as circunstâncias continuará sempre a prestar-lhe não só os mesmos serviços que até aqui mas quantos estiverem ao seu alcance e que sejam da mesma forma solicitados.*» Não poderia ser mais lato o cheque em branco emitido assim a favor da Inglaterra. Esta, no entanto, não abandonava a sua frieza natural no tratamento de negócios de Estado, e despido da menor emoção o governo britânico instruía Sir Lancelot Carnegie para que fizesse em Lisboa, a 27 de Outubro, esta comunicação duríssima: «*se o próprio governo português declarar guerra à Alemanha, fá-lo-á sob sua responsabilidade, e não está autorizado a dizer que a isso foi compelido em consequência da Aliança.*» Sir Edward Grey não poderia ter sido mais explícito: o gabinete inglês não queria a entrada de Portugal na guerra, e significava-nos que a invocação da aliança constituía preço excessivo pela participação portuguesa nos campos de batalha da Europa.

Sem embargo, em Lisboa nada detinha a facção intervencionista. Era constante a agitação; o custo de vida subia, as subsistências faltavam; a imprensa partidária reclamava a guerra; o orçamento previa um «deficit» de mais de dez mil contos, além de 30 000 com despesas militares; e o major Sá Cardoso, num artigo que teve eco, defendia mais uma vez o envio de tropas para França. Em 29 de Novembro cai o governo de José de Castro, e forma-se um gabinete com Afonso Costa na presidência e nas Finanças, Augusto Soares nos Estrangeiros, e Norton de Matos na Guerra. Era, no espaço de cinco anos, o décimo pri-

meiro governo da república. E significava o triunfo do partido da beligerância. Entretanto, era eleito Bernardino Machado para a presidência da República.

E todavia era séria a situação do país. Nada desconhecia Afonso Costa. Tendo-a estudado, expunha-a em conselho de ministros nos princípios do ano de 1916. A situação financeira era grave. Aumentara o parlamento as despesas, e o governo tinha recorrido a suprimentos feitos pelo Banco de Portugal, a emissões de Bilhetes do Tesouro, às disponibilidades da Caixa-Geral de Depósitos. Mas os suprimentos do banco central haviam atingido o extremo limite; e a emissão de bilhetes podia, se se produzisse qualquer abalo, provocar uma corrida catastrófica à Caixa. A especulação cambial afectava o valor do escudo; créditos externos eram difíceis de obter; e Afonso Costa pensava num empréstimo de três milhões de libras em Inglaterra e em levantar no mercado interno cem mil contos a 5 %. Subiam os preços, e para os manter quanto a géneros essenciais, em particular o pão, o governo era forçado a conceder subsídios. Continuava precária a ordem pública, e os rumores de revolução eram constantes; e o gabinete, com suspeitas das forças armadas, confiava sobretudo na guarda republicana. No plano da economia, da indústria, da agricultura, apresentavam-se ao país os mais graves problemas. E o exército, tanto da metrópole como de África, era praticamente inexistente: assim o afirmava ao parlamento o ministro da Guerra. E para que na matéria não ficasse qualquer dúvida, precisava: «*não digo que* (o exército) *tem pouco, digo que não tem nada.*»

Não obstante serem estas as realidades, o partido democrático e o seu chefe estavam decididos a levar Portugal à guerra. Mantinha-se a recusa da Inglaterra em invocar a aliança, e ainda no final de 1915, a 30 de Dezembro, essa recusa era reiterada em Lisboa por Sir Lancelot Carnegie; e Teixeira Gomes, no dia 31 daquele mês, informava no mesmo sentido. Mas ressurgia um problema que tornava de mais fácil execução os desígnios do governo português: era ainda o da requisição dos navios mercantes alemães surtos em portos nacionais. Continuavam os navios imobilizados, e portanto inúteis; e as crescentes dificuldades de transportes marítimos, nossas e da Inglaterra, justificariam a decisão. Todo o problema consistia na forma de a pôr em prática.

Via o chefe do governo o assunto com infantil simplicidade. Dizia: «*mandamos vir o nosso representante em Berlim, enviamos-lhes o Dr. Rosen, e tomamos depois militarmente os navios.*» Comentava para os seus colegas: «*Se a Inglaterra persistir na sua atitude* (de não invocar a aliança) *é este o nosso caminho. Comete-se um acto de loucura, mas não de loucura criminosa.*» Dizia ainda: «*Praticaremos um acto de dedicação à nossa aliada, contra sua vontade, mas com uma base moral.*» E concluía: «*é o momento de coagirmos a Inglaterra a cumprir o seu dever.*» Seria difícil conceber uma expressão mais acabada de desvairo intervencionista: acusar a Grã-Bretanha de que não cumpria o seu *dever* por se recusar a invocar a aliança. Na verdade, durante toda a crise, o gabinete de Londres jamais negara a validade dos tratados, e sempre se afirmara disposto a cumpri-los; e não fizera objecção a que Portugal, se para tanto houvesse justo motivo, invocasse a aliança para benefício próprio e em protecção de interesses portugueses. Mas era seu, e apenas seu, o direito de decidir se necessitava ou não de auxílio português, portanto, se queria ou não invocar a aliança para protecção de interesses britânicos. Mesmo quando atacada, a Inglaterra não tinha obrigação de recorrer à aliança: possuía a *faculdade* de o fazer: e podia usar dessa faculdade, ou não, consoante o seu arbítrio. Tocava assim a fronteira do ridículo a acusação que lhe lançava Afonso Costa. Mas então o gabinete de Londres deu um passo que desbravou o caminho ao partido democrático. Em nota de 17 de Fevereiro de 1916, Sir Lancelot comunicava ter instruções para «*em nome do governo de Sua Majestade instar com o governo da República, nos termos da aliança, no sentido de requisitar todos os navios inimigos surtos em portos portugueses.*» Era nítido agora o apelo à aliança. Mas ao formulá-lo, a Inglaterra confinava-o à requisição dos navios germânicos, em circunstâncias análogas às que se verificavam nos portos de muitos outros neutros. Resolvemos agir com celeridade, e unilateralmente: em 24 daquele mês de Fevereiro requisitámos por decreto os barcos alemães, prevendo no diploma muito embora indemnização aos proprietários. Protestou o governo alemão, como lhe cumpria e era de esperar; mas fê-lo em termos que levaram Sidónio Pais a julgar que Berlim deixava ainda uma «*porta de saída*» para um qualquer arranjo entre os dois governos.

Não a aproveitámos, no entanto. E Augusto Soares pediu então ao governo inglês que nos aconselhasse sobre o que deveríamos replicar ao governo alemão. Em 1 de Março de 1916, Sir Lancelot remetia a Augusto Soares uma nota, que o *Foreign Office* elaborara como se fosse o ministério dos Negócios Estrangeiros português, e em que nos indicava o que devíamos responder ao protesto de Berlim. E foi essa resposta que *textualmente* comunicámos a Rosen, acrescentando-lhe alguns esclarecimentos sobre o decreto que fora publicado: não era possível levar mais longe a nossa subordinação a Londres: pedíamos ao gabinete inglês que minutasse as notas diplomáticas portuguesas. Nos dias imediatos, Sidónio Pais ainda trocou correspondência com o gabinete de Berlim e buscava, com alguma candura, uma «*solução pacífica*» do conflito: bastaria para o efeito que os navios não se destinassem a uso dos inimigos da Alemanha: não deveríamos ter sentido dificuldade em prestar essa garantia uma vez que a requisição dos navios fora feita com fundamento nas dificuldades que Portugal enfrentava em matéria de transportes marítimos: e assim os barcos destinavam-se a uso nosso, e não de terceiros. Mas tudo rejeitámos: porque «*agora como sempre* — dizia Augusto Soares — *continuamos fiéis às nossas obrigações de aliados da Nação Inglesa, quaisquer que sejam as contrariedades que a seu lado possam deparar-se-nos.*» Não se podia, na verdade, ir mais longe no caminho da subserviência, da irresponsabilidade, e da inconsciência com que se comprometia o país: e isso sem uma garantia, sem uma contrapartida, sem uma compensação política ou outra. Em 9 de Março de 1916 estava findo o processo: naquele dia Rosen entregava-nos a declaração de guerra da Alemanha. E Berlim infligia-nos uma suprema humilhação: na sua nota, Rosen escrevia que, pelo seu procedimento, «o *Governo Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, e que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses.*» Foi grosseiro e foi brutal: não será lícito afirmar, no entanto, que haja sido inteiramente injusto.

Era o triunfo dos intervencionistas. Alexandre Braga reclama um governo de *união nacional:* foi a *união sagrada.* Mas não era completa essa união. Brito Camacho e os unionistas, coerentes com a política que sempre haviam defendido, recusaram a sua

participação no gabinete de guerra. Este foi composto apenas de democráticos e evolucionistas. Presidia-o António José de Almeida, com Afonso Costa nas Finanças; e Norton de Matos e Augusto Soares continuavam na Guerra e nos Estrangeiros. Socialistas e monárquicos eram também excluídos. Assumiu o novo governo funções em 15 de Março. Na sua declaração às câmaras, António José de Almeida invocava a «*sombra dos nossos maiores*» e afirmava: «*É necessário que ao chegarmos ao fim da guerra possamos manter intacto, se não aumentado, o nosso domínio colonial em África, e por toda a parte bem assinalado o nosso prestígio de nação autónoma, de nação livre.*» No pensamento do chefe do governo, estava assim ligada a independência do país à integridade do ultramar. Barbosa de Magalhães, em nome da maioria democrática, deu o seu apoio àquelas palavras; pelos evolucionistas tomou igual atitude Vasco de Vasconcelos; e Brito Camacho, dissociando-se no mais, seguia o governo na defesa do ultramar. Em Paris, João Chagas exultava: «*Aleluia!*» E chegava a conclusões de tocante simplez de espírito: era convidado para almoço no Quai d'Orsay e «*assim Portugal entra pela primeira vez no consórcio da Entente*»; éramos tratados com simpatia no *Figaro*, e isso era «*uma das surpresas da guerra*»; quando Chagas subia as escadas do Quai d'Orsay, era «*Portugal que subia a uma das eminências da sua história*»; e perante um banal telegrama de cortesia do Chefe do Estado francês, em que nos termos protocolares habituais se formulavam votos pela glória de Portugal, comentava que «*era a primeira vez, há alguns séculos, que a glória de Portugal é uma palavra em documentos internacionais.*» Essa glória, esse triunfo, esse benefício, não encontraram ressonância na maioria da opinião pública e na alma do povo português.

13

Depois da rotina das suas férias de verão no Vimieiro e Santa Comba Dão, pelo outono de 1915 regressou Salazar a Coimbra. Fisicamente, mudara muito. Abandonara a capa-e-batina. Emagrecera ainda mais: o rosto ossudo dava-lhe um aspecto frágil:

os lábios eram dois traços sumidos: o cabelo era farto, e muito negro: a testa era larga, as orelhas salientes, o nariz afilado: e os olhos, pequenos e encovados, eram de uma vivacidade ao mesmo tempo intensa e fria. Vestia sempre de muito escuro, mesmo de preto; usava chapéu de abas reviradas, mais amplas do que o comum, e colarinho de goma, alto e muito duro; e o sobretudo, também sempre preto, descia-lhe bem abaixo dos joelhos. Apoiava-se numa bengala de castão de prata. Deslocava-se com passos lentos, brandos, calmos; e causava uma sensação de gravidade, de firmeza, de placidez. Da sua figura irradiava força interior: a uns parecia um monge leigo, outros tomavam-no por um bispo anglicano, e para muitos era um erudito solene e distante, e antigo e puritano. Era de jovem, contudo, a sua aparência: mas essa juventude estava carregada de personalidade: e esta dava aquela impressão de mistério que uns e outros interpretavam a seu modo. No todo, era um aristocrata, mesmo com um vestígio de rebuscamento no apuro: por detrás, pairava uma ascendência de povo e despontava uma sombra reprimida de homem da terra, de montanhês subjugado: mas era uma rusticidade de que ressumava classe e garbo, estirpe e raça.

No casarão dos *Grilos* organizava-se a vida em comum. Oliveira Salazar levantava-se todos os dias pontualmente: às oito e meia. Passava em geral as manhãs no seu escritório, entre os livros, a trabalhar, a estudar, ou a leccionar os seus explicandos. Almoçava sempre em casa, e nesse momento reunia-se com o padre Cerejeira e o irmão deste, o médico dr. Júlio Cerejeira: os três amigos tomavam juntos a sua refeição. Depois, Salazar saía: ia à biblioteca da Universidade, às livrarias, ou a casa dos Serras e Silva, dos Brito e Cunha, de José Alberto dos Reis, de outros mestres, ou dar as suas lições particulares. Regressava pelo fim da tarde, pouco depois do toque da *cabra* na torre da Universidade. Para o jantar voltavam a reunir-se os três amigos. Mas era então raro que estivessem sós. Convidavam outros amigos, e Oliveira Salazar em especial gostava de ter sempre companheiros de fora. Um dos mais assíduos era Mário de Figueiredo; e, sempre que vinha a Coimbra, José Nosolini não deixava de ir jantar aos *Grilos*. Mas muitos outros eram frequentes convidados: Fezas Vital, professor já famoso na academia e entre os

monárquicos; Mendes dos Remédios, cuja integridade merecia o respeito geral e era eminente professor de literatura portuguesa; e Manuel Rodrigues, cujas altas classificações o destinavam à cátedra. Diogo Pacheco de Amorim, uma das cabeças do *CADC* e combatente da primeira hora, era evidentemente um dos familiares dos *Grilos;* e também o era, quando em Coimbra, o padre Carneiro de Mesquita. Joaquim do Amaral aparecia de vez em quando, e também, embora mais raramente, seu irmão João do Amaral, agora todo entregue à luta do *Integralismo Lusitano.* Nunes Mexia, José António Marques, os irmãos Dinis da Fonseca, quando na cidade, iam também jantar aos *Grilos.* Depois, iam para o salão, vasta quadra quase nua, onde ficavam em conversa, passeando para trás e para diante. Trocavam impressões sobre os estudos, forneciam-se mutuamente elementos de trabalho, comentavam as tricas e nicas da sociedade coimbrã. E discutiam os graves acontecimentos que o país vivia, a agitação política, os governos de Lisboa. Então Salazar era mais circunspecto, escutava mais do que falava. Tinha uma frase de síntese, que repetia: «*Isto está pavoroso! Isto está pavoroso!*» Mas as conversas não se prolongavam sobre o tarde: antes da meia-noite retiravam-se os convidados. Depois, o padre Cerejeira e Salazar rezavam o terço em comum, no grande salão. Pela uma hora da manhã, deitavam-se.

Estudava agora intensamente o padre Cerejeira: e pensava em alcançar o grau de doutor em letras. Escolhera mesmo já o tema da sua dissertação: *Clenardo e o renascimento em Portugal.* Oliveira Salazar, pelo seu lado, fixara-se também na matéria do volume que tinha de acompanhar, como título científico, o seu requerimento de concurso ao magistério. Ocupar-se-ia da «*Questão Cerealífera. O Trigo*». E era forçado a um trabalho veloz. Porque, com efeito, a Universidade anunciava em edital, datado de 27 de Novembro de 1915 (1), que estava aberto concurso por noventa dias para o preenchimento de dois lugares de professor no 1.º Grupo (história do direito e legislação civil comparada),

---

(1) Foi publicado no *Diário do Governo* n.º 288, II série, de 13 de Dezembro de 1915.

de dois lugares no 2.º Grupo (ciências económicas), e de quatro lugares no 4.º Grupo (ciências jurídicas). Oliveira Salazar propunha-se concorrer aos lugares do 2.º Grupo, e para o efeito tinha de apresentar dentro do prazo, conjuntamente com o seu trabalho, o respectivo requerimento.

Estes trabalhos, no entanto, não alheavam Cerejeira e Salazar da luta e da doutrinação ideológica: o primeiro continuava activo no *Imparcial*, desde Junho de 1915 sob a direcção de Pestana Reis, e o segundo permanecia atento ao *CADC*. E pela academia, como no país, mantinha-se o debate entre republicanos, monárquicos e católicos. Da parte dos católicos, e após um período mais desafogado durante o governo de Pimenta de Castro, voltavam a apresentar-se as mesmas reivindicações de sempre: liberdade de consciência e de culto. Atacavam os republicanos e também os monárquicos. «*Escorraçam os republicanos os homens do passado*» — escrevia o *Imparcial* — e por sua vez «*os homens do passado, esquecidos do que devem a si mesmos e ao seu país, só vêem diante de si o inimigo político que é o próprio regime, quase não se lhes dando que a Pátria morra, se com ela acabar a república. Parece ter desaparecido desta terra o conceito de interesse nacional.*» E perguntava: «*Teria Deus determinado o termo da nossa independência?*» Sempre vigilantes, o *Imparcial* e o *CADC* protestavam contra o encerramento da *Juventude Católica* do Porto; e abrem uma polémica com *O Dia*, para acusarem os monárquicos de também haverem perseguido a Igreja, e invocam como testemunhos os tempos de Mousinho da Silveira, a expulsão das Irmãs de Caridade, e a Questão Religiosa no governo de Hintze. Realizou-se em Braga o *3.º Congresso da Federação das Associações Católicas da Juventude Portuguesa*, e o *CADC* esteve presente: ali se deslocaram Francisco Veloso, Teixeira Neves, Joaquim Dinis da Fonseca. E os demais elementos não esmoreciam na sua acção: Pacheco de Amorim e Mário de Figueiredo iam à Covilhã discursar na *Juventude Católica*, Alberto Dinis da Fonseca e Manuel Lemos de Oliveira proferiam conferências nos arredores de Coimbra. O padre Cerejeira, por seu lado, deleitava-se também numa crítica literária impressionista: apreciava Brunetière e Henri Bordeaux, comentava Marcelino Mes-

quita e Camilo, ocupava-se do *Marquês de Villemer* (1). Porque na verdade, a par da luta política e ideológica, os homens do *CADC* e do *Imparcial* não se desinteressavam da poesia, da literatura, da música. Acolhiam o soneto *Oiro e Cinza*, de Martinho Nobre de Melo; o *Auto do Ano Novo*, de Correia de Oliveira; o *Poema d'Outono*, de João Cabral do Nascimento; e aplaudiam os concertos que dois pianistas moços, Viana da Mota e David de Sousa, davam em Coimbra. Mas o *CADC* e o *Imparcial* pressentiam também que o governo de Lisboa estava decidido a levar o país à guerra. Em artigos sucessivos, e na linha já definida antes, os elementos do grupo pronunciam-se contra a nossa intervenção, alegam a fraqueza das nossas finanças e da nossa economia, salientam a nossa impreparação militar. Não obstante, quando é declarada a guerra o *Imparcial* de novo assume uma atitude de puro nacionalismo. E em editorial de 16 de Março de 1916 escrevia: «*Saibam os dirigentes do país, os cruéis perseguidores da nossa fé, que a mocidade católica portuguesa está, desta vez, a seu lado e não dispensa, antes reclama, o seu lugar na vanguarda dos defensores do brio, da honra e da integridade da Pátria.*» E com supremo patriotismo acrescentava: «*Não impomos condições ao nosso sacrifício*» e «*depomos alegremente, com a alma em festa, toda a nossa mocidade e a nossa vida no altar bendito da Pátria.*» Pouco depois, noutro editorial, rematava-se: «*A Pátria portuguesa está em perigo, e a sua defesa não pode ser privilégio duma casta: pertence a todos os portugueses.*»

Havia cinco anos que durava este combate do *CADC* e do *Imparcial*. Do grupo primitivo, poucos restavam: concluídas as suas formaturas, tinham-se dispersado pelo país. Novos elementos iam aderindo, sem dúvida, e em número engrossavam as fileiras católicas de Coimbra. Mas os recrutas mais recentes não pareciam revelar o mesmo fervor, o mesmo ímpeto. E agora, naquele ano de 1916, outros abandonavam a sua actividade em Coimbra, findos os seus cursos. E não se alcançava a vitória: os católicos sentiam-se réprobos, a república parecia inamovível nas suas perse-

---

(1) Romance de George Sand (pseudónimo de Aurore Dupin), muito em voga na época.

guições à Igreja. Para mais, os dois grandes chefes — Cerejeira e Salazar — eram absorvidos por outros trabalhos, estavam entregues aos seus destinos. E então muitos foram invadidos pelo desânimo, a frustração, mesmo o desespero: sentiam-se deprimidos e pessimistas. Alguns apelavam para Salazar: e este reanimava-os, incutia-lhes fé, restabelecia a confiança em dias melhores. José Nosolini pertencia aos mais desesperados, e queixava-se a Salazar. Este então escrevia-lhe: «*Que a respeito de esperanças, eu cá não tenho autoridade nem para falar, nem para censurá-lo. Sempre fui, continuo sendo um incorrigível pessimista! Mas o que não queria era que os outros o fossem. Sabe Deus o que eu sofro assim! E sobretudo não deve ser! Que demónio! Quem tem fé, não pode perder a esperança. A vitória será nossa (das nossas ideias). Quando? Sei lá, Deus do Céu! Hoje, amanhã, daqui a um século ou dois, quando à Providência aprouver! O dever é que é de hoje, como dontem, como de sempre. E, cumprido ele, suceda o que suceder, cada um de nós tem já vencido. Bonnum certamen...*» E terminava: «*Peço-lhe continue a mandar-me cartas muito grandes, mas muito animadas. De tristezas vivo eu, e também preciso esquecê-las. Este ano tenho até passado um mau ano: apenas gozado paz, mais nada.*»

Através de todos os acontecimentos, e desânimos, e frustrações, Oliveira Salazar concluíra o seu estudo sobre a «*Questão Cerealífera. O Trigo*», e em Março de 1916 o trabalho estava impresso. Em 12 daquele mês, apresentava o seu requerimento na secretaria da Universidade, pedindo para ser admitido ao concurso para assistente do 2.º Grupo (Ciências Económicas). Manuel da Silva Gaio lavrou e assinou o termo de recepção. Naquele dia terminava o prazo para entrega de requerimentos e, «*tendo dado a hora de fechar a secretaria*», nenhum outro requerimento foi submetido. Salazar era assim candidato único. Quatro dias mais tarde, reuniu-se o Conselho, sob a presidência do Dr. Luís da Costa e Almeida, servindo de Reitor; e estavam presentes José Alberto dos Reis, Machado Vilela, Caeiro da Matta, Pinto Coelho, Carneiro Pacheco, Paulo Merêa, Marnoco e Sousa. Por unanimidade, foi admitido o requerimento, com despacho de «*habilitado*»; mas Salazar não apresentara atestado de vacina, que não fora mencionado no edital, e determinou-se-lhe que o apresen-

tasse em três dias; e se juntasse tal documento, o Conselho encarregava desde já Carneiro Pacheco de emitir, em curto prazo, o seu parecer escrito sobre o merecimento do trabalho científico impresso oferecido pelo candidato. No dia imediato, entregava Salazar o seu atestado de vacina.

Cumpria a Salazar agora esperar a fixação da data das provas. Haveria de decorrer um prazo largo pois que, como dissertação do próprio concurso, tinha de apresentar outro trabalho. Mas o professor Marnoco e Sousa, muito doente, estava impossibilitado de dar as suas aulas. Era exíguo o quadro da Faculdade de Direito; os poucos mestres em exercício acumulavam já várias regências; e não era viável que algum se incumbisse de ministrar as disciplinas do 2.º Grupo. E por isso, já antes, na véspera do dia em que o candidato entregou o seu requerimento, fora José Alberto dos Reis encarregado de se avistar com Oliveira Salazar, e perguntar-lhe se, em virtude da enfermidade de Marnoco, quereria assumir a regência das cadeiras deste. Respondeu Salazar no sentido afirmativo, e José Alberto tomou sobre si dizer-lhe que começasse imediatamente a dar aulas. Marnoco e Sousa morria naquele mês de Março. E quando José Alberto dos Reis, na reunião do Conselho do dia 19, comunicou formalmente a anuência de Salazar, já este se encontrava a fazer as suas prelecções de *Economia Política* e *Finanças*. O Conselho sancionou a iniciativa de José Alberto, e deliberou solicitar ao governo autorização para que o bacharel António de Oliveira Salazar fosse encarregado da regência daquelas cadeiras até ao fim do corrente ano lectivo. Teve o concurso de Salazar de ser adiado: numa situação sem precedentes, estava no entanto professor da Faculdade de Direito antes de prestar quaisquer provas. Era professor a título precário, e provisório, sem dúvida; mas na consciência de todos não subsistiam dúvidas de que as provas futuras apenas tornavam oficial uma situação consagrada nos factos. Quase seis anos haviam decorrido desde a chegada a Coimbra, vindo da aldeia do Vimieiro e do seminário de Viseu, e ia completar dentro de mês e meio os seus vinte e sete anos de existência.

14

Na altura em que transpunha uma barreira decisiva na sua vida, que homem era Oliveira Salazar? Que traços delimitavam a configuração íntima da sua individualidade? Estava nos umbrais do homem feito; e pelo seu feitio moral e mental entrara mesmo na fase da maturidade, sem embargo dos seus vinte e sete anos. E a sua personalidade encontrava-se assim moldada, construída, já fixada.

Dedicava à sua família um afecto intenso, vivido. Mas dominava-o sobretudo a paixão pela mãe: absorvente, esmagadora, possuía todo o seu ser. Maria do Resgate era mais do que anjo tutelar: afigurava-se-lhe deusa inspiradora a quem se devia tributar, como um singelo imperativo escrito nas coisas, um culto exclusivo. Acima de tudo importavam a saúde, a felicidade, o bem-estar de Maria do Resgate: e para o conseguir nenhum sacrifício era excessivo. Não constituíam mesmo sacrifícios: eram alegrias que provocavam felicidade interior. Nada queria Salazar fazer que pudesse alterar a existência de Maria do Resgate, ou lhe perturbasse o espírito, ou lhe suscitasse ansiedade e preocupação. Para sua mãe, era companheiro, conversador que a distraía, enfermeiro carinhoso quando preciso: e a isso subordinava deveres, ambições, desejos. E a sua mãe tudo, no fundo, era reconduzido ou comparado: devia-se adorar a Pátria porque esta era a *mãe de todos*. Mas, a par deste enlevo filial pela mãe, vibrava Salazar com outro sentimento: o apego à terra. Nas leiras e nos pinhais da sua aldeia, nos horizontes tapados pelo Caramulo e pela Estrela, estavam as suas origens, as suas raízes: e não podia criar raízes em mais alguma parte. Pisar o chão onde estavam implantadas as suas cepas, onde germinava e crescia o seu milho, onde floresciam as suas rosas e os seus goivos, constituía para Salazar uma forma de realização pessoal, um gozo físico, uma plenitude de vida. Na terra e nas criações da natureza via um mistério: e o seu próprio ser formava uma parcela desse mistério: e este revelara-se-lhe ali, no casebre do Vimieiro, no adro de terra batida, no milheiral por detrás da casa, nos pinhais circundantes. Por isso o enternecia aquela aldeia e não outra; afagava as pedras daqueles muros e não de outros; percorria com inebriamento os

caminhos pedregosos daquelas florestas e não de outras: porque era *ali* que tivera princípio, nascera, se criara, e adquirira consciência da realidade exterior. E por isso também se identificava com tudo e com todos da aldeia: *não havia um palmo da sua terra em que não pusesse a mão* (1): e o velho Padre António, o Tio José Duarte, o carpinteiro Alves da Silva (2), o Cruz da loja de fazendas, o Zé Ferrador, os Pais de Sousa, outros ainda, constituíam a *sua* gente, o *seu* povo.

Para além destes dois sentimentos, poderosos e ardentes, Salazar transcendia-se a si mesmo e atingia, numa ordem já teológica, a fé em Cristo e o patriotismo. Era fundo e medular o seu catolicismo: mentalmente, psiquicamente, espiritualmente, era um homem construído e afeiçoado no seminário de Viseu. Da sua fé vigorosa, do seu catolicismo veemente extraía uma força íntima: e esta traduzia-se na preocupação de rigor, na recusa a qualquer cansaço moral ou de espírito, na disciplina mental de quem possui princípios de que não duvida, na humildade perante o que sentisse ser-lhe superior, na sujeição dócil ao que devesse ser atribuído a desígnio da providência, na seriedade grave que imprimia a todos os assuntos e problemas. Tão forte era a sua fé, tão puro o seu cristianismo, que o arrastavam à luta e o transformavam num militante aguerrido e ousado. Não se tratava, no entanto, de misticismo e daí, por certo, entre outros factores, o abandono de uma carreira eclesiástica: porque esta constituiria um limite, uma fronteira: e inibi-lo-ia de transferir para a acção os próprios princípios em que depositava a sua fé e a sua esperança. Poderia ter sido um monge, um santo, se fosse um místico; e então teria de ser um apóstolo. Mas a este destino opunham-se outras características: o seu sentido da independência moral e mental, o seu espírito crítico, o seu individualismo, acima de tudo o seu orgulho. Era cristãmente piedoso, possuía o instinto e até

---

(1) Estas palavras, muito expressivas, recolhi-as do pedreiro Ilídio, que durante 55 anos trabalhou para Salazar, até à morte deste.

(2) Nunca mais Salazar se esqueceu de quem foi, no seu baptismo, procurador do seu padrinho. Nome e morada de Francisco Alves da Silva figuram sempre nas agendas de Salazar até meados da década de cinquenta, data em que aquele terá morrido.

o gosto da benemerência e da solidariedade humana: mas eram conceitos que intelectualizava: a sua aplicação, na ordem prática, era feita em abstracto: porque outra qualquer forma esbarrava com o seu gosto pelo isolamento e pela solidão. Em Salazar, o cristianismo, a fé, o catolicismo, eram mais do que sinceros porque eram vividos: a emoção da graça de Deus, o fervor religioso, a entrega à ordem divina, faziam parte do seu ser: mas tudo era ao mesmo tempo sentido pela inteligência, pela lucidez, quase raciocinadamente. E desta mesma tecitura era formado o seu amor de Portugal. Não tinha restrições o seu portuguesismo: o seu nacionalismo, o seu patriotismo eram cegos. Assimilando a nação à sua própria mãe, faziam-no sofrer os perigos que ameaçassem a pátria, e punham-no doente os seus males, as suas dificuldades. Ser patriota, ser nacionalista, era para Salazar um dever elementar, um estado normal da existência, um imperativo espontâneo também escrito nas coisas: a nação não era passível de debate ou exame: havia de ser aceite como expressão de um fenómeno de ordem superior que não se discute, até porque os desígnios da Providência não lhe poderiam ser alheios.

Família, fé cristã, terra-natal, patriotismo, eram para Salazar valores essenciais. E que mais sentia e pensava este homem de vinte e sete anos?

Salazar tornara-se um pensador. Pensar não era somente reflectir: era uma forma de acção; um modo de penetrar o mundo exterior e conhecer a intimidade das coisas; um sistema criador que conseguia, pela análise de uma realidade, extrair desta outras realidades; e era enfim um instrumento que, tendo revolvido todos os ângulos, permitia alcançar uma síntese que se transformava numa verdade subjectiva. Para Salazar eram fundamentais o *como* e o *porquê;* e todos os aspectos, mesmo os de minúcia aparentemente insignificante, eram de igual valia, porque de todos retirava uma *conclusão útil.* Esta forma de pensar impunha necessariamente completa disciplina mental e capacidade de concentração exclusiva. E por issso não só pensava com extremo rigor, no duplo sentido de não se desviar da *sua* lógica e dos *seus* princípios e de esgotar a matéria sob exame, como não pensava em mais nada enquanto pensava um facto ou acontecimento ou problema. Obtinha assim uma tensão máxima de faculdades apli-

cadas num ponto único. Não se afastava, não se dispersava, não sobrepunha pensamentos: pensar uma realidade era abstrair de tudo o mais. E sendo um rapaz de vinte e sete anos, e tendo na vida exterior o comportamento próprio da idade, pensava e discorria como se fosse possuído por uma experiência antiga.

Este pensador, no plano doutrinal, movia-se num quadro amplo mas bem delimitado: os humanistas cristãos, as encíclicas papais, os sociólogos franceses. Quando abandonou o seminário de Viseu, Salazar tinha a sua personalidade definitivamente marcada: e esta encontrava na doutrinação de Leão XIII e Pio X o seu esteio fundamental. E os sociólogos franceses — Desmoulins, Gustave Le Bon, La Tour du Pin, Le Play — vieram completar aquela doutrinação: e também data de Viseu a influência decisiva daqueles. Em Coimbra, no contacto de novas ideias, na leitura voraz de novos livros e autores, na contemplação de novos problemas, ampliou-se a visão de Salazar, alargaram-se os seus horizontes, amadureceu o seu espírito: mas a sua personalidade permaneceu *qualitativamente* a mesma. Apenas num aspecto foi essa personalidade acrescentada: no plano político. Projectou-se sobre Salazar a sombra de Charles Maurras: no âmago do seu sentir, tornou-se um monárquico ainda mais convicto. Este monarquismo, contudo, tinha duas limitações. Por um lado, rejeitava a «*politique d'abord*», que Maurras preconizava: e isso porque Salazar não concebia a política em termos de jogo pessoal ou combinação partidária: entendia-a como gestão do bem-comum em nome de uma doutrina. Por outro lado, o seu catolicismo levava-o a dar mais importância ao conteúdo ético do Estado, à doutrina de que este era portador, do que à forma exterior das instituições que servissem aquele. Deste modo nunca Salazar, nos seis anos de Coimbra, pronunciou ou escreveu uma palavra de definição política e de escolha entre monarquia e república. Enfileirou no *CADC* e colaborou no *Imparcial* para proclamar e defender os princípios religiosos, morais e sociais da Igreja: mas manteve-se igualmente distante dos *centros* monárquicos e dos *centros* republicanos: e abraçaria qualquer forma exterior de governo, até em nome do respeito pela autoridade constituída que a Igreja ensina, desde que fosse assegurada a liberdade de consciência cristã e a sua expressão.

Tão vincados como os seus sentimentos e as suas ideias básicas eram os traços do seu carácter. Era orgulhoso: por um nada se poderia melindrar: e, embora não o exteriorizasse, era definitivo esse melindre. E mercê daquele orgulho afastava naturalmente as intimidades excessivas, as relações pessoais que se degradam num terra-a-terra medíocre. Possuía depois uma força de vontade absoluta: escolhido um objectivo, tomada uma decisão, nada o fazia recuar: e não conhecia cansaço, amolecimento, desânimo. Considerava a vontade um estado natural, uma virtude suprema: aprendera-o em Gustave Le Bon: e, como este, entendia que pela vontade tudo poderia ser vencido e superado. Essa vontade traduzia-se em persistência, tenacidade, firmeza: mas não se confundia com obstinação. Não era na verdade um obstinado, um teimoso: aos argumentos da inteligência e a novos factos, podia ceder. Do seu orgulho e da sua vontade resultava uma extrema capacidade de sacrifício. Sacrificava-se sem limites pelos fins que se assinava. Aquilo em que acreditava, constituía uma verdade; aquilo que em consciência era um dever, passava a ser um imperativo; e em ambos os casos justificavam-se os sacrifícios. Mas todos estes ângulos do seu carácter eram por vezes ocultos por detrás da timidez, da reserva, do acanhamento. Estes traços, no entanto, formavam sobretudo uma defesa, ou instrumento de fiscalização de si mesmo: cerrava-se para não se revelar, recolhia-se para não exteriorizar emoções, dominava-se para se manter lúcido, recuava por prudência. Ao mesmo tempo, a timidez poderia ser calcada pela vontade: poderia então passar à audácia e desta ao destemor. E tudo poderia ser envolto na ironia, até no sarcasmo cortante: este tanto poderia resultar do orgulho ferido, e que se vingava pelo escárnio mordaz, como traduzir uma atitude de desdém ou de crítica judicativa.

Mercê dos seus traços contraditórios, e porque todos estes eram muito vincados, a personalidade de Salazar aparecia a cada um dos seus amigos e conhecidos sob ângulos divergentes ou opostos. Para uns, era homem frio, mesmo gelado; para outros, era sensível, tímido, emotivo, um ser de nervos que estremeciam facilmente; para alguns, era homem remoto, longínquo, exigente, arrogante e desdenhoso; para terceiros era compreensivo, afável, indulgente; ou era duro, ácido, implacável, impiedoso, desuma-

nizado; ou era ainda humilde, sóbrio, espartano; ou também era senhor de si, vaidoso, e a simplicidade exterior reflectia apenas uma atitude premeditada para obter um efeito; tanto era lacónico, reservado, indecifrável, como aberto e conversador loquaz; por entre uma candura inocente, ingénua, podia emergir a sagacidade e a astúcia; e para todos era deslumbrantemente lúcido e de um fascínio inexplicável, que podia seduzir ou irritar. Era complexo, e saía fora do comum.

CAPÍTULO III

Professor

1

Na altura em que Salazar ascendia à cátedra, embora ainda a título precário, não deixava de se agravar a situação do país. Logo após a sua declaração ministerial de 16 de Março de 1916, o governo de António José de Almeida começou a preparar a intervenção efectiva na guerra. Foi organizada uma *Divisão de Instrução*, sob o comando de Tamagnini de Abreu; expediram-se novas unidades para África, em reforço da defesa do Ultramar; e Afonso Costa e Augusto Soares partiam para Inglaterra, a fim de ajustar com o gabinete de Londres o auxílio económico, financeiro e militar que tornasse possível o envio de tropas portuguesas para França. Mas estas medidas do governo não puderam ser tomadas pacificamente. Crescia o mal-estar. Foi imposta a censura postal e à imprensa, e esta, na sua aplicação, acabava por se exceder, abrangendo matérias políticas não ligadas ao estado de guerra: e os jornais, não obrigados a substituir textos, apareciam com largos espaços em branco. Depois, era a crise das subsistências, o aumento dos preços, as dificuldades económicas. Surgiam greves: a dos operários da construção civil, a dos metalúrgicos. Objectivamente, não havia no ânimo popular entusiasmo pela causa dos aliados, não se via que estivessem afectados ou em risco interesses nacionais, salvo quanto à África, em cuja defesa

— desde os democráticos até aos unionistas e monárquicos e católicos — todos concordavam. Procurou o governo de António José suscitar apoio popular: multiplicou comícios públicos, alguns junto de monumentos nacionais: mas contramanifestações e motins puseram termo à iniciativa. Continuavam poderosas as correntes que se opunham à política intervencionista, e não davam quartel ao governo. Brito Camacho não desistia das suas teses; a minoria socialista era aguerrida na sua hostilidade; e de igual modo se manifestavam os monárquicos, muitos católicos, todos os conservadores em geral. Alfredo Pimenta não queria o desvio brusco da nossa política externa, nem hostilizava a aliança britânica, mas não ocultava o seu germanofilismo; e António Sardinha desejava a derrota da França, porque via nesta o esmagamento do republicanismo, da maçonaria, do jacobinismo. Jaime Cortesão, jovem deputado e idealista, seguia para França com euforia. Mas *A Capital*, jornal decerto insuspeito, sintetizava o ambiente afirmando que em Portugal ninguém quisera a guerra, e que esta fora aceite como um mal inevitável. Um clima denso de conluios, de conspiração, de revolta, pairava sobre a vida política; e em Dezembro participam numa revolução várias unidades militares da província, com o objectivo de derrubar o governo. Mas este dominou-a, e seguiram-se numerosas prisões. Machado Santos, praticamente o único homem que no *Cinco de Outubro* não perdera a fé na revolução, foi figura proeminente do golpe de Dezembro, e ficou detido no *Vasco da Gama*. Por parte dos democráticos, atribuiu-se aos monárquicos uma larga parte das responsabilidades, e muitos daqueles foram aprisionados, incluindo alguns deputados; e foram suspensos os mais importantes órgãos da imprensa monárquica. A própria *Lucta*, dos unionistas, sofreu idêntica punição. Entretanto, a *divisão de instrução* era dada por pronta, e transformada no *Corpo Expedicionário Português*: e com grande espectáculo este desfila em parada perante o governo em Montalvo. Mas o ardor na participação portuguesa na guerra não iludia, contudo, os problemas da nação. Entre estes, e não obstante a experiência de Afonso Costa na Fazenda, sobressaía o «deficit» orçamental já crónico: para o ano económico de 1916-1917 atingia mais de dois mil contos, além de uma verba de oitenta mil contos para des-

pesas de guerra [1]. Um submarino alemão atacava no Funchal um navio inglês e dois franceses. Começavam a embarcar efectivos para França. Subia perigosamente a circulação fiduciária. Perante as dificuldades económicas, pensa o governo criar comissões consultivas, que depois transformou num *Conselho Económico e Social*. Protestam no parlamento alguns deputados, sobretudo do partido democrático, e acusam António José de Almeida de querer usurpar prerrogativas da câmara. Demite-se o chefe evolucionista, e o poder é entregue a Afonso Costa.

Este forma governo em 25 de Abril de 1917. Norton de Matos e Augusto Soares mantêm-se na Guerra e nos Estrangeiros; e para subsecretário das Finanças entra Albino Vieira da Rocha, o antigo seminarista de Viseu. Na sua declaração ministerial, Afonso Costa foca os problemas do momento, sem contudo sugerir soluções concretas. Afirma a necessidade de prosseguir a *união sagrada;* considera honrosa a situação internacional do país; propõe-se intensificar a nossa intervenção no conflito; e declara-se seguro de que, da nossa participação, decorreriam para o país todas as vantagens políticas na hora da paz. Dois aspectos se destacam na declaração ministerial. Sendo «*facto dominante em toda a vida nacional*», o sacrifício português seria compensado «*num futuro consolador e nobilitante*» pela garantia da nossa «*intangível independência*» e pela «*tranquila manutenção do nosso valioso património colonial*», cuja conservação nos era imposta por «*uma gloriosa tradição nacional*», e por «*imperiosas necessidades e notáveis vantagens de ordem económica e política externa*». Noutro plano, Afonso Costa condenava as tentativas de perturbação interna e as paixões e agitações políticas excessivas: havia que seguir um rumo que fosse «*mais nacional do que partidário*». Mas o país estava ideologicamente retalhado; os problemas subsistiam; e a vida seguia de crise em crise. Em Maio, uma manifestação dos operários de Lisboa foi violentamente reprimida, com mortos e feridos; lojas da capital foram assaltadas e roubadas; e o governo suspendeu as garantias constitucionais. Pelos arredores, multiplicavam-se tumultos, episódios sangrentos.

---

(1) Equivalente em moeda actual a mais de quatro milhões e meio de contos, numa estimativa grosseira.

Intervieram com rudeza as forças de segurança. Mais de vinte mortos e uma centena de feridos constituíram o saldo das perturbações. Entretanto, continuava o envio de efectivos para França, e organizava-se uma expedição para Moçambique. E um mês depois das alterações de Lisboa desencadeavam-se greves, que vieram agravar as dificuldades gerais. Quando conduzia trezentos presos para o Arsenal de Marinha, a Guarda Republicana foi atacada: estabeleceu-se tiroteio, foram arremessadas bombas: e por muitas horas uma vasta zona da cidade foi campo de batalha. Na refrega, além de muitos feridos, houve mais cinco mortos. Endurecia a atitude do governo, e este seguia rumo nitidamente partidário. Recomeçava a pressão sobre a Igreja; os católicos, que haviam beneficiado de alguma complacência com Pimenta de Castro, e mesmo com António José de Almeida, de novo eram vítimas de perseguição; o Patriarca Mendes Belo e D. António Barroso mais uma vez eram expulsos das suas dioceses; e os Prelados de Évora e Braga, por haverem protestado junto do Presidente da República, sofriam pena de desterro. E era angustiosa a situação do tesouro: projectava-se um orçamento equilibrado para o ano de 1917-1918: mas a verba para despesas de guerra subia para cento e cinquenta mil contos (1). Não dava o governo informações, por outro lado, da situação do país em face da guerra, nem esclarecia como se processava a intervenção portuguesa; e a censura tornava-se cada vez mais rigorosa. Nos quadros do partido democrático surgiram dissidências. Jaime Cortesão acusava Afonso Costa de praticar uma política equívoca; e no parlamento Brito Camacho, em nome da minoria, erguia-se com violência contra o governo. Para afagar o orgulho nacional, foi promovida uma viagem do Presidente da República a alguns países aliados e às tropas portuguesas em campanha. Mas o gesto não trouxe acalmia. Progrediam as cisões partidárias: afastavam-se alguns democráticos, separavam-se alguns evolucionistas: e procuravam outros formar um *partido centrista,* que repudiasse ao mesmo tempo o radicalismo e o conservadorismo. De novo a atmosfera era de revolução. Na redacção de *A Lucta* iniciaram-se conver-

(1) Numa estimativa tosca, equivalentes a mais de sete milhões de contos em 1977.

sas, e nestas toma lugar destacado Sidónio Pais, oficial de artilharia e lente de Coimbra, e antigo ministro em Berlim; e o chefe unionista, Brito Camacho, dá o seu apoio às reuniões. Mas estas assumem desde logo carácter sedicioso, e Camacho recua; e Sidónio Pais, aliás filiado no partido unionista, chama a si a chefia da reacção contra o governo do partido democrático. Nos princípios de Dezembro, não constituía já segredo a conspiração; e na noite de 5 para 6 são praticados os primeiros actos revolucionários. Sidónio apoia-se nos cadetes da Escola de Guerra, tem do seu lado algumas unidades das três armas, e toma posições no Parque Eduardo VII; e o governo, apoiado pela polícia, as guardas republicana e fiscal, e grupos civis, proclama o estado de sítio. Machado Santos, então preso em Viseu, consegue libertar-se e dá o seu apoio a Sidónio. Na madrugada do dia oito a revolução triunfa: Norton de Matos e Leote do Rego refugiam-se a bordo de um navio inglês; Afonso Costa e Augusto Soares são detidos no Porto: e os restantes membros do governo apresentam formalmente a sua demissão a Bernardino Machado. Este acalenta ainda a ilusão de que seriam respeitadas as praxes constitucionais, e procura encarregar Brito Camacho de organizar um governo. Mas Sidónio Pais está senhor do poder: institui uma *Junta Revolucionária:* e toma posse da chefia do Estado e forma o seu gabinete. Este era, incluindo o governo provisório, o décimo quinto ministério da República. Fora de mais de cem mortos e de mais de quinhentos feridos o saldo da revolução. Batiam-se em França tropas portuguesas, em obediência à política intervencionista do partido democrático; e outras forças nacionais, mais obscuramente, guardavam para a Nação as províncias de África. Findava o ano de 1917.

2

Enquanto a vida do país era marcada diariamente por acontecimentos graves, e um ambiente generalizado de crise e sobressalto envolvia e subjugava todos, Oliveira Salazar devotava-se seriamente ao seu magistério. Desde Março de 1916 assegurava a regência das disciplinas professadas por Marnoco e Sousa. Seguia nas suas aulas a orientação do mestre; mas começava gradual-

mente a firmar a sua posição entre o corpo docente da Faculdade de Direito. Em 10 de Maio, Salazar era convidado a participar, como «*candidato*» provisório encarregado de regência de Economia Política e de Finanças, nas sessões da *congregação* da escola; e foi designado para constituir, com Fezas Vital e Caeiro da Matta, a comissão incumbida de aplicar o decreto sobre exames de alunos mobilizados, no que se referia à «*Parte Fundamental do Exame de Estado de Ciências Económicas e Políticas*»; e podia substituir Machado Vilela e Carneiro Pacheco nas duas outras comissões estabelecidas para outros grupos de matérias. As suas prelecções magistrais estavam a ser escutadas com interesse: e para ouvir Salazar vinham alguns alunos de outras faculdades de Coimbra. Era admirada a sua serenidade, a sua clareza de exposição, a sua disciplina mental, a amplitude da sua cultura, a sua isenção no tratamento dos problemas e das diversas escolas doutrinárias. Em pouco, ganhou autoridade científica e docente.

Na ordem material, melhoravam também as condições de vida de Salazar. Decerto, havia terminado o benefício da sua bolsa de estudo; e agora, como professor, aumentavam algumas despesas. Era superior à dos seus quartos de estudante a renda que pagava nos *Grilos*, e já não dispunha de tanto tempo para as suas explicações. Mas auferia o seu vencimento da Faculdade, desde que começara a leccionar: de Março a Agosto de 1916 ganhara um total de 1001$22. Por 30$00 mensais arrendara ao Estado uma parte da nova casa do Vimieiro e aí funcionava a escola primária da freguesia, de que Marta era professora; a casa velha fora alugada a um particular por 20$00; e o quintal rendia 15$00. Isto quase bastava ao sustento da família na aldeia; e acrescentado do salário pago pelos Perestrelos ao Tio António havia permitido o envio ocasional de alguns fundos para Coimbra; mas estes eram agora dispensados, e era Salazar que começava a tomar a seu cargo crescentes despesas no Vimieiro. Surgiam também algumas consultas, pedidos de pareceres jurídicos e fiscais. Continuava todavia, por hábito de pobre e índole, a ser poupado: tinha um apurado sentido da economia, da boa aplicação dos seus modestos recursos pecuniários. Nem por ter maior desafogo financeiro, contudo, alargara a sua vida social. De todos os gostos,

os maiores eram os jantares dos *Grilos*, com os seus íntimos e companheiros de luta ideológica; e permanecia frequentador fiel dos Serras e Silva, dos Britos e Cunha, de José Alberto dos Reis. Consumia o melhor do seu tempo na preparação das aulas. E estava preocupado com a sua situação na Faculdade: era ainda provisória, precária; o concurso fora adiado: e dadas as convulsões políticas tudo podia acontecer. Em todo o caso, e além das aulas, tinha de escrever outro trabalho como dissertação. Previa a prestação de provas para o fim do ano, antes de terminar o contrato com a Faculdade, e assim não haveria interrupção nas suas funções docentes. Já escolhera o tema: «*O ágio do ouro, sua natureza e suas causas*». E estava já entregue a pesquisas, à busca de elementos, à elaboração de verbetes. Era árdua a vida, e concluído o seu passeio no *Jardim Botânico* seguia para os *Grilos* ao soar a *cabra* na torre dos *Gerais*.

E no entanto não faltavam estímulos em Coimbra. Era intensa a vida cultural e intelectual, e tinha a maior expressão no país. Passavam pela cidade os melhores nomes das letras, da ciência, da arte. Dizer em Coimbra uma conferência, lançar um livro, representar uma peça de teatro, eram formas de consagração. Eugénio de Castro presidia a recitais, a saraus; um jovem advogado que na academia deixara fama de rebelde quando estudante, Ramada Curto, despontava como dramaturgo e conseguia pôr nos palcos de Coimbra *A Sombra, As Segundas Núpcias;* um outro dramaturgo, moço de talento mas quase ignorado, um Vasco de Mendonça Alves, tentava a sua penetração na sociedade coimbrã; António Sardinha, Alberto Monsaraz, Alfredo Pimenta, Hipólito Raposo, voltavam amiúde para conferências e doutrinação monárquica; Martinho Nobre de Melo, apaixonado pelas letras e pela intriga política, deixava recitar a sua *Balada da Infanta;* e Branca de Gonta Colaço proferia palestras sobre os poetas do último meio-século. Tinham também em Coimbra imediata repercussão os sucessos culturais de Lisboa. Pelo seu *Manifesto Anti-Dantas*, José de Almada-Negreiros passara a ser uma celebridade na academia, e Júlio Dantas era escarnecido; Mário de Sá Carneiro, com a sua *Confissão de Lúcio* e *Céu em Fogo*, era lido vorazmente; em círculos restritos, debatia-se com violência o poema *Pauis* que Fernando Pessoa publicara na *Renascença;*

declamavam-se poesias de Pedro de Meneses [1] e de Violante de Cisneiros [2]; e desde o *Jardim das Tormentas* afirmava-se cada vez mais o nome de Aquilino Ribeiro, como escritor e como agitador. Depois era a profusão de revistas de literatura, de estética, de controvérsia de ideias. Fora o *Orpheu*, e agora eram o *Centauro*, o *Portugal Futurista*, o *Exílio*, outras ainda: durante a sua existência fugaz eram folheadas com avidez.

Não estava Oliveira Salazar alheio a este agitar de ideias, a este tumulto cultural. Permitia-se por isso, na sua vida regrada, pautada, monástica, uma ou outra excepção. Frequentava o teatro, escutava conferências, assistia a concertos. Interessava-se agora muito por música, e descobrira em si uma sensibilidade viva para os sons. Travara relações pessoais com pianistas de Coimbra, que eram amadoras de mérito: a Adosinda Paiva, a Glória Castanheira, a Maria Ameal. Estava a par dos concertos e recitais que organizavam, e era ouvinte interessado. Mostrava-se esquivo a festas e saraus, embora fosse muito convidado; mas comparecia quando as reuniões eram íntimas, ou para fins de benemerência. Em alguma tarde cultural comprazia-se em escutar Maria Celestina Costa Alemão, que «*cantava divinamente*» *La Violette*, de Scarlatti, e a *Canção da Lavadeira*, de Viana da Mota, e acontecia-lhe apreciar os Menanos «*soluçando fados*», acompanhados «*pelo Girão*». Raramente faltava a sessões promovidas pelo *CADC*, sobretudo se celebravam uma figura ou uma data com significado ideológico e político. Naquele ano de 1916, prestou o *CADC* homenagem a Nuno Álvares Pereira. Salazar comparecia como soldado militante. E aplaudia os seus amigos e companheiros: Mário de Figueiredo, «*rapaz muito inteligente e trabalhador*»; Bento Coelho da Rocha, que pronunciou um «*discurso vibrante*»; Alexandre de Lucena e Vale, «*que recitou com mimo e arte algumas poesias deliciosas*»; e Almeida Correia e Francisco Cavaco, de cujos discursos apenas foi possível colher «*rápidas e despolidas notas*».

Sempre que podia, no entanto, não deixava Salazar de ir ao Vimieiro: além dos fins-de-semana, fugia para a aldeia em todas

---

(1) Pseudónimo de Alfredo Guisado.

(2) Pseudónimo de Cortes-Rodrigues.

as férias. Mas na Páscoa daquele ano, e sobretudo depois nas férias grandes, pela primeira vez encarou com outros olhos os casebres à beira da estrada e as árvores e leiras do seu pai. Agora que sentia um pequeno desafogo económico, pensava em benfeitorias, em algumas obras de ampliação, e mesmo em adquirir umas nesgas de terra para arredondar o chão da família. Antes de mais, e do seu bolso, fez um seguro de todos aqueles bens na companhia *Fidelidade:* às casas da estrada, vasilhame, palheiro e lagar, atribuiu um valor de 61 500$00; aos móveis, roupas, livros, louças, estimou-os em 26 000$00; e aos currais em 8 000$00. Imaginava também planos de muros, de plantio de novas árvores, de construção de um grande tanque de pedra: e tinha a este respeito longas conversas com o Ilídio, um jovem pedreiro, que era havido pelo melhor artífice da aldeia, e mesmo em Santa Comba. Mas era prudente nos seus sonhos, e parcimonioso nos gastos. Tinha além disso despesas imediatas a realizar: livros para consulta, jornais antigos, volumes de estatística, relatórios oficiais, elementos de estudo, enfim, que lhe eram indispensáveis para a sua dissertação. Constantemente escrevia aos amigos, em particular ao José Nosolini, a solicitar dados e informações; e naquelas férias avançou muito no seu trabalho sobre o *ágio do ouro*. Conseguia tempo, porém, para participar nos grandes acontecimentos da aldeia. Em Junho, foi a visita do Bispo de Viseu, D. António Alves Ferreira: e Salazar, com o velho Padre António, foi aguardar o Prelado à entrada do concelho e conduziram-no ao Largo do Balcão. Foi uma demonstração de fé católica: e «*de todas as casas do trajecto apenas uma deixou de engalanar a sua frontaria*». Depois, foram as *bodas de prata* do Dr. Costa Silveira: e este deu uma festa na sua Quinta das Regueiras. Salazar compareceu: estava entre a sua gente. E «*nos intervalos, cá fora, acompanhado pelos sonorosos acordes de guitarra e viola, o simpático académico António Menano fez-se ouvir diversas vezes, cantando deliciosamente as mais lindas endeixas de suavíssimos fados, fazendo lembrar as poéticas serenatas de Coimbra.*» Mas eram raras as festas, e Salazar preferia estar junto de sua mãe, de suas irmãs, falar com seu pai de política e do estado das culturas. E toda a família tivera uma alegria: Marta fora promovida a professora de primeiro lugar, na escola do sexo masculino. Pelo

outono, de volta a Coimbra, levava adiantado o seu *ágio do ouro*. E tinha feito economias: pudera poupar 359$02,5.

Como em Lisboa, não diminuía a turbulência política em Coimbra, e por toda a academia. No *CADC* mantinha-se a mesma actividade intensa; e Mário de Figueiredo era agora o presidente. Mas era cada vez mais difícil a vida do *Imparcial*. Criticava o governo e a sua política de guerra; e neste campo elogiava a atitude de Brito Camacho. Sofria por isso de uma censura apertada: e sucediam-se os números com largos cortes e espaços em branco. Salazar não escrevia para o *Imparcial*: refugiava-se no seu trabalho, nas suas aulas, na intimidade dos *Grilos*. No entanto, estava agora em posição de auxiliar de outra forma os seus amigos. Ganhava mais de cem escudos por mês [1]: emprestou 55$00 ao Mário Pais de Sousa, 20$00 ao Ferrand d'Almeida, 50$00 ao padre Cerejeira. Mas era com este último que se encontrava, e que se sentia mais identificado, mais íntimo. No casarão dos *Grilos*, quando sós, pelas noites de inverno, os dois amigos passeavam horas no grande salão, de um lado para o outro. Não havia aquecimento, tudo era escuro e álgido: Cerejeira abafava-se de mantas pelos ombros, Salazar envolvia-se no seu grosso capote alentejano. Discutiam os dois amigos os seus trabalhos, os seus projectos e sonhos. Deprimia-os o ambiente político; sofriam com os problemas da nação; e a luta da Igreja e dos católicos constituía um pesadelo. Cerejeira não sentia abalada a sua fé ardente; tivera a alegria de ser convidado para reger cadeira na Faculdade de Letras; mas angustiava-o a perseguição aos Bispos, o encerramento de templos, o confisco de bens das congregações, a descristianização da vida portuguesa. Eram horas de grande intimidade, de convívio de dois espíritos ao mesmo tempo afins e opostos. E Cerejeira admoestava Salazar: não devia, se não pretendia casar, namoriscar uma das filhas de Guilherme Moreira, que da janela em frente dos *Grilos* lhe lançava olhares e sorrisos. Salazar protestava: «*Que queres? Ela é que me provoca, é que toma a iniciativa, e eu não sou frade!*» Depois, discutiam os seus dons literários respectivos, e Salazar censurava Cerejeira por não

---

[1] Como curiosidade: 113$72 em Outubro, 135$80 em Novembro; 93$15 em Dezembro.

se exprimir com rigor, com sobriedade, com lógica inatacável. Dizia-lhe: «*Escreves como um bárbaro.*» E numa noite, ao falarem de política e do futuro, Salazar abandonou-se a uma confissão do mais absoluto subjectivismo, em que pôs todo o seu mais íntimo e mais secreto pensamento: «*Sabes? Sinto que a minha vocação é a de ser primeiro-Ministro de um rei absoluto.*» (1)

3

Em meados de Dezembro de 1916, a 19, entregava Carneiro Pacheco o parecer de que fora incumbido pelo conselho da Faculdade de Direito. Segundo a praxe académica, era sucinto: «*Li o trabalho* «Questão Cerealífera. O Trigo», *do candidato António de Oliveira Salazar, o qual entendo dever ser considerado título suficiente da sua admissão ao concurso.*» Que trabalho era esse? Examinado no seu conjunto o solo, deveria concluir-se não haver em Portugal uma região exclusivamente cerealífera. Entre os cereais, intercalam-se sempre outras culturas. Há uma *região do trigo*, ao sul do Tejo; mas mesmo essa não está rigorosamente demarcada nem é uniforme. É extensa a superfície devotada ao trigo: mas em cada ano apenas uma área reduzida é aproveitada: e as colheitas são variáveis e escassas, ficando quase sempre aquém das necessidades da população. Torna-se forçoso recorrer à importação, e esta corresponde em média a um terço do consumo. Cereais importados são evidentemente onerados por fretes, por direitos aduaneiros; e portanto muito depende do regime legal

---

(1) Em versão recolhida pelo Prof. Braga da Cruz, no notabilíssimo estudo sobre a história da «Revista de Legislação e Jurisprudência», a confissão de Salazar teria sido feita a Joaquim Dinis da Fonseca. Tenho dúvidas sobre o fundamento de tal versão. Salazar não se confiava a ninguém, e verdadeira intimidade apenas a tinha com o Padre Cerejeira. Joaquim Dinis da Fonseca não era dos mais assíduos frequentadores dos *Grilos;* e dos três irmãos Dinis da Fonseca, era com Alberto que Salazar tinha na altura maior convivência. E não parece verosímil que Salazar se abrisse daquele modo com mais de um amigo. O pormenor, porém, é secundário. Importa é saber se tal confissão foi feita: mas disso não há dúvidas.

que for imposto. Acontecia que o regime legal em vigor, além de confuso, era no fundo proteccionista; e não tinha sido nem era outra a causa do encarecimento propositado, violento e periódico, de todo o trigo necessário ao consumo. Por outro lado, a agricultura portuguesa estava atrasada, no seu espírito, nos seus métodos: o rendimento bruto por hectare era fraco, e mais fraco ainda o rendimento líquido. No fundo, era todo o problema agrícola português que estava em causa. Por razão de clima, de solos, de regime de propriedade, a aptidão da agricultura nacional era mais no sentido dos produtos hortícolas e pomícolas, e das oliveiras e flores. Mas ainda aqui, como para o trigo, se apresentavam problemas de base: falta de instrução agrícola, de comercialização da agricultura, da indústria de transportes. Em síntese, não sabíamos produzir nem sabíamos vender. Impunha-se por isso uma transformação gradual da agricultura portuguesa, no caminho de uma agricultura mista. Em qualquer caso, a grande carência era a de água, e por isso assumiam a maior importância os problemas de hidráulica agrícola; era grave também que num país agrícola não existisse uma classe agrícola forte; e tornava-se ainda imprescindível uma correcção dos vícios da propriedade imobiliária. Em princípio, seria ideal reconverter à floresta a agricultura nacional: mas essa reconversão seria entravada pelas mesmas circunstâncias económico-sociais: e enquanto estas não pudessem ser modificadas os esforços deveriam incidir em aumentar a força produtiva do solo e da população, procurando-se por outro lado resolver o problema hidráulico e o da distribuição irregular do factor demográfico (1).

Recebido o parecer favorável de Carneiro Pacheco, e examinado o trabalho, reuniu-se em 23 de Janeiro de 1917 o conselho da Faculdade, sob a presidência do Reitor Norton de Matos (2). Por unanimidade, foi aprovado o parecer; ao júri foram agregados os professores de Lisboa, Fernando Emídio da Silva e Albino Vieira da Rocha; e as provas do candidato foram fixadas para

---

(1) «*Questão Cerealífera. O Trigo*», por António de Oliveira Salazar. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, volume de 138 páginas.

(2) Doutor Arnaldo Mendes Norton de Matos. Não se trata do General Norton de Matos, então ministro da Guerra.

o mês de Março. Depois, em nova reunião, a 14 de Fevereiro, o júri estabeleceu os pontos para a prova oral de *Economia Política*, de *Economia Social*, de *Finanças*, de *Estatística*. Entretanto, Oliveira Salazar entregara o seu novo trabalho, «*O Ágio do Ouro, sua natureza e suas causas (1891-1915)*», como dissertação de concurso. E em 23 de Fevereiro era afixado o edital enunciando os vinte pontos orais e marcando o dia 5 de Março para início das provas.

Naquele dia, com a solenidade da praxe académica, e na sala dos actos grandes, compareceu o bacharel António de Oliveira Salazar. Estava o júri completo, sob a presidência do Reitor Norton de Matos: além dos dois mestres de Lisboa, compunham aquele os professores Machado Vilela, José Alberto dos Reis, Caeiro da Matta, Pinto Coelho, Carneiro Pacheco e Paulo Merêa. Eminentes na cátedra, vultos de nome feito nos círculos universitários, ou na política, aqueles mestres formavam um júri rigoroso, severo. E havia expectativa: a sala regurgitava. Foi arguente Albino Vieira da Rocha, o antigo colega no seminário de Viseu; e segundo os preceitos universitários procurou demolir o trabalho. Defendeu o candidato a sua dissertação com serenidade, mesmo com frieza; mas parecia incomparável na lucidez, na réplica, na posse da matéria, na disciplina mental, no rigor da sua lógica. Não teve o júri dúvidas de que o candidato deveria passar a provas escritas. Em 8 de Março, numa das salas do Instituto Jurídico, formulou o júri dez pontos de matéria; e compareceu o candidato, que tirou à sorte um dos pontos. Coube-lhe o número cinco: *crédito hipotecário e sociedades de seguro de vida nas suas relações com a construção de habitações operárias*. Elaborou Salazar desde logo a sua prova escrita, entregando-a dentro do tempo regulamentar. Examinada pelo júri, este resolveu que habilitava o candidato a ser sujeito a prova oral. Para esta voltou-se à sala dos actos grandes. No dia 14, perante o júri, tirou à sorte o ponto de lição oral: saiu o número oito: e incidia sobre *contribuição industrial*. E no dia imediato proferiu Salazar a sua lição oral; discutiu-a como arguente o professor de Lisboa Fernando Emídio da Silva; e o debate teve as mesmas características do da dissertação. Reuniu-se de imediato o júri. Classificou com *bom* a prova escrita, por unanimidade; e na votação de conjunto,

por esferas brancas e pretas, ficou *aprovado* o candidato, sem esferas pretas. Por decreto de 31 de Março era nomeado *assistente efectivo, precedendo concurso.*

Estava agora professor por direito próprio, com provas públicas cujo mérito fora indisputado. No grupo do *CADC*, no *Imparcial*, havia júbilo; e o padre Cerejeira, Mário de Figueiredo, outros amigos, celebravam o sucesso. Salazar ofereceu *O Ágio do Ouro* aos periódicos da Beira-Alta; e estes exultaram de orgulho bairrista. Descreviam o acontecimento: «*durante as três lições, foi extraordinária e selecta a concorrência que se premiu na vetusta sala dos capelos*»; «*escusado será dizer quanto a Beira-Alta rejubila com mais este triunfo*» que «*é e deve ser para esta terra motivo de justificadíssima alegria e orgulho*»; porque «*na glória dos seus filhos se tonifica e doira a atmosfera e a fama das localidades, e quando eles possuem a envergadura moral e o prestígio intelectual do dr. Salazar, essa atmosfera como que se irisa de divinos esplendores e essa fama transborda e ergue-se, cantando pela posteridade adentro.*» Era havido por histórico o concurso: «*o dia 15 de Março é um dia de solene e autêntica gala para Santa Comba*» porque um «*benemérito filho*» soubera «*transformar o modesto berço do seu nascimento em cátedra luzentíssima de ensinador.*» E nos *Rabiscos e Piparotes*, o cronista *Gabriel* lembrava o «*dr. Oliveira Salazar, que eu quase vi nascer, criar-se e fazer-se homem, assistindo com enternecido júbilo aos seus triunfos académicos, que o guindaram ao mais alto lugar da carreira a que se destinou.*» Dentro de semanas Salazar ia completar os seus vinte e oito anos.

Mas que obra era *O Ágio do Ouro, sua natureza e suas causas?* (1) Antes de mais, um trabalho altamente técnico, e árido, descarnado, todo assente em teorias, factos, dados estatísticos. Parte Salazar da noção de câmbio: e esta é analisada à luz da história e das doutrinas económico-financeiras. Rejeitando por ultrapassada a teoria mercantilista da *balança de comércio*, considera mais rigorosa a noção de *balança económica;* e através

---

(1) «*O Ágio do Ouro, sua natureza e suas causas (1891-1915)*», por António de Oliveira Salazar, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1916. Volume de 221 páginas. Salazar dedicou a obra «*A meus Pais*».

desta chega ao conceito de *balança de pagamentos*, representada pelo saldo final de créditos e débitos entre duas quaisquer nações. Essa balança de pagamentos pode ser favorável ou desfavorável: e é neste ponto que intervém a *cotação dos câmbios*. Nesta exerce papel importante a *lei da oferta e da procura:* e quando a oferta de cambiais é igual ou superior à procura dá-se uma situação de *equilíbrio monetário* que não significa necessariamente uma situação de *equilíbrio económico*. Por isso a existência de um *câmbio normal* não constitui, por si, suficiente elemento de juízo sobre o equilíbrio económico e o estado da balança. Mais expressivo será o câmbio anormal ou depreciado. Neste ponto se insere o problema das relações entre monometalistas e bimetalistas (apenas ouro, ou ouro e prata) e os que o não sejam, pois num caso e outro são diferentes os meios circulantes. Por que razão se verificam as alterações cambiais? Negando a teoria clássica da quantidade de moeda e a teoria da balança económica, Oliveira Salazar sustenta que o ágio do ouro é directa e imediatamente determinado pela balança de pagamentos; aquele pode traduzir somente a apreciação do ouro em relação ao papel-moeda circulante; neste caso a depreciação cambial ou internacional tende a traduzir-se em depreciação interna; esta pode ser anterior e independente da depreciação cambial e tende, aliás, a converter-se em depreciação internacional; e por último as emissões e factores de ordem psicológica podem também influir no ágio do ouro. Deste quadro teórico, passa Salazar à análise da situação portuguesa. Estuda então em profundidade as sucessivas crises económicas e financeiras desde 1891. Mergulha nos relatórios de Mariano de Carvalho, de Oliveira Martins, de Espregueira, de Fuschini, de Ressano Garcia, Schroeter, de quantos em suma haviam tido a responsabilidade de uma questão — a da fazenda — que arrastara o país à bancarrota e que fora, entre outras, uma das causas decisivas da queda da monarquia. E àquelas crises portuguesas atribuía Oliveira Salazar causas múltiplas: o desequilíbrio económico; a desordem financeira; a falência política; o conflito entre Portugal e a Inglaterra, que levou ao ultimatum de 1890; o colapso da casa Baring Brothers, que sustentava o crédito do governo português na praça de Londres; a alta persistente do câmbio do Brasil sobre a Inglaterra, e que reduzia a proporções

modestas os recursos enviados pelos emigrantes portugueses, e que actuavam favoravelmente na nossa balança; e a corrida ao Montepio, que alarmou a opinião pública. Ter-se-ia imposto um grande *empréstimo externo* para debelar a crise: mas aquele não fora feito quando oportuno: e mais tarde foi tornado inoperante por motivos políticos. Neste quadro, e decretado o curso forçado do papel-moeda, os movimentos cambiais podiam ser desregrados; e a esta luz Oliveira Salazar faz a história das oscilações cambiais portuguesas. Sugeria que estas resultavam de factores conjugados: o estado da balança económica portuguesa; as transferências de capitais, muito sensíveis perante as crises nacionais de confiança; e o agravamento da situação brasileira, conjugado com as remessas de ouro efectuadas para Portugal, e que estava na origem das oscilações da divisa esterlina nas praças de Lisboa e Rio de Janeiro. E Salazar concluía que o câmbio português se caracterizava por ser independente da circulação fiduciária, estreitamente solidário com o câmbio brasileiro, sensível ao «deficit» comercial e a todos os demais elementos credores e devedores de Portugal perante o estrangeiro, e indiferente aos acontecimentos políticos que não tenham influência na balança económica. «*Eis por que é programa nacional, que não político, desenvolver ao máximo todos os elementos de produtividade e riqueza, que façam de Portugal um definitivo credor do estrangeiro.*» (1)

Foi *O Ágio do Ouro* considerado como obra de síntese, lúcida, penetrante, de rigorosa factura científica, e que encerrava um programa económico e financeiro, uma nova técnica de gestão, uma nova visão do país. Era audaz, mesmo revolucionário.

4

Catedrático a título definitivo, de reputação conquistada por trabalho e mérito, Oliveira Salazar iniciava agora verdadeiramente a sua existência universitária. Regia as cadeiras de *Economia* e de

---

(1) Este resumo é decerto mais do que insuficiente, e tosco: procurei apenas dar aos leitores *uma ideia* dos problemas tratados.

Finanças (1). Respirava o ambiente da escola, vista da cátedra, e participava dos seus problemas, da sua vida interna. Salvo por motivos imperiosos, não faltava a uma reunião do *Conselho* de professores. Participava activamente das comissões encarregadas de estabelecer programas, organizar planos de estudos, resolver questões administrativas. Ganhara autoridade científica: era havido como técnico de excepção nas disciplinas que ministrava. Preparava as suas aulas com minúcia e rigor: fazia-o na véspera, depois do passeio habitual no Jardim Botânico, recolhendo aos *Grilos* com o toque da *cabra*. Alargava-se a fama das suas prelecções, sobretudo das de *Economia*: para o escutar os estudantes acorriam voluntariamente. Era austero nas aulas, e exigente para os alunos; mas compreensivo também. E desempenhava a sua missão com escrúpulo, sentido do dever, consciência de sacerdócio.

Melhorara também a sua situação económica. Recebia agora vencimentos de categoria e exercício, e abonos por aulas práticas; e nalguns meses os seus réditos podiam ultrapassar os duzentos escudos. Conseguia viver muito economicamente: em média, por 50$00 mensais, além da renda da casa: mas em alguns meses bastavam-lhe 15$00. Começava a ser procurado para consultas simples, que dava verbalmente: cobrava 10$00 por cada uma. Mas era obrigado a despesas não pessoais de vulto: a impressão do *Ágio do Ouro* custara-lhe 181$81: e aos pais remetia com frequência somas substanciais. Permitia-se também alguns passeios. Sendo homem da montanha, do interior, do campo, sentia-se no entanto atraído pelo mar: gostava de ir à Figueira da Foz: consoante lho permitissem os seus afazeres, ia de manhã e regressava à noite ou passava mesmo alguns dias. Cuidava também de cons-

---

(1) As primeiras «*Lições de Finanças*» impressas foram coordenadas e publicadas por Mário Pais de Sousa, «*em harmonia com as prelecções feitas pelo Ex.mo Sr. Dr. Oliveira Salazar ao curso do 3.º ano jurídico de 1916-1917*». A verdade, porém, é que tais lições foram praticamente compostas sobre notas de Salazar. E o que concluí do exame que fiz do manuscrito encontrado entre os seus papéis. Salazar e Mário Pais de Sousa eram íntimos, e companheiros em Santa Comba. Além disso, quase parentes: recorde-se que Abel Pais de Sousa, irmão de Mário, casara com Laura, irmã de Salazar. É de presumir que Salazar haja entregue as suas notas escritas a Mário Pais de Sousa.

tituir o seu pecúlio: além do depósito a prazo, de 1000$00, que fizera na agência do Banco Popular, comprara dois títulos de dívida pública de 4 %, de 1888, e quatro de 3 %, de 1905. Iniciara a publicação de pequenas notas ou comentários, no Boletim da Faculdade de Direito, e eram-lhe pagos a 20$00 por cada um. Publicou mesmo um longo estudo sobre *A Crise das Subsistências*, de que recebeu quase duzentos escudos. Colaborava anonimamente n'*O Debate*, de que auferia uma avença modesta. Contribuía para benefícios e caridades: para o «auxílio aos pobres», os capelães militares, o *centro católico* de Coimbra, esmolas diversas. Instalava-se igualmente com mais conforto: adquiria cadeiras e estantes novas para o seu escritório. E melhorava o seu guarda-roupa: camisas mais dispendiosas; colarinhos brancos, muito engomados e duros; botas pretas novas; e muita roupa miúda, desde as gravatas pretas às peúgas, toda de mais preço. Adquiriu duas bengalas novas, de castão de prata: e ofereceu uma ao padre Cerejeira. Com algum amigo, jantava fora uma vez por outra, quase sempre no *Avenida*, e permitia-se uma taça de *champagne* Para os meses quentes, comprava fato próprio, mais fresco, no alfaiate Damião. Depositava mais mil escudos no Banco Popular, por meio de promissórias, e seiscentos escudos no Ultramarino, a 4 % ao ano, e duzentos na Caixa Económica: converteu depois as obrigações de dívida pública em títulos de renda vitalícia, e ganhou 195$51 na operação; e tentava a sorte, jogando na lotaria do Natal. Mas economizava quanto podia: e mandava voltar do avesso, para durar mais um ano, o sobretudo de inverno. Ao mesmo tempo aumentava a sua generosidade para com Maria do Resgate, abalada nos seus setenta e três anos, esgotando-se em achaques. Oferecia-lhe botas especiais de agasalho, meias fortes para inverno, e mimos de alimentação, laranjas, doces, açúcar do melhor. A sua irmã Elisa presenteava constantemente com dinheiro, ou pagava-lhe despesas pessoais. E acudia aos amigos íntimos. O padre Cerejeira pagara-lhe os 50$00 em duas prestações, uma de 16$00 e outra de 34$00; mas logo solicitava mais vinte, e outros vinte, que pontualmente liquidava no mês seguinte. Mário de Figueiredo era mais gastador: pedia aos cem escudos de cada vez: e reembolsava Salazar nos primeiros dias do mês. E outros também se socorriam do bolso de Salazar: o

Mário Pais de Sousa, o Ferrand d'Almeida, o Pacheco de Amorim. Mas Salazar não pedia dinheiro emprestado.

Concluídos os trabalhos do seu concurso, e as leituras e pesquisas especiais a que fora obrigado, voltava Salazar à literatura. Naquele ano de 1917 leu quase toda a obra de Eça de Queirós; comprou a colecção completa das *Cartas* e dos *Sermões* do Padre Vieira; e uma edição de Fialho de Almeida em treze volumes. Adquiriu o Ramalho: *Culto da Arte em Portugal, Pela terra alheia,* a *Holanda, John Bull,* e doze volumes das *Farpas.* Lia Augusto Gil. Encomendava os autores franceses: andava absorvido em Maurice Barrés, Anatole France; e mandava vir de Paris uma *História Universal* em dez tomos. Todos os meses fazia despesa com livros. E assinava numerosas publicações, jornais, revistas: o *Diário de Notícias, A Liberdade,* a *Ilustração Católica,* o *Correio da Beira, A Época,* a *Defesa Social, O Despertar, O Debate,* a *Ressurreição,* o *Comércio de Viseu,* o *Jornal da Beira,* a *Voz de Coimbra,* outros ainda. E um dia deu como prenda ao seu amigo Cerejeira o grande *Larousse.*

Nem a sua vida universitária, nem os seus estudos e leituras, nem a convivência com alguns amigos, impediam Oliveira Salazar de viagens frequentes. E não eram apenas as deslocações de fim-de-semana a Santa Comba e ao Vimieiro, para estar em *sua* casa, na *sua* terra, e entre os *seus,* ou os passeios à Figueira da Foz. Em Abril de 1917, foi a Santa Comba para uma sessão no Teatro Alves Mateus, então inaugurado, e que se realizava em memória do dr. Joaquim Alves Mateus, orador eminente e celebridade local da segunda metade do século XIX. Foi a Oliveira Salazar pedido que proferisse o elogio do homenageado. Estava cheio o teatro, «*destacando-se entre a assistência um avultado número de senhoras, ostentando formosas* toilettes de soirée». E «*pouco depois aparecia no palco o talentoso professor da Universidade de Coimbra e nosso ilustre patrício, sr. doutor Oliveira Salazar, que é recebido pelo público, que avidamente se preparava para o escutar, com uma entusiástica e vibrante manifestação de apreço e simpatia.*» Salazar proferiu uma «*eloquentíssima oração*», de que as folhas locais apenas puderam colher «*pálidas e fugidias notas*». Salazar desculpa-se de tomar a palavra dado que «*se encontrava em enorme desproporção com a figura que naquela noite se invocava.*»

Fazia-o, contudo, «*em cumprimento do alto dever moral, que temos, de manter erguidas e respeitadas as figuras prestigiosas que prelustraram a terra onde nascemos.*» Esta constitui uma «*grande família*» e faz «*um todo moral com as gerações passadas e com as gerações futuras.*» E por isso «*se deve transmitir de pais a filhos, intacto e acrescido, o património comum de riquezas morais que são os honrados exemplos, a fama merecida, a grandeza histórica daqueles que subindo às culminâncias da glória, lograram a consagração pública dos seus concidadãos.*» Porque é com «*os grandes nomes que ficam marcados os séculos, como se o tempo, que não pára nunca, parasse contemplando-os.*» Expostos estes princípios, que eram a expressão do seu nacionalismo, do seu patriotismo, do seu culto das elites, Salazar ocupa-se de Alves Mateus: traça a sua biografia, recorda os seus grandes discursos nas exéquias de D. Pedro V e no Congresso de Braga, compara-o a António Cândido entre os mais modernos e a Malhão entre os já mais antigos. Salazar confinava-se a apreciar o orador, e isso porque as «*honrarias humanas que cercam sempre as individualidades superiores passam e esquecem breve*». E no fecho do seu discurso deixou Salazar expandir-se «*livremente o coração, concluindo dizendo que posto nunca tivesse ouvido o notabilíssimo orador, lhe parecia estar a ouvi-lo ainda*». O público ficou «*verdadeiramente electrizado*», e Oliveira Salazar «*foi muito felicitado e cumprimentado*». Completou a sessão um discurso do dr. António da Costa Silveira, director de *A Beira-Alta*. E no teatro, entre a multidão, alguém deixava escorrer pelas rugas da face lágrimas de emoção e orgulho: era o velho Tio António Feitor, já na casa dos setenta e oito anos, que assistia ao triunfo do seu filho.

Dias depois, Salazar regressou a Coimbra e à vida universitária. A 19 de Abril tomava posse oficial de professor ordinário; e a 21 celebrava o acontecimento num largo jantar com amigos, em que se deliciaram de iguarias, e Salazar despendeu a soma exorbitante de 17$00. Nos fins do mês planeava ir a Viseu. Realizava-se o *IV Congresso das Juventudes Católicas*. Proibida pelas autoridades a utilização de qualquer edifício público, reuniu o Congresso na sala de leitura do *Hotel Portugal*, para o efeito cedida pelo cavaleiro Manuel Casimiro. Mas Salazar não pôde

comparecer. O grande animador foi Joaquim Dinis da Fonseca. É feito o elogio do *CADC* que «*ia tomando de escalada a Universidade de Coimbra*». E enquanto jantava numa sala ao lado o governador civil que proibira a reunião, os nomes de Salazar, Cerejeira, Pacheco de Amorim eram vitoriados no congresso. E com efeito entre Maio e Agosto Salazar permaneceu mais em Coimbra: apenas foi ao Vimieiro quatro vezes. Mas depois vieram os passeios das férias grandes: duas estadias na Figueira da Foz, uma excursão ao Buçaco com sua mãe e sua irmã Leopoldina; e em Setembro foi a Viseu, pela feira, com sua irmã Elisa.

Entretanto, em Coimbra, no mês de Maio, realizara-se a *Festa da Flor*. Foi uma jornada social, e de beneficência também. Senhoras e raparigas da alta roda de Coimbra ocupavam as zonas da cidade; e contra um donativo pregavam uma flor na lapela dos passantes. Faziam-no com «*mãos gentis e um sorriso a desabrochar*», e assim «*matizavam de flores pequenas as lapelas negras das batinas académicas*». Os estudantes da academia contribuíam, e alguns punham no *prego* alguns objectos para conseguirem prendas. Faziam as raparigas também peditório de porta em porta. Mas nalgumas repúblicas encontravam a porta fechada e um letreiro dependurado: «*os srs. drs. não estão em casa, foram para as hortas*». Leiloavam-se presentes, bugigangas: e uma vassoura rendeu dez tostões. Mas foi na Rua da Matemática a maior afluência. Ali compareceram os mestres, as grandes figuras de Coimbra, e a Maria Marrafa, entusiasmada, incitava as senhoras a explorarem os ricos. José Alberto dos Reis, Machado Vilela, Sílvio Pélico, o Visconde do Ameal, contribuíram cada um com 30$00; Basílio Freire, mais abastado, dava 50$00; e Oliveira Salazar entregava 20$00. Mas este encontrou depois Maria Teresa Serras e Silva — a *Carochinha* — que lhe pregou na lapela mais uma flor: e Salazar retribuiu com mais cinco escudos.

De par com a sua vida pessoal e profissional, acompanhava Salazar os desenvolvimentos políticos. Não se alheava do *CADC* nem do *Imparcial*. Desde Fevereiro tinha este novo director: Lemos de Oliveira. Mas não se alterara a linha ideológica da folha. Tanto o *CADC* como o grupo do *Imparcial* estavam contra o *iberismo* de alguns círculos políticos e intelectuais. E protestavam: «*não queremos umas certas lérias de iberismo, como vária*

gente patrocina, perigosas para a nossa independência e soberania». E em editorial proclamava: «*Portugal tem a sua língua e tem a sua raça e tem a sua história*»; e «*contra essa união protestaria vibrante e eloquentemente a tradição da nossa terra, gemeriam indignados os génios do convento da Batalha e dos Jerónimos, erguer-se-iam os espíritos de Nuno Álvares e de João Pinto Ribeiro.*» Saudava por isso o manifesto da Comissão *1.º de Dezembro* que se insurgia contra as «*harmonias ibéricas*». Preocupava-se depois o *CADC* com os perigos que ameaçavam o ultramar, e defendia o Padroado do Oriente; e classificava de «*alvitre infame*» a sugestão feita por *O Século* de que se vendessem os territórios para saldar as dívidas de guerra, salientando que se interviera na guerra precisamente para se salvarem aqueles. E assim entendia que na defesa deveria dar-se prioridade ao ultramar «*antes de mandar tropas para França*». E escrevia o *Imparcial*: «*Anda em Angola e Moçambique, assolando desgraças, uma revolta indígena que tem dado trabalhos, espicaçada sabe-se lá por quem, e que conserva no território africano, seguindo canseiras, um troço destemido dos nossos valentes soldados*»; «*acentuam-se as ganâncias de amigos e inimigos pelo império colonial que fundámos, fala-se de ocupação dos Açores pelos Estados Unidos*»; e portanto «*precisamos de estar alerta e não confiar na lealdade das nações.*» Mas de novo se preocupavam os do *CADC* com o iberismo e denunciavam «*a infiltração dos espanhóis adquirindo sistematicamente os terrenos fronteiriços no território português*», e por isso lhes lembrava que esse era «*exactamente o plano da Harmonia Ibérica, que elaboraram e pela qual trabalharam nas festanças de Badajoz.*» Entretanto, naquele outono de 1917, produzia-se o milagre de Fátima: mas perante o acontecimento o grupo e o *Imparcial* tomavam uma atitude de prudência e de reserva. Enfurecem-se então, por razões misteriosas, contra Júlio Dantas: o seu *Reposteiro Verde* é uma peça «*desmoralizadora e supremamente estúpida de enredo*»; e lamentam que se não recordem a data do 1.º de Dezembro e «*os tempos épicos da restauração*» desde «*que o intrujão literato Júlio Dantas*» e o «*seu bestunto parlapatão fizeram a crítica médica a valores históricos.*» E naquele fim de 1917, o *CADC* tem uma alegria profunda: a queda, no mês de Dezembro, do gabinete Afonso Costa.

E os católicos da academia, o *CADC*, o *Imparcial*, depositam grandes esperanças no governo de Sidónio Pais.

Entrava o ano de 1918. O padre Cerejeira publicara enfim, havia alguns meses, o seu volume sobre «*O Renascimento em Portugal. Clenardo*». E ia, nestes princípios do ano, prestar as provas para o grau de doutor em letras. Nos *Grilos*, era um acontecimento. Na altura, Salazar tinha mais uma ocupação: o serviço militar. Havendo pedido no ano anterior o adiamento da sua encorporação, frequentava agora a escola prática de oficiais milicianos. Mas em Janeiro um sucesso fez estremecer Coimbra: a passagem de Sidónio Pais a caminho do Porto. Foi recebido na Estação Velha, a academia cerca-o, e são-lhe apresentadas as saudações da cidade. Entre os mestres, Salazar participa da manifestação. Sidónio discursa: e afirma que não há mais políticos mas só portugueses. Perto, uns «*conhecidos formigas*» lançam «*vivas roucos*» à República. Organiza-se cortejo, e à Porta Férrea os estudantes esperam o novo Presidente: e este caminha por cima das capas estendidas. Na Sala dos Capelos, recebe as boas-vindas do Reitor e do corpo docente; e no salão nobre Salazar cumprimenta Sidónio. À noite há jantar de gala: o Presidente pronuncia um discurso político: e acentua a necessidade e o seu desejo de *União Nacional*. E o *Imparcial* comentava: «*Respira-se melhor, mais desafogadamente. A nuvem de democratismo dissipou-se e na atmosfera política do país um ar mais límpido circula e corre.*»

Nessa nova atmosfera promove o *CADC* uma festa para reunir os sócios mais antigos. É verdadeiramente um congresso político. Vêm representações de Portalegre, Viseu, Porto, outras cidades. Diz missa o Bispo-Conde, e na sede — *tremulando ao vento a flâmula branca* — organiza-se a sessão. Preside Correia Pinto, cónego do Porto, secretariado por Oliveira Salazar e Pacheco de Amorim. Discursam José Lencastre, Salazar, Carneiro de Mesquita; e para tratar do problema de uma casa própria para o *centro* é nomeada uma comissão, formada por José Correia, Pacheco de Amorim, Salazar. Depois, à tarde, é a festa cultural no teatro Sousa Bastos. João Porto, quintanista de medicina, abre os discursos; e segue-se-lhe Alberto Dinis da Fonseca, então advogado em Torres Novas, que fala «*com muita graça*». Do Porto,

viera José Nosolini, que recita a sua *Visão de Alcácer*, dedicada à geração nova e que era «*digna de publicar-se*»; e Elias de Aguiar executa «*um trecho de piano*». Todos se reúnem à noite em jantar no Palace Hotel. Sucedem-se os brindes: e Mário de Figueiredo, Joaquim Dinis da Fonseca, José Nosolini, Salazar, Cerejeira, Pacheco de Amorim, Cavaco, Ferrand d'Almeida, Simões Neves, participam com os seus discursos, as suas graças, as suas evocações de tempos que já lhes pareciam recuados.

Estes *velhos* sócios do CADC tinham consciência de que já não eram a *geração nova*. Não haviam perdido o seu ímpeto combativo, nem a sua fé, nem tão-pouco se haviam desviado dos seus princípios. Continuavam a atacar com o mesmo sarcasmo, a mesma agressividade. Na altura, Brito Camacho visitou Coimbra. E o *Imparcial* dedicou-lhe versos chasqueadores:

Era mais lindo e melhor
Lavarem-lhe o seu corpinho
Em proveito da limpeza
Como homens caridosos,
E o Camacho, com jeitinho,
Exultaria em beleza
Não causando mais tifosos.

Mas tinham consciência também de que a sua missão estava finda como grupo homogéneo. A *nova escola de Coimbra*, que o padre Cerejeira proclamara havia quatro ou cinco anos, lançara ideias, arremetera com mitos, definira princípios, revelara valores, fizera estremecer o ambiente académico e mesmo o governo em Lisboa. Arremessara as suas sementes, e estas estavam a germinar. Mas o núcleo central estava disperso, desfeito, distribuído pela realidade da vida. Ascendia à cátedra o padre Cerejeira; José Nosolini ficava definitivamente no Porto como advogado; dispersavam os três irmãos Dinis da Fonseca, e Álvaro, ainda naquele ano de 1918, morria de peste-bubónica; Sílvio Pélico, casado na Figueira, apagava-se; Teixeira Neves, perturbado psicológica e patologicamente, perdia-se para a vida activa; Francisco Veloso dedicava-se à advocacia; Ferrand d'Almeida e Amorim entregavam-se ao estudo; Mário de Figueiredo, que

concluíra o seu curso com 19 valores, prepara-se para o professorado; e Oliveira Salazar, consoante a confissão que fizera a Cerejeira, sonhava em plano bem mais alto. E já numa nostalgia do passado, Pacheco de Amorim despede-se das suas «*Aguilhadas*» do *Imparcial*. O padre Cerejeira, reflectindo o sentimento de todos, despedia-se também. Escrevia um último artigo: a sua pena «*enferrujara*»: e o *Imparcial*, para manter o combate, deveria dirigir-se a «*outros mais novos*». E rematava: «*Eu e a minha pena estamos divorciados, sabem? Escrevam a esses, que eu já não sei escrever.*» (1)

5

Quando Sidónio Pais, na sua viagem para o Porto, se deteve em Coimbra e aí foi vitoriado, estava o novo regime longe de bem definido e assente. Substituída a Junta Revolucionária por um gabinete, e destituído Bernardino Machado (2), foram decretadas medidas de âmbito geral: dissolução do congresso, com anúncio de serem convocados os colégios eleitorais para escolherem novo parlamento com poderes constituintes; readmissão de funcionários civis e militares, que por motivos políticos houvessem sido afastados; revogação das normas mais duras da *Lei da Separação*. Nos primeiros dias de Janeiro sublevava-se o quartel de marinheiros: mas foi prontamente dominado. Depois Sidónio Pais percorreu o país, numa campanha de doutrinação, propaganda, e adesão política. Como temas fundamentais, e mantendo-se dentro do republicanismo, acentuava a necessidade de dignificar a República, criar instituições prestigiadas, normalizar a vida nacional, pôr um termo à demagogia, congraçar e unir os portugueses. Dos três partidos existentes à data do dezembrismo, apenas o unionista, de Brito Camacho, prestava algum apoio às

---

(1) Abandono aqui o *Imparcial*. Este deixou de ocupar as atenções de Salazar. A folha, porém, continuou. O seu último número — o 341 — foi publicado em 12 de Janeiro de 1919, sendo Bento Coelho da Rocha o director.

(2) Foi mandado sair do território nacional pelo tempo que faltava para conclusão do seu mandato, e seguiu para Espanha.

intenções de Sidónio; mas maior era a colaboração política que lhe dava o recente partido centrista, em que Egas Moniz aparecia como figura mais destacada. Dispunha o novo regime, contudo, do aplauso da opinião pública. Apoiavam-no os católicos, muitos monárquicos, os dissidentes dos antigos partidos, os moderados, os independentes, os conservadores, os desiludidos da República. Mas sentia dificuldade em estabilizar-se: eram sucessivas as crises, e frequentes as mutações ministeriais. Em Março de 1918, era designado novo gabinete: Tamagnini Barbosa, Feliciano da Costa, Alfredo de Magalhães transitavam do anterior; Machado Santos, o herói da república, continuava a prestar a sua cooperação ao sidonismo; mas eram chamados a colaborar, entre outros, Carlos da Maia, Forbes Bessa, Pinto Osório; e também Martinho Nobre de Melo, um jurista, um moderado, que colaborara no *Imparcial* com *Oiro e Cinza* e fazia recitar nos saraus de Coimbra a sua *Balada da Infanta*, e que não se classificava a si próprio de republicano nem de monárquico. Depois foi a preparação eleitoral. Agruparam-se as forças políticas da nova situação: constituíram o *Partido Nacional Republicano*. Os católicos, no entanto, não ingressaram no novo partido *nessa qualidade* e declararam uma neutralidade colaborante; e os velhos partidos não desarmaram na sua aguerrida hostilidade. Nas eleições, ganharam os dezembristas, por maioria substancial; e na votação presidencial obteve Sidónio mais de 60 % do sufrágio. Entre os deputados, estavam eleitos Alberto Pinheiro Torres, por Braga; Lino Neto, por Portalegre; Alberto Dinis da Fonseca, por Arganil; Alfredo Pimenta, por Guimarães; e Carneiro Pacheco, por Santo Tirso. Era a penetração, nos degraus superiores da política, de elementos católicos, de monárquicos, até de homens do *CADC*. Quanto a Sidónio, continuava a apelar para a unidade; e nesse propósito era seguido por alguns intelectuais — António Sérgio, Reis Santos, alguns outros — que lançavam o movimento de *concórdia nacional*. E havia agora que institucionalizar a nova situação.

Entretanto, Sidónio imprimia uma directriz diferente à política de guerra. Não tentou uma paz separada, nem renegou compromissos solenes livremente aceites; mas reduziu ao mínimo a cooperação portuguesa na Europa; não reforçou o *Corpo Expedicionário*; e procurou fazer regressar ao país os contigentes que

acaso estivessem disponíveis. No parlamento recém-eleito, o secretário de Estado da Guerra formulava acusações aos governos anteriores; monárquicos e não-intervencionistas aplaudiam; e os oposionistas declaravam que o governo lesava interesses nacionais. Sem que se chegasse a uma conclusão, a câmara adiou por três meses os seus trabalhos de assembleia constituinte.

Pelo país multiplicavam-se as revoltas de unidades militares, as alterações de ordem pública, os actos de indisciplina; sucediam-se os choques de forças, o tiroteio, as bombas; havia mortos, feridos; e eram quase constantes as greves. Sidónio acorria pessoalmente aos locais de perturbação, era decidido, era intrépido; e a massa popular pressentia que estava perante um Chefe. Mas as forças políticas frustravam a cada passo qualquer projecto de estruturação do novo sistema. Todo o debate se travava em torno da forma das instituições: presidencialismo ou parlamentarismo moderado? Por si, Sidónio Pais queria impor o presidencialismo: era a fórmula que melhor se afeiçoava ao seu carácter e ao seu pensamento de governo. Às prerrogativas presidencialistas do Chefe do Estado queria acrescentar, no entanto, o direito de dissolução do parlamento. Os centristas chefiados por Egas Moniz, todavia, e outras facções, opunham-se: aceitavam decerto e até desejavam o presidencialismo: mas, assim como criticavam no parlamentarismo anterior a ausência do direito de dissolução, recusavam agora este em regime presidencialista. Havia lógica nesta atitude política; mas Sidónio receava que o presidencialismo sem dissolução significasse um regresso à demagogia, ao sistema de grupos, a um regime de assembleia que paralisasse a chefia do Estado embora sem a derrubar. Na polémica se consumiu o tempo. Agitavam-se as forças armadas. Estas instituíram as Juntas Militares, que além de dissidência traduziam uma intervenção na política. E quando na noite de 14 de Dezembro de 1918 Sidónio Pais embarcava com destino ao Porto, em viagem política, foi assassinado na estação do Rossio. Terminava assim uma tentativa de ordem, de estabilidade, de união, de levantamento nacional. Sidónio era um chefe militar. Era também um aliciador de homens, no sentido de exercer sobre as massas fascínio e sedução. Não tinha limitações o seu patriotismo, nem o seu espírito de sacrifício. Mas parece duvidoso que fosse capaz de reformar o Estado

e de lhe imprimir um conteúdo ideológico próprio. Era um excelso caudilho: não seria um estadista.

Foi brutal o choque no país: de mágoa e de indignação. Constituiu o funeral de Sidónio Pais a expressão profunda de um sentimento complexo e muito português: a saudade de um sonho desfeito, a tristeza por haver sido destruída a esperança sempre depositada no dia de amanhã, a convicção de catástrofe iminente que se segue à euforia fugaz, o desnorteamento pela falta súbita dos pontos de apoio. Na memória de muitos estava o naufrágio da *vida nova* idealizada por Oliveira Martins, o assassinato de um homem de carácter e vontade que era D. Carlos: e agora, com o desaparecimento de Sidónio, desvanecia-se a *república nova*. Perseguia-se um objectivo que se transformava em miragem. Porque a *república nova*, com efeito, não chegara a firmar-se. Morto Sidónio, o governo avocou a totalidade do poder executivo: mas fê-lo baseado na constituição de 1911: e foi nos termos desta que se efectuou a eleição presidencial. Da legislação sidonista, e das normas que naquela regulavam a escolha do chefe do Estado, ninguém pareceu recordar-se. E tornavam a emergir as forças parlamentaristas.

Entretanto, em Novembro de 1918 findava a guerra na Europa e no mundo. Entrava-se em armistício, e começavam as negociações de paz. Chegara o momento de avaliar o preço e o benefício da intervenção portuguesa no conflito: era aterrador o saldo negativo. Enviáramos para África cerca de 35 000 homens, a que acrescentámos 20 000 soldados negros; mas para França, onde não tínhamos interesses directos vitais a defender, expedimos cerca de 60 000 homens. Aos aliados fornecemos trinta mil espingardas, quinze milhões de cartuchos, quinze mil granadas; cedemos à Inglaterra 160 000 toneladas de navegação aproximadamente; autorizámos sem contrapartida o uso dos nossos portos; tomámos o encargo de manter a ordem, a pedido da Grã-Bretanha, em vastas áreas da África Austral; e em favor de terceiros houvemos de dispor de matérias-primas e géneros alimentícios. Entre mortos, feridos e inutilizados, sacrificámos em França 14 623 soldados, e em África 21 000. E por invasão dos territórios africanos, ou subversão, perdemos mais de cem mil homens.

Convocado o congresso nos termos da Constituição de 1911, rapidamente se acordou no almirante Canto e Castro para presidente da República. Em 23 de Dezembro de 1918, João Tamagnini Barbosa, que já fora vulto de destaque político no sidonismo, constituiu gabinete, com Malheiro Reimão nas Finanças e Egas Moniz nos Estrangeiros. Era um ministério moderado, claramente de transição. Mas quinze dias depois, a 7 de Janeiro de 1919, Tamagnini era forçado a remodelar o governo: substituía o ministro da Justiça Afonso de Melo por Francisco Fernandes, um monárquico, e o ministro da Guerra, general Corte-Real, pelo coronel José da Silva Basto. Tratava-se no fundo de uma imposição das Juntas Militares, em particular da do Norte, de que Silva Basto era mentor. Quando se apresentou à câmara o gabinete remodelado, desde logo lhe foram dirigidas críticas aceradas: um deputado, Cunha Leal, destacou-se pelo brilho do seu discurso, acusando Tamagnini de haver cedido às Juntas; e Machado Santos, o patriarca do republicanismo, verberava também a atitude do chefe do governo. Subiu a tensão no país. Na noite do dia 10 de Janeiro, surgiam focos revolucionários: na Covilhã, em Santarém, em Lisboa. Na capital, foi assaltado o castelo de S. Jorge por elementos civis, e estes, numas centenas, ocuparam em revolta o Arsenal de Marinha. Puderam ser dominados estes sucessos, como os da Covilhã; mas não aconteceu assim em Santarém. Por detrás dos revolucionários estavam homens de categoria: Álvaro de Castro, democrático moderado; António Granjo, do partido evolucionista; Jaime de Morais, independente mas republicano; o socialista Dias da Silva; e o próprio Cunha Leal, que por um tempo comungara no sidonismo. Procuraram impor a Canto e Castro um governo chefiado por Nunes da Ponte, com Tamagnini de Abreu na Guerra. Mas o gabinete não cedeu: e às forças que de Santarém vinham sobre Lisboa opôs outras sob o comando do mesmo Tamagnini de Abreu. Era de caos o ambiente, e até de guerra civil: segundo Cunha Leal, alguns membros do governo tinham entendimentos com os revoltosos de Santarém: e o próprio Tamagnini Barbosa, embora alheio à sedição, via nesta uma forma de provar às Juntas que não dispunham de todo o poder nem representavam o país. Para agravar a crise, foi proclamada no Porto, a 19 de Janeiro, a restauração da monarquia: era mais

uma tentativa na linha das que, entre 1911 e 1912, haviam sido feitas por Paiva Couceiro, que agora estimulava também a nova aventura. Aquela monarquia do norte dominou até ao rio Vouga e a Viseu; Aveiro conservou-se fiel à república; e também Chaves, mercê da resistência organizada por Granjo, Jaime de Morais, Agatão Lança, Ribeiro de Carvalho, e outros. Dias depois, a 22 de Janeiro, com a aprovação do Lugar-Tenente de D. Manuel e herói de África, Aires de Ornelas, algumas unidades militares de Lisboa revoltavam-se também em nome da monarquia, e instalavam-se em Monsanto. Pouco mais de um mês correra sobre a morte de Sidónio, e era de anarquia o estado do país: e pareciam irrelevantes as negociações de paz que se arrastavam em Paris, a ruína do tesouro, a pesada dívida de guerra, a crise económica e de subsistências, o desprestígio da nação no plano externo, as possibilidades de uma intervenção estrangeira. Em Lisboa, era a desorientação: e só muito lentamente conseguiu o governo reunir forças para repressão. Estas foram entregues ao comando do coronel Vieira da Rocha. Durante quarenta e oito horas, foi áspera a luta; mas ao fim da tarde do dia 24 rendiam-se os monárquicos, e os seus principais chefes constituíam-se prisioneiros e assumiam todas as suas responsabilidades. Mas as forças militares e políticas que ajudaram o governo a sufocar Monsanto não pertenciam à *república nova:* tinham as suas raízes nos três partidos tradicionais: era a *república velha,* de Afonso Costa, António José e Camacho, que regressava à vida. Restrita ao apoio dos nacionalistas centristas, era assim insuficiente a base política do governo de Tamagnini Barbosa. Reaparecia *O Mundo,* revigorava-se *A Lucta:* e o gabinete apresentou a sua demissão. Reuniram-se as forças republicanas tradicionais nas salas dos unionistas: e para constituir ministério foi indicado ao Presidente da República o nome de José Relvas. Este completou o seu elenco a 28 de Janeiro: e do partido nacionalista, ainda ligado ao sidonismo, apenas se escolheram três representantes, de que o mais eminente era Egas Moniz, nos Estrangeiros. Em menos de nove anos, o regime republicano experimentara dezoito governos.

6

Prestara Oliveira Salazar as suas provas públicas para o magistério superior, e decorria o seu segundo ano lectivo. A notabilidade do seu concurso e a altura das suas prelecções não deixavam em ninguém dúvidas sobre os méritos. Não possuía, no entanto, o grau académico de *doutor em direito*. Era ponto que urgia resolver, e Salazar estava disposto a submeter-se ao que lhe fosse exigido pela Faculdade. Mas uma lei de 15 de Setembro de 1917 (1) atribuía àquela escola o poder de conferir o grau de doutor aos professores ordinários, e aos extraordinários com três anos de serviço, e ainda a individualidades eminentes dignas dessa distinção. Em reunião do conselho da Faculdade, de 19 de Fevereiro de 1918, o corpo docente entendeu que havia chegado o momento de usar daquele poder: e os professores e assistentes que se encontravam naquelas condições «*eram em tudo dignos daquele grau, já pelos seus merecimentos comprovados, já pelos serviços prestados*». Nesta conformidade, José Alberto dos Reis propôs que fosse aplicada aquela decisão aos professores em causa. Então, porque eram os abrangidos, retiraram-se da sala Carneiro Pacheco, Paulo Merêa, Fezas Vital, Magalhães Colaço e Oliveira Salazar. Permaneceram apenas, além de José Alberto, os mestres Guilherme Moreira, Machado Vilela e Caeiro da Matta. Estes resolveram fazer doutores a Carneiro Pacheco e Paulo Merêa. Regressados todos à reunião, aqueles dois agradecem. E na sessão de Maio seguinte, a 10, José Alberto propõe que, tendo sido promovido já a professor ordinário do grupo de ciências económicas, Oliveira Salazar recebesse imediatamente o grau de doutor, «*o que foi logo votado*». Salazar exprimiu o seu reconhecimento: agradeceu «*à Faculdade, e especialmente ao Sr. Director, que tomara a iniciativa, a honra que vinha de fazer-lhe, conferindo-lhe o mais alto grau académico; e se bem que fosse seu íntimo desejo prestar directamente provas destinadas a obtê-lo, não deixava de ser ainda maior a honra que a Faculdade lhe concedia, dando-lho*

---

(1) Decreto n.º 337-C, art. 92.º § único.

sem essas provas.» Nos termos legais, e para todos os fins, Salazar era *doutor em direito* (1).

Sem prejuízo da sua actividade docente, Oliveira Salazar ampliava agora a sua vida social. Superara uma crise sentimental, em que não rejeitara de todo a possibilidade de casamento. Fora com efeito profunda a sua afeição pela Júlia Perestrelo, a *Julinha*, filha de sua madrinha Maria Perestrelo: mas esta não aprovara o derriço com o filho do Tio António, modesto feitor da casa dos Perestrelos. Salazar, como explicador que também havia sido da *Julinha*, passara a esta um ponto para composição: «*que pensa do amor?*» Maria Perestrelo considerou o exercício como escabroso e impertinente, e faz sentir ao afilhado a sua raiz plebeia. Salazar declara então que nunca mais entraria em casa de sua madrinha, nem lhe falaria, e jurou-o. Observara o padre Cerejeira, por outro lado, a incompatibilidade de feitios, gostos, temperamentos: e interveio decisivamente para pôr fim ao namoro. Mas Salazar desde esse tempo conquistara larga roda de admiradoras. Entre estas, a mais ousada era Glória Castanheira. Pianista de mérito dentro do seu amadorismo, cultivava o gosto que Salazar tomara pela música. Cercava-o de amabilidades, e o mestre de direito, com os seus vinte e nove anos, considerava-se seu «*enfant gaté*» (2). E outras moças de Coimbra faziam parte do

---

(1) Salazar foi nomeado professor ordinário por decreto de 18 de Abril de 1918, tendo tomado posse do dia seguinte. Passava assim directamente de *assistente* a *ordinário* e não à categoria intermédia de *extraordinário*, como seria normal. Deve-se o facto à circunstância de não haver na altura qualquer professor ordinário do grupo de cadeiras a que pertencia Salazar. Vital e Colaço eram mais antigos, em dois anos, mas como professores extraordinários. A questão da antiguidade surgiu na sessão de 20 de Julho de 1918. Por tradição, era secretário do conselho o professor mais moderno. O conselho entendeu que o mais moderno seria o último despachado, independentemente de ser ordinário ou extraordinário, e isso equivalia a designar Salazar para a função. Mas este pediu escusa, que lhe foi concedida; e como se lhe seguia Colaço, este aceitou, tendo desde logo passado a servir de secretário. Por outro lado, Vital e Colaço, embora mais antigos, só receberam o grau de *doutor* depois de Salazar porque este foi professor *ordinário* antes daqueles.

(2) Expressão usada pelo próprio Salazar em carta a Glória Castanheira.

círculo feminino de Salazar: a Maria Luísa Sobral, a Alda Pais, a Palmira, a Alice, a Maria Helena. Salazar interessava-se pelas suas actividades, pelos seus casos sentimentais íntimos; era mesmo um conselheiro, um confidente, e situava-se na fronteira indefinida entre a amizade fraternal e o devaneio amoroso. Era sedutor, exercia sobre as mulheres fascínio aliciante: tem a auréola do homem de fama e prestígio intelectual e que está só e disponível para todas as aventuras: a sua gravidade exterior, a sua placidez, a sua figura bem apessoada, a sua galhardia e raça naturais, a sua sensibilidade muito delicada, tornavam-no atraente: e a audácia do rebelde nos seus escritos do *Imparcial* e nas suas conferências completava o seu sortilégio aos olhos femininos. Salazar acompanhava-as a festas, saraus, concertos. Mas não era apenas a música que o interessava. Sentia-se também atraído pelo teatro. Naquele ano de 1918, Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro vão a Coimbra, representam as *Almas sem rumo*, de Giacosa, em tradução de Cunha e Costa: e Salazar não deixa de assistir. Aplaude Palmira Bastos e Alice Pancada no *Amor de Máscara* e em *Rosita*, admira Ângela Pinto na *Lagartixa*, de Feydeau, e Maria Matos n'*O Senhor Roubado* e no *Afilhado da Madrinha*. Através de tudo, no entanto, Salazar seguia os acontecimentos políticos, e não abandonava a causa de que era militante.

Pela primavera, deslocou-se a S. Joanino, modesta freguesia do concelho de Santa Comba. Ali fundou um *centro católico*. Foi «*um dia interessante esse*». Salazar fez um comício. Presidiu o Padre António, que havia quase trinta anos o baptizara em Santa Cruz do Vimieiro. Vestia o velho pároco uma «*sobrecasaca deliciosa*»: e «*nas passagens mais graves dos discursos mostrava o seu aplauso com grandes acenos de cabeça, que àquela gentinha servia de sinal para aplaudir também*». À esquerda de Salazar, ficaram umas senhoras «*muito galantes por sinal*»; e em frente muito povo, em três salas cheias. Antes tinha havido missa cantada à Senhora da Piedade, com acompanhamento por um órgão velho que «*nada deixava a desejar no género horrível: nem de todas as teclas se tirava som, nem dalgumas delas o som que lhes competia*». Mas tudo foi um sucesso. «*Era tal a admiração, tal o embevecimento de toda aquela pobre gente nas melodias que ouviram, que eu, não sendo aliás facilmente sugestionável*»

— conta Salazar a Glória Castanheira — «*estava em crer que o órgão e o organista tocavam qualquer coisa de jeito.*» Depois do comício, Salazar demorou-se no Vimieiro. Passava durante o dia a maior parte do tempo no quintal por detrás dos casebres, onde brincara com suas irmãs. Maria do Resgate continuava no seu sofrimento constante, entre a vida e a morte: era a apoquentação de Salazar. Por isso este quase não saía de casa. Lia muito: concluíra a leitura de uma obra sobre Liszt e outra sobre Beethoven, que Glória Castanheira lhe oferecera. E ficava em êxtase perante as suas flores. «*Os lírios abrem agora, esplendorosamente, diria, se não fossem meus*»; «*desabrocham às dúzias, junto do caminho*»; e «*como a manhã os orvalha, quando os visito estão incomparavelmente belos e perfumados.*» Mas as rosas eram um desapontamento: «*estão ainda atrasadas*»; «*abrem a medo*»; e «*o caso é que me fazem muita falta.*» Ida a semana santa, regressou Salazar a Coimbra. Atacou-o uma constipação muito forte: não podia ler nem escrever, os olhos não suportavam a luz, e quase não saiu à rua por uns dias: e «*mal se arrastava até às aulas com imenso sacrifício para não faltar*».

Sem embargo de mais intensa vida social, e da actividade de militante católico, Salazar trabalhava sempre. Procurava sobretudo aperfeiçoar as prelecções magistrais: sistematizá-las melhor, dar-lhes maior profundidade, mantê-las actualizadas. Não obstante a sua admiração pela Inglaterra e os seus conhecimentos de alemão, era em autores franceses que sobretudo se firmava. Tanto na disciplina de *Finanças* como na de *Economia*, preocupavam-no os aspectos sociais. Além dos já clássicos — Le Play, La Tour du Pin, Desmoulins, Le Bon — absorvia também as obras mais recentes: estudava os livros de Deschamps, embrenhara-se em Champault, em Robert, em Rousiers, em Léon Gérin, em Ponsard, em Levasseur, em alguns mais. Reservava estes autores para sua meditação, e aos alunos aconselhava a leitura de Einaudi, de Leroy-Beaulieu, de Gide, de Nogaro, de Jèze, de Perreau, dos nomes enfim que faziam escola. E por outro lado revia o estudo que escrevera para o *Boletim* da Faculdade sobre a *crise das subsistências*. Apenas avançava com esforço, «*penosamente*», e o problema das subsistências trazia-o «*deveras enjoado*». Conseguira chegar ao fim: e publicava o trabalho, em separata, com o título de «*Alguns*

aspectos da crise das subsistências» [1]. Tratava-se em síntese de uma crítica áspera à maneira por que, na guerra em curso, o governo tentara resolver a questão. Partindo dos alimentos básicos — o trigo, a batata, o arroz, o feijão — Salazar concluía que a crise, além de razões derivadas do conflito, fora agravada pelo colapso do comércio distribuidor, pela alta pavorosa de preços, pela insuficiência dos transportes marítimos e sobretudo terrestres, pela diminuição da produção, pelo caos financeiro, pela incompetência total do governo em preencher a falta de iniciativa privada e colmatar as lacunas e os vícios da estrutura social. Encontram-se no estudo fórmulas lapidares. Esta: «*E em face dessa complexidade de elementos que se entrelaçam em acções e reacções mútuas, da deficiência dos géneros numa alta de preços, duma alta de preços numa alta de salários, duma alta de salários numa consequente e forçada elevação dos mesmos produtos, numa carestia geral em face da qual a moeda se desvaloriza arrastando a depreciação de todos os rendimentos fixos provenientes de valores ou de salários — em face dessa complexidade tremenda é para pensar também se não se terá julgado ainda a questão demasiadamente simples e mesmo indigna de mais cuidadas atenções.*» Ou estoutra de penetrante lucidez: «*Mas o mundo civilizado habituara-se a um intercâmbio constante e valiosíssimo, e as diferentes nações, seguras do seu abastecimento fácil em matérias-primas, em substâncias alimentícias, em produtos manufacturados, tendiam para uma especialização crescente, que a natureza parecia aconselhar com uma distribuição desigual das riquezas, e a economia aplaudia pela fecundidade própria da divisão do trabalho e do mais perfeito equilíbrio entre a produção e as condições em que se realizava.*» Este princípio era «*óptimo numa humanidade em paz, péssimo numa humanidade em guerra.*» As nações deveriam adaptar-se a uma economia de guerra, e satisfazer-se com a mediania: «*talvez não fosse nunca a opulência, mas em troca é possível que jamais houvesse de ser a miséria.*» Finalmente: «*nos povos em decadência enfraquece o espírito nacional*»

---

(1) Oliveira Salazar, «*Alguns aspectos da crise das subsistências*». Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918. Separata do vol. IV do «Boletim», Estudo de 74 págs., em largo formato.

e «*não havia decerto necessidade de provações tão duras como a desta guerra para o convencimento da decadência portuguesa.*» (1) Dentro da sua aridez, o estudo ocupava-se de problemas práticos, sem interesse intelectual ou especulativo, mas vitais para a grei: e constituía um libelo contra os poderes constituídos.

Mas Salazar atravessava uma fase depressiva. As chuvas, o vento, as trovoadas de Coimbra enervavam-no, abatiam-no. Refugiava-se muito no teatro e na música. Quando no Vimieiro e em Santa Comba, pedia à Palmira e à Alda para lhe tocarem ao piano trechos que apreciava particularmente. Nas noites de Coimbra, passava frequentes serões em casa de Glória Castanheira, à Couraça de Lisboa, n.º 35. Muitas vezes ia só; nalgumas ocasiões apareciam o Mário de Figueiredo, o Mário Pais de Sousa, o Beleza dos Santos, e mais raramente o Machado Vilela; e também alguns discípulos de Glória. Decorriam então momentos de abandono, descanso, disponibilidade romântica. Glória executava ao piano os autores favoritos de Salazar. Depois este escrevia a agradecer: «*Escrevo-lhe, minha senhora, avivando em minha alma a deliciosa recordação de tantos magníficos serões de doce intimidade e esplêndida música, que a sua bondade — uma bondade inesgotável — me tem proporcionado. V. Ex.ª decerto crê que tenho na mais alta estima a sua estima, e na mais alta consideração a sua arte, que tanta pena tenho de não saber devidamente apreciar. Embalam-me docemente e com uma grande suavidade todas as pequeninas coisas enternecidas e amáveis com que a sua alma amiga e de artista tudo embelezava — a leve conversação que me repousava o espírito e as horas que se faziam ligeiras. Recordo-o para agradecer.*» Mas Glória Castanheira era exigente na sua amizade, no seu afecto sentimental; não suportava de bom ânimo a distância que Salazar nunca transpunha; e de uma vez teve uma frase contundente. Deu-lhe o mestre de direito uma réplica reveladora: «*teimo em crer que uma tão dura frase devia custar*

---

(1) Nos curtos trechos citados está todo o processo da inflação, da crise de matérias-primas pela sua escassez e elevados preços, da erosão do poder de compra pela erosão do valor da moeda, etc. Este quadro haveria de vir a verificar-se, mesmo em escala mundial, nos anos futuros e em períodos cíclicos.

a V. Ex.ª — tão amiga e tão amável — um violento esforço e um grande pesar. Proponho-me firmemente evitar-lhos de futuro, e prometo-lhe por isso, minha senhora, — e V. Ex.ª verá como eu sei cumprir uma promessa ainda à custa de todo o sacrifício — proceder de modo que V. Ex.ª não tenha outra ocasião de exaltar-se, nem eu venha mais a ter a mágoa de sentir diminuído o encanto de inolvidáveis recordações. Mas viverão comigo e delas espero poder viver. Confio em que V. Ex.ª guardará absoluta reserva acerca desta carta, e aproveito a ocasião para enviar a V. Ex.ª uma outra que, por imperdoável descuido, lhe não entreguei ainda e há tanto tempo já tenho em meu poder. Menos que nunca V. Ex.ª falará em mim às pessoas das suas relações.» Era um amuo em estilo clássico, com devolução de cartas: mas era, principalmente, a quase feminina sensibilidade de Salazar que fora afectada, um orgulho ferido, um pundonor ofendido.

Justamente essa sensibilidade levou Salazar, no outono daquele ano de 1918, a uma cena violenta com João de Magalhães Colaço, seu amigo, seu colega, e também espírito acima do comum. Estavam a uma janela da Faculdade, em conversa, e passa defronte uma tricana de grande beleza. Colaço era irónico; Salazar, sempre muito discreto, tinha a fama entre os colegas de se não sentir atraído pela presença feminina, salvo platonicamente; e Colaço jogou-lhe, apontando a tricana, um dito equívoco e sarcástico. Salazar respondeu-lhe de pronto com uma frase brutal em que aludia à noiva de Colaço (1). Ali mesmo cortaram relações, mais por iniciativa deste último. Causou o facto consternação entre os demais colegas. Guilherme Moreira procurou Salazar, e tentou fazer as pazes entre este e Colaço. Zangas e incidentes sempre se davam: Marnoco questionara uma vez com Dias da Silva, ele próprio, Moreira, estivera por um tempo sem falar a José Alberto: mas tudo se compusera. No caso presente não havia quebra de

---

(1) O dito de Colaço era infundado. Acontecia que Salazar tratava com máxima reserva todos os assuntos pessoais, e na matéria não se confiava a ninguém. A cena em si, tal como a refiro, não está documentada por escrito. Mas recolhi-a de numerosos testemunhos idóneos, todos concordantes. Quanto ao que se segue sobre este episódio, baseia-se em documentação do punho do próprio Salazar.

dignidade no reatamento de relações; já falara com Magalhães Colaço, que estava em boa disposição e assegurava que não tivera o mínimo intuito de ofender; e de resto Colaço admitia também (e ele, Moreira, concordava) que fora *estúpida* a brincadeira. Guilherme Moreira propunha por isso que, quando se encontrassem, o que chegasse depois cumprimentasse o que já estivesse e este aceitasse a saudação: tudo ficaria sanado. Salazar registou a sua resposta: «*Confessei ter sido malcriadíssimo com o Collaço, não querer ofendê-lo senão porque julguei que ele me queria ofender a mim, que me desgostei muito com o facto de ele cortar relações comigo, mas que era norma por mim sempre seguida não romper com ninguém, mas não reatar as relações uma vez rotas.*» Guilherme Moreira, sempre com boa vontade, insistiu: tudo se poderia ainda aplanar se Salazar falasse com Fezas Vital: e acrescentava que José Alberto (sabedor do rompimento) ficara muito aborrecido. Salazar então rematou a conversa: «*Tive de dizer-lhe a sério que podia o Director ficar descansado, que o serviço em nada seria prejudicado.*»

Não obstante esta posição irredutível de Salazar, não deixou Guilherme Moreira de abordar outro assunto. Acabara de se efectuar uma reunião do Senado Universitário, e aí se soubera que o professor Pinto Coelho ia ser transferido para a Faculdade de Direito de Lisboa. Ora Pinto Coelho era o encarregado, na *Revista de Legislação e Jurisprudência*, das secções de Direito Comercial e de Direito Fiscal. Com a transferência, ficavam abandonadas: e para as preencher Moreira convidava Salazar a substituir Pinto Coelho e ingressar no corpo redactorial da Revista. E não haveria melindres quanto àquele: embora o desejasse, Pinto Coelho não poderia continuar no cabeçalho da *Revista:* porque neste particular era formal o regulamento: apenas consentia que ali figurassem professores de Coimbra vivendo em Coimbra. No entanto, Salazar entendeu dever recusar o convite: «*Respondi que agradecia muito a honra que me conferia a Revista — a nossa mais autorizada Revista — convidando-me para seu Redactor, mas que não podia aceitar porque:* a) *tinha há pouco começado ainda a estudar os aspectos jurídicos das Finanças e não estava por ora muito habilitado a tomar conta daquelas secções;* b) *estudo muito vagarosamente e por isso me era muito penoso estar a fazer con-*

sultas rápidas para a Revista, ou então perder muito tempo de que realmente não posso dispor, e c) ainda fazê-las de modo que depois tivesse de contestá-las em estudos mais desenvolvidos no Boletim.» Moreira insistiu: explicou o trabalho que dariam as consultas: mas *«não falou em remuneração»*. Salazar invocou então a sua zanga com Magalhães Colaço: o corte de relações tornaria por certo melindroso o seu ingresso no corpo redactorial da *Revista*. Garantiu Moreira, porém, *«que a todos consultara, e tinham aceite a proposta da minha entrada, inclusivamente o Colaço.»* E como Salazar mantivesse a recusa, então Moreira pediu *«que ao menos não desse uma resposta definitiva, mas ficasse a pensar na proposta.»* No domínio do direito, era aquela *Revista* de longe a de maior prestígio, e muito ciosa dos seus colaboradores, e exigente na categoria destes: e por isso o convite feito a Salazar traduzia o respeito e a consideração dos seus pares mais antigos. Mas na altura o assunto não teve seguimento (1).

Chegava ao seu termo o ano de 1918, e Salazar foi para o Vimieiro, a passar as férias do Natal. Entretanto, oferecera os seus *«Alguns aspectos da crise das subsistências»* à imprensa local da Beira: e esta celebrava a publicação do estudo em termos entusiásticos. Considerava o assunto *«momentoso»*: fazia largas transcrições do trabalho: e classificava-o de *«um documento dos mais conscienciosos»* escrito em páginas de *«uma espontânea vernaculidade e duma viril observação e análise»*, e um *«eloquente*

---

(1) A «Revista de Legislação e Jurisprudência» foi fundada em 1 de Maio de 1868. Para celebrar o seu centenário, iniciou o Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz, em 1 de Abril de 1968, e na mesma Revista, a publicação de um longo e notabilíssimo estudo, em que historia as vicissitudes por que aquela tem passado e a evolução do seu corpo redactorial. O trabalho transcende em muito a simples cronologia de factos: trata-se de uma investigação original, indispensável ao conhecimento dos estudos jurídicos em Portugal e à vida da Faculdade de Direito de Coimbra e dos seus mestres na época abrangida; e aí se estuda também, sob outro ângulo e à luz dos elementos então disponíveis, a entrada de Salazar para aquela escola e para a Revista, e posteriormente para o governo, no contexto dos acontecimentos do «28 de Maio». As notas de fim de página, muito mais extensas do que o próprio texto, oferecem o maior interesse e são resultado de uma investigação primorosa. Do estudo foi publicado um 1.º vol., Coimbra, 1975, 882 págs.

brado de patriotismo». No Vimieiro, em Santa Comba, e até Viseu, Salazar era uma figura consagrada, como se já tivesse vivido muitos anos. Quando o cruzavam, por estradas e caminhos do concelho, todos se desbarretavam; e nos centros de cavaco — na loja do Cruz, na farmácia do Paiva, no Largo do Balcão — era acolhido com o respeito por quem está acima de todos; e até o padre António, que o baptizara, o tratava de inferior para superior. E a mesma cerimónia o cercava nos seus passeios a Currelos, a Papízios, ou quando assistia à missa na Igreja da Óvoa. Como sempre, todavia, era por casa e no seu quintal que Salazar despendia a maior parte do tempo: conversar com seu pai, já à beira dos oitenta, e sobretudo velar por Maria do Resgate, constituíam as suas ocupações predilectas. Agora, naquele inverno, a guerra acabara: e também no Vimieiro se sentira o fim do pesadelo. Em Santa Comba, a Câmara Municipal e o administrador do concelho mandaram celebrar na Igreja Matriz um *Te Deum* «*em acção de graças pela vitória dos aliados e bem assim pelo esforço português que em terras de França e nas nossas possessões de África soube honrar a dignidade e o heroísmo da nossa raça*». Na capela-mor, do lado da epístola, estavam os oficiais do distrito de recrutamento, magistrados, funcionários, figuras da política local, e o «*talentoso lente da Universidade de Coimbra, Sr. Dr. António de Oliveira Salazar*». Se aquele pesadelo da guerra findara, no entanto, outros se lhe vieram substituir: os acontecimentos de Lisboa, a queda do sidonismo, a revolta da Covilhã, a agitação provocada pelas colunas de Teófilo Duarte em toda a Beira, o sentimento geral de incerteza e insegurança. Salazar não se intrometera na política, observava esta de longe, e com íntimo desdém; mas não tinha dúvida de que, como militante católico eminente, o seu nome fora notado; e a esse título pertencia-lhe um quinhão na hostilidade das forças democráticas e demagógicas.

Passados o Natal e os Reis, regressou Salazar a Coimbra em 7 de Janeiro de 1919. Na Estação Velha, encontrou um conhecido: o José Júlio César. Falaram-se, demoraram-se um bocado em conversa enquanto este aguardava o comboio para Lisboa. E então José Júlio explicou por que lhe havia escrito um bilhete a convidar Salazar a ir à capital: nos fins do ano, quando se procedeu à última remodelação ministerial de Sidónio, houve que substituir

nas Finanças o ministro Xavier Esteves e libertar Mendes do Amaral da interinidade da pasta: e «*lembraram-se então de me atrair para o Ministério na recomposição que se tornava necessária*»; mas «*não insistiu depois porque a crise tomou outra orientação e teve de se resolver pela passagem do Tamagnini do Interior para as Finanças.*» Mas o comboio chegou, José Júlio subiu para a carruagem. Despediu-se de Salazar com «*muitos abraços, muitos elogios*».

7

Durara o governo de José Relvas dois meses. Em 30 de Março de 1919 era substituído por um ministério Domingos Pereira. Este significava verdadeiramente o golpe final nos últimos vestígios do sidonismo: do seu elenco desapareciam, com efeito, todos os dezembristas e centristas: e constituíam-no somente elementos dos partidos tradicionais. Regressava a *República Velha:* mas não inteiramente. Uma nova geração desabrochara para a vida política: e os grandes chefes históricos, corroído o seu prestígio e gastos pela luta, eram gradualmente afastados. No gabinete Domingos Pereira, e além deste, surgiam novos nomes, alguns vindos das gerações coimbrãs da proclamação da república: António Granjo, Ramada Curto, Leonardo Coimbra. Mas do afastamento dos antigos chefes, do surto de novas forças, do ímpeto de políticos novos, resultava também uma nova arrumação das correntes políticas. Em teoria, os partidos democrático, evolucionista e unionista continuavam a existir. Mas estavam profundamente enfraquecidos: desfalcara-os a dissidência, apoucara-os a falta de apoio popular. Como consequência, formavam-se novos agrupamentos partidários, com novos programas de governo, e em torno de novos vultos: nasciam já velhos, porém, no sentido de que o antigo parlamentarismo constituía um traço comum a todos. Houve uma primeira tentativa das forças conservadoras, incluindo alguns dezembristas, centristas, independentes, unionistas: Egas Moniz era o animador: e pretendia criar o Partido Republicano Reformador. Mas naufragou a ideia. Também não foi melhor sucedido o Partido Republicano Conservador, cuja formação

Alberto Madureira empreendera, com Nunes da Ponte, Francisco Fernandes, António de Sousa Fernandes. Com mais sucesso se congregaram outras forças conservadoras e moderadas no Partido Liberal Republicano, a que aderiram muitos do frustrado Partido Reformador, e ainda evolucionistas e unionistas. Mas a sociedade portuguesa radicalizava-se, e progredia a ideia socialista. Dentro desse radicalismo se formaram o Grupo Parlamentar Popular, em volta de Júlio Martins, e o Núcleo de Acção e Reconstituição Nacional, representado por Álvaro de Castro, Sá Cardoso, Carlos Olavo, Rego Chaves, Hélder Ribeiro, Pedro Pita, outros mais. Estes grupos, contudo, sofriam desde logo cisões: e emergiam o Partido Nacionalista, o Partido Radical, o Partido Esquerdista, a União Liberal Republicana. E como símbolo de saudosismo do *5 de Outubro* e da *Rotunda*, Machado Santos lançava a Federação Nacional Republicana, que se arrogava um papel de magistratura moral. Por seu turno, e fora do sector republicano, continuavam desavindos os monárquicos. Os partidários da monarquia constitucional mantinham-se fiéis a D. Manuel e obedeciam às instruções do seu lugar-tenente, Aires de Ornelas; mas os integralistas desligaram-se, e ingressaram no ramo tradicionalista e legitimista, reconhecendo por herdeiro do trono o Príncipe D. Duarte Nuno de Bragança, descendente de D. Miguel. De Londres, numa atitude nacional, D. Manuel apreciava com severidade o procedimento integralista: e com efeito a cisão monárquica apenas agravava a fraqueza do país e a confusão geral, num momento em que mil perigos cercavam o povo português. Entretanto, o almirante Canto e Castro apresentava o pedido de demissão das funções de Presidente da República. Para o substituir, dois candidatos se apresentaram: António José de Almeida e Manuel Teixeira Gomes. Alcançou a vitória o primeiro, por 123 votos contra 31. E no plano constitucional uma reforma importante era adoptada: o direito do chefe do Estado dissolver as câmaras legislativas «*quando assim o exigissem os superiores interesses da Pátria e da República*».

Três meses depois de formado, demitia-se o governo Domingos Pereira. Sucedia-lhe um gabinete mais radical, da chefia de Sá Cardoso, com Rego Chaves e depois António Maria da Silva nas Finanças, Hélder Ribeiro na Guerra e Melo Barreto nos

Estrangeiros. Aos já sérios problemas do país, acrescentavam-se os do rescaldo da guerra. Decorriam em Paris as negociações de paz: e a delegação portuguesa era representante de um país caótico, retalhado, praticamente inerte, e sem política externa autónoma. Uma preocupação dominava os delegados: o ultramar, em torno do qual, como nos séculos passados, se desencadeavam as ambições de terceiros. Por essa altura, escrevia Egas Moniz: «*A questão colonial é a grande questão nacional. Não a abandonámos um momento como era do nosso estrito dever.*» E explicava o motivo: «*A integridade absoluta do nosso domínio colonial era a continuidade da nossa existência territorial.*» Sem embargo, o governo de Lisboa vivia mergulhado na incapacidade e na política pela política. Multiplicavam-se as greves: a dos operários corticeiros, estofadores e decoradores, os metalúrgicos, os alfaiates; a da Carris, a dos operários e funcionários da Câmara de Lisboa, a da Companhia das Águas; e eram incendiadas algumas alas do Terreiro do Paço e a cadeia do Limoeiro. Efectuavam-se comícios socialistas no Teatro Apolo, no Parque Eduardo VII; e a crise dos abastecimentos e alta de preços afectava todos. Agitava-se o operariado da Companhia União Fabril, no Barreiro e em Lisboa; o industrial Alfredo da Silva recusou-se a tratar com os representantes daquele; o pessoal declarou-se em greve; e a Companhia cerrou as suas portas. Por solidariedade, a União Operária Nacional e a União dos Sindicatos faziam um apelo à greve geral. Por Lisboa, houve bombas, feridos, desacatos: e os Caminhos de Ferro declaram-se em greve por sua vez. Produziram-se então ataques a estações, foram provocados vinte e oito descarrilamentos; eram constantes as manifestações e contramanifestações; e Alfredo da Silva era atingido a tiro. Era revolucionária a insurreição, e o governo decidiu uma repressão violenta. Foi difícil e lenta a pacificação, que o país pagou por alto preço. Sá Cardoso remodelava o seu gabinete, e declarava que era melindrosa a situação, e mesmo grave, mas ainda não desesperada. No plano financeiro, era aterrador o estado do tesouro: cerca de 60 000 contos de «deficit» no orçamento ordinário, cerca de 25 000 contos no extraordinário: e isso significava que o «deficit» atingia quase metade das receitas. António Granjo afirmava que era «*a falência a curto prazo*». Como fecho do debate financeiro

no parlamento, foram apresentadas três moções: uma, de confiança, por Barbosa de Magalhães; e duas, de desconfiança, por Cunha Leal e Ramada Curto. Triunfou a primeira, mas por escassa maioria; e Sá Cardoso, considerando-se sem apoio parlamentar bastante, demitia-se. Durara pouco mais de seis meses o seu gabinete. Estava-se a 15 de Janeiro de 1920. E neste dia António José encarrega Francisco Fernandes Costa de organizar nova administração. Congregado à pressa um elenco governativo, Fernandes Costa e os seus ministros, na tarde daquele dia, aprestam-se no Terreiro do Paço para ir a Belém tomar posse. Mas um grupo de rua surge na arcada: e declara que se opõe à posse do governo. Fernandes Costa transige, e parte sozinho a comunicar ao chefe do Estado que *não podia* formar gabinete. À parte os extremistas do *Mundo*, o sentimento geral foi de indignação: não parecia possível descer-se mais na ignomínia. Como resultado, mantém-se no poder Sá Cardoso, por mais seis dias, para que a república não ficasse de todo privada de governo. Em 21 de Janeiro, constituía-se o segundo gabinete Domingos Pereira, e este era o vigésimo terceiro ministério do regime.

No decurso destes sucessos, assinara-se em Paris a paz. A Portugal, foi reconhecido o direito de pertencer à comissão que organizaria a Sociedade das Nações, à de Portos e Vias, à de Reparações — e recebemos a insignificante povoação de Kionga, ao norte de Moçambique, que os alemães nos haviam tomado. Foi tudo: e era nada. Em Paris, fomos tratados de subaliados. João Chagas, o homem desvairado com a nossa neutralidade, o paladino da intervenção, o idealista que considerava a guerra bendita porque seria a última, via as ilusões desfeitas, e dava-se conta do erro que se praticara intervindo em área onde não contávamos, nem possuíamos interesses vitais a salvaguardar. E com amargura escrevia: «o *parlamento francês celebrou já a apoteose dos aliados da França. Falou-se em todos: não se falou em nós. De resto, é de toda a evidência que existe o propósito de ocultar o caso de Portugal, como um caso triste que é, discordante no conjunto da vitória.*» Era perfeita a síntese. Afonso Costa, que chefiara a delegação portuguesa na parte final das negociações, não pudera oferecer ao país o prestígio, os benefícios, os triunfos, a posição

eminente que antevira. Comete-se *«um acto de loucura»*, dissera em 1916, *«mas não de loucura criminosa»*. Na primeira parte, fora profeta.

8

Ao abrir a sessão do conselho, em 14 de Março de 1919, às duas da tarde, o director da Faculdade de Direito de Coimbra, José Alberto dos Reis, fez uma declaração solene: momentos antes recebera a informação oficial de haverem sido suspensos do exercício das suas funções, pelo governo da República, os professores Carneiro Pacheco, Fezas Vital, Magalhães Colaço e Oliveira Salazar: a suspensão mantinha-se até à conclusão de um inquérito que o governo mandaria instaurar imediatamente: e os resultados daquele determinariam o procedimento ulterior. Nestes termos, prosseguiu José Alberto, convocara o conselho para ponderar a grave situação criada aos serviços da Faculdade e tomar as deliberações que o caso requeresse. Escutadas estas palavras, os quatro professores visados pediram escusa, e retiraram-se da sala. Permaneceram José Alberto, Guilherme Moreira, Caeiro da Matta e Manuel Paulo Merêa. Estes resolvem consignar na acta e significar ao governo a absoluta impossibilidade, em que a Faculdade se encontraria, de funcionar apenas com quatro professores para regerem vinte cadeiras. E pedem que o inquérito abranja todos os mestres da Faculdade de Direito de Coimbra. E todos se consideravam suspensos.

À parte a comunicação oficial, José Alberto obtivera outros pormenores, que transmitiu aos seus colegas. Moniz Bacelar, governador civil de Coimbra, sentira-se preocupado. Tivera informações, com efeito, de que estava sendo organizado um movimento muito grave de carácter bolchevista; o general comandante da região militar, consultado, dissera não ter forças para vencer o movimento, nem para o evitar; fora preso um operário com dois contos no bolso; e na cidade encontrava-se Maldonado de Freitas a constituir sovietes locais. Em face de tudo isto, o governador abordara os chefes sediciosos: perguntara-lhes o que pretendiam e se haveria uma forma de entendimento. Das conver-

sas apurara que exigiam a suspensão imediata dos quatro professores. E o governador assim o solicitara para Lisboa: e o governo anuíra. E naquela manhã, na verdade, Bacelar comunicara ao Reitor Mendes dos Remédios que o ministro da Instrução Pública [1] havia assinado uma portaria ordenando a suspensão dos aludidos mestres: sobre estes «*pesavam graves acusações políticas que seriam apuradas em inquérito*». Mendes dos Remédios fizera a comunicação prescrita, e considerou-se logo suspenso também. Estas as razões ocultas por detrás da decisão governamental: e perante as mesmas os professores estranhavam somente que um movimento tão grave, e com probabilidades de êxito segundo as próprias fontes oficiais, se contentasse com o afastamento de quatro mestres de Direito.

No dia imediato, a 15, e tentando evitar a paralisia da Faculdade de Direito, o governador civil oficiava ao Vice-Reitor Eusébio Tamagnini [2]. Dizia-lhe: «*a fim de que não sofram interrupção os trabalhos da Faculdade de Direito pelo afastamento de alguns professores, o Ex.mo Ministro da Instrução lembra a conveniência de nomear professores da mesma Faculdade os Ex.mos Senhores Bacharéis José Joaquim de Oliveira, António Granjo, Ramada Curto, Joaquim Manso, José Beleza dos Santos, Campos Lima e Augusto Monteiro, devendo a Faculdade, se estiver de acordo, fazer as respectivas propostas.*» E três dias mais tarde, a 18, o governo nomeava o bacharel Joaquim Coelho de Carvalho como Reitor interino da Universidade. Só poderia o lugar «*naquele momento ser provido em quem merecesse absoluta confiança da República*». E Carvalho, segundo o gabinete de Lisboa, preenchia naquele particular as condições requeridas.

Para esclarecer o caso, José Alberto e Caeiro da Matta deslocam-se a Lisboa no domingo seguinte, dia 16; e também para ali parte Guilherme Moreira, esclarecendo que o faz, no entanto, por motivos particulares. Mas na quarta-feira já regressava Guilherme Moreira, e à noite vai a casa de Oliveira Salazar. Mais

---

(1) Ao tempo, Domingos Pereira, no gabinete José Relvas.

(2) Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação. Não confundir com João Tamagnini de Sousa Barbosa, político sidonista, nem com o general Tamagnini de Abreu, primeiro comandante do C.E.P. em França.

tarde chegaram também Paulo Merêa e José Alberto. Procederam em conjunto ao exame da situação. De imediato, um problema: como deviam proceder quanto à posse do novo Reitor? Resolveram os professores reunidos que não assistiriam ao acto: depois deste, José Alberto iria cumprimentá-lo, em nome de todos: expor-lhe-ia as razões da atitude tomada: e os demais deixar-lhe-iam cartões. Assente este ponto, José Alberto deu parte de outras informações colhidas em Lisboa. Na origem de tudo, estava a perturbação do governador civil. Este havia expedido três telegramas no mesmo dia, e sempre a insistir pela suspensão, sob pena de gravíssimos acontecimentos. Sentia-se assim violentado o ministro; e contou que, por reputar o problema grave e temer complicações com outras faculdades e escolas, pusera o assunto por duas vezes em conselho de ministros. Já depois do incidente, o governador civil continuava intrigando a Faculdade com o governo, e sublinhava a *rebeldia* daquela. Quanto à proposta de alguns bacharéis serem encarregados da regência de cadeiras, o próprio ministro admirava-se de que entre aqueles figurassem reprovados de Lisboa, que não conhecia, aliás; mas pensava apesar de tudo que a Faculdade os poderia receber, nas mesmas condições em que contratara Oliveira Salazar. Explicara então José Alberto as circunstâncias especiais em que se dera a admissão de Salazar: este, ao ingressar no corpo docente, tinha já o seu concurso marcado e prontas as suas dissertações. E o ministro, em súmula, dera a entender que se nada se provasse no inquérito seriam reintegrados os professores suspensos.

Continuou entretanto o processo desencadeado pelo governo. Em 20 de Março, o Reitor Coelho de Carvalho tomou posse das suas funções perante a Assembleia-Geral da Universidade. Conforme o acordado, não assistiram os professores de Direito. Salazar estava mesmo *impossibilitado* de o fazer: *precisamente* naquele dia fora ao Vimieiro: e apenas regressara no dia seguinte. E estava nos *Grilos* quando o procuraram Carneiro Pacheco e Fezas Vital: vinham entregar-lhe o rascunho do recurso que se propunham apresentar no Supremo Tribunal Administrativo, e que fora redigido por Magalhães Colaço. Salazar perfilhou o projecto, adaptou-o, e em 22 de Março expedia-o para Lisboa, ao advogado Caldeira Coelho, com o encargo de o entregar no Supremo.

Naquele mesmo dia, um sábado, Salazar passou na Baixa e encontrou Guilherme Moreira: vieram os dois de conversa até à porta de Salazar: e em frente desta se demoraram a passear de um lado para o outro. Moreira tinha o parecer de que o sindicante iria propor a imediata reintegração de três dos professores: mas a respeito de Carneiro Pacheco tudo era imprevisível [1]. Dizia-se que este tivera relações com a Junta Militar do Norte e outros contactos. Salazar disse a Moreira: «*É meu desejo não voltar a reger sem estar concluído o inquérito que, quanto a mim, quero feito absolutamente a sério.*» Zangou-se Moreira: «*O interesse da Faculdade deve sobrepor-se ao dos indivíduos. Devemos pôr de parte caprichos. Teria muito pesar se a Faculdade morresse nas minhas mãos.*» Salazar replicou: «*Ficar-me-ia orgulhando de que tivesse morrido tão bem!*» Moreira informou então que já se avistara com o novo Reitor: este parecia bem disposto para encontrar uma solução: mas não alvitrara que voltassem às aulas os professores afastados, antes de concluso o inquérito. Por outro lado, Moreira mostrava-se inclinado a aceitar na Faculdade pessoas estranhas, porque eram poucos os professores e não se compreendia que estivessem regendo tantas cadeiras. Salazar observou que o regime da Faculdade de Direito não tinha sob esse aspecto comparação com o de Letras: aqui todos os professores leccionavam muito mais disciplinas do que os de Direito. Despediu-se Moreira e seguiu para sua casa, ali a dois passos, e Salazar entrou

---

(1) Todos os quatro professores eram indubitavelmente monárquicos. Salazar, contudo, nunca fizera nesse sentido qualquer afirmação pública, escrita ou verbal. Constituíam os artigos de *A Folha*, de 1908-1909, o limite máximo a que tinha ido: havia naqueles claro anti-republicanismo: mas não se encontrava afirmação inequívoca de monarquismo: e estava-se aliás, na época, em monarquia. Aparecera sempre como militante *católico*, e nada mais, embora crítico áspero do governo. Era difícil também documentar o monarquismo de Colaço e Vital. Mas sob este aspecto era mais fraca a posição de Carneiro Pacheco. Eram conhecidas as ligações deste com o Paço, antes de 1910; e entre os documentos políticos, achados nos palácios reais depois de proclamada a República, haviam sido encontradas cartas que de Espinho e Santo Tirso aquele escrevera ao Rei, e que não deixavam dúvidas quanto aos sentimentos e ao proselitismo monárquicos de Carneiro Pacheco.

nos *Grilos*. E registou a sua reacção íntima: «*Quer isto dizer que Moreira está disposto a transigir e a aceitar* republicanos *na Faculdade sem concurso. Não esclareceu no entanto muito bem o seu pensamento. Estou furioso. É curioso que o novo Reitor, tendo-se falado no Manuel Rodrigues e no Mário de Figueiredo, disse não haver mal algum em os propor.*» Dois dias mais tarde, chegou a notícia da nomeação do juiz-sindicante, Vieira Lisboa, «*encarregado do inquérito para averiguar factos, unicamente de natureza criminal, hostis ao regime republicano*», e praticados pelos professores no exercício das suas funções docentes. Coimbra estava apaixonada pelo assunto, e mesmo no país o caso era seguido com interesse. Na terça-feira de manhã, dia 25, Salazar saiu dos *Grilos*, e na Alta encontrou Caeiro da Matta e Serras e Silva: conversavam sobre o problema. Caeiro contou que também se avistara em Lisboa com o ministro, e que este lhe dissera estar convicto de que nada se apuraria contra Salazar e Colaço; mas pensava também que alguma coisa se provaria contra Carneiro Pacheco e Fezas Vital. Caeiro, pessoalmente, estava optimista: tudo correria bem.

Começa logo o juiz o seu inquérito. De 27 de Março a 4 de Abril ouve os depoimentos das testemunhas que entendeu convocar, ou que se lhe apresentaram. Foram dias de grande expectativa. Pinto Loureiro encontra Salazar, e informa-o de que Sílvio Pélico, chamado pelo juiz, depusera a seu favor e elogiara muito o seu ensino. Depois, é Fezas Vital que procura Salazar nos *Grilos*. Trazia novidades: o Reitor tratara do caso com o governador civil e propusera a reintegração de todos: mas este estava obstinado: antes de findo o inquérito, só admitia aquela em favor de Salazar e de Colaço. Além disto, Vital tinha mais informações: soubera por Paulo Merêa que não repugnava aos *velhos* a chamada imediata de professores como Beleza e Joaquim de Oliveira: nem Merêa nem ele, Vital, concordavam: mas aceitavam que se chamassem interinamente, e sem prejuízo de concurso ulterior, os candidatos que já se encontravam a preparar-se na Faculdade. «*É realmente a única coisa admissível*», comentou Salazar. E depois combinou com Vital que apresentariam como testemunhas os juízes dos actos de exame, se o sindicante não tomasse a iniciativa de os ouvir. Mas então, nesta fase do processo, produz-se um

movimento de estudantes em apoio de Salazar. No *França-Amado*, um aluno republicano, e conhecido como republicano, afirmava-se pronto a depor em defesa do mestre; e nos *Grilos* Salazar era procurado por um estudante de Soure que lhe vinha comunicar, em nome de todo o curso, o desejo de fazerem «*qualquer coisa*» em seu apoio, «*para o que estavam prontos*». Respondeu aquele que nada sabia da orientação do inquérito: ignorava por isso se o juiz chamaria ou não os estudantes a depor ou em que condições o poderiam fazer. E como Ferrand d'Almeida insistisse com Salazar para que aceitasse a oferta dos alunos, este replicou-lhe: «*Não estou disposto a apresentar estudantes para testemunhas.*» E Anselmo de Andrade, em carta ao França-Amado, escrevia que reputava «*simplesmente ignóbil furtar à cátedra um homem de tão alto valor profissional*».

Com data de 7 de Abril de 1919, Oliveira Salazar entregou ao juiz-sindicante a sua defesa escrita. Intitulou-a «*A minha resposta*». Depois de sublinhar que, «*esquadrinhados todos os meus actos*», nenhuma acusação fora formulada, deduzia que era apenas político o motivo da suspensão. No conjunto de depoimentos, nenhuma acusação concreta havia sido formulada: «*homens que fizeram a campanha nos jornais e discursaram nos comícios, e conspiraram nas* lojas, *e assistiram a reuniões, e falaram em nome da moralidade pública por não poderem falar em nome da sua individual, que acusaram, que insultaram, que injuriaram, viram-se obrigados a declarar que, acerca dos professores suspensos, não conheciam nenhum acto, cometido quer no exercício quer fora do exercício das suas funções, que pudesse considerar-se de hostilidade à República.*» Entre os depoentes, o estudante Rui Gomes declarara não saber se Salazar era monárquico ou republicano: «*E tem razão para o dizer. Eu sei muito bem o que sou, mas também não lho digo.*» E «*não há efectivamente manifestação alguma pública de carácter político que leve os outros a ajuizar das minhas convicções. Nunca fui condenado, nem julgado, nem pronunciado, nem inquirido, nem preso* — nem preso, *o que é realmente uma prova de valor, dado que, dentro de poucos anos, 50 % da população portuguesa — monárquicos, católicos, democráticos, evolucionistas, camachistas, sindicalistas, socialistas, sidonistas e indiferentes — têm passado sucessiva, alternada e às*

vezes conjuntamente pelos fortes e penitenciárias da República.» Depois, Salazar negava que fosse um dos vultos mais salientes do movimento católico: era «*apenas o que se chama um soldado raso*». Não se desinteressava da política do país: mas era só professor: e trabalhava por formar *homens* e bons portugueses. «*Por engano*», fora uma vez proposto deputado por Viana do Castelo: mas não obtivera um voto. Frequentara o seminário de Viseu? Decerto. Mas «*do seminário nada digo. Há pessoas que desconhecem que pode haver na alma dos outros coisas inolvidáveis e sagradas que a gente esconde cuidadosamente das vistas dos tolos e dos maus, porque não podem compreendê-las nem são capazes de senti-las. Pobre, filho de pobres, devo àquela casa grande parte da minha educação, que de outra forma não faria; e ainda que houvesse perdido a fé em que me lá educaram, não esqueceria nunca aqueles bons padres que me sustentaram quase gratuitamente durante tantos anos, e a quem devo, além do mais, a minha formação e disciplina intelectuais.*» Salazar está assim a fazer autobiografia: e confirma que, ao sair de Viseu para Coimbra, era *mentalmente* um homem feito. E na sua *Resposta* continua a traçar a sua biografia: recorda o seu «*velho amigo*» Albino Vieira da Rocha, que entretanto já fora subsecretário de Estado das Finanças; lembra os seus tempos de mestre-escola no *Colégio da Via Sacra;* confessa o seu entusiasmo de então pela *École des Roches*, de *Desmoulins*, e pelas pedagogias e livros de educação. Daqui a sua certeza de que, pela educação, se poderia transformar o homem português: e por isso proferia palestras no Liceu de Viseu — sob as vistas do Reitor Corte-Real, bem conhecido republicano — e no *Colégio da Via Sacra:* e aquelas haviam-lhe merecido um abraço do Director-Geral da Instrução Pública, o que Salazar considerou uma «*portaria de louvor*». Mas nesse período «*era afinal um rapaz com uma ideia séria*». E «*era um optimista*», porque «*um pouco de optimismo é necessário para o êxito de uma grande obra*». Depois Salazar explica o sentido profundo da sua conferência sobre «*A Democracia e a Igreja*», feita em 1914, em Viseu, quando cursava o seu 5.º ano jurídico: e esclarece que a sua tese afirmava a importância secundária das formas de governo e a conciliação da democracia, facto histórico, com o catolicismo. E por último defende o carácter objectivo das suas

prelecções, a liberdade de debate e opinião concedida aos alunos, o tom apolítico e não partidário do seu ensino. Rejeita assim todas as acusações. E conclui: «*Tenho dado à Faculdade de Direito de Coimbra toda a minha inteligência, todo o meu trabalho, todo o meu entusiasmo pela educação de uma tão bela parte da mocidade portuguesa. Fui suspenso. Fez-se este inquérito agora. Ninguém atacou a minha honra pessoal, a minha competência profissional, a imparcialidade e rectidão dos meus julgamentos, a correcção do meu procedimento como funcionário. Hei-de orgulhar-me sempre destes meus curtos anos de professor: estou satisfeito. Não sei o que virá depois do inquérito. Eu cá... não quero outra portaria de louvor.*»

Dias depois, a 19 de Abril, é entregue o relatório do juiz-sindicante, Vieira Lisboa [1]. Oliveira Salazar é ilibado de todas as acusações: o magistrado acha estas ridículas e sem o menor fundamento. E a 25 daquele mês é assinada a portaria governamental revogando o despacho de suspensão dos quatro professores. Cinco dias mais tarde, em sessão do Conselho da Faculdade, o Director comunica a todos os professores o despacho de revogação, e informa que lhes serão pagos os ordenados em atraso. Mas o Reitor Coelho de Carvalho, «*por motivos de ordem interna da Universidade*», proíbe que Carneiro Pacheco e Fezas Vital compareçam nas aulas para reger cadeira, sem prejuízo de vencimentos de categoria e exercício. No conjunto, porém, o Conselho congratula-se e presta culto «*à integridade, hombridade e elevação com que o meritíssimo juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Vieira Lisboa, se desempenhara das melindrosas funções de sindicante ou inquiridor dos actos dos professores da Universidade*». Estava resolvido o conflito dos professores. Pacheco e Vital, no entanto, preferem pedir licença ilimitada; e a Faculdade encarrega-os de uma missão de estudo no estrangeiro. E nessa noite Salazar encontra no *França-Amado* o Reitor Coelho de Carvalho. Este é amável, afectuoso, e diz a Salazar que a sua defesa «*revela não uma inteligência mas um talento superior*»;

---

[1] Publicado mais tarde no *Diário do Governo*, II Série, n.º 104, de 7 de Maio de 1919.

e «*ainda que contra ele se provasse alguma coisa no inquérito, não deveria tocar-se-lhe, porque o país não tem muitos destes valores*».

Não estava apaziguado, todavia, o ambiente na Universidade e na academia de Coimbra. Provocara ebulição o incidente dos professores, e os resultados do inquérito mostravam a falta de fundamento das acusações. Por outro lado, o Reitor Coelho de Carvalho era detestado pelos mestres e pela generalidade dos alunos. Mas em meados de Maio o governo de Lisboa resolve fortalecer a posição daquele: Mendes dos Remédios é definitivamente demitido, Carvalho é definitivamente nomeado. Revolta-se a academia: e em 24 daquele mês é votada greve geral. Reúne-se o corpo docente em casa do Vice-Reitor; conclui-se pela incompatibilidade entre os professores e alunos e o Reitor; e a substituição deste é pedida em telegramas ao chefe do governo e ao ministro da Instrução [1]. Três dias depois segue para Lisboa uma comissão: compõem-na José Alberto dos Reis, Magalhães Colaço, Ângelo da Fonseca, Teixeira Bastos, Pereira da Silva, Francisco Nazaré e Manuel Fernandes Costa. Assinado por todos os professores que se encontravam em Coimbra (salvo Costa Lobo e Augusto Gonçalves), o requerimento da comissão reclama a demissão do Reitor Carvalho, o restabelecimento da Faculdade de Letras, a garantia de se não proceder ilegalmente contra os professores. Embora ausentes, deram o seu voto às exigências Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Álvaro de Matos, Carneiro Pacheco e Vital. Em Lisboa, o governo procura resistir. Mas em 28 de Maio o conflito alastra: por solidariedade com a academia de Coimbra, entram em greve geral todas as escolas superiores de Lisboa: e no dia 30 o Senado Universitário da capital perfilha inteiramente a atitude de Coimbra. Num acto de força, o Reitor Carvalho procura reprimir a sublevação académica: e em edital de 31 manda encerrar as aulas de todas as Faculdades e Escolas Universitárias de Coimbra. Ripostam os professores com uma assembleia-geral, reunida no Instituto de Antropologia: aí reafirmam a sua posição: e é notada a solidariedade que Carolina Michaëlis expressamente

---

(1) Respectivamente Domingos Leite Pereira e Leonardo Coimbra.

reitera. Regressavam entretanto de Lisboa os comissionados: diziam-se convictos de que em breve seria demitido o Reitor, embora de modo não violento, e de que se obteria o restabelecimento da Faculdade de Letras. E com efeito Carvalho era chamado a Lisboa por telegrama: parecia o caminho da paz académica. Mas não era. Em 3 de Junho, o governo manda encerrar as aulas de todos os estabelecimentos de ensino superior do país. Seguem-se outras medidas: é suspenso o Vice-Reitor, e como director de Faculdade mais antigo assume o governo da Universidade o professor Filomeno da Câmara; são os alunos dispensados de provas escritas e orais, e todos havidos por aprovados; e em 10 de Junho volta a Coimbra Coelho de Carvalho. Turva-se ainda mais a atmosfera universitária. Replicam os professores com nova reunião no dia seguinte, e vigorosas representações são expedidas para Lisboa, desta vez ao Presidente da República e ao Parlamento. Quarenta e oito horas mais tarde, a Universidade de Lisboa reafirma publicamente a sua solidariedade com a de Coimbra. Ângelo da Fonseca dirige ao chefe do Estado uma carta-aberta. É ríspido no ataque ao Reitor Carvalho: acusa-o de não zelar os superiores interesses da Universidade, de se haver incompatibilizado com a população académica do país, de «*mendigar*» a sua entrada sem concurso no corpo docente da Faculdade de Letras, de representar «*vergonhosamente*» a Universidade: e recorda por último que Carvalho, quando Cônsul em Xangai, fora exonerado em decreto de 25 de Novembro de 1886 por «*haver cometido faltas graves e repetidas*». Torna-se insustentável no espírito público a situação do Reitor: e Carvalho, em 21 de Junho, pede a exoneração. Nesse mesmo dia, Filomeno da Câmara manda o guarda-mor da Universidade ocupar o edifício da Reitoria e expulsar Ferreira Pena, secretário de Carvalho, e que este na sua ausência encarregara da administração. Em Lisboa o governo cede então: e a 24 de Junho Coelho de Carvalho é finalmente exonerado [1]. E em Coimbra e por todo o país retomou a vida académica o seu curso normal.

---

[1] *Diário do Governo*, n.º 144, II Série.

Durante toda a crise, contudo, fora de amargura e indignação o estado de espírito de Salazar. Em *A minha resposta* desabafara parte dos seus sentimentos: além dos traços autobiográficos, transpareciam o orgulho, o sarcasmo, a crítica acerba, a independência moral, o desdém. Mas no seu íntimo havia a tristeza, a frustração. Em plena greve geral académica, e no mais aceso da luta contra o Reitor Carvalho, Salazar escrevia a Glória Castanheira para lhe agradecer uns «*belos versos*» de Henri Bataille: mas confessava-se «*extraordinariamente cansado e abatido*»: e afirmava um desejo de isolamento ao querer agarrar-se «*ao meu ignorado canto, onde eu toleraria que a vida me não fosse de rosas, se pudesse ao menos deixar de ter tantos espinhos.*» Mas com a reintegração na Faculdade e o termo da greve, desanuviara-se o ambiente. Retomara o seu curso normal a vida nos *Grilos*. No Vimieiro, em Santa Comba, houvera ansiedade; e por isso causaram júbilo os resultados do inquérito. E a imprensa da Beira celebrava o acontecimento: «*folgamos com a notícia da reintegração do douto professor e dos seus colegas, que foi um acto de simples justiça. Mas pelo que especialmente diz respeito ao sr. dr. Oliveira Salazar, a nossa congratulação é justificadíssima*». E os periódicos insistiam: é um «*nosso patrício ilustre, a quem nos prendem os laços de sincera estima e amizade, pelo muito que lhe apreciamos a sua independência de carácter e distintas qualidades de trabalho, inteligência e ilustração.*» Gravemente, o jornal concluía: «*não é com vinganças, com ódios e perseguições que ela* (a República) *se engrandece e dignifica.*» Salazar havia completado trinta anos.

9

Nas suas habituais férias de verão no Vimieiro, agravaram-se as preocupações familiares de Oliveira Salazar. Tio António Feitor avançava em anos, aproximava-se dos oitenta: continuava rijo, todavia. Mas a filha segunda, Elisa, era enfermiça. Apesar dos seus trinta e seis anos de idade, estava quase sempre doente: e o irmão pagava-lhe os tratamentos a que havia de se submeter em Viseu. A maior ansiedade, porém, era sempre causada por

Maria do Resgate. Constituíam um pesadelo as crises de um coração gasto por setenta e cinco anos de vida, e canseiras, e apoquentações. Quando no Vimieiro, Salazar era o seu velador, o seu enfermeiro. Mas por entre estes cuidados filiais ocupava-se de melhoramentos nas casas, de pequenas obras nos quintais. Trazia pedreiros a caiar muros, a fazer uma varanda nas traseiras da casa nova: gastava centenas de escudos: por oitenta escudos comprava um «*bocado*» de terreno para arredondar as extremas. Deslocava-se com frequência a Viseu: e visitava os padres do Seminário, o Cónego Barreiros, os seus amigos de tempos que pareciam já muito recuados. Fazia alguns percursos de automóvel: ia a Mangualde, ao Carregal. E quase no termo das férias empreendeu uma viagem pelo norte, percorreu o Minho, chegou até Monção. Mas enquanto no Vimieiro distraíam-no sobretudo os seus longos passeios a pé, e os seus livros, e as suas flores.

No retorno a Coimbra, depois das férias, encontrou Salazar o ambiente académico pacificado. De novo se entregou às suas aulas de *Finanças* e de *Economia* e à vida universitária. Progredia o seu património, graças a uma boa administração. Cresciam os seus depósitos no Banco Popular, no Ultramarino, na Caixa Económica; aumentava o produto dos juros que percebia; e a conversão de títulos e promissórias trazia-lhe novos réditos. Regularmente, escrevia os seus artigos para o *Boletim*, ou respondia a consultas. Esmerava-se no seu trajar, no seu aspecto exterior: vestia meticulosamente, muito escanhoado, muito passado a ferro, e sempre sobre o escuro carregado: e usava luvas, e gravatas de malha de seda. Embora discreto, mesmo remoto, frequentava a alta-roda conservadora de Coimbra, e cercava-se de um grupo de fiéis admiradoras. Revestia-se agora de um prestígio acrescentado: estivera no centro de acontecimentos de tomo, havia sido um perseguido, fora reintegrado mercê do respeito intelectual que inspirava e da força política que representava como chefe católico. Em torno do seu nome forjavam-se intrigas sentimentais, corriam mexericos e enredos, urdiam-se romances. Falava-se do seu casamento com esta, e com aquela, e com aqueloutra. Eram muito comentadas as obras que trazia nas casas do Vimieiro: decerto as compunha para alojar sua futura mulher, para a instalar confortavelmente. Salazar sentia-se entre divertido e lison-

jeado com os rumores. Em carta a Glória Castanheira, uma das admiradoras, mesmo uma apaixonada, o mestre de trinta anos de tudo fazia humorismo. E escrevia: «*Sabe V. Ex.ª que de vez em quando, quando menos conto com isso, eu estou para casar, ou melhor, anunciam-me que estou para casar. E amigos mo afirmam com um tal tom de convicção e de sinceridade que eu próprio, abalado já, me sinto movido a crê-lo. Criaram-me assim um tal estado de espírito, que tudo julgo possível nesta matéria e muito encarecidamente peço a V. Ex.ª me não leve a mal que algum dia me encontre casado. Posso jurar-lhe que foi sem querer, e sem saber. Eu não me importo com boatos nem o que diz toda a gente, mas já estive, algumas vezes em que mais se acirram estes ditos, para fazer publicar nos jornais e nos cartões para enviar pelo correio, a participação seguinte:* «F. de tal participa ao público em geral e às pessoas das suas relações que se encontra inteiramente livre, sem noiva, sem namorada, sem flirt ou qualquer entendimento, e que para a todos poupar os seus cuidados que tanto o penhoram, fará participação em sentido contrário quando esta situação se encontre por qualquer motivo alterada». *Creio que assim eu garantiria a todos informações mais seguras que as que estão constantemente dando.*» Todavia, os boatos casamenteiros às vezes persistiam, e citava-se durante tempo um mesmo nome. Glória Castanheira deixava cair uma palavra de ciúme, ou despeito. Salazar tranquilizava-a com bom-humor: «*Ora pois. Quanto à pergunta de V. Ex.ª parece-me poder-lhe responder seguramente que a pretendente ao piano não é ou pelo menos não deve ser aquela que se diz ser minha noiva. Pelo menos nunca soube que estivesse para casar com ela. É uma menina muito nova a avaliar pela altura das saias (quero dizer, agora pela altura das saias também não se pode já avaliar coisa nenhuma). Mas enfim, deve ter 15 anos, acho que educada sem Deus nem religião...*» Mas os rumores em volta da menina de 15 anos davam-na como sendo do Vimieiro, da freguesia do Rojão. E Salazar brincava com o enredo: «*Para ser do Rojão a menina a quem a Senhora do meu juiz se refere, é porque é aquela menina que V. Ex.ª muito bem conhece. Não posso jurá-lo, porque ainda há muito pouco se dizia na vila que não era com essa mas com outra que V. Ex.ª não conhece. Peço muita desculpa*

a V. Ex.ª de lhe não dar informações seguras nesta matéria mas com o muito que tenho que fazer, não me é possível seguir as variações da opinião pública a respeito do meu casamento.» E então vinham os comentários sobre as obras nas casas do Vimieiro. Salazar refutava-os: «*Agora tem-se falado mais, creio que por eu andar consertando uma casita de meus Pais. Acham impossível que eu queira uma casa para receber os meus amigos, pois que a de meus Pais não chega, e vêem ali um índice de casamento próximo. A verdade porém de tudo isto é só — que eu precisava de casar-me mas não sei com quem há-de ser. Não tenho noiva nem dinheiro, duas coisas a meu ver indispensáveis.*» Mas estes romances incipientes não desviavam Oliveira Salazar dos seus estudos, das suas leituras, das suas aulas. E continuava a acompanhar a política do país, a seguir de perto as actividades do *CADC*, a militar destacadamente no movimento católico.

Sobretudo este último aspecto adquiria relevo crescente na vida de Salazar. Naquele inverno de 1919 para 1920, e para além do meio de Coimbra, o mestre de *Finanças* e *Economia* era notado em círculos católicos cada vez mais amplos. Por seu turno, o seu íntimo companheiro dos *Grilos*, o padre Cerejeira, ganhava fama de bom teólogo, de humanista erudito, de homem de virtude: alguns vaticinavam mesmo, a seu tempo, a ascensão ao episcopado. Mas a Igreja, os Prelados procuravam alguém, um novo, um leigo, que expusesse sistematicamente a doutrina da democracia-cristã, e a carreasse para a massa popular. Cerejeira apontava Salazar, e o clero de Coimbra e alguns Prelados atentavam naquele mestre cuja austeridade e categoria mental andavam de boca em boca. E por isso, ao abrir o ano de 1920, mais e mais vultos da Igreja Católica afluíam aos *Grilos*. Ventilavam-se hipóteses, debatiam-se caminhos: alguns sugeriam a entrada activa de Salazar na política, outros renovavam a ideia da sua candidatura a deputado, terceiros propunham que se lançasse num grande partido de democracia-cristã nos moldes das encíclicas de Leão XIII. Do conjunto sobressaía a incerteza e a confusão. E Salazar insistia em que era somente um *soldado raso* entre os católicos, e mais nada.

CAPÍTULO IV

Doutrinador

1

Depois de Barros Queirós e Correia Barreto haverem falhado na constituição de governo, formou Domingos Pereira o seu segundo gabinete, a 21 de Janeiro de 1920. No seu programa salienta-se a preocupação de maior justiça fiscal, de mais estrita economia, de apaziguamento das paixões políticas. Sobretudo considera-se fundamental resolver o problema das finanças públicas. Com efeito, previa-se um «deficit» orçamental da ordem dos 115 000 contos contra 120 000 contos de receitas: como nos últimos tempos da monarquia, era de novo a bancarrota. Subia sem freio o custo de vida; escasseavam as subsistências; e a tudo se vinha somar a contínua agitação social, as greves em serviços ou actividades essenciais, os atentados, as bombas. Estavam agora em greve os ferroviários, o funcionalismo; e o governo declarava ilegal esta paralisação do trabalho. No parlamento, António Maria da Silva exclamava: «O *País tem estado a saque!*». Pressentia-se algum mal-estar entre as forças militares ou paramilitares, em particular na Guarda Nacional Republicana. Eram agrestes os ataques da oposição, e nas críticas distinguiam-se Cunha Leal, António Granjo, Júlio Martins. Em 5 de Março abre-se uma crise. Tentam resolvê-la António Maria da Silva, e depois Álvaro de Castro. Mas é por fim o Coronel António Maria Baptista que em 8 daquele mês constitui gabinete. Tinha este larga base demo-

crática, e era o vigésimo quarto da República. Apresentava extrema seriedade a situação geral, e o ministério dizia-o claramente ao País: «*Toda a vida colectiva se encontra abalada nos seus fundamentos. Há a confusão nos espíritos e a indisciplina nas ruas. Um nada mais e a ordem será subvertida, e no caos todo o trabalho se tornará inútil, todo o esforço vão.*» Sem embargo do apelo do governo, continuavam a agitação e as greves, em especial a do funcionalismo. Manter a ordem pública era preocupação absorvente de António Maria Baptista, e para o efeito propunha-se recorrer a medidas enérgicas, quando precisas; e desejando evitar a crítica parlamentar constante solicitou o adiamento do Congresso. Nesse desejo teve apoio frouxo dos partidos; mas os liberais de António Granjo declararam-se em oposição. Suspenso o parlamento, enfrentou o governo com energia as greves do funcionalismo e de empregados de alguns serviços públicos: e por fins de Março estavam terminadas. Mas subsistiam outras: a dos metalúrgicos, a da construção civil, a dos eléctricos: e ainda numerosas outras, de um novo tipo, chamadas de «*braços caídos*». Usa o governo de meios de força, consegue suprimir as greves; mas como resultado da repressão surge a violência; e sucedem-se os atentados à bomba, o tiroteio, as intervenções da força pública, os feridos, os mortos. Na reabertura do parlamento, em meados de Abril, o ministro da Justiça propõe o reforço da legislação penal para garantir a ordem pública, e no mês seguinte o Congresso aprova as leis apropriadas. Entretanto, o governo procurava não descurar outras graves questões: a dos abastecimentos, a das finanças. Surge áspero debate em torno dos problemas do pão e do seu preço, e do trigo, e da moagem; e, quanto ao tesouro, o ministro das Finanças tenta reduzir de 115 000 contos para 34 000 o «deficit» previsto. No conjunto, o governo António Maria Baptista estava obtendo êxito, e combinava o bom-senso e a moderação com a firmeza indispensável. É o ambiente turvado quando surge a ideia de uma amnistia: porque esta pudesse beneficiar muitos monárquicos agitam-se os centros republicanos: e mil grupos e correntes apelam para o Presidente António José de Almeida, que procura manter uma atitude imparcial. Mas em 6 de Junho de 1920, pela uma da madrugada, em pleno conselho

de ministros, o coronel Baptista é ferido por uma congestão cerebral, e morre poucas horas mais tarde.

Por motivos não políticos desta vez, abria-se nova crise. Sucessivamente, o Presidente António José de Almeida faz sondagens junto de Teixeira Gomes, Brito Camacho, Correia Barreto, Sá Cardoso: mas todos se recusam ou declaram a sua impossibilidade de formar governo. Apenas em 26 de Junho consegue António Maria da Silva organizar gabinete. Este é recrutado no sector da esquerda parlamentar, de base democrática, embora não inteiramente radical. Não obstante, e apesar da moderação do seu programa político, é mais do que precário o seu apoio nas assembleias: cinco votos de maioria nos deputados, em minoria de dois votos no senado. Reunidas em congresso as duas câmaras, o governo obtém a confiança por 83 votos contra 78. Perante o resultado, expressivo de uma larga hostilidade ao gabinete, e em face dos ataques da imprensa, da agitação e da persistência dos problemas graves, António Maria da Silva apresenta a sua demissão ao Chefe do Estado. Durara quinze dias somente o vigésimo quinto governo constitucional da República. E demorou onze dias a solução da crise: apenas a 19 de Julho foi viável organizar ministério, com António Granjo, numa base liberal. Granjo dispunha de mais amplo apoio parlamentar: assim lho foi prometido pelos democráticos, republicanos, reconstituintes e naturalmente pelos liberais também. Mas este apoio em pouco se transforma em ataque por parte de alguns; e a atmosfera política volta a ser de perturbação e luta. Subsistiam os problemas crónicos; e as instituições e os homens esgotavam-se esterilmente. Depois do verão, na reabertura do parlamento, já era agressivo o ambiente das câmaras. António Maria da Silva atacava o governo com aspereza; e a propósito dos contratos de fornecimento de trigo e carvão, António da Fonseca e Cunha Leal não poupavam o governo à violência. Eram tempestuosas as sessões, proferiam-se insultos pessoais. Sem embargo do voto de uma moção de confiança, apresentada por Brito Camacho, resolve Granjo demitir-se, e abandona o poder em Novembro de 1920.

Em 18 daquele mês, era confiado o poder a Álvaro de Castro, que deu ao seu governo um tom de concentração partidária. Repetia-se o que passara a constituir já uma rotina: promessa

de apoio por parte de algumas facções políticas: ataque ao governo logo que este pretendia tomar medidas concretas. Cunha Leal entrara para as Finanças, e logo se dispôs a executar a reforma financeira que se impunha. Como condição prévia, pediu o acréscimo da circulação fiduciária em 200 000 contos: no fundo, era a legalização do que, através de uma portaria *surda*, procurara fazer António Maria da Silva. Mas este veio agora a terreiro, e iniciou uma violenta campanha contra o ministro das Finanças. Ao cabo de um debate de dias, em que os problemas de política geral se misturaram com os de política financeira, os democráticos apresentaram, pelo deputado João Camoesas, uma moção de desconfiança: e esta foi aceite por larga maioria. Caía o governo de Álvaro de Castro: tivera uma semana de existência. Demissionário, Álvaro de Castro não escondeu a sua amargura e o seu pessimismo quanto ao futuro das instituições republicanas: e entre gritos e apupos declarou que o voto constituíra a condenação do parlamento. A imprensa partidária digladiava-se com fúria brutal; os jornais e revistas sem filiação cobriam de ridículo os homens e a vida política nacional; e a opinião pública, perplexa, e ansiosa, interrogava-se sem encontrar resposta. E a *Ilustração Portuguesa* comparava o casarão de S. Bento ao Palácio de Babilónia.

2

De crise em crise, pressentia-se que as forças políticas aparentes, que actuavam à luz do dia e se enredavam no jogo das instituições, estavam sendo ultrapassadas: outras forças, outras correntes subterrâneas faziam a ocultas sentir o seu peso. Depois do sidonismo, e gastos ou desacreditados os vultos históricos da República, outra geração de chefes despontara para a vida política. Muitos eram homens de bom mérito, e de isenção patriótica, e de integridade pessoal. Não estavam em causa a energia do coronel Baptista, nem a inteligência de Cunha Leal, nem a visão de Álvaro de Castro, nem a boa-fé e honestidade de Granjo. Mesmo nas segundas linhas da política apareciam homens — Ramada Curto, Leonardo Coimbra, Hélder Ribeiro, João Soares, Sá Car-

doso, Tito de Morais, outros ainda — cuja cultura, competência profissional e civismo eram indubitáveis. Todos viam lucidamente os problemas do País, e possuíam ideias concretas para a sua solução: seriam discutíveis, decerto: nunca executadas, todavia, não chegaram a sofrer a contraprova dos factos. De algum modo, no entanto, aqueles homens eram impotentes para dirigir os acontecimentos, ou para os dominar: quase sem se aperceberem, eram suas vítimas: e naufragavam, vencidos e frustrados. Degradava-se do mesmo passo a autoridade do governo; desprestigiavam-se as instituições; não se resolviam os problemas básicos, e até se agravavam; e a administração, sem continuidade, ficava paralisada. Para além dos partidos e seus chefes, actuavam forças surdas. Da guerra de 1914-1918 advinham convulsões sociais, económicas e políticas: perturbação do comércio internacional, escassez de subsistências, alta de preços, inflação, caos monetário e financeiro, aparecimento de novas correntes ideológicas, organização de grupos clandestinos para actuarem nas várias camadas da sociedade. De tudo chegavam inevitavelmente reflexos a Portugal. Daí o surto de forças inorgânicas que, embora confusamente, se manifestavam fora dos quadros políticos e institucionais, e que os desafiavam, em particular no plano da ordem pública. Produziam-se na sociedade portuguesa, na verdade, tensões sociais que não eram resolúveis no plano constitucional; e os choques e conflitos, cuja origem e natureza pareciam difíceis de definir, não eram negociáveis pela via das instituições existentes. Com o facto perturbavam-se os partidos, que sentiam escapar-se-lhes o domínio da situação. Perturbavam-se também os elementos militares e paramilitares, a que cumpria a defesa de pessoas e bens, e que viam com preocupação crescente serem postas em causa a disciplina, a hierarquia, a autoridade. E por último perturbava-se a própria consciência nacional: à degradação da vida colectiva juntava-se o agravamento da problemática do País.

Foi esta atmosfera que, derrotado o gabinete Álvaro de Castro, levou a confiar o governo ao coronel Liberato Pinto, que exercia as funções de chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional Republicana. Empossado em 30 de Novembro de 1920, o ministério Liberato Pinto procurava a concentração partidária, e conteve muitos elementos do governo Álvaro de Castro. Mais uma vez

se tentava atacar o problema financeiro. Cunha Leal, que continuava na Fazenda, sublinhava perante as câmaras, logo em Dezembro, que o «deficit» orçamental para 1921-1922 deveria ascender a 265 000 contos. Para minorar a crise do tesouro, o ministro apresentava propostas concretas: reforma fiscal; aumento de algumas taxas, em particular da contribuição de registo e da contribuição predial; e criação de impostos sobre lucros e alguns valores mobiliários. Sobre as propostas, mal se iniciara o debate nas câmaras, logo foi interrompido; e os parlamentares enredaram-se na discussão de problemas que, nas circunstâncias, eram marginais. Dois meses decorreram, e em princípios de Fevereiro de 1921, por conflito com oficiais da Armada, demite-se o titular da Marinha; pouco após, Cunha Leal, irritado por agressões verbais e frustrado, abandona com violência o parlamento, e demite-se também; e todo o gabinete Liberato Pinto abandona o poder. Como resolver a crise? Não se afigurou viável ao Presidente da República sair do ponto-morto pelo recurso à nova geração de chefes partidários. Nem tão-pouco utilizando alguns nomes intermédios, como Barros Queirós e Augusto Soares: estes, convidados a formar governo, tiveram de desistir. António José de Almeida fez então apelo a um velho chefe: Bernardino Machado. Foi de concentração, mais uma vez, o ministério que organizou. Não obstante, logo foi envolvido por incidentes e perturbações. Nos meios militares produziam-se atritos entre oficiais superiores, e tinham origem política as desinteligências; e com greves, e ameaças de greve, era alterada a ordem pública, em particular no Porto e Lisboa, pelo que o governo foi compelido a medidas repressivas. Dois factos, porém, enobreceram por momentos a vida nacional: a deposição no mosteiro da Batalha dos túmulos de *dois soldados desconhecidos* (um de França, outro de África); e a travessia aérea de Lisboa ao Funchal, efectuada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral em pouco mais de sete horas. Na celebração de ambos uniram-se todas as forças políticas e religiosas do País. E muitas das cerimónias, com a participação activa dos chefes partidários e de prelados, foram tomadas como um princípio de paz entre a Igreja e o Estado. Mas foi breve o interregno. Como consequência de medidas tomadas contra o coronel Liberato Pinto, oficial de prestígio, revolta-se uma parte da Guarda

Republicana; e começam a circular rumores de um golpe-de-estado. As acusações, cujo fundamento não se provou, atingiam Álvaro de Castro e o próprio Bernardino Machado. Este, repudiando-as, entendeu dever apresentar a demissão do gabinete: estava-se em Maio de 1921. Não vivera quatro meses o vigésimo nono governo constitucional republicano.

Depois, em fins daquele mês, Barros Queirós consegue organizar uma administração. Obtém do chefe do Estado a dissolução do congresso e são fixadas eleições para Julho. Tendo desencadeado uma forte campanha para conquista do eleitorado, o partido liberal preenche quase metade do senado e do parlamento; e o seu chefe, António Granjo, pertencia ao governo. Reúne o novo parlamento em 25 de Julho, e nessa sessão organiza a mesa, elege comissões, executa outras tarefas da rotina da câmara. Barros Queirós apresenta-se dias depois. Como todos obcecado pelo problema financeiro, e na sua qualidade de ministro das Finanças e de perito reputado na matéria, Queirós submete ao congresso um programa coerente, responsável, construtivo. Em que consistia? Na verdade, em ideias de bom-senso e boa administração: reforma de serviços públicos, do imposto do selo, da contribuição predial e industrial; contingentamento das importações do estrangeiro; reorganização do processo de compra e venda de cambiais; e um empréstimo a colocar no mercado interno para acorrer ao «deficit» orçamental, à dívida flutuante e a obras de fomento. Mas então, por divergir de medidas disciplinares aplicadas a oficiais, demite-se António Granjo. Surgiam as primeiras dificuldades do governo Barros Queirós. E estas foram logo agravadas quando se discutiu a oferta, que Afonso Costa anunciara de Paris ao governo, de um empréstimo externo de 50 milhões de dólares, de origem americana: o gabinete de Lisboa aceitou: e descobriu-se depois que se tratava de pura mistificação: nem o instituto americano que fora mencionado abrira qualquer crédito, nem o suposto negociador que surgira em seu nome representava aquele [1]. Aniquilada esta hipótese de empréstimo,

---

[1] Não está irrefutavelmente documentada a desonestidade pessoal de Afonso Costa neste episódio. Mas ficou patente a sua ingenuidade e a sua impreparação no plano internacional.

agravou-se rapidamente a situação financeira e cambial do país. Das medidas propostas por Barros Queirós fez o parlamento tábua-rasa. E o chefe do governo, desiludido e frustrado, apresentou a sua demissão ao Presidente da República. E não ocultava a sua amargura: «*Em Portugal, no campo político, não se discutem ideias com ideias; discutem-se os homens para os demolir, como se dessa demolição não adviesse para o regime e para o País um grande mal.*»

Como os liberais houvessem sido críticos ásperos do gabinete anterior, foi ao chefe daquela facção, António Granjo, que o Presidente António José de Almeida confiou o encargo de governar. Nos últimos dias de Agosto de 1921, Granjo constitui o seu ministério: e nesse mesmo momento começavam as suas dificuldades. Verdadeiramente, a sociedade portuguesa vivia numa precipitação de crise. Questões dormentes, ou que estavam atenuadas, ou em vias de ser resolvidas, davam de novo pretexto para controvérsia e agitação: tentativas de apaziguamento entre o Estado e a Igreja Católica eram de novo atacadas com violência pelos elementos radicais: a crise de abastecimentos era aproveitada para crítica aos meios económicos: e os processos disciplinares instaurados a oficiais suscitavam vivo debate. Sentia-se afectada a classe média, sentiam-se inseguros os funcionários, as profissões intelectuais, o pequeno comércio, a pequena indústria: e os pedidos constantes de aumento de salário, acompanhados como eram pelo decréscimo da produtividade, agravavam a situação de todos. Nos círculos militares e entre as forças de segurança subia a inquietação. Moviam-se surdamente as forças ocultas: e tomava amplitude a ofensiva contra o governo de Granjo. No termo daquele verão de 1921 falava-se abertamente de golpe-de-estado, de conspiração, de revolução. Na imprensa denunciava-se a tomada por forças militares de algumas posições estratégicas em torno de Lisboa. Pelo fim de Setembro circulavam manifestos, proclamações revolucionárias: e o governo ordenava a detenção de alguns oficiais. Granjo era homem íntegro, de boa-fé: mas ingénuo: e não acreditava na revolução. Mas em 18 de Outubro os actos preparatórios eram mais do que evidentes: declarada a neutralidade de muitas forças militares e de segurança, o chefe do governo verificou que não lhe eram fiéis os elementos que bastassem para

contrapor com sucesso aos revoltosos. Para evitar que corresse sangue, Granjo entrega no dia seguinte a sorte do governo ao chefe do Estado. Estava vitoriosa a revolução. Mas não sem sangue. Porque na noite de 19 para 20 de Outubro a Nação ficou sem governo: e nenhuma autoridade, legal ou de facto, era realmente exercida. Avisado de que o buscavam elementos desgarrados, António Granjo refugiou-se em casa do seu adversário político Cunha Leal: e este acolheu-o com galhardia. Mas ali o foram encontrar: conduzido ao Arsenal por elementos civis e marinheiros (com Cunha Leal, que insistiu em acompanhar o seu hóspede), Granjo é assassinado com barbaridade extrema. Cunha Leal é também ferido. Depois são assassinados José Carlos da Maia, que fora ministro da Marinha ao tempo de Sidónio; e Machado Santos, o patriarca que na Rotunda fizera a República; e o coronel Botelho de Vasconcelos, que no sidonismo fora ministro das Colónias; e o comandante Freitas da Silva, chefe-de-gabinete de Carlos da Maia. Informado por Agatão Lança, António José de Almeida, cuja candura política e idealista só tinha paralelo na sua boa-fé, no seu patriotismo, na sua integridade pessoal, fica desvairado perante os crimes: e então, em desespero de causa, investe o próprio chefe da revolução, o coronel Manuel Maria Coelho, nas funções de chefe do governo. Em Lisboa, e por todo o país, fora a *noite sangrenta*.

3

Em larga medida, os acontecimentos em Portugal eram reflexo de quanto sucedia pela Europa. Feita a conferência da Paz — e firmados os novos maquinismos internacionais que no consenso geral a assegurariam — entrou a Europa, com efeito, num período conturbado, de modificações profundas. Aos problemas da guerra sucediam-se os da reconstrução e normalização: mas estes não se revelaram mais fáceis do que os primeiros.

No plano económico e social, houve necessidade de reabsorver grandes massas desmobilizadas, substituir um comércio internacional paralisado pela criação de economias autárquicas, prover ao pagamento das despesas de guerra, refazer a capacidade indus-

trial europeia, reganhar mercados, enfrentar poderes económicos e industriais entretanto surgidos (Estados Unidos, Japão), debelar a inflação, conter preços. No centro de muitas preocupações estava a questão alemã e, em torno das reparações a exigir da Alemanha vencida, John Keynes escreveria *As Consequências Económicas da Paz,* que influenciaria o pensamento europeu na matéria. Paralelamente, manifestavam-se tensões sociais e psicológicas: o movimento de emancipação feminina, a inquietação estudantil, as greves. Era a Europa um continente exausto que, na reconstrução social e política, buscava um destino que se lhe afigurava novo.

No plano político eram de monta os acontecimentos no após-guerra. Durante as hostilidades, como ideal para mobilizar as consciências e as vontades, defendera-se a indivisibilidade da democracia como agora, através da *Sociedade das Nações,* se defendia a indivisibilidade da paz. Com o triunfo das nações cuja forma de governo era a democracia, a vitória desta estaria decerto assegurada no continente, e nesse sentido trabalhavam todos os governos ocidentais. Mas estas coordenadas foram subvertidas pela Revolução Russa de 1917, e cujas consequências se desencadearam logo no após-guerra. Antes de mais, na Alemanha. Deposto o Imperador, estatuíra a nova república na Constituição de Weimar um regime da mais acabada democracia. Mas o povo alemão, retalhado de ideologias e de desespero, entendia mal o novo sistema. Dividia-se em sociais-democratas, socialistas, marxistas, comunistas: e estes últimos consideravam a obra feita em Weimar como contra-revolucionária. Na sequência de uma greve geral, houve uma tentativa de revolução comunista em Berlim: e Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, repetindo o brado de Lénine, reclamavam que «o *poder fosse entregue aos sovietes*». Mas o golpe extremista foi vencido pelos sociais-democratas, com o apoio do exército. Revelou-se precária, todavia, a existência da nova república: atribuía-se-lhe inspiração estrangeira: e o povo germânico não lhe deu a sua adesão. Continha em si, portanto, os elementos da própria destruição. E com efeito, em princípios de 1919, formava-se em Munique um grupo que logo atraiu todos os descontentes, os desmobilizados, os aventureiros românticos, os falhados, os ambiciosos. No verão daquele ano, um antigo

sargento, austríaco de origem, Adolfo Hitler, aderiu ao movimento, e logo participou na sua comissão política. Em Março de 1920 era fundado o *Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores*. Declarava-se anticomunista, anti-semita, antiparlamentar: tinha o apoio do general Ludendorff e, por consequência, das forças armadas. Pouco tempo depois, também em Munique, o novo partido tentava um golpe: mas falhava: e Hitler e outros chefes eram aprisionados. No cárcere, aquele escrevia *O Meu Combate:* transformou-se a obra na bíblia do movimento: e nascera o *nazismo*. E precisamente na mesma situação histórica se encontrava a Itália. Sobrevivera à guerra a monarquia, com Vítor Manuel III no trono: mas o seu governo parlamentar era frouxo, instável. Abalavam o país as greves, os assaltos, o desemprego, os ataques da esquerda e da direita. Gabriel D'Annunzio, poeta e aventureiro romântico, lança um golpe espectacular para recuperar Fiume: e o gesto evocou no povo a memória de Garibaldi e o seu *Risorgimento*. No verão de 1920, estão organizados sovietes de trabalhadores, do mesmo passo que bandos armados anticomunistas percorrem o país: poderia ser a guerra civil. Mas em Milão um antigo socialista e jornalista, Benito Mussolini, lança o grupo *Fascio di combattimento*, e cria as suas milícias: eram os *camisas negras*. Nas eleições de 1921, o grupo alcança trinta e cinco lugares no parlamento. E quando o gabinete de Giolitti apresenta a sua demissão, Mussolini ordena aos seus partidários a *marcha sobre Roma:* obtém de Vítor Manuel o encargo de formar governo. Nascera o *fascismo*.

Pelo seu assalto ao poder na Alemanha e na Itália, e pela orientação política que os inspirava, o nazismo e o fascismo alteravam o próprio equilíbrio de forças que a paz de Versalhes procurara firmar no continente europeu. Frustrado na Hungria o golpe comunista de Bela Kun, falhada na Áustria uma tentativa de parlamentarismo, a Europa central fugia às concepções idealistas das potências vitoriosas. Sem que todos na altura se apercebessem do facto, desde aquele momento estava em causa o *Pacto* da Sociedade das Nações.

4

Em Coimbra, e acalmadas as paixões na academia e na universidade, Oliveira Salazar devotava-se de novo à sua vida de professor. Não o ocupavam as suas aulas apenas. Participava activamente nos *conselhos* da Faculdade, dava os seus pareceres sobre os novos candidatos a professores. Sucessivamente eram contratados nomes novos: Manuel Rodrigues, Beleza dos Santos, Cabral de Moncada, Mário de Figueiredo. Com Merêa e Colaço, Salazar fora eleito para o conselho da Biblioteca do Instituto Jurídico; e depois, com Manuel Rodrigues, é nomeado para a comissão encarregada de examinar o projecto de lei de inquilinato, em estudo no ministério da Justiça. Mas encontrava ainda tempo para se dedicar a obras de caridade: ajudava a organizar festas de benemerência, pertencia à Mesa da Misericórdia de Coimbra. Nesta tarefa, auxiliava-o Glória Castanheira com os seus concertos, com as prendas que obtinha para serem sorteadas. Salazar agradecia-lhe, em termos comovidos. Mas verdadeiramente o mundo de Oliveira Salazar, além da universidade, era constituído pelos *Grilos* e os seus amigos mais chegados. Além disso, retraía-se, recusava-se a novas relações: «*Não procuro relações e até me acusam de as evitar e fugir delas.*»

Todavia, as circunstâncias perseguiam Oliveira Salazar. Fizera um nome, construíra uma personalidade, conquistara uma fama: e havendo-se identificado com uma fé tornara-se o símbolo de uma atitude perante a vida e a política. Publicamente, não optara entre monarquia e república: mas, se não tinha um compromisso político, assumira um *compromisso católico*. E este, no momento, constituía uma escolha: significava o repúdio do radicalismo democrático e parlamentar, a condenação das leis e práticas contra a Igreja: e por estes factos aproximava-se do conservadorismo, do republicanismo moderado, mesmo do monarquismo. Por outro lado, a própria aceitação de um catolicismo militante ou de uma democracia-cristã tolhia o ingresso num agrupamento específico. Este obstáculo era ainda agravado pela intolerância que caracterizava o pluralismo político: as lutas deste já não eram de ideias mas de homens: e as instituições já não serviam princípios mas interesses pessoais ou partidários. Deste modo, se pre-

tendesse participar na vida pública, ou se o quisessem arrastar para esta, Oliveira Salazar haveria de se excluir de qualquer facção e de recusar qualquer rótulo político. Ficava-lhe apenas aberto o *partido católico*.

Justamente esta era a posição que a Igreja Católica procurava defender. Desde 1913, com efeito, o Episcopado português lançara um apelo à organização dos católicos: era a *União Católica*. Não se propunha uma *acção política;* mas recomendava-se que aqueles actuassem no *terreno político* como católicos. Em 1917, como resultado de uma *Instrução Pastoral* dos Prelados, havia-se constituído o *Centro Católico Português:* era alheio à política partidária: mas tinha por objectivo promover a recristianização da vida nacional sem pretender conquistar o poder. Na prossecução dos seus fins, efectuara uma assembleia-geral em Braga, no mesmo ano de 1917; e agora promovera, em Abril de 1921, o *1.º Congresso do Centro Católico*, também na cidade de Braga. Em todas as ocasiões, insistia-se no mesmo tema e na mesma orientação. Tratava-se sempre de aproveitar as regras do jogo sem enfeudamento a qualquer partido. Para tanto, os Prelados e o clero buscavam figuras não comprometidas que, pela sua fé, envergadura mental e comportamento moral, pudessem representar no parlamento a pureza dos princípios sócio-políticos do catolicismo.

E neste quadro correu o nome de Oliveira Salazar: e de novo se punha a sua candidatura a um lugar de deputado. Preocupou-se o Bispo de Coimbra com o assunto: e através de um emissário particular abordou discretamente o professor de Direito. Salazar recusou, e o Prelado não insistiu. Mas não se deram por vencidos os que em Lisboa dirigiam a alta política católica: propunham-se ignorar a vontade de Salazar. Este lamentava-se: «*A mim ninguém me pediu que deixasse propor o meu nome. Nestas condições eu não tinha que dizer que não, mas expor, como o fiz, os motivos, e bem graves alguns, que me inibiam de aceitar.*» Como lhe constasse, todavia, que em Lisboa iam por diante com a sua candidatura, Salazar sublinhou a sua recusa: mas «*à última carta definitiva que escrevi há quinze dias, nem sequer me responderam. Quer dizer — tinham resolvido propor-me e portanto não desistiam, pondo-me depois perante os factos consumados a ver o que eu faria.*» Sentia-se Salazar num dilema: «*ou ir às Câmaras, sendo*

eleito, ou renunciar e perder-se um deputado católico.» Depois, perante o que lhe parecia o carácter inevitável da sua candidatura, Salazar confidencia o seu subjectivismo desanimado: «*Tenho-me esquivado a pensar na minha eleição há uns tempos para cá. Se fosse a pensar nela bem a sério, sinto que me neurastenizaria mais que o que estou. Essa eleição provoca-me um desgosto enorme, profundo, íntimo, com a agravante de que ninguém acredita nele, porque todos hão-de supor que eu não seria eleito se não o quisesse ser.*» Entra então Salazar num estado de abatimento, de frustração, de falência moral. E volta a desabafar: «*É uma revolução na minha vida, nos meus hábitos, e a mim que não tenho pode dizer-se um momento de verdadeira alegria, tira-me o relativo sossego do meu viver apagado e a distracção dos meus livros. Começo a sentir que não hei-de ser nada — nem professor, nem deputado, nem provedor da Misericórdia — nada, a não ser uma pessoa cuja vontade se violentou de uma maneira inimiga para afinal a inutilizar e a fazer ainda mais infeliz.*» Depois analisa-se a si mesmo: «*Maldita mania que nós temos em Portugal de querer que todos sejam para tudo! Olhe que eu com o meu feitio, metido entre políticos, na intriga política, na maledicência política, a ser falado, a ser insultado, a ser agredido nos jornais pelo que disse, pelo que não disse! Eu tenho trabalhado um pouco pela causa católica, e parece-me que tinha direito a não me imporem um sacrifício dessa ordem. Faz-me isto uma tristeza tão grande, magoa-me cá dentro tanto que o melhor que tenho a fazer nesta solidão é nem mesmo protestar, aliás inutilmente, contra a minha má, contra a minha triste sorte, mas esquecer, esquecer... Ai! mas custa-me muito esta violência da minha mais íntima vontade.*»

Assente a candidatura de Salazar, havia que escolher o círculo da sua apresentação. Teria de ser seguro: e hesitava-se entre Braga e Guimarães. Optou-se por este último: a situação política em Guimarães parecia garantir uma eleição conservadora: e segundo rumores, D. Manuel, do seu exílio de Londres, teria instruído os monárquicos vimaranenses para votarem em Salazar. Estava no poder o gabinete Barros Queirós, e as eleições foram marcadas para 10 de Julho de 1921. Oliveira Salazar foi eleito deputado por Guimarães. Mas o mestre de *Finanças* não sabia em

Coimbra os resultados oficiais, e ainda albergava uma ilusão: «*Se não estiver eleito — do que ainda tenho alguma esperança — terei o verão para mim para descansar... e trabalhar um pouco, porque tenho ainda assim muito que fazer. Se estiver eleito, começo a nada poder dizer de mim, porque não sei o que farei nem onde estarei durante o verão. Eu não recebi um telegrama, uma carta, um bilhete postal anunciando-me ter ganho a eleição. Sei o que os jornais dizem, mas o que dizem é incompleto e pode muito bem ser errado. Hoje* (1) *é que se deve ter feito o apuramento final e talvez amanhã se possa dizer já alguma coisa. Mas eu continuo com esperança de que outro qualquer arranjará mais uns votos e me preterirá. Agarro-me a esta última esperança, que é a única que me resta; e como me sinto mais perdido, nem sei se lhe não estarei a exagerar o valor. No resto nem quero pensar. Não creio porém que tenha de abandonar Coimbra. Isso é certamente exagerado. Há longos meses em que o parlamento deve estar fechado e não sei mesmo se este não será sol de pouca dura, como o Mário me dizia em carta de ontem.*» Mas no apuramento final verificou-se que Salazar fora de facto eleito. No dia 25 de Julho de 1921, era a primeira reunião do novo parlamento. Oliveira Salazar deslocou-se a Lisboa para o efeito. Hospedou-se no Hotel Borges. E participou na sessão. Não interveio. Ao despedir-se de José Maria Braga da Cruz, também deputado católico, disse-lhe: «*Ature-os por cá, que eu vou para férias. Em Outubro talvez fale.*» Depois descreveu a estadia em Lisboa à sua amiga Glória Castanheira: «*Fui efectivamente a Lisboa. Demorei-me dois dias, gastei 90$00* (2) *que era quanto tinha e com a consciência tranquila de que tinha cumprido todo o meu dever, regressei a Coimbra.*» Na ausência de Salazar prosseguiram as sessões parlamentares; e na tarefa de organizar as suas comissões, a câmara elegeu aquele para a *comissão do orçamento*, para a *comissão de estatística*, para a *comissão de instrução superior*; e foi escolhido para presidir à *comissão de*

---

(1) De uma carta de 17 de Julho de 1921 endereçada a Glória Castanheira.

(2) Na verdade gastou 85$80, segundo registo que fez no seu livro de despesas.

inquérito aos serviços do ministério das Colónias. Nunca participou, todavia, em qualquer reunião dessas comissões. Era o período das férias grandes, e Salazar propunha-se passá-lo entre Coimbra e Santa Comba Dão. A 17 de Setembro, eram suspensos os trabalhos da sessão legislativa. Depois, foi a *noite sangrenta* do 19 de Outubro. Salazar não voltou ao parlamento (1).

5

Desejava Salazar efectivamente trabalhar naquele verão de 1921. «*Tenho muito que fazer, mas não sei ainda se passarei o verão a trabalhar, nem se por aqui passarei todo o tempo de férias*», escrevia de Santa Comba a Glória Castanheira. Atardara-se por Coimbra: ocupava-se de assuntos da Misericórdia, cuidava da *Festa da Flor.* Em Santa Comba, na sua casa do Vimieiro, recuperava alguma tranquilidade. Mas não era excelente o seu estado de saúde: «*Eu continuo na mesma — a tomar remédios*

---

(1) Com base no facto de haver assistido a uma única sessão do parlamento — a de 25 de Julho de 1921 — foi ulteriormente construída toda uma teoria para apoiar uma *imagem* política de Salazar. Este teria presenciado naquela única sessão tais cenas, tais violências, tal desorientação, tais intrigas, tais baixezas políticas, que o seu antiparlamentarismo se teria tornado ainda mais profundo: haveria saído da câmara com horror pelo que presenciara. O próprio Oliveira Salazar, durante toda a sua carreira política, aprovou e mesmo encorajou esta versão. Mas ela não corresponde à verdade histórica. De facto, nada se passou que justifique aquele *horror.* Limitou-se a Câmara a eleger o presidente, a constituir a *mesa,* a designar comissões. Foi uma sessão *preparatória,* puramente administrativa; e tudo correu com ordem e correcção. Salazar não tornou ao parlamento porque foi para férias e porque tinha entre mãos outros trabalhos, que não queria abandonar. Mas o comentário que fez a José Maria Braga da Cruz indica que, na altura, estava no seu espírito participar activamente nos trabalhos parlamentares posteriores. Apenas o *19 de Outubro* o impediu. Esta interpretação é confirmada por uma passagem de uma carta, de 6-8-1921, a Glória Castanheira: «*Não faço tenção de regressar a Lisboa antes da reabertura das Câmaras.*» É a prova de que Salazar pensava em colaborar *efectivamente* nos trabalhos parlamentares, logo depois das férias.

que me mandam mas sem melhoras sensíveis. Tinha muito que fazer nestas férias e até muito desejo de trabalhar sossegado, como agora estou. Mas não tenho cabeça, o que muito me preocupa.» Na aldeia, entregava-se à sua rotina, em que tanto se comprazia. Para *A Beira*, escrevera há tempo um artigo de exaltação da memória do Dr. José Henriques Gomes, que morrera havia meses e que fora médico municipal e subdelegado de saúde. Exprimia nesse artigo singelo pensamentos de âmbito mais geral: «*Numa sociedade em que a civilização nos nivela, nos iguala, nos dita o vestir e o calçar, a palavra e o gesto, a lágrima e o sorriso adequados sem que tenhamos a coragem dum protesto ou de uma discordância, homens como este* vêem-se, *são* afirmações *duma personalidade rigorosa, quase criações dum tipo novo físico e moral.*» Mas era de desânimo e derrotismo o seu estado de espírito. Em Agosto, Salazar desloca-se ao Porto: aí se encontra com José Alberto dos Reis. Este convidara-o para um passeio de automóvel pelo Minho. Oliveira Salazar aceita mas «*sem entusiasmo apesar da importância e da gentileza do convite e de sentir um grande prazer em viajar com o Doutor Reis, que é um companheiro adorável. Mas a verdade é que não sinto entusiasmo por nada — estou morto.*» Durante cinco dias, os dois professores percorreram juntos o Alto Minho, e fizeram-no com a largueza de quem goza férias: à sua parte, Salazar gastou cerca de mil e duzentos escudos. Depois pensou em ir à Figueira, distrair-se na convivência de raparigas em veraneio. «*Se eu adivinhasse que me fazia bem, ia para a Figueira*» e «*talvez a vida, a alegria, a mocidade das suas gentis colaboradoras* (de Glória) *me reanimassem pelo contágio o espírito abatido.*» Mas a sua qualidade de deputado «*continua a magoar-me, a doer como um espinho que dia e noite tivesse cravado em mim.*» Tinha maus augúrios: «*Sinto que a política me há-de fazer infeliz; parece-me até que já começo a atolar-me na lama.*» Não foi à Figueira, afinal: a sua amiga Glória seguira entretanto para as Pedras Salgadas. Para mais, entrado Setembro, a sua saúde voltava a ressentir-se: «*Continuo com gripe, e com muitas dores de cabeça, o que me está a embaraçar bastante, tanto mais que tenho de sair esta segunda quinzena de Setembro e não sei quando poderei fazê-lo.*» Eram terríveis as enxaquecas, mal podia abrir os olhos,

de novo não conseguia suportar a luz. Colaborara nas festas de caridade, todavia, e nos concertos de benemerência, auxiliando a sua organização; sugeria que se convidassem António Cândido e Cunha e Costa para falarem; mas receava que o primeiro não aceitasse e recomendava que, em todo o caso, se adiassem os convites até amainar a campanha contra Afonso Costa, porque na altura estava Cunha e Costa atacando com violência o «*grande estadista*», como ironicamente Salazar classificava aquele. E através de todos os contactos, de todas as solicitações, de todos os projectos, era na rotina do Vimieiro, entre a casa à beira da estrada e os caminhos dos pinhais, que Salazar encontrava o seu melhor isolamento e a sua paz de espírito.

Por todo o verão, e até ao *19 de Outubro*, mantinha Salazar a sua qualidade de deputado. Não assistia às sessões da câmara em Lisboa; mas não renunciou ao seu mandato. Entretanto, a sua entrada na vida política era saudada pelos seus conterrâneos e pelos seus amigos. Mais uma vez os periódicos da Beira enalteciam os talentos e as virtudes de Oliveira Salazar. E o padre Cerejeira, José Nosolini, Diogo Pacheco de Amorim exultavam: viam na eleição de Salazar um princípio de triunfo da causa católica: e seria a realização dos seus anseios de estudantes, de militantes do *Imparcial*, de membros do *CADC*. No mandato de Salazar depositavam as suas esperanças sobretudo os Prelados portugueses, a *União Católica*, o *Centro Católico*. Mas quando Salazar regressou a Coimbra, ao cabo das férias, era outra a situação. Se o *19 de Outubro* inutilizara o seu mandato no parlamento, outro caminho teria de ser prosseguido. E a *União Católica* e o *Centro Católico* compreendiam que era indispensável, acima de tudo, fazer no país doutrinação sócio-política à luz dos princípios cristãos. Para tanto, contavam com Oliveira Salazar.

6

Depois da *noite sangrenta*, Cunha Leal exclamava: «*O sangue correu pela inconsciência da turba — a fera humana que todos nós, e eu, açulámos, que anda à solta, matando porque é preciso*

matar!». Lopes de Oliveira e Jaime Cortesão verberavam também os crimes cometidos e a dissolução moral da sociedade portuguesa. Ficou estupefacta a massa do povo, e indignada. No rescaldo dos destroços, Manuel Maria Coelho constituiu governo a 20 de Outubro. Repudiou os assassinatos, promoveu a abertura de devassas sobre os seus autores. Mas nada pôde fazer: treze dias depois da posse estava demissionário o gabinete. Em 5 de Novembro, António José de Almeida confia o poder a Carlos de Maia Pinto. Este procura acalmar paixões, e o seu governo inclui elementos partidários além de outubristas. Maia Pinto obtém a dissolução do parlamento, e marca para Janeiro novas eleições gerais. Surgem todavia desentendimentos com alguns partidos, em especial o democrático e o liberal, e a consulta ao país é adiada para fins de Janeiro de 1922. Levantam-se protestos vivos de alguns sectores: fala-se de ditadura: e Maia Pinto demite-se. Durara pouco mais de um mês a sua tentativa. Entretanto, no sentir da nação, afirmava-se o repúdio moral pela *noite sangrenta*. Para corresponder a esse estado de espírito, o Presidente António José de Almeida confia o poder a Francisco da Cunha Leal, que se destacava pela sua eloquência e se prestigiara pela guarida que dera a Granjo. Em 16 de Dezembro de 1921, Cunha Leal constitui um gabinete moderado, de tom conservador: Abranches Ferrão, Júlio Dantas, Nuno Simões, Rego Chaves, Rocha Saraiva, são as figuras mais eminentes. Mantinham-se os problemas básicos: ordem pública, finanças, subsistências, crise económica: mas o governo Cunha Leal não teve ensejo de os atacar. Toda a sua acção houve de se consumir em torno do problema das eleições, deixado em aberto por Maia Pinto, e da negociação de plataformas políticas com os partidos, do apaziguamento das forças militares e de segurança. Realizaram-se finalmente em 29 de Janeiro de 1922 as eleições parlamentares. Dos resultados emergiam três pontos essenciais: recuo das forças outubristas, importância do voto monárquico, triunfo do partido democrático. Cunha Leal e os liberais, os reconstituintes, os católicos, os independentes saíam diminuídos. De harmonia com o sinal político do escrutínio, Leal apresenta a demissão, e em 6 de Fevereiro ascende ao poder o partido democrático. Em pouco mais de três meses, o *19 de Outubro* consumira três ministérios.

Foi ao antigo chefe dos democráticos, Afonso Costa, que em primeiro lugar se dirigiu o Presidente. Costa encontrava-se em Paris como membro da comissão interaliada para vigiar o cumprimento do Tratado de Versalhes; e, sem embargo da sua ausência, desfrutava de prestígio no partido. Estava ainda novo: na altura, pouco além dos cinquenta anos. Mas Afonso Costa entendeu que não disporia dos necessários apoios para governar efectivamente; julgava inoportuno o seu regresso político: e por isso recusou o convite. Apelou então o Presidente para António Maria da Silva: constituiu-se um governo puramente democrático, em Fevereiro de 1922. No espaço de doze anos, foi o trigésimo quinto gabinete da República.

Ao governo de António Maria da Silva, e no rescaldo do *19 de Outubro*, apresentava-se antes de mais um problema de ordem pública. Sucediam-se os rumores de levantamentos, de conspirações, de actos revolucionários. Foi firme o gabinete, e tomou com autoridade as precauções militares ajustadas, além de efectuar numerosas prisões: e frustrou todas as tentativas de novo golpe-de-estado. A par da ordem pública, enfrentava o ministério o problema da fazenda, perpétuo e angustiante. Por um momento, todavia, deram-se tréguas as lutas políticas, e o país comungou em dois acontecimentos que estimularam o espírito nacional: a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, entre Portugal e o Brasil, efectuada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que antes já haviam realizado a viagem aérea de Lisboa ao Funchal; e a visita oficial ao Rio de Janeiro do Presidente António José de Almeida [1]. Passados estes momentos altos, tornou o país à sua rotina: e tudo parecia dominado pela situação do tesouro público.

Mas ao desentendimento dos círculos no poder correspondiam as desavenças entre os arraiais conservadores. Sobretudo entre os monárquicos. Continuavam estes cindidos em duas tendências opostas: os tradicionalistas, que seguiam o ramo dinástico de

---

(1) Esta visita, como se sabe, foi entrecortada de incidentes desagradáveis, e até vergonhosos: avaria do navio que conduzia o chefe do Estado, sucessivos adiamentos, etc.

D. Miguel, e que declaravam a sua obediência ao Príncipe D. Duarte Nuno; e os constitucionalistas, que respeitavam a linha reinante em 1910, e que por isso desejavam o regresso de D. Manuel II ao trono. Mas em 1922, por Abril, juntavam-se em Paris os representantes das duas facções: e aí firmaram um *Pacto* que pretendia extinguir o dissídio. Ficava estipulado que, na falta de herdeiro directo de D. Manuel, seria aceite como sucessor aquele que as Cortes-Gerais indicassem; e perante este compromisso, e na convicção de que as Cortes-Gerais escolheriam D. Duarte Nuno, os delegados deste recomendavam que os monárquicos se unissem no acatamento a D. Manuel. Sem dificuldade, aceitaram os constitucionalistas o *Pacto de Paris;* mas os integralistas repudiaram-no (1), por o haverem como prejudicial para uma monarquia tradicional e antiparlamentar; e por isso mantiveram a sua doutrinação, que encontrava a sua voz na *Nação Portuguesa,* na *Monarquia,* no *Integralismo Lusitano.* No pólo oposto, o *Correio da Manhã* apoiava com júbilo o *Pacto.*

Com as desavenças entre os monárquicos frisavam as dos católicos. Vinham de longe as controvérsias. Estas tornaram-se mais agudas, no entanto, depois que em 1913 fora publicado o *Apelo do Episcopado aos Católicos Portugueses,* convidando-os a juntarem-se numa *União Católica.* Mais tarde, nos começos de 1917, a *Instrução Pastoral Colectiva do Episcopado Português* levou ao estabelecimento de um *Centro Católico Português* (2). Embora mantendo-se fora do partidarismo, não deixou de exercer acção política, pretendendo promover a cristianização das leis e da vida nacional: mas não se propunha conquistar directamente, e como partido, o poder político. Para expor os seus princípios, promoveu o *Centro,* naquele ano, uma *assembleia-geral* em Braga. Foi viva a reacção de muitos católicos, tanto monárquicos

---

(1) Esta corrente era chefiada pelos elementos destacados da *Junta Central do Integralismo Lusitano,* em que se distinguiam António Sardinha, Conde de Vilas Boas, José Pequito Rebelo e José Hipólito Raposo.

(2) Não era nova a designação. Já em tempo da Monarquia, por 1894, fora fundado um *Centro Católico* com o propósito de disseminar as doutrinas sociais de Leão XIII.

como republicanos conservadores. Saíram os Bispos a terreiro, e defenderam o *Centro;* e foram particularmente vigorosos o Bispo de Bragança, D. José Leite de Faria, e o Bispo do Algarve, D. António Barbosa Leão, tendo este publicado um opúsculo de combate sobre a *União Católica* e *Centro Católico Português*. Mas a linha adoptada pelos Prelados correspondia no fundo à orientação da Santa Sé: e foi para melhor se integrar no pensamento dos Papas que os Bispos remodelaram o *Centro* em fins de 1919. Em 18 de Dezembro deste ano, Bento XV aprovava o trabalho dos Prelados. E dois anos depois, em 1921, e também em Braga, realizava-se o *Primeiro Congresso do Centro Católico*. Não afrouxou, contudo, a vivacidade da controvérsia: os monárquicos e muitos católicos, vendo o acatamento dos poderes constituídos ser recomendado pelos Bispos, acusavam estes de apoiarem uma República que qualificavam de maçónica e laica, e portanto hostil à Igreja; mas outros católicos e conservadores, mais na óptica de Leão XIII, preocupavam-se em assegurar a defesa do cristianismo e a sua sobrevivência; e, considerando extinta a Monarquia, acercavam-se dos Bispos e apoiavam-nos. N'*A Época*, Fernando de Sousa criticava o *Centro*, reclamava para os monárquicos o direito de fazer a propaganda da monarquia; e a imprensa realista atacava também o *Centro*, cujos adeptos designava por *catolaicos*. De novo ripostavam os Prelados, sobretudo D. António Barbosa Leão, agora Bispo do Porto, e todos recomendavam a *união* em torno da hierarquia. Fernando de Sousa, católico e monárquico, era alvo particularmente visado. E persistindo nas suas directrizes promoveram os Prelados em Lisboa, no mês de Abril de 1922, o *Segundo Congresso do Centro Católico*, já com âmbito nacional. Para orador e doutrinador principal foram procurar quem desde há muito, embora intitulando-se modesto *soldado raso*, militava na política do *Centro* e em Coimbra, nos tempos heróicos do *CADC*, se afirmara como lúcido combatente e depois como mestre de nomeada: Oliveira Salazar. De resto, o seu nome fora lembrado ao firmar no *Diário de Notícias* um artigo sobre os problemas do momento. E ao *Congresso* apresentou Salazar a tese oficial, subordinada ao tema «*Centro Católico Português — Princípios e Organiza-*

ção» (1). Louvaram os Bispos o trabalho do *Centro*, e aplaudiram a sua direcção, da presidência de António Lino Neto. E à Santa Sé não passou despercebida esta actividade: o Papa Pio XI, que decerto notara o nome de Oliveira Salazar, manifestou a sua aprovação e o seu elogio a quanto neste particular estava sendo feito pelos Prelados portugueses.

Entretanto, continuavam as dificuldades gerais do país. Debatia-se o governo de António Maria da Silva com problemas de administração, de economia, de ordem pública, de política geral. Era a questão dos Transportes Marítimos do Estado, e os seus escândalos e descrédito; era o «deficit» orçamental que, para o ano de 1922-1923 e tomando como padrão a libra-ouro, resultava de uma receita de cerca de 4 900 000 libras contra uma despesa que se aproximava dos 11 500 000; era a necessidade de uma profunda reforma tributária; era a crise das subsistências; e era finalmente, pairando sobre todo o ambiente político, a agitação dos partidos e a inquietação das massas. Em meados de Novembro de 1922 era patente a crise do gabinete António Maria da Silva. E a trinta daquele mês era remodelado: além de outras alterações (Portugal Durão já fora substituído nas Finanças por Vitorino Guimarães), Vieira da Rocha, o homem de Monsanto, entrava para a Guerra, sucedendo a Correia Barreto; Barbosa de Magalhães abandonava os Estrangeiros, e era rendido por Domingos Leite Pereira; e na Instrução Pública Augusto Nobre dava lugar a Leonardo Coimbra. Mas foi de duração breve este governo renovado. Dois dias depois, com efeito, surgia nova crise. Reaberto o parlamento, na eleição do seu presidente houve empate de votos entre o candidato governamental José Ricardo, e o da oposição, Sá Cardoso; e este, por ser o mais velho, ocupou a função. Considerando o facto como significando desconfiança política, António Maria da Silva submeteu ao Chefe do Estado a demissão. Após consultas, todavia, o Presidente António José reiterou àquele o encargo. Foi neste período o terceiro gabinete de António Maria da Silva, e o trigésimo sétimo da República. Constituído a 7 de Dezembro de 1922,

---

(1) Oliveira Salazar, «*Centro Católico Português — Princípios e Organização*», Coimbra Editora, Lda., 1922. Brochura de 58 págs.

mantinha o seu matiz democrático; mas procurou seguir as indicações parlamentares com a entrada de homens independentes — Abranches Ferrão e Fernando Freiria — para a Justiça e a Guerra. Foi recebido com benevolência pela câmara: Rocha Saraiva pelos independentes, Álvaro de Castro pelos liberais e conservadores, José Domingues dos Santos pelos democráticos, prometiam acolhimento sem partidarismo extremo. Mas em pouco se multiplicavam os embaraços. A questão do ensino religioso nas escolas levou à demissão de Leonardo Coimbra; e o problema financeiro continuava por solucionar. Por outro lado, os agrupamentos partidários estremeciam ao sabor de novas correntes políticas. Em inícios de 1923, o *Partido Republicano Nacionalista* lançava o seu manifesto, elaborado por Júlio Dantas, e procurava sob Álvaro de Castro aglutinar uma direita conservadora para equilibrar as esquerdas republicanas e radicais; depois organizou-se o Partido Radical, com elementos vindos do Partido Popular e dos outubristas; por cisão entre António Maria da Silva e José Domingues dos Santos nasceu, sob a chefia do segundo, o *Partido Esquerdista;* e por dissidências com Álvaro de Castro fundou Cunha Leal a *União Liberal Republicana.* Para além das modificações partidárias, outro problema apaixonava neste findar do ano de 1922 a opinião pública: o julgamento dos revolucionários de Outubro de 1921 e dos assassinos da «*noite sangrenta*» de 19 daquele mês. Presidia o general Camacho; homens de fama no foro e na política, como Ramada Curto e Cunha e Costa, eram os patronos dos réus; e a função de promotor de justiça estava cometida ao general António Fragoso Carmona, escolhido por ser o mais moderno (1). Com surpresa de muitos, este manteve uma atitude de independência: «*Estou aqui para cumprir o meu dever, como militar que sou, e só à Lei e ao Dever obedeço no exercício deste espinhoso cargo.*» Foram carregadas de emoção as audiências; e apenas em 1 de Junho de 1923, depois de violentos

(1) No dia em que se iniciaram as audiências — 24 de Novembro de 1922 — completara o general António Óscar Fragoso Carmona 53 anos de idade. Era natural de Lisboa, e fizera até então uma carreira estritamente militar.

debates, foram proferidas as sentenças, pesadas para alguns réus[1]. No mês imediato, a 7, o país sentia a morte de Guerra Junqueiro, patriarca poético e panfletário da República. E logo após abria-se o problema da eleição presidencial. Eram numerosos os candidatos: Manuel Teixeira Gomes, Bernardino Machado, Duarte Leite, entre os maiores; e entre os menores apontavam-se os nomes de Magalhães Lima e António Luís Gomes. Patrocinado pelos democráticos, e depois de sucessivas votações no Congresso, triunfou Teixeira Gomes, ao tempo representante diplomático em Londres. Mantém aquele a sua confiança a António Maria da Silva, que todavia aproveitou o momento para alterações no seu governo: entre todas, teve significado a substituição de Vitorino Guimarães nas Finanças por Velhinho Correia. Sem embargo, o ministério António Maria da Silva, ao cabo de quase dois anos no poder, estava politicamente gasto. No parlamento acaloravam-se as discussões: o problema da fazenda, os novos impostos, a eventualidade de empréstimos, a moagem. No termo dos debates, ganhou o governo a moção de confiança, mas por um voto somente; e por julgar insuficiente o apoio político António Maria da Silva apresentou ao Presidente Teixeira Gomes a demissão colectiva do seu ministério. Pensou o Chefe do Estado entregar a Afonso Costa o encargo de novo governo, e para o efeito este veio de Paris, agora com o propósito de constituir uma administração de base democrática que todavia incluísse outros agrupamentos partidários, num clima de concórdia e apaziguamento. Mas os partidos, em especial o nacionalista, negaram a sua colaboração: e Costa teve de desistir. Procurou Teixeira Gomes uma solução em Catanho de Meneses, também vulto democrático de destaque: mas então furtaram-se a cooperar os independentes. Recorreu o Presidente à oposição; e dentro desta dirigiu-se ao grupo nacionalista, que era o mais poderoso. Figura eminente deste partido, António Ginestal Machado organizou um governo homogéneo: e apenas despolitizou a pasta da Guerra, entregando-a ao General

---

(1) Eram 22 os réus. Nove foram absolvidos; quatro, condenados a pena correccional e nove condenados a prisão maior celular, com degredo, sendo cinco no máximo da pena. Entre os revolucionários da *noite sangrenta* encontrava-se o famoso «*Dente de Ouro*».

Fragoso Carmona, o homem independente no julgamento dos outubristas. Estava-se a quinze de Novembro de 1923.

No seu conjunto, era sombrio o ambiente nacional. Vultos destacados da política e das letras faziam em privado os mais acerbos comentários: e o pessimismo e a frustração invadiam os ânimos. André Brun, que via celebradas «*A Vizinha do lado*» e «*A Maluquinha de Arroios*», escrevia a João Chagas: «*Por aqui, chegámos a uma admirável situação: não há governo. Cada um faz o que lhe apetece. A primeira coisa que se faz em face de qualquer medida de governação é declará-la inexequível e idiota.*» E resumia: «*a nossa crise é de estupidez por parte de quem governa e de velhacaria por parte de quem lucra com governos assim.*» Um jornalista que crescia em fama, Augusto de Castro, comentava: «*O desnorteamento e a grosseria revelam-se em tudo neste país*»; e lamentava «*a permanente inquietação de boatos alarmantes sobre a ordem pública*». E o próprio Afonso Costa, pela mesma época, escrevia com amargura: «*só o propósito de destruir, só a má-fé e a incorrecção se têm manifestado.*» De Londres, D. Manuel multiplicava as suas advertências aos monárquicos, e exprimia as maiores apreensões pelos destinos do país. Era a *República Velha* que se prolongava.

7

No discurso de fundo que pronuncia no *Segundo Congresso do Centro Católico Português*, efectuado em Lisboa nos dias 29 e 30 de Abril de 1922, Oliveira Salazar enfrenta directamente as desavenças entre católicos, e as críticas que ao *Centro* são dirigidas no Parlamento, nos actos eleitorais, no país em geral, e isso tanto do campo adverso como do próprio. Toda essa atmosfera torna indispensável uma revisão das «*bases do programa*» e um exame dos «*processos de acção*». «*Serenamente, cristãmente*», haveriam de ser emendados os erros que se apurassem. Era deplorável o espectáculo dado pelos católicos: à união aconselhada por Roma e pelos interesses nacionais tinha-se contraposto a «*desunião, a desordem, a indisciplina*». Para tentar remediar este mal

havia que distinguir as «*questões de facto*» das «*questões de princípio*». E ocupa-se tão-somente das segundas: alegando «*um conhecimento bastante superficial das nossas condições políticas*», sentia-se impossibilitado de se pronunciar com segurança sobre os factos sociais e políticos dominantes no país.

Antes de mais, faz uma pergunta: «*há um direito político cristão?*» Ora a Igreja apresenta uma solução própria para os problemas fundamentais do direito político. Vem de Deus a origem do poder público — «*non est potestas nisi a Deo*» — e a concepção cristã exige uma sociedade «*hierarquizada*» e «*não igualitária*»: assim ficam excluídas a «*origem contratual da sociedade*» e a «*origem democrática do poder*». Devendo a lei basear-se na «*legitimidade de quem manda*» e na prossecução do «*bem comum*», fica afastada a «*vontade da maioria*» como fonte de razão e de lei. Porque aceita a «*variabilidade histórica das formas de governo*», a Igreja «*reconhece aos povos o pleno direito de escolherem o modo da sua organização política*», desde que respeitados os «*dois princípios anteriores*». Destas premissas, que são «*indiscutíveis e irrevogáveis*», decorrem três consequências: liberdade de preferirem, no campo especulativo, «*uma ou outra forma de governo*»; liberdade de «*aderirem a um regime de novo constituído*»; obediência, «*em nome da paz e do bem comum*», aos governos constituídos e, *a posteriori*, aos governos legítimos. Há assim um direito político cristão.

Mas a Igreja «*terá também uma política?*» Da análise do comportamento daquela em face dos Estados, deduz-se que pretende obter destes as «*melhores e mais favoráveis condições para realizar a sua missão divina*»; e querendo salvar «*todas as almas*» a Igreja pretende que «*o Estado a não embarace na sua salvação*». Se esta é a finalidade da política da Igreja, concluir-se-á que as suas bases terão de ser: exigir do Estado «*um mínimo de civilização, compatível com o reconhecimento de direitos e deveres*»; exigir «*um mínimo de liberdades, necessárias na ordem religiosa*»; reconhecer ao Estado a faculdade de modificar a sua organização política e de legislar livremente na ordem civil, «*desde que não contrarie os princípios de direito natural e as leis divinas*». Há assim uma política da Igreja.

Este quadro significa que as relações entre o Estado e a Igreja devem implicar «*concessões mútuas*»; mas se estas não se verificarem, então à Igreja cabe obter «*por meio da sua política as condições mínimas indispensáveis à vida religiosa*». Mas que concessões serão aquelas? De duas ordens: as que provêm da Santa Sé, e que resultam de simples vontade dos Papas; e as que se traduzem numa atitude da Igreja, e portanto da comunidade de fiéis, para com o Estado de que estes são súbditos. De uma maneira normal, não se compreenderia «*a Igreja em paz com um Estado e os seus fiéis em luta com o mesmo Estado*». Por esta forma os católicos são chamados a colaborar com a Igreja na execução da sua política; mas porque os fiéis são súbditos de um Estado há que distinguir «*a política dos católicos enquanto fazem a política da Igreja*» e a «*política dos católicos enquanto fazem a política da nação, quer dizer, enquanto se ocupam dos problemas nacionais*». Acontece no entanto que a política da Igreja não é a política da nação; e isto quer dizer que a «*política da Igreja interessa os cidadãos, mas na sua qualidade de católicos*» e que, reconhecidos os direitos destes, «*está satisfeita a Igreja*». Há portanto que extremar «*política da Igreja*» e «*política da Nação*», e que determinar a posição dos católicos enquanto fazem uma política ou outra. Admitindo que não são contraditórias as finalidades de ambas, quais os «*processos*» a adoptar pelos católicos num caso e no outro? Fazer política nacional significa ambicionar a conquista do poder para resolver problemas nacionais: e para o efeito não estão unidos os homens quanto aos «*meios*» embora possam estar quanto aos «*fins*». «*Ora como as reivindicações da Igreja fazem parte dos problemas nacionais, cuja resolução se espera da política, é evidente que o que divide os homens quanto ao modo de fazer a política da nação, também os divide quanto ao modo de fazer a política da Igreja, fazendo cada qual depender esta política do regime ou do partido de que só confia a resolução perfeita das questões que interessam à nação.*» E «*estas desinteligências e divisões tornam-se inevitáveis*» com uma política anti-religiosa do Estado «*que divide os homens quanto à crença, e com uma* revolução política *que divide os homens quanto ao poder.*» Por outro lado, «*ter a posse do poder e não ter a posse das consciências é ter um poder precário que a pri-*

meira convulsão fará ruir»; mas «*ter a posse das consciências e não ter a posse do poder, é ficar sujeito a violências, injustiças e mesmo, por vezes, à negação das próprias condições de vida.*» Eis portanto a grande dificuldade: «*como fazer no campo político a união dos católicos se exactamente a política os desune?*» Pode então entrar-se num círculo vicioso: se a questão política é de regime, a política eficaz é a da revolução, mas esta implica com o dever de obediência aos poderes constituídos; e se se pretende resolver a questão política para só depois resolver a questão religiosa, então subalterniza-se a religião à política, ao que se opõe o Evangelho. Deste modo, «*a união dos católicos, politicamente divididos, no campo político, para por meios políticos defenderem a Igreja, só pode fazer-se com o sacrifício de opiniões políticas — ou melhor, com o sacrifício transitório duma acção política determinada, julgada prejudicial de momento, à defesa dos interesses religiosos.*» Esta é portanto a «*teoria da política da Igreja*».

Em concreto, todavia, como se tem manifestado aquela política? Aí estão as encíclicas de Leão XIII [1] e aí está, inspirada por aquelas, a carta de Bento XV ao Patriarca de Lisboa, de 18 de Dezembro de 1919. Nesta carta, aplica o Papa a Portugal a orientação de Leão XIII. Daquele documento conclui-se que o Pontífice recomenda o *dever de obediência* aos poderes constituídos e o *dever de colaboração* com aqueles, e que aconselha a *união dos fiéis*. Esse dever de obediência tem de ser cumprido de boa-fé e sem reserva mental, mas não implica para os católicos *adesão* a um regime, uma vez que a Santa Sé não adere a regime algum e se algum católico aderir a um sistema político não o faz na qualidade de *católico* mas de *cidadão*. E o dever de colaboração é imposto pelos «*interesses da nação*»: e isso porque independentemente dos regimes está a «*pátria*». E pelo que respeita ao *conselho* de unidade, exactamente porque se trata de um conselho, pode ser ou não seguido: mas pela sua utilidade

---

(1) Salazar cita a *Diuturnum illud*, a *Immortale Dei*, a *Libertas*, a *Sapientiae christianae*, e ainda *Au milieu des solicitudes*, especialmente relacionada com a situação francesa.

prática para a força dos católicos fica aberto à consciência destes o imperativo de seguir os desejos do Santo-Padre.

Se tudo isto é assim, como se justificam as divergências entre católicos? Não têm na verdade justificação. No «*momento presente*», a «*República não é em si mesma inconciliável com o reconhecimento dos direitos fundamentais da Igreja*» e a «*República não é em si mesma inconciliável com os mais altos e vitais interesses da nação*». Desta maneira, a dispersão dos votos dos católicos em face do inimigo corresponde à sua inutilização. Para o evitar, impõe-se reconhecer que a «*união entre todos os católicos faz-se com facilidade e sem sacrifício de opiniões políticas em todos os campos estranhos à política*» mas só «*pode fazer-se no campo político com sacrifício de determinada actividade política*». No primeiro aspecto, a *União Católica* pode desempenhar um papel de aproximação de quantos sentem a mesma crença; e quanto ao segundo não se trata de uma imposição mas de um «*pedido*» feito pela Santa Sé. E assim se chega à definição do *Centro Católico:* este deve ser «*a organização dos católicos que, em obediência aos desejos da Santa Sé, sacrificam de momento as suas reivindicações políticas, mormente no que respeita à questão de regime, e se unem para realizar constitucionalmente uma actividade política, em ordem a conquistar e a fazer reconhecer as liberdades e os direitos da Igreja*». E o Centro «*ou é isto ou não é nada*».

Caracterizado assim o *Centro*, são óbvias as conclusões a extrair. Em primeiro lugar, aquele «*não pode prescindir de candidatos próprios*», visto que só nessa qualidade podem pugnar pelas liberdades da Igreja e pela cristianização das leis e conseguir representação autónoma; e depois, e para aquele efeito, o *Centro* tem de dispor de uma massa eleitoral «*homogénea e disciplinada*», que não pode simultaneamente pertencer, para evitar posições contraditórias, a um partido e ao *Centro*. Mas, eleitos deputados do *Centro*, qual deve ser a acção destes? Haverá de nortear-se pelos objectivos seguintes: defesa dos interesses da Igreja, cristianização das instituições e das leis. Sob pena de se diminuírem, contudo, deverão ter em conta as «*necessidades e realidades políticas*» e, a essa luz, podem e devem intervir em problemas concretos: para imprimir a estes a orientação que convenha aos prin-

cípios morais e religiosos da Igreja ou porque, sendo amorais, podem «*ser resolvidos por critérios estranhos à moral cristã*». Para este conjunto de problemas concretos, e embora não seja indispensável, pode entretanto vir a ser necessário um programa e «*nada parece obstar a que se faça*». Haverá assim que admitir a hipótese de o *Centro* evoluir, «*até mesmo a ponto de vir a constituir-se em partido*», e por isso há que entendê-lo como uma organização «*provisória e transitória*», aconselhada pela Santa Sé num «*momento histórico*» para resolver uma questão política que se complica com uma questão religiosa. Sem embargo, afirma-se muitas vezes que o *Centro* não tem fins políticos nem se envolve em lutas políticas. Não é exacto: o «*Centro é um organismo político para actuar por meios políticos:*» e «*o poder não repugna ao Centro nem ele o evita*». Nestas condições, «*no jogo constitucional e regular das forças políticas com representação parlamentar, o Centro não se distingue de qualquer outro grupo*», salvo pela aceitação da República como regime de facto, sem assumir posição a favor ou contra, e pela recusa em defender ou atacar sistematicamente qualquer governo ou partido, caracterizando-se portanto pelo seu espírito de moderação. E devem os parlamentares do *Centro*, em consequência, constituir naturalmente um elemento aglutinador de todos os demais parlamentares.

Há que rematar todas estas considerações com um pensamento de governo e administração. «*Vamos numa altura da evolução política e social em que o partido político, assente na individualidade — o cidadão ou o eleitor — não tem suficiente razão de ser. O homem isolado é uma abstracção — uma ficção criada sobretudo sob a influência dominante de princípios errados mas correntes no último século. A inutilização prática do indivíduo como indivíduo na engrenagem política e económica, levou à associação dos mesmos indivíduos sobre bases que melhor lhe permitissem a defesa dos seus interesses. Quer dizer isto que toda a força política que pretenda desenvolver-se pela representação efectiva de verdadeiros interesses, tem de apoiar-se sobre uma organização não exclusivamente política mas social de profissões e de classes. E como a religião católica, informando toda a vida do homem, não pode deixar de informar a sua associação, abençoar o seu trabalho e orientar superiormente a sua actividade*

colectiva — nós chegamos à conclusão de que o Centro Católico, para se desenvolver como organismo político e cumprir integralmente a sua missão, exige uma rede de organizações sociais, onde o movimento associativo, ligado ao elemento religioso, se desentranhe numa copiosa fonte de bens materiais e morais».

Embora redigido «*muito a correr*», o discurso de Salazar no *Centro Católico* foi «*longamente pensado*». E documentou-se. Para escrever a sua exposição leu especialmente algumas obras: *L'action française et la réligion catholique*, de Charles Maurras; algumas páginas de Jèze; *L'église et le travail*, de Paul Feuillette; outras mais. Depois, trabalhou «*sem descanso — quando tanto precisava de descansar — durante as férias da Páscoa. Apesar de todos os meus esforços, eu não trouxe para Coimbra, pela Pascoela, senão apontamentos e notas dispersas que tinha de ordenar para a redacção definitiva do meu trabalho, e que efectivamente ordenei em quatro serões, longos e dolorosos.*» Mas o trabalho recebeu o aplauso unânime dos congressistas, e por iniciativa de Juvenal de Araújo foi o discurso editado a cargo da comissão diocesana do Funchal. Provocou também celeuma áspera, contudo, e em torno da tese apresentada cresceu em vivacidade a polémica que vinha de longe. Sentiram-se ofendidos e despeitados os monárquicos porque, como católicos, se lhes impunha o acatamento da República. Consideraram-se atingidos os republicanos não católicos porque a República era aceite de *facto*, e não se reconhecia a superioridade do ideal republicano sobre todos os demais, nem se admitia a sua legitimidade exclusiva. Salazar defendeu-se das críticas: «*O pouco e incompleto que dele* (do discurso) *veio a público pelos jornais, irritou muitas pessoas que começaram a discutir com calor doutrinas que não perfilhei e afirmações que realmente não fiz. Não me admiro se, depois de conhecido o texto, passar a ser criticado também pelas que deixei de fazer.*» E abrigava-se no escudo supremo: «*o de seguirmos na política religiosa do país as instruções e conselhos de Roma, sem atraiçoarmos os bem entendidos interesses da nossa pátria.*» Mais uma vez os Bispos se apresentaram em terreiro aberto para defesa do *Centro*, e a tudo dava Pio XI a sua aprovação. E o discurso de Salazar constituiu, para os partidários do *Centro*, a *magna carta* em que doravante se moveriam.

No fundo, porém, qual a *tese* de Oliveira Salazar? No plano dos princípios, poderá afirmar-se que era pobre. Sem entrar no âmago da matéria, encostava-se ao direito político formulado pela Igreja, e aceitava em bloco a doutrina dos Papas, muito particularmente a de Leão XIII. No *Segundo Congresso do Centro Católico,* ressuscitava em plenitude o homem do seminário de Viseu, e exprimia os seus sonhos o antigo prefeito do *Colégio da Via Sacra:* traduzir o cristianismo em acção política para benefício da Igreja. Em tudo quanto expusera, estava implícita uma das mais profundas sínteses de Cristo: a Deus o que é de Deus, a César o que é de César. Entregar a César tudo o que lhe pertence: se não era a adesão convicta à República, era a aceitação do regime republicano e da sua legitimidade: e era também, e sobretudo, a vontade de colaborar e de agir dentro das novas instituições. Decerto: a César tudo o que lhe é inerente, mas *apenas* o que lhe é inerente: no mais Deus haveria de ser soberano. Mas quais os limites entre um reino e outro? Esses limites seriam definidos pela liberdade da Igreja, absoluta e incondicional. E esta não poderia ser restrita à liberdade de crença e de consciência cristã. Porque essa, eminentemente subjectiva, resultava da própria natureza das coisas: estava no foro íntimo de cada indivíduo: este não era cingido, nem podia ser condicionado por qualquer lei de César: e ao Estado não era lícito dizer que outorgava aquilo que não podia sequer possuir, ainda que o tentasse. Não: a liberdade da Igreja tinha de ser muito mais ampla: era a liberdade de culto, privado e público; era a liberdade de doutrinar e de difundir o magistério eclesial pelos mesmos meios que outros pudessem utilizar para o ataque; era, em suma, a liberdade de apostolado e de proselitismo cristãos. Mas tudo isto, no confronto com as instituições e no quadro em que se movia, significava que a Igreja haveria de ter uma *política* sua; a existência de uma política própria, com posições definidas perante os problemas nacionais, implicava para a Igreja a formação de um *partido,* integrado no jogo das várias forças actuantes; e esse *partido,* para ser tomado como tal, haveria de possuir e fazer acreditar que possuía a *vocação do poder.* Daqui uma contradição e uma dificuldade: por um lado, a Igreja não queria fazer *política temporal* mas apenas *política religiosa,* e isto somente para assegurar

os fins da Igreja; mas, por outro lado, e dado o condicionalismo vigente, aquele objectivo não poderia ser atingido se a Igreja, através dos seus fiéis, se não constituísse num *partido como os demais*, e que descesse ao terreno do combate político com o intuito de *ser governo*. Para este embaraço não encontrou Oliveira Salazar uma solução no plano dos princípios. Era pragmático o caminho que apontou: o sacrifício momentâneo, por parte dos católicos, das suas opiniões políticas pessoais. Por outras palavras: o partido católico possuía por único objectivo, no fundo das coisas, a transformação do *Estado laico* em *Estado religioso* que, se não confessional, pelo menos reconhecesse à Igreja a plenitude do reino que era o seu. Queria isto dizer que o partido católico, uma vez conquistado o poder e transformado o Estado, se esvaziava de conteúdo e perdia o seu sentido. Num Estado que aceitasse a liberdade completa da Igreja, retomavam os católicos o direito às suas opções políticas independentes e portanto à constituição de vários partidos: aquela liberdade eclesial seria o denominador comum dos partidos em que se poderiam filiar os católicos. Daqui decorria uma outra consequência: se acaso o poder fosse de novo tomado por um partido que negasse as liberdades da Igreja, e repusesse o Estado laico e anticristão, mais uma vez os católicos haveriam de abandonar as suas opções políticas individuais, extinguir os seus vários partidos, e reorganizar-se num partido cujo fim consistia apenas na transformação do Estado e cujo destino era de novo o esgotamento quando atingido aquele fim. E para eliminar este círculo vicioso não apresentava Salazar uma solução.

Eram outros, todavia, os propósitos do *Segundo Congresso do Centro Católico* e do discurso de Salazar. Tratava-se de aproveitar uma *oportunidade política* e de dar a esta uma *utilidade prática:* fornecer aos católicos um plano para a conquista do poder ou, pelo menos, para influenciarem as instituições republicanas num sentido afeiçoado à Igreja e suas reivindicações. Vista a esta luz, e sem embargo da celeuma provocada, a exposição de Salazar satisfazia as necessidades do momento: lançar as bases de que partisse a acção política dos católicos.

8

Fora a eleição de Salazar como deputado por Guimarães celebrada por amigos e até por adversários políticos. Congratularam-se os frequentadores dos *Grilos*, os que prosseguiam a luta no *CADC*, os militantes católicos. Houvera regozijo em Santa Comba. Escrevera uma folha local: «*Se o berço da Pátria Portuguesa muito se honrou por ter como seu representante na Câmara dos Deputados o Sr. doutor António d'Oliveira Salazar, Santa Comba não se sente menos honrada por ver no Parlamento um seu patrício tão inteligente e tão ilustre e que, sendo já hoje uma autêntica notabilidade no professorado da Universidade, é simultaneamente um grande carácter que se impõe à admiração, ao respeito de todos.*» Mas os adversários também lhe prestavam homenagem. Em *A Beira* proclamara-se: «*Militando num campo político oposto ao nosso, nem por isso deixamos, e com a maior sinceridade, de congratular-nos com a eleição do sr. doutor António d'Oliveira Salazar, porque homens de inteligência, saber e inconcussa honestidade como Sua Ex.ª, é que devem ser preferentemente escolhidos para representantes da Nação.*» Mas o *19 de Outubro*, a dissolução das Câmaras, a crise geral, haviam frustrado as esperanças dos que viam em Salazar a estrela ascendente da política católica. Depois, entre fins de 1921 e princípios de 1922, aquelas esperanças sofreram rude golpe. Mas o discurso que Salazar pronunciou no *Congresso Católico* nos últimos dias de Abril de 1922, e sem embargo da hostilidade de alguns sectores monárquicos e republicanos moderados, veio insuflar novo ânimo aos militantes da causa católica. Colheu Salazar os aplausos dos seus amigos e companheiros de luta. Mais uma vez, *A Beira* celebrava o acontecimento e agradecia a «*gentil oferta*» do «*interessante opúsculo*» contendo o discurso. E a *comissão política* de Santa Comba do Partido Republicano Liberal, por intermédio do deputado Marques Loureiro, felicitava-se pela «*nobilíssima atitude*» do «*nosso ilustre patrício sr. dr. Oliveira Salazar*» ao demonstrar «*como é devido respeito e acatamento ao regime republicano*».

Entretanto, proferida a sua exposição no *Congresso Católico*, Salazar tornava a Coimbra, ao Vimieiro, à sua vida habitual.

Estava agora profundamente envolvido nos problemas da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, e preocupava-se em promover caridades e festas para angariar fundos. Mais uma vez contava com Glória Castanheira e os seus concertos. E agradecia a colaboração da sua admiradora: «*Bem sei eu que não são os meus agradecimentos, mas simplesmente o seu espírito de caridade, que fazem a V. Ex.ª interessar-se pela sorte desta Instituição e tão desveladamente proteja os pobrezinhos que lhe estão confiados.*» E acrescentava: «*Mas seria ingratidão não reconhecer em nome dos beneficiados os altos serviços que V. Ex.ª se tem dignado prestar à Misericórdia.*» Mas não eram somente os problemas da Santa Casa que causavam apreensões em Salazar. Sua mãe definhava: enfraquecia progressivamente o coração de Maria do Resgate. Marta, sua irmã mais velha, estava doente durante o inverno e a primavera, e tinha de permanecer em Viseu, para tratamento e repouso. Elisa igualmente sofria de enfermidade que a obrigava a passar os «*dias em casa sentada numa cadeira, sem poder também fazer coisa alguma.*» Assim, todo o ano «*tem sido horrível para os meus, porque boa saúde ninguém tem tido.*» E Glória Castanheira fazia doces para que Salazar enviasse às irmãs, e aquele remetia-os a Marta para Viseu; mas não todos; e ficava no Vimieiro com «*um dos bolos, que por sinal eram deliciosos.*» Queria Salazar retribuir, e pedia às irmãs que fizessem «*alguma coisa que decentemente pudesse enviar a V. Ex.ª, contribuindo ainda que em pouco para sua festa.*» Mas as irmãs, achacadas como estavam, nada podiam fazer. Depois, naqueles meados de Maio de 1922, Salazar foi chamado telegraficamente a Lisboa, por assuntos da Misericórdia. «*Demorei-me o menos possível — eu tenho horror a Lisboa.*» Ainda teve tempo para oferecer um jantar ao Joaquim Dinis da Fonseca. Da capital foi directamente para o Vimieiro, para junto dos seus doentes; e durante aquele mês apenas se deslocava a Coimbra para falar com Beleza dos Santos, que compartilhava com Salazar a administração da Misericórdia.

No plano universitário, também não eram menores as preocupações de Oliveira Salazar. Guilherme Moreira estava gravemente doente. A regência da cadeira de *Direito Civil* fora atribuída a Carneiro Pacheco e depois a Manuel Rodrigues, que aliás se destinava à Secção de Ciências Económicas, onde seria directo

colaborador de Salazar. Estava na forja uma *Reforma dos Estudos Jurídicos* (1). E naquele ano lectivo de 1922-1923 Salazar teve de tomar sobre si, a par das cadeiras de *Economia Política* e de *Finanças*, os cursos semestrais de *Economia Social* e de *Estatística*. Era um considerável acréscimo de trabalho, e procurava por outro lado renovar doutrinariamente as suas lições magistrais (2). Nem por isso, todavia, abandonava a sua colaboração avulsa em publicações da especialidade, tanto no *Boletim da Faculdade de Direito*, como na *Revista de Legislação e Jurisprudência* (3). Justamente esta última entrava no seu 55.º ano de publicação e, com Fezas Vital e Mário de Figueiredo, Oliveira Salazar era convidado a ingressar no corpo redactorial da *Revista*, de que passava a fazer parte desde 13 de Maio de 1922 (4).

Concluídos os exames de fim de ano na Faculdade de Direito, foi mais estável a permanência de Salazar no Vimieiro e em Santa Comba, durante as férias de verão. Recebia a visita dos seus íntimos: o padre Cerejeira, cuja fama de intelectual crescia na sua cátedra de Letras e para quem alguns previam a subida ao episcopado; o Bissaia Barreto, nome já eminente na Faculdade de Medicina e havido por cirurgião acima do comum; os Pais

---

(1) Veio a ser publicada em 21 de Setembro de 1922, pela lei n.º 1370, completada pelo decreto n.º 8578, de 8 de Janeiro de 1923.

(2) São desta fase umas novas *Lições de Finanças conforme as prelecções do Ex.mo Senhor Doutor Oliveira Salazar*, publicadas por João Pereira Neto, Coimbra Editora, Lda., 663 págs.

(3) Recolhi os seguintes elementos: «Bol. da Fac. Direito», ano VII, pág. 407, *«sentença de 3 de Agosto de 1921»*; «Rev. de Leg. e Jurisprudência», 13 de Maio de 1922, consulta e resposta sobre *Direito Fiscal*.

(4) Para assinalar o aniversário e a entrada dos três professores, a *Revista* inseria uma nota, assinada por Guilherme Moreira, José Alberto dos Reis, Beleza dos Santos e Manuel Rodrigues, dando conta do convite feito àqueles. Destacava a posição de Salazar: *«O convite ao Dr. Oliveira Salazar obedeceu ao pensamento de colocar à frente da secção de* Direito Fiscal, *de tão larga representação nesta* Revista, *um professor de comprovada competência. O Dr. Salazar rege, há sete anos, as cadeiras de* Economia Política *e* Finanças, *e quem tenha lido os seus magistrais artigos sobre* «contribuição de registo» *publicados no «Boletim da Faculdade de Direito» pode já fazer idéia da preciosa e valiosíssima colaboração que nos vem prestar o Dr. Salazar»*.

de Sousa, que vivendo em Santa Comba eram companheiros de cavaco e passeios; mais raramente, apareciam os irmãos Dinis da Fonseca. Dos conhecidos do Vimieiro e Santa Comba, dos tempos de estudante, todos estavam envelhecidos, alguns haviam morrido: e o isolamento e a placidez da aldeia iam sendo quebrados e invadidos por novas gentes e novos hábitos. Mas Salazar mantinha-se fiel aos seus passeios entre pinhais, à contemplação das serranias distantes, às suas flores, aos seus muros, aos seus quintais. Maria do Resgate ia nos seus setenta e sete anos: muito do tempo passava-o entre a vida e a morte: e não tinham fim as despesas com médico e farmácia. Tio António Feitor cumprira já os seus oitenta e três anos: estava um aposentado, um patriarca, mas ainda desempenado, rijo, capaz de empunhar com mão firme o cabo de um arado: e continuava íntimo dos Perestrelos. Com estes, porém, não era assíduo o convívio de Salazar. Depois da áspera troca de palavras em Coimbra com Maria de Pinna, sua madrinha, Salazar evitava-a, e discretamente desaparecia de casa sempre que aquela visitava Maria do Resgate. Pelas noites, e enquanto velava Maria do Resgate e lhe servia de enfermeiro, escrevia numerosas cartas aos seus amigos, ao José Nosolini, ao Diogo Pacheco de Amorim, ao padre Carneiro de Mesquita, ao Mário de Figueiredo, a outros mais. E cultivava com gosto a correspondência feminina: respondia às cartas das suas admiradoras, preocupava-se com os seus problemas, entrava na sua intimidade. Era a mesma roda de Coimbra, da Figueira, de Santa Comba: a Alda, a Palmira, a Alice. A estas, outras raparigas se haviam juntado na mesma admiração por Salazar: era a Ernestina Afonso, com quem tivera um derriço na praia da Figueira; era a Conceição e a Maria Laura, amigas de Glória Castanheira; e eram as filhas das famílias tradicionais de Coimbra e da Beira-Alta. Oliveira Salazar completara trinta e três anos: era vulto eminente em Coimbra e pela Beira-Alta: o seu nome não era desconhecido no país: era insinuante na sua figura bem apessoada, bem cuidada, meticulosa, de boa raça: irradiava personalidade, e podia ser tão distante e gelado quanto caloroso e doce: e continuava solteiro. Gostava do convívio dos homens, decerto; mas apreciava sobretudo o convívio das mulheres, e tinha então extremos de carinho afectuoso; e debruçava-se sobre os seus problemas, que tomava como seus. Em absoluto, todavia,

não se confiava a nenhuma; e não assumia compromissos sentimentais para além de limites precisos, e prudentes. No fundo, o grande, o absorvente afecto, continuava a ser sua mãe: era em função do seu bem-estar, da sua felicidade, do seu sossego de espírito que Salazar tomava as suas decisões: e não queria que estas pudessem prejudicar o remanso de que procurava cercar a vida débil de Maria do Resgate. Para si, não via Salazar com nitidez um plano de vida. Professor eminente e escutado, era-o sem dúvida, e nesse objectivo não falhara; mas a passagem efémera pelas cadeiras de S. Bento constituíra uma amargura e uma frustração política; e a sua destacada posição como militante católico não parecia conduzir a um fim preciso. Ambições, e fundas, sentia-as, e ao padre Cerejeira não se acanhava de as confessar. Mas como realizá-las? Esse ponto parecia misterioso, e entretanto refugiava-se nos cuidados por Maria do Resgate, no amor pela sua casa e pelos seus quintais, no trabalho universitário, no estudo.

Naquele verão de 1922, todavia, Oliveira Salazar resolveu passar uma parte das férias à beira-mar, na sua adorada Figueira da Foz. Além do mais, mudança de ambiente poderia ser benéfica para Maria do Resgate. Pediu por isso à sua amiga Glória que lhe conseguisse uma casa para alugar na segunda quinzena de Agosto e que não fosse longe «*da praia, do americano, do jardim.*» Aquela desenvolveu os máximos esforços e, por uma renda de 90$00, obteve o que Salazar desejava. Entretanto este teve de ir de Santa Comba a Coimbra, para uma consulta importante de um cliente de Manteigas, e no seu regresso, a 8 de Agosto, soube com surpreza de que não estava disponível aquela. Foi então em pessoa à Figueira, encontrou uma casa nos arredores, à beira-mar, e a 17 de Agosto estava instalado com sua mãe e suas irmãs. Mas ao cabo de poucos dias sentiu-se Maria do Resgate gravemente doente. Salazar chamou Bissaia Barreto com urgência, e este determinou o regresso imediato a Santa Comba; e em 26 de Agosto todos estavam de novo no Vimieiro. Haviam falhado as férias na Figueira: gastara cento e oitenta escudos em pura perda. Mas em princípios de Setembro Maria do Resgate mostrava algumas melhoras. Salazar, no entanto, além das preocupações, sentia-se exausto pelas constantes idas e vindas, e muito penalizado tam-

bém por não ter assistido ao concerto de caridade promovido por Glória na Figueira. Esta, entretanto, seguira para as Pedras Salgadas, a passar o mês de Setembro. Salazar resolveu estanciar pelo Vimieiro o resto do verão: propunha-se descansar, trabalhar, concentrar-se. Mas não o conseguiu. Foram de pouca duração as melhoras de Maria do Resgate. Em meados de Setembro agravaram-se os seus padecimentos. «*Minha mãe tem, pode-se dizer, piorado constantemente.*» Tinha «*crises horríveis do coração, uma das quais lhe será fatal.*» Salazar esperava o pior a todo o momento: «*Há quase quinze dias passou uma noite de tal modo que recebeu até os sacramentos e me convenci até que morria.*» Fiel e devotado enfermeiro, Salazar não a abandonava: «*Passo aqui os dias de modo a não me afastar do quarto minutos sequer.*» Amarrado assim à cama da doente, com o espírito angustiado, não tinha «*tempo nem disposição para coisa alguma*». Aquelas férias, em que tanto queria repousar e trabalhar, transformavam-se-lhe num pesadelo.

Sem embargo dessa angústia, que o amarfanhava, não descurava Salazar a sua pessoa. No Damião encomendara, para o inverno, um fato e um sobretudo novos. Eram de bom tecido: custaram-lhe 490$00. Comprara também gravatas novas, sabonetes de luxo; mas, para economizar, mandara afiar por dezoito tostões as lâminas de barba. E continuava a entreter-se com obras de pedreiro. Mais uma vez chamara o Ilídio e ajustara com este um muro no quintal, que lhe ficou em 372$00. Fazia por outro lado muitas despesas com Maria do Resgate. Todos os meses despendia dezenas de escudos com medicamentos. E com sua irmã Elisa também: o último tratamento e estadia desta em Viseu ascenderam a mais de trezentos escudos. Para fazer frente a todos estes gastos, administrava-se com rigor. Anotava todas as despesas, por mais miúdas que fossem. Diversificava as suas receitas: além do seu vencimento de professor, tinha os dividendos da Coimbra Editora, o produto dos seus artigos e consultas, os juros dos seus depósitos, os cupões dos seus títulos. Fechara o seu ano financeiro, naquele mês de Setembro de 1922, com um saldo positivo de 947$03,5. Este, adicionado aos anteriores, dava-lhe um saldo geral positivo de 1 517$05,1. Mas desta soma tinha de deduzir mil escudos, que em Julho pedira emprestados ao Beleza dos

Santos, e que ainda não pagara. Toda a sua fortuna em dinheiro líquido cifrava-se assim em pouco mais de quinhentos escudos: além dos bens imóveis e títulos, era tudo quanto amealhara nos doze anos que já levava em Coimbra.

9

Na rotina universitária, tinha Salazar de tornar a Coimbra para as primeiras aulas do ano lectivo de 1922-1923. Mas o tormento de Maria do Resgate continuava: era um drama que se instalava na sua vida de professor. Com os primeiros frios do outono, Maria do Resgate piorou. «*A doença de minha mãe agravou-se hoje extraordinariamente, e têmo-la tido à morte.*» Além do coração, fazia-a sofrer uma ponta de reumatismo. Salazar prolongou por isso a sua permanência no Vimieiro. Nas suas idas a Coimbra atendia ao mais premente das suas obrigações na Faculdade, e para Santa Comba levava os livros, os apontamentos, as notas indispensáveis à preparação dos novos cursos cuja regência agora lhe cabia. Bissaia Barreto visitava Santa Comba com frequência, para observar Maria do Resgate. Mais assíduo ainda era o padre Cerejeira: este trazia-lhe notícias de Coimbra, do movimento católico, dos acontecimentos no país. Cerejeira andava a meditar um volume sobre a Igreja e o pensamento contemporâneo; mas hesitava; e Salazar estimulava-o a que metesse ombros à empresa. Entretanto, Salazar encontrava alguma distracção noutros trabalhos, cuja realização lhe proporcionava réditos cada vez mais substanciais. Da sua colaboração na *Revista de Legislação e Jurisprudência* recebera 300$00; outro tanto levara por uma consulta da Companhia Vacuum; e por uma importante consulta do Banco de Portugal auferira cinco mil escudos. Cresciam a sua fama e a sua autoridade, e afluíam pedidos de parecer: a sua vida material tornava-se mais desafogada.

Salvo pelas deslocações a Coimbra, onde se demorava cinco ou seis dias em cada mês, Salazar manteve-se pelo Vimieiro durante aquele inverno de 1922 para 1923: impunha-o a doença de Maria do Resgate. Continuava enfermeiro atento. Dizia à sua amiga

Glória: «*Escrevo-lhe mesmo do quarto dela.*» E sem prejuízo da sua preocupação absorvente, começava a sentir-se resignado: «*Enfim, nunca nada parece que há-de correr neste mundo à medida dos nossos desejos.*» Mas encontrava consolo na sua fé cristã: «*Deus sabe por que nos vai experimentando com dissabores, aflições, desgostos.*» Além de tudo o mais, estava agora também muito preocupado com as dificuldades financeiras da Misericórdia de Coimbra. Mandara fazer obras de vulto no salão da Santa Casa. E a seu pedido Glória deu ali um concerto de caridade. Salazar não assistiu. Mas felicitou a pianista pelo êxito. E agradecia-lhe o contributo que aquela assim dera à angariação de fundos; mas limitava o seu agradecimento, com toda a prudência, ao auxílio de Glória à Santa Casa. Dizia-lhe: «*Ficar-lhe (por este motivo) obrigado, é coisa que me não custa e me não preocupa nada.*» Teria esta expressão causado alguns arrufos em Glória, e esta confessou-os a uma amiga comum, que os transmitiu a Salazar. Este manteve a sua atitude: «*Releio esta carta: nada tenho que acrescentar senão que espero muito firmemente que V. Ex.ª me dará licença de não mais a importunar com vulgares descrições «d'écolier» em que há burros e porcos que pastam em campos cobertos de flores, mesmo para que não possa ter a impressão infeliz e injusta de que «je me moque de vous».*» (1) Mas concluía numa nota afectuosa: «*Não deixo de agradecer a V. Ex.ª a enternecida lembrança dos goivos que tive imenso prazer em receber, para alegrarem um pouco esta solidão.*»

Em fins de Março de 1923 regressava Salazar com permanência a Coimbra. Era o volver à intimidade dos *Grilos* e dos seus livros, e o retomar dos contactos com os demais professores e a vida universitária. Estava já longe o tempo heróico do *Imparcial* e do *CADC*. Mas Salazar nem por isso devotava menos interesse aos negócios públicos, e na reclusão dos *Grilos*, entre os amigos, discutiam-se apaixonadamente os acontecimentos políticos do país. Mantinha-se reservado o mestre de Finanças, e nem

---

(1) Tenho dúvidas quanto à palavra que antecede a palavra francesa «*d'écolier*», e que julgo ser também francesa. Está escrita numa caligrafia ainda mais cerrada do que a habitual, e não a consegui decifrar. Usei «descrições» por fazer sentido, mas não será o que Salazar escreveu.

perante Mário de Figueiredo ou os irmãos Dinis da Fonseca desvendava qualquer pensamento. Continuava na rotina dos seus trabalhos e das suas deslocações. Escrevera para o *Boletim* um estudo sobre a «*Tributação das empresas agrícolas coloniais*» e para a *Revista*, além de um artigo sobre «*terminologia tributária*», compusera uma *nota crítica* ao volume que Manuel Rodrigues há pouco publicara acerca de «*A indústria mineira em Portugal*». À parte isto, não tomava qualquer iniciativa, não empreendia qualquer acção de harmonia com algum plano: *deixava-se ir:* e os acontecimentos seguiam a seu sabor sem que Salazar tentasse interferir no seu rumo. Mantinha com os amigos e conhecidos dos tempos do *CADC*, agora dispersos, uma aturada correspondência: podia então escrever um ou outro comentário sobre política: mas acima de tudo procurava encorajar os desanimados, os hesitantes, os perplexos. Não se furtava ao convívio, embora não o procurasse. Em Maio um grupo de professores espanhóis visitou Coimbra. Ofereceram-lhes um jantar os mestres portugueses. Salazar participou no banquete, com boa disposição, e contribuiu para as despesas, que foram rateadas. E era incansável nas suas deslocações. Estas, na maioria, tinham Santa Comba por destino: era o cuidado de não desamparar Maria do Resgate. Em Abril fez duas viagens ao Vimieiro; e quatro em Maio, além de uma ida a Tondela; e mais três em Junho e quatro em Julho. Depois, pelo estio de 1923, nada o arrancou ao seu torrão e, salvo por uma visita rápida a Celorico da Beira, manteve-se na aldeia até meados de Outubro. Mais de que habitualmente, embrenhou-se na solidão: afastava-se das suas admiradoras; alheava-se dos problemas da Misericórdia de Coimbra; descurava a correspondência com os seus amigos; e nem mesmo ia de passeio ao centro de Santa Comba, para dois dedos de conversa ao Zé Ferrador e o cavaco na loja do Cruz, ou de longada até Viseu, para ver a Felismina, o Dr. José Frutuoso, o cónego Barreiros, o seminário, o *Colégio da Via Sacra*. No dobrar para os trinta e cinco anos, Salazar sentia-se no momento um misantropo. E dentro dessa misantropia declarava que não era um político, nunca o fora, nem o seria jamais; e que «*intelectualmente era uma pessoa de gelo*».

10

Era de raiz nacionalista o governo que Ginestal Machado constituíra em 15 de Novembro de 1923. Reunia bons valores: Lopes Cardoso na Justiça, Cunha Leal nas Finanças, Vicente Ferreira nas Colónias: e a Guerra tornava-se apartidária com o general Óscar Carmona. Na sua declaração ministerial, o gabinete enfrentava o problema financeiro e havia por alarmante a situação da tesouraria. Com sentido das responsabilidades e dentro de rigorosa ortodoxia, Cunha Leal submeteu às câmaras propostas realistas: aumento de receitas, com agravamento de contribuições; compressão de despesas; novo contrato com o Banco de Portugal; redução progressiva da emissão de notas. Foi reticente o apoio de Álvaro de Castro a esta política; e violento o ataque de Vitorino Guimarães e Velhinho Correia. Mas não se chegou a uma conclusão: em 10 de Dezembro eclodia mais um golpe revolucionário. Chefiava-o o Comandante João de Carvalho, e não parecia ter objectivo claro. Dominada a tentativa por tropas fiéis, orientadas por Carmona, foi a acção do ministério naquela emergência submetida, por pedido dos democráticos, a debate parlamentar generalizado. Álvaro de Castro apresentou uma moção de confiança: foi derrotada por 53 votos contra 42. Demite-se Ginestal Machado a 18 de Dezembro.

Ao invés do sinal que parecia resultar do voto dos deputados, chama o Presidente da República a Álvaro de Castro, e confia-lhe o poder. Logo se abre uma cisão nas fileiras dos nacionalistas. Castro afasta-se destes, por sua vez, e forma o grupo de Acção Parlamentar. Procura organizar um ministério de cariz não partidário, e com efeito consegue a cooperação de homens eminentes: Sá Cardoso, Nuno Simões, António Sérgio, Hélder Ribeiro, Azevedo Gomes. Numa linha que era rotina, Castro declarou que o problema da fazenda era na realidade «o *único do governo*». Além de medidas preconizadas por ministérios anteriores, Castro propôs-se extinguir alguns serviços públicos, eliminar funcionários, cercear despesas em todos os departamentos; e o seu programa de restauração financeira, na sequência da moção de confiança apresentada por Carlos Olavo, foi aprovado por 56 votos contra 27. Conseguiu assim o governo fazer obra positiva nalguns domínios;

mas a subida de preços e novos surtos grevistas, em particular nos correios e telégrafos, vieram agitar o ambiente. Depois surge um conflito entre a Aeronáutica Militar e o ministro da Guerra; e logo após, na imprensa e nos meios políticos, eleva-se um clamor contra o envio, para Londres, de um carregamento de prata como garantia de um crédito-ouro a abrir naquela praça. Desagrega-se o gabinete de Álvaro de Castro. Depois da demissão de Nuno Simões e de duas votações hostis na câmara, Castro depõe o poder nas mãos do Presidente da República e em 6 de Julho de 1924 é constituído novo gabinete.

Preside a este Rodrigues Gaspar, e o seu elenco, mais pobre de nomes que o de Álvaro de Castro, reflecte uma cor partidária de base mais democrática. Eram sempre idênticos os problemas, e em especial os de natureza financeira; e a esses juntavam-se os de ordem pública, agravados pela indisciplina geral dos serviços, pelo desassossego entre as forças militares e paramilitares, pelos constantes atentados contra pessoas e bens. E sobre uma questão de pagamentos a Angola foi o governo posto em minoria na câmara. Na base da derrota sobressaíam, em larga percentagem, os votos dos nacionalistas. Estava-se a 22 de Novembro de 1924. De harmonia com os resultados do escrutínio parlamentar, dir-se-ia caber àqueles constituir nova administração. Mas, querendo governar sem apelo a outras forças partidárias e recusando-se a constituir um gabinete de concentração ou coligação, os nacionalistas a si mesmos se excluíram: porque a atitude assim tomada devia levar no seu pensamento à dissolução da câmara: a Teixeira Gomes afigurou-se, todavia, ser esse um caminho politicamente impossível. Teria o chefe do Estado, portanto, que recorrer aos democráticos; e desde logo se pensou em Afonso Costa. Mas o Directório e a Junta do partido resolveram indicar ao Presidente da República o nome de José Domingues dos Santos, que já pertencera aos governos de Liberato Pinto, Bernardino Machado e Álvaro de Castro. José Domingues dos Santos situava-se no grupo radical do partido democrático, e que era havido como sua ala esquerdista. Para além de Hélder Ribeiro na Guerra, Pestana Júnior nas Finanças, Ezequiel de Campos na Agricultura, quanto aos demais era pobre de nomes o quadragésimo primeiro gabinete da República. E estavam na rotina as vicissitudes por que passou:

procura do equilíbrio orçamental, redução de despesas, busca de receitas, extinção de lugares públicos, travagem do acréscimo dos meios fiduciários. Dentro da sua óptica, no entanto, teve o governo de Domingues dos Santos outras preocupações: justiça social, assistência e previdência, intervenção na Banca. Nestes domínios, porém, as medidas decretadas continham um elemento de demagogia que concitou a hostilidade de muitas forças políticas. Ficou o governo à mercê de um qualquer incidente. Este produziu-se a propósito da dissolução, imposta pelo gabinete, da Associação Comercial de Lisboa. À onda de protestos sobrepôs-se uma manifestação popular. Intervém a força pública, há choques, deflagram bombas: e civis e militares são feridos. Ao agradecer o apoio dos manifestantes, Domingues dos Santos usa expressões duras e ameaçadoras. Toma conta do ocorrido a Câmara: depois de áspera discussão, o governo é batido por vinte votos. Não completara três meses a tentativa da ala esquerda democrática. Estava-se em princípios do ano de 1925.

11

Perante a vertigem de mais de quarenta governos em quinze anos, era de fadiga o sentimento geral do país. Haviam entrado no declínio político os marechais dos tempos heróicos: António José de Almeida estava gravemente doente; Afonso Costa habitava mais Paris do que Lisboa; Brito Camacho apagava-se; Bernardino Machado era já uma sombra; e para substituir estes homens não haviam surgido outros que pudessem sem contestação ocupar as primeiras linhas. Multiplicavam-se os partidos; caiu-se no sistema das cisões, dos reagrupamentos, dos governos formados adrede em torno de facções ou consoante os vários oportunismos; e à falta de continuidade somava-se a moleza de uma política que não possuía o apoio das massas. Na sua maioria, não eram incompetentes os homens, nem podiam ser arguidos de falta de patriotismo: mas o vício das instituições levava-os a sobrepor o jogo partidário e até pessoal à solução dos grandes problemas. Estavam divididos os democráticos: uma ala moderada e direi-

tista, representada por Catanho de Meneses, António Maria da Silva, Pinto de Azevedo e outros, opunha-se a uma ala radical e esquerdista, de que José Domingues dos Santos era um dos corifeus. Estavam divididos os conservadores, os moderados e os nacionalistas: e entre Cunha Leal e Álvaro de Castro existia toda uma série de matizes políticos que correspondiam a outros tantos grupos. Estavam divididos os católicos: aos que aceitavam a República desde que esta garantisse a liberdade da Igreja, e que tinham o apoio do Episcopado, opunham-se os que rejeitavam as novas instituições políticas porque consideravam o regime como jacobino e maçónico ou porque confundiam catolicismo com saudosismo monárquico. E permaneciam divididos os monárquicos: os que seguiam D. Manuel, e defendiam uma monarquia constitucionalista e liberal, tinham a hostilidade dos tradicionalistas, legitimistas e integralistas, que se batiam por um trono antiparlamentar e antiliberal: e os *Pactos* de Dover e de Paris pareciam inoperantes.

Na opinião pública, na imprensa, entre os círculos políticos, nas forças vivas do país, parecia ser geral a frustração. Havia um sentimento de incerteza, mesmo de angústia: o dia de amanhã era um mistério. E também um sentimento de insegurança, mesmo de perigo: estavam ameaçados vidas e bens: e a *Legião Vermelha* quase se apossara da rua. Homens de todas as cores ideológicas exprimiam as suas preocupações profundas e formulavam as suas críticas severas. Ezequiel de Campos, espírito ardente e iluminado, recordava que a «*vida nova*» havia sido apregoada por todas as revoluções desde 1820, e sempre em vão. Mais uma vez se escutava um brado de «*vida nova*», como nos tempos de Oliveira Martins: mas mantinha-se a «*vida velha e revelha*». E Ezequiel de Campos acrescentava: «*Todos clamam agora pelo equilíbrio financeiro do Estado. Sem dúvida que tal equilíbrio é necessário, é indispensável para uma governação regular; não é porém um fim de governo, mas tão somente uma condição para a vida nacional. O equilíbrio do Orçamento precisa de ser obtido de acordo com o destino nacional, que urge definir.*» E advertia: «*Mas o que é sobretudo necessário é uma acção reorganizadora que não se faz com dinheiro, mas sim com saber, virtude e autoridade.*» E era esse, com efeito, o problema: a definição urgente de um destino nacional e encon-

trar o saber, a virtude e a autoridade para o realizar. Num outro pólo, e pela mesma altura, escrevia Bernardino Machado: «*O quadro dos nossos desastres é consternador. Como na decadência liberal, nada está seguro. Sob o reinado do arbítrio do poder, a flora do mal inça assustadoramente.*» Comentava: «*Atravessamos um período de reacção republicana, tão dissolvente, se não tão violento, como foi o da reacção monárquica.*» E dizia que não valia a pena sonhar com uma *ditadura* porque esta já existia: «*Vejam-na! Ela aí está entronizada na lei, na constituição reformada, senhora do Parlamento e da opinião, com todo o cortejo das suas calamidades.*» João Chagas, sombra ultrapassada, homem talvez ingénuo mas jornalista de nervo e patriota ardoroso, não escondia o seu pessimismo, o seu desânimo; e Cunha Leal, com o brilho do seu espírito irrequieto, atirava grandes frechadas aos democráticos radicais e compungia-se com o estado das coisas públicas. De Londres, seguia D. Manuel os acontecimentos em Portugal com apreensão crescente. Escrevia em carta ao Marquês de Lavradio: «*a situação do País é assustadora, sempre sob a ameaça de uma revolução! E que descrédito em toda a parte!*» E desabafava em carta ao Conde das Alcáçovas: «*a desorientação é infelizmente muito grande e o País, tão digno de melhor sorte, caminha já não digo para a ruína, mas para o abismo.*» Repetia o Rei as suas instruções a Aires de Ornelas para conseguir a unidade dos monárquicos e para que estes se abstivessem de actos lesivos dos interesses nacionais: mas clamava no deserto o antigo monarca. Mariotte recomeçara com a série de «*Os meus cadernos*» e, na sua linguagem virulenta, atacava a esmo e sem rebuço. O liberalismo era a «*desordem, a anarquia, o crime, a ruína, a morte da pátria*». No seu monarquismo extremo, concebia o levantamento do país num trono à maneira espanhola ou italiana: e embevecia-se perante um Mussolini ou um Primo de Rivera. Aos monárquicos constitucionalistas tratava de «*fósforos ardidos*»; e tinha a República como «*um equívoco e um engodo para ingénuos e papalvos*». Aprovava a política do *Centro Católico* e a atitude da Hierarquia; mas, aprofundando a divisão dos católicos, fustigava asperamente Fernando de Sousa e a posição política e religiosa de *A Época*. E muitos recordavam o apelo que havia pouco Cunha Leal fizera em conferência na Sociedade de Geogra-

fia: «*O Exército não deve realmente actuar contra os partidos, mas tem o direito de fazer ouvir a sua voz e indicar aos poderes públicos que, se lhe compete neutralizar as ameaças de dissolução da sociedade portuguesa, também lhe compete o direito de falar, sob pena de se perder tudo, absolutamente tudo, em Portugal.*» Como Mariotte, Cunha Leal faz o elogio de Mussolini, «*que salvara a Itália com a sua atitude*». e de Primo de Rivera, «*que se impusera em Espanha de forma iniludível*». As fórmulas italiana e espanhola não se afeiçoavam a Portugal; mas havia que encontrar a que servisse. E segundo o relato de *O Século*, Cunha Leal terminara a sua conferência afirmando: «*Custe embora a quem custar,* (o autor) *vai fazer uma fácil profecia: a ditadura salvadora para Portugal há-de vir, trazida pela força das circunstâncias.*» No sentimento oculto por detrás destas palavras não estava Cunha Leal isolado. Muitos homens, liberais, independentes, patriotas sem mancha, acalentavam sonhos análogos. Teixeira Gomes, Presidente da República, dissera ao General Carmona: «*isto vai-lhes directamente parar às mãos*». E se Mariotte, um monárquico tradicionalista, se deslumbrava com Primo de Rivera ou com Mussolini, também outros homens, republicanos e democratas, partilhavam do mesmo ponto de vista. E Fidelino de Figueiredo, com todo o seu prestígio intelectual e cultural, considerava que era «*espada certeira*» a do ditador espanhol e que «*a ditadura nacionalista salvara a Itália, pelo génio de Mussolini*», assim como Mustapha-Kemal salvara a Turquia e Pilsudski a Polónia. E Fidelino fazia a síntese: «*Desprestigiado o poder, perseguidos a inteligência e o carácter como irritantes superfluidades, e criados os falsos valores, os governos não governam, só pensam durar* au jour le jour, *e infiltrar-se na burocracia e na finança. Em 16 anos tivemos mais de 40 governos revolucionários, partidários e de concentração, com cerca de meio milhar de ministros, saídos de 20 partidos, impostos ou expulsos por 8 parlamentos e mais de 20 revoluções e pronunciamentos... E a sua obra está bem patente, dispensa explicações de cicerone.*»

Não surpreendia assim que o país vibrasse numa ânsia de «*vida nova*». Orgulhara-se um momento com a viagem aérea de Lisboa a Macau feita por Brito Pais e Sarmento Beires. A proeza

dos dois aviadores satisfazia o nacionalismo português: mas não resolvia os problemas nacionais: e nem dava autoridade aos governos nem prestígio às instituições.

12

Na sua crise de misantropia, sempre entre Coimbra e Santa Comba, Oliveira Salazar parecia alheio às coisas públicas. Continuava a trabalhar, a estudar, a frequentar um concerto ou outro. Lia agora muitos livros franceses, assinara a *Revue Hebdomadaire*. Mantinha o seu contributo para o *Boletim*. Em princípios de 1924, a 15 e 16 de Janeiro, iniciava a sua colaboração nas *Novidades* com dois artigos sobre «*O ensino e as suas despesas*»; e em Março, a 12, publicava no mesmo jornal outro sobre «*Rendimento em moeda estrangeira*». Maria do Resgate, preocupação absorvente, não saía do seu estado enfermiço: e além das visitas de Bissaia Barreto era agora também constantemente observada pelo Dr. Luís de Oliveira Massano, médico em Santa Comba. Salvo por uma ida a Mangualde em Janeiro, onde foi comprar madeira de castanho, e por um passeio a Condeixa em Maio, Oliveira Salazar conservou-se, até Julho de 1924, entre Coimbra e Santa Comba nas suas deslocações incessantes. Mas naquele mês ressurgiu em público como militante da causa católica. E comparecia em Braga e participava no *Congresso Eucarístico Nacional*, e no dia 4 pronunciava um discurso sobre «*A Paz de Cristo na classe operária pela Santíssima Eucaristia*».

De novo retomava o seu lugar o doutrinador. Que discurso era aquele? Com «o *pensamento em Jesus Sacramentado*», Salazar ocupa-se «*da desordem mental e moral que manifesta, entre convulsões violentas, o operariado do mundo*». Esse assunto não podia deixar de ser considerado «*num Congresso em que se pretendem estudar os meios de estabelecer neste desassossegado Portugal o reino de Cristo e por ele a sua paz*». E o doutrinador católico entrava no problema. «*Formam legião os nossos operários cuja alma se agita e revolta, com fome e sede de justiça; e essa legião,*

que o evangelho reconheceu e proclamou bem aventurada, passa ao lado da Igreja, ignorando-a, ou avança contra Ela, combatendo-a, como se destruir no mundo a fonte da virtude e da ordem fosse o caminho seguro para conquistar a justiça e a paz.» E criticava a demagogia reinante: «*As legitimas aspirações das massas proletárias adulteram-nas os seus dirigentes em programas fantasiosos que trazem embalada em esperanças loucas a imaginação da gente simples.*» Depois analisa o processo da luta de classes: «*Aventurando-se a movimentos que ameaçam subverter a civilização moderna, nota-se que, quanto mais avançam e mais conquistam, mais a luta recrusdesce, alimentando-se dos próprios triunfos e a paz não chega, não existe a justiça, as situações não melhoram e o próprio operário vê esboroarem-se-lhe nas mãos as conquistas que obtém.*» Deste modo, «*há certamente um erro de princípio, minando pela base o êxito do movimento operário, e conviria descobri-lo e focá-lo bem no ideal que o operariado se propõe, e nos processos que adoptou para em plena consciência lhe indicarmos nós o caminho da verdadeira paz.*» Mas que paz? Há que distinguir a paz de Cristo, tal como definida no Evangelho segundo S. João (Cap. XIV), e a paz do mundo. «*Quando o mundo consegue estabelecer a sua paz, estende-se por vários domínios, que lhe dão a nossos olhos feições diferentes: é a paz entre os Estados—a paz militar; é a paz entre os órgãos do poder público—é a paz política; é a paz no domínio da produção das riquezas—a paz económica; é a estabilidade dos princípios em que assenta a organização duma sociedade—a paz social.*» Daqui surge um problema fundamental: como se mantêm estes diferentes tipos de paz? «*Mantém-se a paz entre os Estados sustentando-se de frente, e prontos ao ataque, os próprios instrumentos da guerra; consegue-se a paz política por compromissos e mútuas concessões através as quais se divisam irredutíveis as mesmas incompatibilidades; obtém-se a paz económica, colocando-se em pé de igualdade os interesses opostos, para se dar de momento razão ao que mais pode, esperando-se que da própria derrota tire mais tarde forças o vencido para ditar a lei ao vencedor; mantém-se a paz social negando pelo direito e recusando pela força liberdades que se chocam e aspirações em conflito, que não desaparecem porque*

as negam nem se contêm porque as violentam.» (1) A esta paz instável opõe-se, completando-a, a paz de Cristo. Temos então «*a paz da consciência pela íntima união com Deus e a conformidade da sua vontade divina; é a paz do claustro pela renúncia e pela obediência; é a paz doméstica pela dedicação e pelo sacrifício; é a paz pública pelo amor do próximo; é a paz no Estado pela obediência ao poder, pelo reconhecimento dos direitos da consciência individual, pelo exacto cumprimento dos deveres de cada um; é a paz no trabalho pela justiça na distribuição da riqueza, pela noção moral dos bens criados, pelo respeito da eminente dignidade da pessoa humana.*» (2) Deste modo, a paz do mundo é exterior e obtém-se pelo mando, e a paz de Cristo é íntima, subjectiva, e conquista-se pela obediência.

Entre estes dois tipos de paz, qual o que busca a classe operária? «*Procura a paz do mundo e por isso não tem a verdadeira paz.*» Daqui as lutas, os conflitos, a agitação violenta. Mas que elementos estão na origem de todos os sobressaltos sociais? «*A organização económica e política da generalidade dos povos modernos é dominada por este facto — a desigualdade na distribuição da riqueza. Esta riqueza cria um poder social de larga influência; e pela organização do Estado e pela forma de recrutamento dos seus órgãos, transforma-se ainda em força política,*

---

(1) Lido hoje (ano de 1976), a mais de cinquenta anos de distância, tem de haver-se por invulgarmente lúcida esta análise que Salazar fez do problema da paz. Em termos modernos, diríamos que a paz entre os Estados é hoje designada por *equilíbrio pelo terror*, que trava, mantendo-os frente-a-frente e medindo-se, as potências nucleares; por paz política entende-se hoje a *paz democrática* que resulta da negociação pública, através de órgãos colectivos, das tensões sociais de uma comunidade nacional; a paz económica, com os seus altos e baixos, corresponde à *luta de classes;* e a paz social é assegurada pela autoridade do Estado que decreta um *direito* que, por seu turno, implica uma *justiça*, podendo nalguns casos entender-se esta, num conceito socrático, como sendo o interesse do mais forte. A modernidade deste texto de Salazar resulta, por outro lado, de variarem pouco os problemas básicos das sociedades humanas: de tudo o que muda, o homem é ainda o factor que muda menos.

(2) Esta descrição da *paz de Cristo* é, no fundo, uma síntese do magistério da Igreja, desde os Evangelhos e a catequese dos Apóstolos, até aos Doutores da Igreja e às encíclicas de Leão XIII.

dá facilidade para a conquista do mando. Por outro lado, a posse do poder, permitindo converter em lei qualquer interesse e pôr à disposição e para defesa deste a acção da força pública, constitui um meio cómodo de realização de interesses privados. Como a economia, também o Estado não reconhece no seu desenvolvimento e na sua acção quaisquer limites morais, e a ausência destes limites, impostos por uma lei superior, permite praticamente ao poder expandir-se na defesa dos interesses individuais ou de grupo, e à riqueza consumir-se esterilmente na satisfação de estultíssimas vaidades.» Ora, «*posto o Estado ao alcance dos grupos, lutarão estes por conquistá-lo; posta a riqueza em função do gozo, desencandear-se-ão para obtê-la as nossas imoderadas ambições.*» E isto porque «*o poder exerce uma atracção irresistível, quando não é o exercício duma função sagrada mas o meio de realização de interesses.*» Em face destas realidades, que espírito anima as organizações operárias socialistas, comunistas, sindicalistas revolucionárias? No Estado burguês, conduzem estas organizações uma luta por melhorias económicas e pela conquista de postos estratégicos: é um meio de desgaste da sociedade actual. Mas «*nada disso é o ideal, o fim último*»: «*esse fim é a revolução social.*» Esta, «*consumada pela ditadura do proletariado*», é «*só isto e isto tudo: a posse do poder para, por via da autoridade, converter em lei o interesse operário, e a confiscação da riqueza existente que permita uma nova fórmula da riqueza a criar.*» Mas acontecia que este programa havia já tido realização nalguns países e sê-lo-ia talvez noutros ainda. E a paz não vem, nem viria. «*Porquê?*».

Tudo assenta «*em ilusão acerca da riqueza e em ilusão acerca do poder*». Depreciou-se demasiadamente o trabalho manual, e o operário foi por reacção levado a exagerar o valor do seu esforço; há a ideia de que só o operário trabalha e produz, vivendo parasitariamente as outras classes da população; e desconhece-se a hierarquia dos trabalhadores concorrentes na produção, negando-se portanto uma gradação nas retribuições. Mas «*esta hierarquia — trabalho de invenção, de organização, de direcção e de execução — ao mesmo tempo que traduz uma necessidade intrínseca da produção material, é reflexo da desigualdade natural das aptidões individuais, que a sociedade não pode nem deve contrariar.*» Sem «*o homem de Estado, o juiz, o advogado, o médico,*

o *sacerdote, o artista, o professor, o sábio*», e sem a «*ordem, a justiça, a beleza, a ciência*», a «*produção não seria tão abundante e tão valiosa.*» E nisto se traduz a ilusão do poder. E há também uma ilusão da riqueza. Há aqui uma distinção a fazer: a riqueza-egoísmo, destinada ao consumo, e a riqueza-sacrifício, destinada a novas produções e ao maior enriquecimento da colectividade. Na mão de particulares, de sindicatos, ou do Estado, a riqueza-sacrifício é «*cristalização dum trabalho de séculos, e é a garantia da produção futura, directamente proporcional à sua importância*»; e representa, por outro lado, «o *sacrifício dum apetite presente que a consuma, a uma produção futura que a aproveite, e a previsão do peso das necessidades futuras em comparação das necessidades presentes.*» E porque as grandes virtudes e capacidades não se encontram no vulgo e muito menos na multidão, temos de admitir o «*homem rico, mas rico produtor*» de nova riqueza, que a todos aproveite. Mas se a riqueza pertencer ao Estado e se toda a riqueza produtiva estiver ao alcance dos apetites de todos, o «*efeito imediato será desviá-la para o consumo, inutilizá-la, diminuí-la e provocar a miséria final da colectividade.*»

Deste modo, uma revolução social baseada naquelas ilusões não arreda conflitos mas multiplica-os, e não busca a paz mas pode provocar a guerra. Por isso se está perante a «*estrondosa falência da paz do mundo que a classe operária tem buscado.*» E por este caminho terá de concluir-se que a paz de Cristo deverá ser levada à classe operária. Mas então apresenta-se uma dificuldade grave. Porque «*mal se poderá levar a paz de Cristo à classe operária se as classes dirigentes não a possuírem já.*» E a verdade é que o escol não vive na paz de Cristo. «*Quando comparamos a mentalidade operária à nossa própria mentalidade, surpreende-nos a absoluta identidade das ideias fundamentais que professamos.*» Tão falsos como os da classe operária são os conceitos de poder e de riqueza das classes dirigentes. «*Quem subtraiu a acção do Estado aos limites da moral e tornou independente a lei e o direito do bem comum e da justiça, permitindo confundir o facto com a legitimidade do poder, e o fim do Estado com qualquer interesse dum grupo social, não foi a classe operária; fomos nós, que reivindicamos diante de Deus a nossa absoluta independência e criamos o Estado laico, quer dizer o Estado ateu.*»

Quem «*tirou à riqueza toda a finalidade moral*», e «*anarquizou a produção*», e «*desperdiçou milhares de braços e milhões de capital*», e «*destruiu os estalões das utilidades*», não foi a classe operária: «*somos nós que transformámos a riqueza em simples instrumento de gozo*» para «*satisfação das baixas tendências da nossa humanidade.*» E são as classes dirigentes que degradam e aviltam o trabalho manual, e consideram a ociosidade como legítimo direito; esta mentalidade explica da parte da classe operária a sua aberta hostilidade à Religião Católica; e deveria explicar igualmente «*o nosso alheamento e surdo ódio à Fé, se por hipocrisia ou por inconsciência não estivéssemos habituados a confiar-lhe a defesa dos nossos bens, dos nossos privilégios, e do que reputamos os nossos direitos.*» E estes vícios apenas serão eliminados se a paz de Cristo penetrar também nas classes dirigentes.

Do que precede são de extrair conclusões de índole política. «*Não aspirar ao poder como um direito mas aceitá-lo e exercê-lo como um dever; considerar o Estado como um Ministro de Deus para o bem comum, e obedecer do coração ao que está investido de autoridade; não se esquecer quem manda da justiça que deve, e não esquecer quem obedece do ónus sagrado de quem manda.*» E também conclusões no plano económico. «*Possuir a riqueza é usá-la em harmonia com os fins do homem e o progresso moral da humanidade; tê-la como um encargo, confiado à nossa inteligência e à nossa iniciativa, para que a façamos frutificar em benefício de todos*»; e «*sujeitá-la a nós para que nos sirva e sirva os nossos irmãos mas não nos escravizemos por ela, para que o Senhor nos veja pobres em espírito.*» E conclusões, finalmente, de teor social. «*Tomar o trabalho próprio e o alheio com amor, desempenhá-lo com zêlo, aceitá-lo com alegria; ter o orgulho da profissão, pela consciência da sua utilidade e pela perfeição própria do trabalho executado*»; e «*sentir a nobre honra de contribuir com um esforço util para a colectividade e sentir o vexame duma ociosidade parasitária.*» E nestas bases se faria uma «*revolução prodigiosa*» que transformaria as almas. «*Dai-nos estas almas transformadas pelo espírito cristão da obediência, do amor e da renúncia, que a paz de Cristo é perfeitamente compatível com a sindicalização operária, com novos regimes de propriedade, com*

diferentes organizações políticas. O espírito distingui-las-á sempre pela moderação, pela justiça, pela caridade, pelos conceitos morais, que dominam os aspectos morais da vida.» (1)

Sob fórmulas por vezes excessivamente literárias, a conferência de Salazar em Braga constituía um brado revolucionário. Era um protesto contra o ateísmo do Estado, a república laica, o aburguesamento dos homens e das instituições. Era um clamor pelo regresso à pureza cristã, à matriz espiritual dos evangelhos, ao rigor do magistério secular da Igreja Católica. E era por último a adaptação, à sociedade portuguesa, das doutrinas de Le Play, dos ensinamentos de Leão XIII, das teorias de Maurras, de todo um caldeamento daquelas ideias de que se havia imbuído o seminarista de Viseu e o prefeito do *Colégio da Via Sacra*. Mas o discurso de Braga era ainda mais: constituía um prolongamento militante da tese defendida no Segundo Congresso do Centro Católico, efectuado em Lisboa havia dois anos. Salazar entrava, através do terreno apartidário da Igreja, no domínio da política activa e no campo do combate dialéctico. Aparecia como um homem que repudiava a *política pela política* contrapondo-lhe a *política pelo governo;* e a este dava um conteúdo ideológico que abrangia e devia informar todos os sectores da vida colectiva. Da exposição de Salazar deduzia-se necessariamente um Estado *portador de uma doutrina e animado de uma força para a executar.* Para ser feliz, a cidade haveria de transcender a paz do mundo, que se cingia a um problema de ordem pública, para subir à paz de Cristo, e esta encontrar-se-ia na prática rigorosa da doutrina social da Igreja. No fundo, porém, o carinho pelo próximo, a justiça, o espírito de sacrifício, o sentido missionário do poder, o gosto generoso pela obediência, que Salazar recomendava, correspondiam à fraternidade, à igualdade, ao altruísmo que a *república boa e honesta,* toda científica e toda positiva, apregoava como aurora nova. Tocavam-se os extremos. Estava a diferença somente em que Cristo advertia que a *sua* paz e o *seu* reino não eram deste mundo. Este era um escolho. Salazar superava-o

---

(1) Esta conferência de Salazar foi publicada, na altura, a págs. 168-176 das Actas do Congresso, Braga, 1924. Pode ler-se também o seu texto integral nos n.os de 28 e 29 de Junho de 1953 do jornal «*Diário da Manhã*».

introduzindo no governo da cidade o conceito de *hierarquia:* e esta apoiava-se, no vértice, num *escol* havido como fenómeno que resultava da *ordem natural* das coisas e dos homens. Surgia então um segundo escolho. Quem e como se definia e delimitava o *escol?* Na tese de Salazar, o escol, porque o era, definia-se a si próprio: revelava-se, impunha-se. Talvez sem o pretender, estava a sugerir a doutrina do *chefe carismático.*

13

Pronunciado o seu discurso no *Congresso* de Braga, Salazar encerrou-se de novo na sua aldeia. Todo aquele mês de Agosto de 1924 não saiu de Santa Comba e do Vimieiro, salvo por uma ida a Carregal do Sal. Depois, em Setembro, foi de passeio a Famalicão, ao Rojão (com o padre António), e a Oliveira de Frades. Através das férias estava agora com a obsessão do arranjo da casa do Vimieiro. Em roupas, móveis, utensílios, madeiras e pinturas, gastou 5 458$11. Construiu novos muros. Dizia ao pedreiro Ilídio: «*nos muros ponha sempre um portal por onde possa passar uma vaca ou um cavalo para puxarem arados, porque dentro de vinte anos os homens não querem cavar a terra.*» Planeou um tanque, para um milhão de litros: ele próprio e o padre António foram os engenheiros e elaboraram os desenhos: e o plano foi discutido com o Ilídio. Este, com o saber da experiência, observou que a parede prevista, para mais com pedra porosa, não resistiria à pressão da água; Salazar e o padre António desdenharam da opinião; e logo que cheio esbarrondou-se o tanque, e houve que reconstruí-lo. Salazar gastou 9 834$41. Para fazer face a estas despesas dispunha de receitas acrescidas: por um parecer à Moagem recebera 2 000$00; por um outro ao Crédito Predial ganhara 4 000$00; da sua quota na Coimbra Editora auferira 7 000$00; e a *Revista de Legislação e Jurisprudência* pagara-lhe 1 750$00. De vencimentos, entre Julho de 1923 e Junho de 1924, haviam-lhe sido liquidados 24 335$75. Financeiramente, fora um bom ano. E em meados de Outubro voltava a Coimbra.

Nos *Grilos* Salazar e seus amigos discutiam a situação do país. Escutava mais do que falava, e mantinha-se remoto. A muito poucos dava a sua intimidade: ao padre Cerejeira, ao Mário de Figueiredo, aos irmãos Dinis da Fonseca: e poucos mais tinham tratamento de «*tu*». Cerejeira acusava-o de ser orgulhoso. Salazar repudiava a acusação, perguntava: «*o que é o orgulho?*». E intimava Cerejeira a que definisse com rigor o conceito de orgulho. Por outro lado, o padre Cerejeira acabava de publicar o seu volume sobre «*A Igreja e o pensamento contemporâneo*». Produzira o livro algum ruído: era atacado pelos radicais laicos, defendido pelos católicos: e aumentava para o seu autor o prestígio intelectual já reconhecido pelas suas lições na Faculdade de Letras. À parte essa polémica, e no terreno político, alguns amigos propunham planos para uma intervenção activa de Salazar, e sugeriam-lhe uma nova candidatura de deputado, agora por Viana do Castelo. Mas aquele não saía da sua reserva. No mais, cingia-se aos hábitos inalterados: aulas, almoços e jantares com íntimos e conhecidos, leituras e estudos, passeio pela tarde no Jardim Botânico, regresso aos *Grilos* com o toque da *cabra*.

De súbito, em princípios de Novembro de 1924, Salazar resolve fazer uma viagem a Espanha. Parte de Coimbra a dez daquele mês. Dirige-se a Ávila, e aí se demora dois dias. Dedica depois um dia inteiro a percorrer o Escurial. Vai então a Madrid, e permanece na capital espanhola quatro dias. Observa os locais e monumentos de interesse, e ao museu do Prado devota largo tempo. Dá um salto a Toledo, somente por um dia. Impressionado com Ávila, aí regressa em nova visita de vinte e quatro horas. E por Salamanca, onde fica dois dias, torna a Portugal. Despendera, no total, mil e seiscentos escudos.

Findava o ano de 1924. Como sempre, Salazar pratica o seu vai-e-vem entre Coimbra e Santa Comba. Maria do Resgate, no seu extinguir lento, é uma vida que se apaga: entretanto, vai-se arrastando penosamente, dolorosamente: e a sua doença é o eterno espinho cravado em Salazar. São cada vez mais frequentes as visitas do Dr. Oliveira Massano. Depois do Natal de 1924, agravam-se os padecimentos, as crises cardíacas. Nos primeiros meses de 1925, não há mais ilusões, e é fechado o prognóstico do médico. Durante Março é agudo o sofrimento da enferma: o Dr. Massano

é chamado doze vezes. Salazar faz largas despesas com o facultativo e a botica. Nada faltava, porém, a Maria do Resgate. E esta consegue superar o transe, e prolonga a sua agonia cruciante.

Sem embargo de todos estes cuidados, Salazar está agora, nos princípios de 1925, muito mais empreendedor. Segue atentamente a actividade do *Centro Católico;* multiplica os seus contactos com a Hierarquia e com os mais aguerridos militantes; e, afirmando mais e mais uma personalidade de combate, a sua chefia de doutrinador é aceite em âmbito cada vez mais largo. Perante a crise da sociedade portuguesa, e o aviltamento das instituições, e o descrédito dos homens, e a quebra da ordem nas ruas, e a corrupção da vida pública, o *Centro Católico* não se limita a pugnar pela liberdade da Igreja: não obstante a relativa discrição do Episcopado, os activistas do *Centro* intervêm com amplitude crescente nos domínios da política. E para o efeito recorre-se sobretudo a Salazar. Justamente, o *Centro Católico* do Funchal, impulsionado por Juvenal de Araújo e com o apoio da diocese, quer promover sessões de doutrinação político-religiosa. É lembrado o nome de Oliveira Salazar, e este aceita proferir duas conferências de fundo. Durante os meses de Janeiro a Março pensa e trabalha activamente nos seus textos. Escolhe os temas, a que subordinará as suas exposições: «*Laicismo e Liberdade*» e «*O Bolchevismo e a Congregação*». E em 30 de Março parte de Santa Comba para a Ilha da Madeira.

Embarca Salazar em Lisboa com Mário de Figueiredo a bordo do *Moçambique*, em 31 de Março [1]. Dois dias além, a 2 de Abril, aporta ao Funchal, e regista nas suas notas soltas que o navio lançou ferro «*pelas 11 horas e cinco minutos*». Desembarca, e dirige-se para o hotel. Logo se reúnem os militantes católicos do Funchal, com Juvenal de Araújo à frente, e há «*um pouco de cavaco*». Depois do almoço, apresenta Salazar cumprimentos ao Bispo, e passeia a pé pela cidade. De tarde, desloca-se de automóvel ao mirante da *Cancela*, com horizonte largo sobre o mar e o casario do Funchal. À noite, acabado o jantar no hotel,

---

(1) Iam alguns alunos, em estilo de viagem de curso, mas verdadeiramente a deslocação de Salazar é política, e tem de considerar-se autónoma.

é convidado para o teatro, no camarote da câmara municipal. Ao dia seguinte, um sábado, tem a manhã livre. Recebe então numerosas visitas. A seguir ao almoço, vagueia solitário à beira-mar. Pelas três horas da tarde, vai de automóvel a casa do padre Fernando, e em passeio percorre o Pico de Barcelos, Santo António, São Martinho, e regressa pelo Areeiro. Anota: «*a mais linda vista das colinas que cercam o Funchal.*» No domingo de manhã, depois da missa, vai ao *Monte*, também de automóvel. Pelos advogados da Madeira é homenageado com um almoço. Admira pelo entardecer outras zonas da Ilha; são tiradas algumas fotografias; passa «*ao lado da Quinta do Imperador*»; e antes de tornar ao Funchal dá ainda um passeio a pé. Na noite daquele domingo, 4 de Abril, profere a sua conferência sobre «*Laicismo e Liberdade*». Na segunda-feira, tem a manhã livre; mas preenche-a acolhendo no hotel quantos querem falar-lhe. Almoça com Juvenal de Araújo, e este acompanha-o depois às redacções dos jornais madeirenses. Entra em casas de bordados. «*De tarde, passeio de automóvel à Câmara de Lobos.*» É-lhe oferecido um chá. Regressa directamente a casa de Juvenal de Araújo, e este dá nessa noite um jantar em honra de Salazar, com a presença dos notáveis do *Centro Católico* do Funchal. São feitas afirmações de nacionalismo e de activismo católico. Termina a horas avançadas. Não obstante, na terça-feira seguinte, está a pé sobre o cedo e é a partida para Cabo Girão, com percurso pelo Estreito da Câmara de Lobos. Ao Cabo propriamente vai a pé. No local, mais fotografias. Toma um chá, ao cair do dia, em casa de Feliciano Soares. Janta no hotel. E na noite de 6 de Abril pronuncia a sua segunda conferência: «*O Bolchevismo e a Congregação*». A 7, uma quarta-feira, é recebido de manhã nos armazéns da casa *Portugal, Santos & Cia*, exportadora de vinhos da Madeira. Depois do almoço, toma o automóvel para a quinta do Telheiro do Ferreiro: convida-o a família inglesa Blandy, há gerações estabelecida na Madeira com negócio de hotéis e vinhos. Faz uma paragem numa casa particular, e daí observa «*as mais lindas vistas sobre o Funchal*». Dá um salto ao Caniço, volta à quinta de Blandy, toma o seu chá da tarde. Findo o jantar no Funchal, Salazar passeia a pé, à noite, à beira do molhe. No dia 8, quinta-feira, assiste de manhã a uma festa na Sé; descansa em cima do almoço;

visita pela tarde um *atelier* de escultura e pintura e as Igrejas da Sé e de Santa Clara. Após o jantar, Salazar e Mário de Figueiredo devaneiam a sós junto ao mar sobre o cais. Estava uma «*linda noite de luar*». E chegara ao seu termo a parte política da estadia de Salazar na Madeira. Demorou-se os demais dias em compras (gastou quase mil escudos em bordados), em conversas de acaso, em excursões a outros locais pitorescos. Em 14 de Abril os dois amigos embarcavam para Lisboa, onde chegaram na manhã de 16 de Abril, «*pelas 8 horas e cinco minutos*» (1).

14

Na sua primeira conferência no Funchal versou Salazar o tema «*Laicismo e Liberdade*». Era assunto não apenas religioso mas já político também. Como o desenvolveu? Começa por situar o problema: «*Às imaginações do nosso tempo não as embriaga propriamente já a Liberdade: a nobreza antiga manteve sempre a sua desconfiança desta nova deusa; a burguesia enriqueceu loucamente à sua sombra e despreza-a no fundo como maquinismo fora de uso; a massa operária que não quer servir a Deus atende os falsos profetas, crê na revolução social, e espera, gritando-o aos ouvidos liberais, a ditadura do proletariado.*» E todavia, continuava Salazar, a guerra de 14-18 fora ainda feita em nome da liberdade; nesta assentam as instituições políticas do Estado moderno; e o direito público do Séc. XIX e do primeiro quartel do Séc. XX tem significado o desenvolvimento sucessivo e a desintegração confessada do mesmo conceito fundamental.

---

(1) Não tem o facto a menor importância e refiro-o a título de curiosidade: ao registar a sua viagem à Madeira, Salazar equivocou-se nas datas. Não aportou ao Funchal a 3, como consta das suas notas, mas a 2 de Abril. Tendo partido de Santa Comba a 30 de Março, uma terça-feira, chegou na manhã de 6.ª-feira seguinte ao Funchal, portanto dia 2. Ter-se-á esquecido de que tem 31 dias o mês de Março. E não chegou a Lisboa a 17 de Abril mas a 16, ao contrário do que registou. Errar as datas fora sempre, aliás, e continuaria a ser, uma pecha de Salazar.

E assim, do que «*nos bons tempos se chamou a árvore bendita*», foram surgindo «*a liberdade individual, a liberdade de reunião e a de associação, a liberdade de consciência, a liberdade de ensino, a liberdade religiosa*». No entanto, e para tomar uma das liberdades, nota-se que à medida que progride a separação do Estado e das diversas confissões, isto é, à medida que se afirma o *laicismo* do Estado «*vão-se notando odiosas restrições precisamente à liberdade religiosa, e às liberdades de associação e de ensino que são um prolongamento daquela e absolutamente necessário à sua plena realização.*» E assim chega ao problema central: «*investigar se em nome da liberdade podem a alguém ser negadas aquelas liberdades ou se, através deste aparente ilogismo, o Estado moderno segue afinal, ainda que inconscientemente, a lógica profunda das exigências duma doutrina sua que não confessa simplesmente porque é oposta à nossa.*»

Ora o Estado moderno, mais na lógica da história do que da doutrina, abandonou a religião oficial e separou-se das Igrejas, deixando estas à iniciativa particular. Reduzida a negócio puramente privado, a religião não interessa ao Estado. «*Nega-se a interdependência e a interpenetração da vida pública e privada; organiza-se a vida pública à margem das verdades religiosas e no desconhecimento das crenças dos cidadãos; os actos em que o Estado intervém não têm significado nem alcance religioso: a Divindade dos cultos nada tem que ver com esta outra divindade — o Estado — que não podendo apagar no céu as estrelas apagou nas instituições humanas todo o traço de Deus.*» Desta realidade política extrai-se uma conclusão: «*Este Estado que não tem religião, apresenta-se como não tendo também uma doutrina, e assim como não ter a primeira se considera comummente uma garantia da liberdade religiosa, não adoptar doutrina alguma se considera como uma garantia da liberdade de pensamento. Afirmam alguns que ele a não deve ter. Eu pergunto-vos se ele* pode *deixar de tê-la.*»

Responde Salazar à pergunta. Afirma: «o *Estado não pode organizar-se, nem agir, nem defender-nos, nem defender-se senão em nome duma doutrina e por intermédio duma doutrina.*» Pode o Estado desprezar a religião, e recorrer à ciência positiva; mas esta, por sua essência, não conseguirá nunca desvendar o mistério

da natureza humana. Ora «*não há possibilidade de organizar o Estado sem uma noção de sociedade e sem uma noção do homem.*» E isto porque a lei tem de partir de uma «*noção que está na base e destina-se a conseguir um fim. Essa noção é mais ou menos conforme à realidade do homem social*»; e a «*eficácia das constituições e das leis depende essencialmente desta conformidade.*» Decerto: «*questões secundárias vão através dos tempos admitindo soluções diferentes, deduzidas de novos conhecimentos científicos e do seguro ensinamento da história: mas em cada momento, ainda em relação àquelas, o Estado adere a uma doutrina, e essa é com exclusão de outras a verdadeira.*» Assim, o «*primeiro dever do Estado é defender a sua própria existência. Em nome de que o faz? Em nome da sua necessidade; mas esta necessidade é um ponto da sua doutrina que não impõe certamente às inteligências mas em nome da qual legitimamente impede a sua própria destruição e ruína.*» Toda a dificuldade está em encontrar uma orgânica do Estado que garanta os direitos e liberdades individuais, e isso porque a autoridade suprema que estabelece aqueles não tem, por definição, outra que lhe seja superior. Dir-se-ia ser «*uma grande conquista do Estado moderno que não seja o Estado que limita as liberdades mas as liberdades que limitam o poder do Estado.*» Mas nesta limitação recíproca que critérios orientam o Estado e que princípios o guiam? Estes: «*os da doutrina que professe.*»

Estas deduções de natureza político-sociológica são confirmadas pelos Estados modernos. Na base, considera-se o *indivíduo* como única realidade, que dá origem à sociedade civil, que é a agremiação dos indivíduos em nação, e naquela reside e dela provém a *soberania*. E «*como a sociedade existe para garantir ao homem os seus direitos, tem o dever de impedir que por qualquer meio o homem seja privado deles, ainda que por um acto seu. Não há liberdade contra a liberdade, nem direito contra a lei, nem poder diferente ou superior ao Estado.*» Por isso, «*racionalismo e naturalismo, individualismo e liberalismo, uma noção de Estado e uma noção de lei, harmónicas com a formação da sociedade e a vontade do povo, são os traços salientes e característicos do Estado moderno.*» Ora seria fácil fazer a crítica destes princípios. Mas isso não importa: «*a nós só nos importa deixar*

bem vincado que são anticristãos.» Qualquer que seja a forma por que se pretende mitigar o anticristianismo, este é um facto. Por isso é da essência do Estado moderno a ausência de *sobrenaturalidade:* para o *«homem não há outra autoridade que a do Estado, nem para o Estado outra vontade diferente da do povo»*, e por isso *«nenhuma obrigação existe que não provenha da lei.»* É a *«decantada soberania do poder civil»*, e esta representa para a Igreja uma ameaça: *«não a conhece; só por não a conhecer a ofende»*; e desconhecendo-a pode violar as suas leis.

Na base de tudo não está o indivíduo mas a sociedade, que é facto natural; e àquela tem o homem de se subordinar; porque o homem não tem em si próprio o seu fim, nem tira de si a lei a que está sujeito. *«Acima dele, Deus o criou»*; e *«porque nenhuma obrigação moral existe que não provenha de Deus, nenhuma pode ser imposta por um homem a outro homem senão em nome de Deus.»* A Igreja contém portanto uma soberania que lhe é inerente; mas não é rival nem concorre com qualquer outra instituição. E Salazar conclui nesta parte: *«Nenhum sistema fundamenta mais solidamente a autoridade do Estado ou com mais força garante os direitos do homem. Nem o despotismo do Estado, nem o demagogismo do povo, mas o equilíbrio perfeito entre uma autoridade necessária que não depende de paixões humanas, e um* direito social *que não varia com os movimentos da opinião pública. Uma noção de sociedade, de homem, de liberdade, de lei, de poder, de Estado, contraposta a outra noção de sociedade, de homem, de liberdade, de lei, de poder, de Estado — eis tudo. Nada mais se precisa para compreender o Estado moderno e em face dele o direito cristão.»*

Por outro lado, ainda que o Estado não reconheça a Igreja, poderia haver liberdade religiosa desde que o Estado respeitasse os direitos dos cidadãos. Por que não há então? E se se admitem todas as liberdades — de associação, de consciência, de ensino, outras mais — por que são negadas à Igreja? Porque, em face de um Estado laico, a Igreja é praticamente considerada como oposição. Ora *«a mais forte tendência duma autoridade que se constitui, visto que existe, é perdurar»*; daí a hostilidade a tudo quanto entenda representar oposição; e para preservar a sua esta-

bilidade o «*Estado trabalhará por formar a inteligência nacional na perfeita adesão à doutrina que ele próprio formula e consagra.*»

E como tenta o Estado impor a sua doutrina? Por graus sucessivos: à liberdade de *crer diferentemente* substitui-se a liberdade de *não crer de todo;* a liberdade de culto em conjunto é reduzida à liberdade de culto individual; depois, da liberdade passa-se à simples tolerância com restrições (proibição de procissões, de uso de hábitos talares, etc.); e por último tolhe-se a liberdade de associação, de ensino, de congregação, de apostolado; e isso porque já não cabem na noção de direitos individuais do Estado laico. E neste quadro assumem particular relevo as liberdades de congregação e de ensino: negar estas é negar a própria essência da Igreja. Nem todos os Estados modernos são assim, no entanto. Na «*livre Inglaterra e mais ainda na grande e livre América*» o problema está resolvido com manifesta superioridade sobre «*tantos Estados da velha Europa*». É a «*feliz inconsequência, a que se referia genialmente Leão XIII, e que leva os apóstolos da liberdade a inspirarem-se de facto em princípios cristãos.*»

E Salazar termina: «*O laicismo apresenta-se como atitude arreligiosa ou aconfessional dum Estado que pretende não ter uma doutrina. Mas verifica-se afinal que é necessariamente o resultado da aplicação duma doutrina que o Estado professa e que é contrária aos princípios cristãos.*» E remata: ««*Quem não é por mim, é contra mim*», *afirmou Jesus, e eu quisera que tudo o que aqui disse fosse apenas a humilde ilustração da profunda frase do Divino Mestre.*» (1)

---

(1) Não foi por qualquer modo editada nem publicada, que eu saiba, esta conferência de Salazar. O seu texto completo e autêntico foi por isso considerado como perdido. O próprio Salazar assim o julgava. Eu encontrei entre os papéis de Salazar, contudo, o original manuscrito da conferência, com todas as rasuras, alterações, emendas e variantes. Não deparei com qualquer outro texto. Só há portanto aquele exemplar manuscrito, que permanece naturalmente entre os papéis de Salazar, e o exemplar fotocopiado em meu poder.

15

Subordinava-se a segunda conferência de Salazar no Funchal ao título «*O Bolchevismo e a Congregação*». Logo de início situa as coordenadas do tema: «*Eu só desejava surpreender no bolchevismo os seus princípios fundamentais, o seu programa de reforma, os seus processos de realização, e deduzir deles as secretas razões por que o bolchevismo não resolve o seu problema de reforma social. Visto que incorrigíveis ideólogos vêem nele a realização generalizada dos conselhos evangélicos ou lhe encontram uma flagrante parecença, desejava também mostrar-vos os princípios em que se baseia a Congregação e as condições em que se torna possível a sua organização comunista.*»

Abalado o fundamento da ordem e quebrado o «*encanto da autoridade*», é apocalíptico o quadro em que se processou a revolução russa: «*as mãos tintas de sangue dos ferozes executores não traçam decerto com firmeza e serenidade os novos rumos por onde intentam levar a vida dum grande povo.*» E «*perante o mundo, sobre aquela vasta terra parece que caiu a maldição de Deus.*» «*É isto o bolchevismo? Não é — isto é a revolução de hoje, a de ontem, a de sempre. Maldita seja ela!*» Desmoronados os constrangimentos sociais e legais, o homem transforma-se naquela «*fera que dorme no fundo de cada um de nós.*» Acumulam-se ruínas e destruições; e o programa negativo da revolução é sempre mais completo e preciso do que o programa positivo. «*E sobre as ruínas acumuladas pela fúria da destruição, caem sempre as mesmas lágrimas, os mesmos arrependimentos, as mesmas maldições, até que o homem, cansado de tanto destruir, se desgosta na anárquica licença, e recomeça a obedecer.*»

Aparece o bolchevismo «*como participando de três sistemas fundamentais: a sua filosofia social é inspirada pelos princípios anarquistas; a sua organização económica baseia-se no socialismo marxista; a sua parte política, que traduz apenas o método de consolidar e efectivar a revolução, participa da doutrina da violência e é próxima parente do sindicalismo revolucionário.*» Do anarquismo decorre a ideia da bondade intrínseca do homem, e também a noção de que este contém em si mesmo o seu fim e a sua razão de ser, pelo que estamos perante a mais alta expressão

do individualismo e do liberalismo, de harmonia com a «*sinceridade e desinteresse dos patriarcas russos do anarquismo*», como Bakounine e Kropotkine; da proximidade da Alemanha e da penetração desta resultou a disseminação do marxismo; e o recurso à violência, que entronca no terror francês e conduziu à ditadura do proletariado, constitui base da durabilidade do sistema. «*Como regime de violência, o bolchevismo perdura; como movimento reformador estava de início condenado a uma falência certa, sendo provável que venha a verificar-se em pequeno número de anos estarmos diante duma revolução, que substituiu a um regime político outro regime político, sendo apenas diferentes os beneficiários, e duma violenta mudança, não de instituições, mas de titulares de direitos que continuam fundamentalmente os mesmos do antigo regime.*» (1)

---

(1) Sobre as realizações soviéticas até ao momento em que escrevia, Salazar traça o quadro seguinte: «*Eu disse realização mas não disse bem; queria verdadeiramente dizer o que tem sido legislado na Rússia bolchevista, mas que necessidades de ordem superior à lei e à própria força revolucionária têm deixado sem efectivação ou de que provieram resultados contrários ao que a revolução se propunha. Assim, decretou-se a nacionalização da propriedade, mas nesta atribuição ao Estado dos grandes domínios particulares o aldeão russo só viu que a propriedade foi tirada a quem a tinha, e depois de dividida passou a considerá-la propriedade sua, tão longe estava o Estado e tão abstracto se lhe afigurava o direito que se reservara na Constituição. E o sovietismo que pretendia socializar a propriedade, acabou por dar uma enorme extensão ao direito de propriedade privada da terra. A nacionalização das empresas industriais, dos caminhos de ferro, das minas, das grandes explorações fez-se, mas fez-se com o sacrifício da sua direcção técnica; fez-se com a desorganização do trabalho na oficina e na fábrica, e uma consequente diminuição da produtividade; fez-se com a deficiência das matérias-primas; fez-se com um desgaste de maquinismos não reparados e nunca substituídos e portanto inutilizados; fez-se com uma baixa enorme na produção. E se a desorganização e a ruína da produção industrial, sendo enorme, não chegou a ser completa, é que a certa altura, continuando aliás a afirmar os mesmos princípios, o sovietismo começou a aplicar no regime de trabalho princípios de coacção abertamente contrários aos seus. Socializou-se o grande comércio e socializaram-se os bancos, mas à margem da lei, e ao lado dos armazéns do Estado, começou pululando um variado comércio clandestino com a ganância, os abusos, a inferioridade económica dum comércio nessas condições.*» E mais adiante Salazar acrescenta: «*Mas, se depois disto me perguntarem se o operário bolchevista*

Todavia, acontece que os ensinamentos da história nos dizem que o homem se guia pela lei do menor esforço, e esta conduz ao mal e não ao bem; e este resulta, ao longo dos séculos, duma multiplicidade de constrangimentos e instituições através das quais o homem tem feito a sua aprendizagem do bem e percorrido o seu caminho para a perfeição. Mas falar de constrangimentos sociais é lembrar o problema da ordem. «*Nós devemos pensar que nunca a paz e a ordem podem resultar do exercício da liberdade sem a autoridade; mas sempre hão-de procurar-se pela colaboração da autoridade com a liberdade; quando se não procuram — ironia suprema dos acontecimentos! — como fazem actualmente os bolchevistas, cai-se no estrangulamento da liberdade pela opressão.*» Mas este problema da ordem, em ligação com o indivíduo, leva-nos a «*outra ilusão da doutrina bolchevista — a que prende a reforma da sociedade não à reforma do indivíduo mas à simples mudança de instituições sociais.*» Ora «*nós reconhecemos que há instituições boas e há instituições más, mas só o afirmamos neste sentido de que algumas dificultam e outras facilitam ao homem a prática do mal e a prática do bem; mas, obediência ou desrespeito a normas de alcance individual ou de alcance social, os actos são sempre do indivíduo, e o bem ou mal praticados a ele se devem e por eles responde.*» A verdade é que «*não há reforma verdadeira que não nasça da alma, que não seja a própria alma regenerada.*»

Depois, no plano económico, há que salientar que o bolchevismo, levando à anarquia do consumo, ameaça anarquizar a produção, e a classe operária, ao pretender aumentar indefinidamente os seus consumos, reforçará a organização capitalista — privada ou de Estado — por ser a que precisamente garante uma produtividade maior. «*O comunismo, como forma colectiva de produção e repartição dos produtos conforme às necessidades de cada, não repugna de per si à natureza humana. Encontramo-lo*

---

melhorou a sua condição, respondo-vos sem hesitar que melhorou e muito; não, entendamos, como operário, mas como político bolchevista participante do poder que converteu o Estado em instrumento de satisfação dos seus interesses de classe.» E conclui a sua visão do quadro: «*uma nova casta política explora a grande empresa da revolução.*»

em sociedades primitivas, encontramo-lo ainda hoje na família, encontramo-lo na congregação religiosa; e é necessário estudar os resultados obtidos, e sobretudo as condições especiais da sua aplicação, para se compreender como pode manter-se e prosperar.» Mas uma coisa é a riqueza do indivíduo e outra a da congregação: aquele pode manter-se pobre e despegado da riqueza enquanto esta pode chegar à opulência: e isso significa que por este facto os consumos destinados à satisfação das necessidades pessoais não se elevam além do que exigem a pobreza individual e a modéstia cristã. E esta *«separação, este abismo não pode ser transposto sem que a congregação se avilte.»* E assim, *«quando a sua actividade especial ou a regra fundamental o permite, a Ordem enriquece e vai aumentando a sua riqueza pela economia que uma vida em comum e ainda por cima pobre permite fazer.»* E *«essa riqueza não é estéril: desembaraçada da satisfação de necessidades materiais, vai expandir-se e frutificar em obras de utilidade geral, na cultura do espírito, no alargamento e intensificação da caridade, nessa opulência assombrosa da arte — da arquitectura, da pintura, da escultura, da joalharia, com que as ordens religiosas encheram séculos de vida cristã e para sempre maravilharam a alma das gerações, sedenta de beleza e de emoção.»*

E Salazar conclui: *«Ensinai aos vossos filhos o trabalho, ensinai às vossas filhas a modéstia, ensinai a todos a virtude da economia. E se não puderdes fazer deles santos, fazei ao menos deles cristãos. Com a sua fé, a sua virtude, a sua inteligência e o seu braço, eles arrostarão todas as dificuldades da vida e, se Deus o quer, um grande movimento da história.»* (1).

16

Quando de regresso do Funchal Oliveira Salazar desembarcava em Lisboa, na manhã de 16 de Abril de 1925, estava o país em vésperas de acontecimentos graves. Com efeito, no meio de

(1) Aplica-se a este texto o que ficou dito na nota de fim de página quanto à conferência *«Laicismo e Liberdade»*. Ver nota de pág. 281.

grande exaspero, José Domingues dos Santos fora em princípios de Fevereiro derrotado por 65 votos contra 45. Teixeira Gomes recusa-se à dissolução do parlamento, e afirma que na solução da crise respeitará as indicações da câmara. E chama Vitorino Guimarães: este constitui governo a 15 daquele mês. Mais fortemente do que o anterior, apoiava-se o novo governo também no partido democrático. Mas nem por isso se alcançou maior estabilidade, nem se clarificou o ambiente político. Não se eximiam os oposicionistas — republicanos nacionalistas, monárquicos, católicos — às mais acerbas críticas. Vitorino Guimarães herdara os problemas do gabinete anterior, e muitos eram aliás crónicos; e a esses outros se juntavam, como a questão bancária. Gradualmente, mas com firmeza, ganhava terreno uma ideia: a da intervenção do Exército na política geral do país. Homens públicos eminentes e de vários matizes não repeliam essa possibilidade. Era opinião generalizada a de que, pelo descrédito das instituições e dos políticos, o cerne da nação estava sendo atingido: e às Forças Armadas, identificadas com o País, cabia a responsabilidade de opor um dique ao desmantelamento da sociedade portuguesa. Combinações, conversas, aliciamentos, conluios entre os oficiais eram cada vez mais frequentes: nesse sentido alguns dados chegavam ao governo: e, apesar de prevenções nas unidades e transferências de quadros, aquele não conseguia pôr cobro ao desassossego dos círculos militares. Corriam boatos, intrigas, notícias alarmistas: era um golpe monárquico, segundo uns; uma tentativa ditatorial, segredavam outros; e terceiros previam uma revolução de esquerdas, ou de direitas, consoante as versões em curso. Citavam-se nomes: Sinel de Cordes, Filomeno da Câmara, Raul Esteves. Eram oficiais de prestígio entre os seus pares e conhecidos pela sua inteireza. E com efeito, ao romper do dia 18 de Abril de 1925, iniciava-se um movimento militar. Com profusão era distribuído um manifesto revolucionário: «*O exército português, do alto dos montes onde há 15 anos pela primeira vez foi desfraldada a bandeira da República portuguesa, vem hoje acolhido unicamente à mesma bandeira, terçar as suas armas para que seja posto um dique ao descalabro para onde tem sido atirado o país.*» E isso porque o caminho que estava sendo seguido implicava «*indubitavelmente a perda de Portugal*». Pelo que toca ao programa

de governo, os revolucionários propunham, entre outros pontos, que: fossem reorganizados e saneados o Exército e a Marinha; comprimidas as despesas públicas; equilibrado o orçamento; intensificada a obra de protecção social; melhor aproveitados os recursos ultramarinos; modificados o sistema eleitoral e alguns princípios constitucionais. Unidades de Queluz, Campolide e o Batalhão de Sapadores instalaram-se na Rotunda; e o Presidente da República e o governo reuniram-se no Quartel do Carmo. No decurso do dia 18, os sublevados lançaram nova proclamação: «*Queremos reorganizar a administração pública, restabelecer a justiça, libertar as classes oprimidas pela miséria*». «*Basta de crimes impunes, de latrocínios, de roubos e de infâmias*». «*Que a República seja um regime honrado e não capa de bandidos e gatunos.*» Destruía-se assim a ideia de que o movimento era de matiz monárquico: colocava-se inequivocamente sob o signo republicano. E também se excluía qualquer atitude partidária: o Exército tomava abertamente uma posição nacional, acima e além dos partidos. Arrastou-se o dia 18 de Abril no meio da indecisão: algumas unidades permaneceram fiéis, outras hesitaram, ainda outras faltaram a compromissos. Depois de uma atitude talvez dúbia, o general Adriano de Sá, figura de pouco relevo, manteve fidelidade ao governo, juntamente com as tropas da Divisão. Houve troca de tiros esporádicos. Chamado ao Carmo, e não obstante aviso contrário do seu colega Amílcar Mota, o general Sinel de Cordes compareceu naquele quartel e, como mandatário dos sublevados, apresentou as condições revolucionárias: constituição de um ministério apartidário, sob a presidência de Filomeno da Câmara, e em que o próprio Sinel de Cordes seria ministro da Guerra [1]. Teixeira Gomes recusou. Cordes correu no Carmo alguns riscos, e entre prisioneiro e protegido foi encerrado nas águas-furtadas, sem deferência por patente e categoria pessoal. Cunha Leal é preso. Entretanto, na noite de 18 para 19 congregavam-se as tropas fiéis da Divisão, e na manhã de 19 iniciavam o seu ataque à Rotunda. Pelo fim da manhã rendiam-se os sublevados: entre estes, a figura

---

[1] Alguns autores, e até cronistas da época, apresentam outra versão: Sinel de Cordes haveria reivindicado para si a chefia do governo. Historiadores rigorosos aceitam, no entanto, a versão que recolho acima.

prestigiosa de Raul Esteves e, em plano mais subalterno, o capitão Jorge Botelho Moniz. Depois foram as prisões e o julgamento.

Entretanto, em 1 de Julho de 1925, era derrotado na câmara o governo de Vitorino Guimarães, e António Maria da Silva formava o seu quarto ministério. E foi já na administração deste que se iniciou o apuramento das responsabilidades do 18 de Abril. Organizou-se um tribunal presidido pelo general Ilharco; como juiz-auditor, Almeida Ribeiro; como promotor de justiça, o general Fragoso Carmona; e entre os defensores, Tamagnini Barbosa e Cunha Leal. Apaixonou-se a opinião pública; e o julgamento, mais do que o processo dos réus, foi o do regime. Sinel de Cordes e Raul Esteves assumiram com pundonor as suas responsabilidades, e não se eximiram a formular as mais acerbas críticas ao estado das forças armadas e ao estado geral do país. Deixando todos estupefactos, Carmona fez a glorificação daqueles oficiais: «*Como é que homens deste valor e desta envergadura se sentam no banco dos réus? É porque a Pátria está doente. Não dou outra explicação. E quando lá fora andam em liberdade os causadores dos males da Pátria, eu vejo aqui oficiais deste valor no banco dos réus!*» Por unanimidade, o tribunal, composto por sete generais, absolveu os réus. Sensação no país. A imprensa partidária desencadeou contra o governo um ataque rude; e o governo, sentindo-se coacto, demitiu Carmona de comandante da 4.ª Região Militar; Almeida Ribeiro, de auditor dos tribunais militares; e Ilharco de chanceler da Ordem de Cristo. Foi então a vez de reagirem os círculos militares e a opinião pública nacionalista. Ilharco defendeu a correcção da sentença; Mendes Cabeçadas, em entrevista, verberava o caciquismo republicano, a indisciplina, a mentira, a coacção, os comités de defesa da República, a ditadura do partido democrático; e Cunha e Costa, tribuno de velha guarda e causídico reputado, já alheio às querelas das facções, saía a terreiro com longo artigo em que elogiava a atitude do tribunal e destacava a coragem, a dignidade e a correcção de Carmona.

Mas antes da conclusão do processo do *18 de Abril* produzira-se outro levantamento, a 19 de Julho, lançado pelo capitão Jaime Baptista e pelo comandante Mendes Cabeçadas. Na sua origem, alguns oficiais do *18 de Abril*, que haviam fugido de S. Julião da Barra, onde estavam detidos; mas à parte o cruzador

Vasco da Gama, que Cabeçadas revoltou, os efectivos mobilizados em terra eram insignificantes. Em algumas horas dominava o governo a tentativa.

Não era já o governo de António Maria da Silva que detinha o poder quando o país assim estremecia. Aquele caíra em 1 de Agosto, e sucedia-lhe um gabinete da presidência de Domingos Leite Pereira. Congregara alguns bons nomes: Vieira da Rocha na Guerra, Vasco Borges nos Estrangeiros, Nuno Simões no Comércio, Pereira da Silva na Marinha, como já veterano apartidário. Mas a agitação política, agravada pelas sequelas do *18 de Abril*, em pouco consumiu o governo de Domingos Leite Pereira. E a 17 de Dezembro de 1925 este abandonava o poder. Ao mesmo tempo, e para tornar a situação mais complexa, realizavam-se eleições gerais e o Presidente Teixeira Gomes, desgostoso e frustrado, punha o problema da sua renúncia ao cargo. E na consciência da Nação pairava a perplexidade, a incerteza, o temor: e a ânsia de *vida nova* também.

17

Depois do seu retorno da Madeira, e enquanto se desenrolavam no país os acontecimentos suscitados pelo 18 de Abril e se sucediam os governos, Oliveira Salazar mantinha-se na sua região: era a rotina dos *Grilos*, da Faculdade, de Coimbra e das idas-e-vindas a Santa Comba. Salvo por dois dias em Lamego no mês de Maio, e por uma fugida de um dia a Condeixa em Junho, não arredava pé da sua Beira-Alta. Mas ainda em Junho inscreveu-se Oliveira Salazar, por 20$00, no décimo *Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências* (correspondente ao terceiro congresso da sua homóloga portuguesa), e que se efectuou em Coimbra entre 14 e 19 daquele mês.

Salazar participou activamente no *Congresso*. Pertenceu à 5.ª Secção — Ciências Sociais — e aí pronunciou o discurso inaugural. Subordinava-se este ao tema: «*Aconfessionalismo do Estado*». Como o tratou Salazar?

É simples a resposta: nos mesmos termos que usou na sua primeira conferência do Funchal sobre «*Laicismo e Liberdade*».

Encontramos algumas diferenças: mas apenas aquelas que se justificavam em razão do local e da audiência. Aparece o texto de Coimbra mais depurado no estilo, mais expurgado das alusões que reflectiam a situação interna portuguesa, mais abstracto nas fórmulas, como era próprio de quem queria manter-se no plano da ciência e da cultura: à parte isto, utilizou Salazar o mesmo original. E as considerações expostas em Coimbra obedecem à mesma tese central: o Estado laico moderno afirma que não deve ter uma doutrina: mas esta afirmação vai logo de encontro à impossibilidade de o Estado não poder deixar de ter uma doutrina. E esta tese desenvolve-a e demonstra-a Salazar nos precisos termos que empregara no Funchal. Era assim a repetição de uma conferência.

18

Desde o discurso no *Congresso do Centro Católico*, em Lisboa, passando pelas conferências de Braga, do Funchal e de Coimbra, era já extenso o percurso de Oliveira Salazar como doutrinador. Antes de mais, o professor de Coimbra surgia à luz pública e em contacto com os maiores vultos da Igreja, da cultura, da intelectualidade. Prelados portugueses viam em Salazar o mais destacado militante laico da causa católica. Às reuniões onde falava estavam presentes escritores, jornalistas, homens da vida política. Salazar dirigia-se assim a um escol da nação; mercê da sua personalidade e da sua palavra, aliciava e captava inteligências; e estas difundiam depois o seu nome, os seus conceitos, as suas críticas. Por outro lado, sem jamais desvendar o seu pensamento íntimo, identificava-se somente com a causa da Igreja, e mantinha-se alheio a partidos e a grupos. Na medida em que era uma figura, era uma figura nacional. Finalmente, compunha e aperfeiçoava um retrato de pensador, de intelectual, de homem de estudo e de reflexão, de homem que *sabe* e que tem a *consciência superior das coisas:* aquele que inspira confiança nos momentos cruciais e cujas ideias se aceitam e se seguem com naturalidade. Nos discursos de Lisboa, de Braga ou do Funchal, contudo, ressurgia o seminarista, o prefeito do *Colégio da Via Sacra*. Decerto: mais

apurado na forma, mais refinado no estilo, mais independente na expressão conceitual: sem embargo, mentalmente, ideologicamente, era o mesmo homem. Mas mais completo: anos de Coimbra, de estudo e de ponderação, e crescentes contactos com homens e coisas, haviam ampliado os seus horizontes, aprofundado a sua visão, tornado mais aguda a sua lucidez e penetrante a sua capacidade de avaliar, julgar e concluir. Era um homem em plena maturidade.

Vistos no seu todo, que *fundo* existe nos textos doutrinários de Oliveira Salazar? Antes de mais, as suas fontes. E entre estas, de longe, as encíclicas de Leão XIII: os conceitos de liberdade e autoridade, e a sua conjugação; a relação entre o capital e o trabalho, e entre o indivíduo e a sociedade; os direitos da Igreja e a sua independência perante as formas de governo e o conteúdo ideológico do Estado; o socialismo e o direito natural; a família como célula social básica; as preocupações do ensino: na raiz de tudo está o Papa da *Rerum Novarum*. Depois, traços do velho Gustave Le Bon nos cuidados a atribuir aos problemas de educação. E de Charles Maurras: a tradição, o nacionalismo, algum pendor paternalista, o progresso e a civilização como produtos de constrangimentos sociais seculares, são apresentados em linhas maurrasianas. E no confronto entre os limites inerentes à ciência positiva e a virtualidade inesgotável do sobrenatural, como elementos explicativos ou fundamento das realidades sociais e humanas, será possível identificar uma tese análoga à que se defendia no volume «*A Igreja e o pensamento contemporâneo*», que o padre Cerejeira havia publicado em 1924.

E depois de revelarem as suas fontes principais, que posição pessoal de Salazar patenteiam aqueles textos? Ainda aqui regressa às mesmas origens. Mas já, neste plano, há um contributo mais pessoal do mestre de Coimbra. No campo religioso, sem dúvida enquadra-se fielmente no magistério da Igreja, e na doutrina dos Papas a partir de Leão XIII. Mas no terreno político, e em relação às coordenadas da situação portuguesa, Oliveira Salazar propõe uma construção diferente. Esta, tendo em atenção o que escreveu e o que deixa adivinhar nas entrelinhas, poderá caracterizar-se assim: é de origem divina a raiz de todo o poder político; este, na sua aplicação, deve estruturar-se e exercer-se tendo em atenção os

fins superiores da sociedade, encarados à luz dos valores cristãos; para o efeito é fundamental a liberdade da Igreja, que deve ser independente nos domínios que lhe são próprios; o Estado, também nos sectores que lhe são específicos, é igualmente independente, e pode organizar-se como entender, respeitada que seja a liberdade da Igreja; nessa organização são indiferentes as formas exteriores das instituições, sejam monárquicas ou republicanas; mas serão de excluir todas as formas de estrutura do Estado que não conjugue, com a liberdade suficiente, a autoridade necessária para a realização dos objectivos supremos da comunidade; e por esta maneira a democracia, boa em si mesma e traduzindo uma tendência humana natural, não pode assentar num positivismo racionalista que neutralize o Estado e lhe roube qualquer mística, nem numa soberania de quantidade, que iguale os homens sem ter em conta o escol, nem por último numa socialização da representatividade individual, que teria por efeito destruir as células sociais naturais, como a família ou os grupos ligados por interesses morais e materiais afins. E destas noções extrai Salazar os corolários concretos: a Nação é a realidade mais alta, que permite ao homem alcançar os seus fins; a propriedade privada, dentro dos limites tomísticos quanto à sua função social, é inerente à própria natureza das coisas; a estrutura hierárquica da comunidade, baseada na qualidade, aparece como fundamental à boa conduta do homem e à boa administração; as ambições materiais devem ser coarctadas pelas riquezas do espírito; e a política, mais do que a conquista do poder, deve ser o governo da cidade.

Em toda esta doutrinação, numa sociedade portuguesa que se afundava em dúvidas e frustrações, Salazar aparecia com um pensamento autónomo, propunha certezas, sugeria ideais redentores. Dava a sensação de um homem de fé, de princípios, de carácter. E no início daquele verão de 1925 o mestre de Coimbra completara, havia poucos meses, os seus trinta e seis anos. E projectava a imagem do homem vindo do povo e do nada e que, por mérito e trabalho, subira os degraus que levam à aristocracia: não a do sangue, da tradição, ou a que é decretada em lei: mas à da inteligência, do espírito e da cultura: àquela aristocracia a que, com relutância ou de bom grado, se subordinam os próprios aristocratas.

CAPÍTULO V

O 28 de Maio

1

Ao gabinete de Domingos Leite Pereira, que sucumbira em meados de Dezembro de 1925, sucedia mais um governo de António Maria da Silva. Nas Finanças entrava um nome respeitado pela sua competência e integridade: Armando Marques Guedes. Entretanto, em Novembro daquele ano, haviam-se realizado eleições gerais: oitenta lugares no parlamento foram obtidos pelos democráticos; trinta e seis pelos nacionalistas; seis pelos esquerdistas; seis pelos monárquicos; quatro pelos católicos; dezoito pelos independentes; dois pelos socialistas; e quatro pela União dos Interesses Económicos. Largos sectores da imprensa e círculos políticos acusavam o partido democrático de manipulação eleitoral, de caciquismo, de manobras: e daí deduziam que o parlamento não reflectiria os sentimentos e as aspirações da opinião pública. No plano constitucional, porém, o governo de António Maria da Silva dispunha de apoio sólido, e estava livre para actuar. Uma outra crise veio adensar o ambiente político: a renúncia de Teixeira Gomes. Efectivamente, naquele mês de Dezembro, o Presidente enviava ao Congresso o seu pedido de demissão, que era aceite com as homenagens pessoais das câmaras. E Teixeira Gomes, desiludido da política e dos políticos, embarcava para o exílio, e dizia aos jornalistas: «*Vou enfim libertar-me de quinze anos de cativeiro, arrastados por Londres e Lisboa.*» Para preencher

o cargo, foi eleito mais uma vez Bernardino Machado. À sombra do novo mandato presidencial propunha-se António Maria da Silva governar, com base na sua confortável maioria parlamentar, e para o efeito apresentou às câmaras um extenso programa. Neste, são de destacar: equilíbrio orçamental através de rigoroso saneamento financeiro; nova legislação sobre imprensa, inquilinato, regime prisional; promulgação de um código administrativo; instituição do *habeas corpus;* e fomento do «*Portugal de além-mar*».

Mas piorava o ambiente político. Deflagrou o escândalo «*Angola e metrópole*», que durante largo tempo cobriu o país de um clima de suspeição generalizada; em 2 de Fevereiro de 1926, produz-se um levantamento, fomentado por elementos do partido radical, e algumas granadas chegaram a ser lançadas sobre Lisboa; e em Março a nomeação de Cunha Leal para o Banco Ultramarino provoca uma turbulenta cisão no partido nacionalista. Por seu lado, crescia a agitação nos meios monárquicos: e D. Manuel, de Londres, era impotente para estabelecer a unidade. Discutiam integralistas e constitucionalistas, sem embargo dos *Pactos* celebrados; e aos organismos já existentes vinha juntar-se a *Acção Realista Portuguesa,* que Alfredo Pimenta lançara.

À parte os sucessos políticos, Marques Guedes tentava nas Finanças um esforço sério. Preparou uma proposta orçamental em que se previa ainda um «deficit», sem dúvida, mas significativamente menor do que o do exercício anterior. Apresentada ao parlamento em Março de 1926, a proposta foi discutida com morosidade: não estava sequer aprovada quando o ministério de António Maria da Silva deixou o poder. Noutros planos, Marques Guedes retomou as negociações com os credores externos, elaborou uma reforma tributária, e procurou assentar em bases novas todo o problema dos tabacos. Mas deste esforço construtivo foram nulos os resultados.

No conjunto, todavia, era agora de desespero o estado de espírito nacional. Era uma sensação de desmantelamento apocalíptico: e de toda a terra portuguesa erguia-se, mais uma vez, um brado vigoroso de *vida nova.*

2

Por Coimbra, nos círculos docentes e entre a academia, corria toda a sorte de rumores. Nos centros conservadores, nos meios católicos, nos sectores republicanos moderados, reinava a inquietação, e todos se interrogavam sobre o futuro. Salazar continuava nos *Grilos* ou em Santa Comba. Voltava à rotina a sua vida, cortada somente por acontecimentos íntimos. Mário de Figueiredo era agora menos assíduo no convívio. Em meados de Setembro, as casas de Salazar no Vimieiro correram grave risco: ameaçou-as de destruição um incêndio que lavrou perto. Mas este foi dominado a tempo. Salazar gratificou os Bombeiros com 400$00, e com 100$00 os auxiliares. Maria do Resgate continuava com o seu drama de enferma crónica. Uma ou outra vez Salazar dava um passeio fora da aldeia: foi à Pampilhosa com Machado Vilela, e à Senhora da Ponte, e ao Rojão. Cuidava de si também. Mandou fazer uma casaca, no Damião, por 1 300$00, e ainda um fraque por 750$00; e para o peitilho da camisa de goma comprou uma abotoadura de ouro branco e brilhantes por 1 100$00. Cuidava do apetrechamento da sua casa do Vimieiro: melhorava as mobílias, adquiria serviços de porcelana e de cristais. Encomendou um capelo novo. E no final daquele mês de Setembro de 1925 fechara as suas contas com um saldo positivo de 18 650$53. Vivia com relativo desafogo, e confortavelmente. Mas seguia, no ambiente beirão ou na atmosfera coimbrã, os sucessos do país. Mantinha aturada correspondência com os amigos dispersos: o José Nosolini, no Porto; Carneiro Pacheco, Joaquim Dinis da Fonseca, José António Marques, Joaquim do Amaral, em Lisboa; os padres de Viseu; e era estreito o seu convívio com um pequeno grupo de colegas de Coimbra, em particular, além de Mário de Figueiredo, com Fezas Vital, Manuel Rodrigues, Beleza dos Santos, Machado Vilela, José Alberto dos Reis. Único verdadeiramente íntimo continuava a ser o padre Cerejeira. Havia dez anos que habitavam os *Grilos*. Mas agora dera-se uma modificação doméstica, naquele outono de 1925. Salazar despedira as duas criadas: a Maria da Encarnação e a Bárbara: e depositou as economias de ambas na Coimbra Editora, a 15 %. Para as substituir, Cerejeira contratara uma governanta, a Maria de Jesus, indicada pelo

Bispo de Lamego, D. João Campos Neves, que a dispensou do seu próprio serviço. Logo no seu primeiro dia de trabalho nos *Grilos*, aquela ficou muito surpreendida: foi encontrar Salazar, com um trapo a fazer de pano de pó, a espanejar a mobília do escritório. E a governanta começou sem perda de tempo a arrumar, a limpar, a escanhoar, e a imprimir aos *Grilos* um novo sentido de ordem e de arranjo. De início, vendo os seus hábitos revolvidos, Salazar ofereceu alguma resistência. Mas em pouco se adaptou à nova serviçal, e até a apreciou, porque o libertava de muitas tarefas e cuidados domésticos. Aliás, ao findar de 1925, Salazar permanecia mais em Coimbra do que era seu hábito. Nos dois meses de Novembro e Dezembro apenas foi quatro vezes a Santa Comba, e para visitas de um dia somente. No fundo, era a sua crescente preocupação com os sucessos nacionais que tomava precedência sobre a rotina usual. Passou o Natal de 1925 no Vimieiro; mas não se demorou; e logo após os Reis estava de volta a Coimbra. Para o *Boletim da Faculdade de Direito* escreveu dois artigos: «*Da não rectro-actividade das leis em matéria tributária*» e «*A competência dos Tribunais*» (1). Decorreram os meses de Janeiro a Junho de 1926 sem que Salazar se afastasse da sua Faculdade e da sua Beira, e sem alteração nos seus hábitos de vida. Mas em Junho de 1926 Oliveira Salazar era envolvido, pela primeira vez, em acontecimentos de âmbito nacional. Completara os seus trinta e sete anos.

3

Não podiam já ser disfarçados os sintomas de desagregação geral. Era exacerbado o descontentamento de todas as classes sociais. A grande burguesia, a alta finança, os homens de negócios, as pequenas e médias empresas, não confiavam nas instituições e nos políticos. Retraíam-se os investimentos; fechavam-se os

---

(1) Título completo: «*A competência dos tribunais do contencioso e a simulação do valor na contribuição de registo*».

circuitos económicos; e os capitais procuravam salvar-se na fuga para o estrangeiro. Estava também em crise a classe média. Multiplicavam-se as falências; a constante quebra da ordem pública e os assaltos a estabelecimentos constituíam pesadelo permanente; e a paralisia do comércio afectava todos os sectores. Clamavam de insatisfação o operário, o camponês, o modesto funcionalismo. Era generalizada a escassez de subsistências; subiam os preços; novas doutrinas sociais alimentavam a revolta dos espíritos; muitas indústrias limitavam a sua laboração a 2 ou 3 dias por semana; e a administração, de emperrada e inepta e corrupta, era impotente para resolver os problemas individuais e gerais. Parecia que se presenciava o desfazer de uma sociedade.

No plano político, estava desautorizado o parlamento. Além de morosos, dir-se-ia serem incompetentes os deputados; degradavam-se os debates até ao insulto pessoal, ao pugilato, ao bater das carteiras; e grupos revolucionários enchiam as galerias para coagir os representantes do povo. Em plena câmara, um deputado dizia para outro: «*V. Ex.ª está a berrar mais do que eu!*» Ramada Curto, espírito chistoso e bem-humorado, lançou um aparte expressivo aos colegas: «*Os senhores não executam as partes cantantes. Fazem o acompanhamento! Aqui não se admite o rabecão grande. Acabou-se a brincadeira!*» E noutro momento, numa síntese séria: «*é necessário que se faça a urgente revisão da constituição para que se não continue na esterilidade que tem caracterizado estes 15 anos de República, que se não recomendam nem pela obra administrativa nem pela obra legislativa.*» Estavam desprestigiados os homens públicos. Era vasta a distância a que se encontravam, no plano moral e no plano intelectual, daqueles que haviam feito a República; e achavam-se continuamente envoltos em escândalos financeiros, caciquismo político, compadrios, ódios pessoais. E estavam desmanteladas as estruturas básicas da sociedade: a polícia, amedrontada; a imprensa, segundo Ribeiro de Carvalho, encontrava-se sujeita ao «*regime vexatório de censura prévia e da apreensão*»; e, pelo que respeitava à magistratura, afirmava Cunha Leal em Março de 1926 que «*os juízes eram mortos a tiro e à bomba*». E resumia: «*a sociedade estava aterrada.*»

Reflectia-se muito particularmente no Exército a situação crítica. Sinel de Cordes, vulto prestigioso, em sucessivos artigos no

Século analisava o estado de carência das instituições militares. Nestas, grassava a indisciplina, a impreparação, o aviltamento, a miséria do material e do pessoal. Jorge Botelho Moniz escrevia um volume documentando as acusações. Mas o ponto alto dos clamores do Exército foi atingido pelo discurso que Gomes da Costa proferiu perante Vieira da Rocha, ministro da Guerra, no acto de posse deste. Começou o antigo comandante do CEP por dizer: «*Impõe-me a minha graduação o dever de dirigir a V. Ex.ª algumas palavras em nome dos oficiais aqui presentes e se presume representarem todo o Exército. Não tendo, porém, conversado previamente com eles eu desconheço o que eles pensam acerca desta convocação que a repartição do gabinete se não esquece de fazer sempre que um novo ministro toma posse do cargo e que pela sua frequência e imposição não tem outro significado mais que o simples cumprimento duma ordem banal. Creio bem que, por isso mesmo, deve V. Ex.ª, que sempre tem sido um soldado, sentir como todos nós a inutilidade e até mesmo o ridículo duma cerimónia que só se justificaria pelo entusiasmo suscitado após um alto feito militar, mas que em circunstâncias normais tão vexatória é para V. Ex.ª como para nós.*» Ao sarcasmo fez Gomes da Costa seguir a dureza. «*V. Ex.ª, que não é a primeira vez que exerce o cargo de ministro da Guerra, deve saber do miserável estado do Exército, desprovido de organização, desprovido de instrução, desprovido de material, absolutamente incapaz de oferecer uma resistência séria.*» E continuava cauterizando a ferida: «*Poderá parecer estranho que tendo nós recebido ordem para apresentar cumprimentos a V. Ex.ª, cumprimentos que a tradição impôs como afirmação de passividade imbecil e conformação com o estado de inércia mental a que nos têm reduzido, eu quebre essa norma chamando a atenção de V. Ex.ª para a falta de preparação militar do país; mas, senhor ministro, eu entendo que o meu dever como soldado, que me orgulho de o ser, consiste precisamente em dizer o que penso, para que ao derrocar-se esta nacionalidade se não diga que tendo uma oportunidade de chamar a atenção do governo para a miséria militar da Nação eu a deixei escapar por comodidade ou cobardia.*» E, clamando por reformas, concluía lançando ao ministro um repto: «*Tem V. Ex.ª o coração colocado bem no seu lugar e de*

forma a poder encarregar-se dum tal papel? É o que resta ver.» Funda repercussão teve este discurso de Gomes da Costa. A *Tarde* escrevia: as suas palavras exprimem um *«estado de alma que não está bem aos dirigentes do Exército desconhecer»*; o parlamento dava *«um desgraçado exemplo de decomposição e indisciplina»*; e concluía que, tudo visto, não seguia decerto para bom porto a *«nau desmantelada da pátria»*, se uma *«rajada de bom senso»* não a bafejasse. Por seu lado, *O Dia* afirmava que Gomes da Costa fora um intérprete da opinião pública; em *O Mundo*, Mayer Garção elogiava o discurso e verberava a *«malta apostada em roer até os ossos a nossa carne, beber até à última gota o nosso sangue»*; para o *Correio da Noite* o discurso era histórico; para *O Imparcial* (1) Gomes da Costa fora heróico; e *O de Aveiro* insurgia-se contra *«todos esses pulhas somados»* que valiam muito menos do que o velho general sozinho. A imprensa partidária, todavia, procurava fazer o silêncio em torno do discurso de Gomes da Costa, ou acusava-o de objectivos militaristas. Mas, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, aquele repudiava a acusação e declarava: *«Estão absolutamente enganados os que julgam que desejo a intervenção do Exército para estabelecer o militarismo governativo.»* Mais tarde, na *Época*, publicava Gomes da Costa um manifesto *à nação*. Repetia, pormenorizava, alargava o que dissera no discurso ao ministro da Guerra; e afirmava que Portugal tinha de reagir para que o não assassinassem. Muitos oficiais generais felicitaram Gomes da Costa, e dois vultos militares eminentes — Raul Esteves e Passos e Sousa — escreveram cartas de apoio e adesão. E em longo artigo na *Época* Alfredo Pimenta aplaudia com entusiasmo.

Nos meses subsequentes a estes sucessos não se modificara a situação. Entrara o ano de 1926; continuava o governo de António Maria da Silva; dominava o partido democrático; e tudo parecia afundar-se num apocalipse nacional. Pairava nos ânimos uma sensação de fim, de termo de uma época. Como acabaria? Que lhe sucederia? A estas duas interrogações constituíam mis-

---

(1) Não se trata do *Imparcial* lançado pelo Padre Cerejeira. Este cessara em 1919.

tério as respostas. Entretanto, em quinze anos, haviam-se *gasto* quarenta e seis governos. E Cunha Leal, num discurso profético pronunciado no *Bom Jesus* de Braga, a 26 de Abril, dizia simbolicamente: «*oiço o tinir das espadas e o tilintar das esporas*».

4

Em *18 de Abril* e *19 de Julho* de 1925 e em *2 de Fevereiro* de 1926 houvera o aflorar, ainda incipiente e pouco esclarecido, de uma tentativa de transformação dos hábitos políticos do país. Aquelas datas corresponderam a três malogros. Mas as razões determinantes permaneciam; a opinião pública apoiava os sediciosos e aplaudia-os; os governos eram impotentes para obterem pelos tribunais a condenação dos chefes sublevados; estes adquiriam fama no país e prestígio entre o Exército; e assim aquelas tentativas prosseguiam. Nos princípios de 1926 formava-se em Braga, secretamente, uma *Junta Revolucionária* militar. De seguida, outras se constituíam em Coimbra e Lisboa. Sucediam-se as reuniões de oficiais por todo o país, aliciavam-se vontades, coordenava-se a actuação dos núcleos que se organizavam nas unidades: a pouco e pouco emergia um plano. Adquiria vastidão o *movimento* militar. Não ignorava o governo completamente o que se preparava: muitos chefes políticos suspeitavam-no ou estavam mesmo conhecedores: mas ninguém parecia medir a extensão e a profundidade da nova tentativa do Exército. Abertamente, mencionavam-se nomes de figuras militares que impulsionavam o *movimento;* mas na base deste estavam sobretudo oficiais subalternos. Tornava-se indispensável, contudo, encontrar um chefe. Este haveria de ser simultaneamente conhecido em escala nacional, prestigioso entre os seus pares, republicano sem suspeitas, apartidário. Chegou a pensar-se em Ribeiro de Carvalho. Recaiu a primeira escolha, no entanto, no general Alves Roçadas, herói de África, unanimemente respeitado: mas Roçadas recusou-se [1].

---

[1] Não estão ainda bem esclarecidos os motivos da recusa de Roçadas, tanto mais que estava inteiramente com o *movimento*. Segundo indícios que

Fez-se então apelo a Gomes da Costa. Este possuía todos os títulos: fora também combatente de África, desempenhara comissões na Índia, comandara em França o Corpo Expedicionário Português, era republicano sem mácula, não manifestara vincado partidarismo: e sobretudo pronunciara o discurso famoso que havia soado como um toque de clarim. Gomes da Costa aceitou.

5

Na cidade dos Arcebispos, a 27 de Maio de 1926, realizavam-se o Congresso Mariano Nacional e a peregrinação ao Santuário do Sameiro. Braga estava em festa. A um jornalista da *Época*, na véspera, Gomes da Costa havia dito: «*eu não conspiro, revolto-me!*». E pelas dez horas da noite de 27 chegava àquela cidade, e logo numa casa particular se encontrou com os oficiais do *movimento*. Reunidos em conselho, Gomes da Costa estabelece o seu plano: marchar sobre o Porto com rapidez e obter a sua adesão ou a sua rendição; colocar à frente da divisão do sul, com sede em Évora, o general Carmona; congregar em Santarém forças dispersas, sob o comando do coronel Magalhães, da Guarda Republicana; concentrar em Mafra outras forças, com unidades de Aviação e de Marinha sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Mendes Cabeçadas e do major-aviador Brito Pais; e fazer confluir sobre Lisboa todos estes contigentes. Gomes da Costa assina proclamações ao país. Diz: «*Eu por mim revolto-me abertamente. E os homens de valor, de coragem e de dignidade que venham ter comigo, com as armas nas mãos, se quiserem comigo vencer ou morrer.*» Fazia vibrar um apelo: «*Portugal, às armas, pela liberdade e pela honra da Nação! Às armas, Portugal!*» Noutro texto, salientava: «*Não quer a Nação uma ditadura de políticos irresponsáveis, como tem sido até agora. Quer um governo forte que tenha por missão salvar a Pátria, que con-*

---

recolhi, de coevos que privaram com o general, parece que a recusa se filia em razão de ordem particular e pessoal. Aliás, Roçadas falecia subitamente em Abril de 1926.

centre em si todos os poderes para, na hora própria, os restituir a uma verdadeira representação nacional, ciosa de todas as verdades — representação que não será de quadrilhas políticas — dos interesses reais, vivos e permanentes de Portugal.» E assim o Exército ia opor aos «*inimigos internos o mesmo heróico combate que o Exército deve aos inimigos externos*». E pelas seis horas da manhã do dia 28 de Maio iniciava-se o *movimento*.

Com celeridade, ganha a notícia o país inteiro. Em Lisboa, já pela madrugada de 28 corriam rumores, e a população da capital estava possuída da maior ansiedade, e interrogava-se sobre o destino da Nação. Começaram a circular manifestos, subscritos pela *Junta de Salvação Pública*, e endereçados aos soldados, marinheiros e Povo de Lisboa. No texto, afirmava-se haver chegado a hora da ressurreição da Pátria; criticavam-se as instituições vigentes e os homens que as utilizavam; descrevia-se o estado caótico da economia, do tesouro, da instrução, do ultramar, das forças militares; e formulava-se em dez pontos um programa de governo que, dentro da República, levantasse Portugal e conduzisse à «*regeneração política, económica, administrativa, financeira, intelectual e moral de um país, cujos recursos próprios, espírito de iniciativa e sacrifício em prol da Humanidade lhe dão direito a um lugar inconfundível na Sociedade das Nações.*» Ao mesmo tempo, o governo de António Maria da Silva reúne-se e procura minimizar os acontecimentos. Fazia publicar uma nota oficiosa; declarava que dispunha «*de todos os elementos para manter a ordem*»; e afirmava que, salvo em Braga, havia sossego em todo o país. Todavia, pela tarde de 28, Mendes Cabeçadas assinava e fazia entregar ao Presidente da República um documento em que, em nome do Exército, e «*certo de que interpreta o sentir da Nação*», exprimia o «*veemente desejo de que a actual crise política seja resolvida, nomeando V. Ex.ª um governo de carácter extrapartidário, constituído por republicanos que mereçam a confiança do país.*» Ao fim da tarde daquele dia, nova sessão do Conselho de Ministros: toma algumas medidas de ordem pública em Lisboa, manda encerrar estabelecimentos e locais de diversão. Na capital, a noite de 28 para 29 passa-se em tranquilidade.

Pelo país além, a situação é tensa. No Porto, o General Sousa Dias, comandante da 3.ª divisão, mantém-se fiel ao governo,

e procura organizar a resistência. *A Junta de Salvação Pública* emitia comunicados, e dava conta da adesão de várias guarnições: as da 4.ª, 6.ª e 8.ª divisões e as das forças de Coimbra, Entroncamento, Mafra, Lamego, Portalegre, além da Marinha de Guerra. Alastrava o *movimento*. Em 29 de Maio adere a guarnição de Lisboa; e no Porto, Sousa Dias, informado do que se passara na capital e vendo que todas as forças do Alto Minho estavam com o movimento, manda escrever a Gomes da Costa que, «*tendo reconhecido como nacional, militar e apolítico o movimento revolucionário*», dava a sua adesão em nome da 3.ª divisão do Exército. Faltava o sul. Carmona encontrava-se em Elvas: aí aderiu ao *movimento:* e foi acompanhado por todos os oficiais presentes. Raul Esteves transmite então a Carmona a ordem de Gomes da Costa: assumir o comando da 4.ª divisão, em Évora, de que Carmona fora demitido após a atitude que tomara no julgamento dos implicados no *18 de Abril*. Óscar Carmona dirige-se de automóvel a Évora, e com simplicidade diz ao coronel Viegas, que comandava a região: «*Meu caro coronel, eu estou aqui para tomar conta, revolucionariamente, da divisão. Você só tem dois caminhos a seguir: ou me entrega o comando ou prende-me!*». Viegas reúne os oficiais, e pouco depois o comando era entregue a Carmona; e este organiza imediatamente a marcha sobre Lisboa.

Finalmente, o governo de António Maria da Silva rende-se à evidência: não possuía qualquer apoio que contasse. Verdadeiramente, ninguém se batia pelas instituições. Durante a noite de 29 para 30 de Maio era divulgada uma nota oficiosa: «*O Chefe do Governo, em conformidade com a deliberação unânime do Conselho de Ministros, apresentou o seu pedido de demissão ao Sr. Presidente da República, que hoje mesmo procederá às diligências para a constituição de um governo nacional.*» Às duas horas da madrugada de 30, Bernardino Machado escreve a Mendes Cabeçadas e convida-o a formar gabinete. E pelas 13 horas daquele dia é difundida segunda nota oficiosa dando conta de que Cabeçadas aceitara o encargo e tomaria em poucas horas o compromisso de honra como «*Presidente do Ministério e Ministro da Marinha e interino das outras pastas até ao seu preenchimento*». Entretanto, Gomes da Costa progredia para o sul. De Braga dirige-se ao Porto: no Quartel-General dá ordens para a concentração e

reorganização das suas forças: e na Praça da Batalha recolhe as aclamações da multidão. Mas aí lhe chega a notícia de que Cabeçadas se propunha constituir governo aceitando o encargo das mãos de Bernardino Machado. Não é esse o plano de Gomes da Costa, nem do Exército, e aquele declara aos jornalistas e aos seus oficiais: «*Eu detesto os políticos e nunca os consentirei perto de mim. Em Lisboa está já organizado um governo. Alguém que esteve comigo deixou-se empolgar... Não o consentiremos!*» E então Gomes da Costa dá ordem a todas as forças do país para que marchem sobre Lisboa. Está-se perante uma fase crucial do *movimento*.

Paralelamente, sentiam-se em Lisboa os efeitos da acção militar. Por mando do ministério da Guerra, ao princípio da tarde de 31 é encerrado o Congresso. Rodrigues Gaspar, presidente da Câmara dos Deputados, e Correia Barreto, presidente do Senado, são notificados em conformidade por uma praça da Guarda. Reúnem-se no entanto as duas Câmaras apenas para verificar a falta de *quorum*, e logo são suspensas as sessões. Nos deputados, entre os presentes, estava um grande amigo de Salazar: Alberto Dinis da Fonseca. António Cabral, deputado monárquico, escrevia na *Acção Realista* que o parlamento «*morrera a rir e a fazer rir*». Em Belém, Bernardino Machado multiplica os seus contactos e conversas políticas. Tendo feito da afabilidade mesureira e da cortesia amaneirada um estilo de vida e de personalidade, dir-se-ia ainda confiar àquelas a sobrevivência política: e desdobrava-se em diligências afectuosas e palavras doces. Mas confrontado com a firme determinação do *movimento*, acaba por entender que a demissão é a única via que lhe resta. E apresenta o seu pedido a Cabeçadas. Na sua carta, diz Machado: «*Restaurada a ordem pública, sem violentas colisões, e entregue a constituição do Ministério Nacional a V. Ex.ª, em quem a República tanto confia, a minha missão está cumprida. De hoje por diante não me é possível continuar no exercício da suprema magistratura da Nação. Em conformidade com a Constituição, o Ministério em conjunto assumirá a plenitude do poder executivo.*» Era hábil a carta de Bernardino Machado: das suas mãos recebera Cabeçadas a *legitimidade republicana:* e, ao abandonar as funções, era ainda por suas mãos e por seu mandato que o governo conservava a *legiti-*

midade constitucional. E em entrevista ao *Diário de Notícias* repisava Machado o mesmo ponto: dera «*ao sr. Mendes Cabeçadas toda a força constitucional de que carecesse para levar a bom termo a sua missão, que era abertamente construtiva, a antepor a outra, porventura destrutiva. Em conformidade com a letra da Constituição, entreguei-lhe o poder executivo em toda a sua plenitude.*» Bernardino Machado apegava-se, por este modo, ao Estado Republicano na sua fórmula constitucional, como instituído desde 1911; e nesta sua tenacidade, mais do que manobra, havia incompreensão pelo estado de espírito da opinião pública e pelos objectivos do *movimento*. Deste ponto de vista, a carta e a entrevista eram maus serviços feitos a Cabeçadas. Na verdade, a atitude deste não era bem vista pelo *Comité Central da Revolução*, que despachou a Lisboa um dos seus membros, o major Pedro de Almeida, e este fez sentir a Cabeçadas a necessidade de se avistar com o general-chefe do movimento militar.

Com efeito, Gomes da Costa, na sua caminhada para o sul, encontrava-se agora em Coimbra, e para esta cidade convocou Mendes Cabeçadas. Estava-se em 1 de Junho; o *movimento* tinha quatro dias de vida; e eram já aparentes as divergências de concepção política entre os dois chefes militares. Mas estas eram negadas: uma nota daquele dia, dimanada do ministério da Guerra, afirmava carecerem de fundamento «*as informações que têm chegado aos jornais sobre as referidas divergências*». Em Coimbra, conferenciam os dois homens. Aparecem juntos em público. Gomes da Costa discursa: «*Eu e o comandante Cabeçadas representamos neste momento, aqui, a vontade da Nação*»; «*tem-se procurado envenenar as nossas intenções*»; «*não quero ser um ditador militar, mas também não quero organizar um governo à semelhança de todos os que até agora temos tido*»; nenhum dos autênticos valores encontrara abrigo na República; «só o *encontrou a canalha, que arrastou o país à situação em que se encontra*»; e por isso «*é preciso fazer um Portugal maior e havemos de fazê-lo.*» Manifestava assim o velho general o propósito de repudiar *na íntegra* o passado recente, e cortar cerce com a legalidade anterior para criar uma *legalidade revolucionária*, que fizesse tábua rasa das instituições vigentes, dos costumes políticos; e somente pouparia o princípio republicano e os homens que,

de boa-fé, quisessem adaptar-se ao novo estado de coisas. Cabeçadas também pronunciou algumas palavras, muito sóbrias: «*A República há-de elevar-se, sendo garantidas todas as liberdades até há pouco sempre desrespeitadas pelos maus políticos que têm monopolizado o poder.*» Nesta curta frase estava a linguagem do parlamentarismo, da democracia constitucional, dos hábitos políticos arreigados em quinze anos de prática; mas nas palavras de Gomes da Costa transpareciam outras intenções: e estas subentendiam a *vida nova* reclamada há muito. Assim, para Cabeçadas, o Exército interviera para fazer um *golpe-de-estado* e repor na sua pureza as velhas instituições; e para Gomes da Costa o Exército interviera para fazer uma *revolução* e firmar novas instituições. Eram duas filosofias políticas antagónicas.

Gomes da Costa descia entretanto pelo Entroncamento até Sacavém, e Cabeçadas regressava a Lisboa. Começava a preocupação do constituir um governo; era um problema, simultaneamente, de delicado equilíbrio político e de concepção do *movimento*. Antes de um governo, foi julgado oportuno anunciar ao país a formação de um *triunvirato:* Cabeçadas, Gomes da Costa, Armando Ochoa. Estes nomes assinam um novo comunicado, ainda expedido de Coimbra, em que se reafirma a unidade de vistas entre os triúnviros. Chegado a Lisboa, Cabeçadas organiza um gabinete em que todas as pastas eram distribuídas pelos três homens, cabendo a Gomes da Costa a Guerra, as Colónias e a Agricultura. Este reagiu fortemente, em particular quanto a ser-lhe atribuída a Agricultura; e, já sem peias na discordância, comunicou a todas as forças militares o seu desacordo com a estrutura do ministério, reafirmando a sua chefia do «*movimento de carácter exclusivamente militar*». Ao mesmo tempo Ocha retira-se: julga prejudicial à sua posição o facto de haver estado ligado aos Transportes Marítimos do Estado, envolvidos por escândalo. Torna-se urgente, assim, uma nova entrevista entre os dois chefes restantes, e para o efeito Cabeçadas dirige-se ao Quartel-General de Gomes da Costa em Sacavém. Trata-se de constituir com urgência um governo provisório. Já na reunião de Coimbra haviam sido mencionados alguns nomes de personalidades civis: Joaquim Mendes dos Remédios, Manuel Rodrigues, Oliveira Salazar. E algumas sondagens preliminares haviam sido feitas. E agora, em Sacavém,

firma-se em acta o acordo a que naquele particular se chegara. Estabelece-se deste modo o elenco: Presidência e Interior, Cabeçadas; Guerra e Colónias, Gomes da Costa; Negócios Estrangeiros, Carmona; Marinha, Jaime Afreixo; Finanças, Oliveira Salazar; Justiça, Almeida Ribeiro; Instrução, Mendes dos Remédios; Agricultura e Comércio, Ezequiel de Campos. Em 3 de Junho surgia o decreto de nomeação do governo. Continha no entanto duas alterações: indicava-se Gomes da Costa como ministro *interino* das Colónias; e na Justiça era Almeida Ribeiro substituído por Manuel Rodrigues. Firmava-se e consolidava-se o *movimento*.

De Sacavém, Gomes da Costa passa à Amadora. No dia 4 de Junho, chegam ao Rossio Mendes dos Remédios, Manuel Rodrigues e Oliveira Salazar. De automóvel seguem com urgência para a Amadora. No trajecto, apreciam a situação política. Remédios e Rodrigues parecem dispostos a reafirmar os seus propósitos de cooperação com o *movimento*. Salazar exprime dúvidas, e põe uma pergunta: estarão reunidas as condições políticas para que possa ser válida qualquer colaboração que seja prestada? Na Amadora, à chegada, Salazar declara aos jornalistas: «*Só com muito sacrifício venho a Lisboa. Vou dizer isto mesmo ao chefe do governo.*» E acrescenta: «*Bem vê, entrar para o governo e ter de abandoná-lo por impossibilidade física, não está bem. A minha saída ao fim de algum tempo de assistência à obra nacional de renovação — poderia ser mal interpretada.*» Depois Salazar avista-se com Cabeçadas e Gomes da Costa. Ambos insistem para que tome a responsabilidade das Finanças. Salazar alega a sua precária saúde, invoca a opinião de Bissaia Barreto, seu médico-assistente. Gomes da Costa procura ser particularmente persuasivo. Mas Salazar escuda-se na sua falta de saúde. No dia 3 de Junho, todavia, aparece a nomeação de Salazar para as Finanças. Remédios e Rodrigues tomam posse em Belém, no próprio dia 4, respectivamente da Instrução e da Justiça. Mas recusa-se Salazar: a 5 de Junho embarca no rápido para Coimbra. Dois dias depois, a 7, reúne-se o Conselho da Faculdade de Direito. Salazar está presente. Exprime o Conselho o seu regozijo pelo convite do Exército «*a três dos mais distintos professores da Universidade para o ministério a constituir*»; e «*confiado em que a sua colaboração na obra da reconstituição que o governo se propõe rea-*

lizar só vantagens trará para o país, propõe que na acta fique consignado um voto de congratulação pela honra que lhes foi concedida e que desse voto se lhes dê conhecimento por telegrama.» Acrescentou o Director da Faculdade, José Alberto dos Reis, que «*estando presente o Doutor Oliveira Salazar queria significar-lhe quanto a Faculdade esperava do seu talento e do seu saber para a solução dos mais graves problemas financeiros e o quanto, por isso, lamentou que o seu estado de saúde lhe não tenha permitido corresponder à confiança que todos nele depositavam.*» Salazar foi sóbrio e mais do que discreto: agradeceu e deu «*conhecimento ao Conselho de que havia tomado a liberdada de representar a Faculdade na posse do Ex.mo Ministro da Justiça, Doutor Manuel Rodrigues Júnior, crente de que, procedendo assim, tinha vindo ao encontro dos desejos de todos os colegas*». Mendes dos Remédios e Manuel Rodrigues continuavam em Lisboa. E perante as dúvidas que em Lisboa Salazar havia posto — as de saber se a situação política era suficientemente estável para permitir uma colaboração efectiva e útil — Manuel Rodrigues respondera que *isso* depois se veria: «*o que interessa é estar presente, porque estando presente sempre se pode apanhar alguma coisa.*» Salazar, porém, obstinava-se em Coimbra. Estava assim em aberto o problema do preenchimento da pasta das Finanças. E a este somava-se outro: suscitaram-se objecções à entrega do Comércio e Agricultura a Ezequiel de Campos: era havido como muito ligado à política partidária. Foi substituído por Adolfo de Pina e este depois por Passos e Sousa no Comércio, e por Alves Pedrosa na Agricultura. Mas a questão das Finanças era muito mais delicada. Perante a recusa de Salazar, aventa-se o nome de Sinel de Cordes. É resolvido, no entanto, instar mais uma vez com Oliveira Salazar, porque a nomeação deste estava feita. Em 10 de Junho, Mendes dos Remédios desloca-se a Coimbra, e avista-se com aquele. No dia 12, Salazar torna a Lisboa e na estação do Rossio era aguardado por Mendes dos Remédios, Manuel Rodrigues, Joaquim Dinis da Fonseca, António Lino Neto, numerosas outras personalidades. Segue para o ministério do Interior, e na presença de Passos e Sousa tem uma entrevista com Cabeçadas. Vai depois para as Finanças, e aí toma posse, tendo comparecido o chefe do governo e os ministros que o haviam

ido esperar. É uma cerimónia singela, à porta fechada. Em nome dos funcionários, Alberto Xavier saúda o novo ministro. Salazar responde em breves palavras: considera-se mobilizado pelo *movimento* militar; não tem programa, mas vai procurar fazer alguma coisa a bem da economia nacional; e comportar-se-á como uma boa dona de casa, gastando com moderação e equilibrando receitas com despesas. Mas, à saída, um repórter do *Diário de Lisboa* insiste: «*V. Ex.ª deve ter os seus pontos de vista...*» Responde o novo ministro: «*Não tenho ideias a priori sobre aquilo que vou fazer. Só depois de colher os elementos de que necessito é que posso satisfazer a sua curiosidade.*» Pondera o repórter que a curiosidade é sentida por seis milhões de pessoas. E com «*um sorriso amável*» o ministro deixa cair: «*Eu sei... Os srs. jornalistas são terríveis!*» Salazar inicia o seu mandato de ministro das Finanças.

6

Durante os dias em que Salazar permanecera em Coimbra, já nomeado mas sem tomar posse das Finanças, não se haviam desenrolado tranquilamente os acontecimentos no país. Sobre o *28 de Maio* correra pouco mais de uma semana, e duas forças se manifestavam agora com nitidez. Refeitos da surpresa, retomavam fôlego os velhos partidos, aliados numa *frente única*. Exceptuava-se a *União Liberal Republicana*, de Cunha Leal, que congregava todos os moderados, os nacionalistas, os conservadores republicanos: e, embora em termos de democracia clássica, aplaudiam o *movimento* e deste esperavam o ressurgimento da nação. Mas os demais entregavam-se a uma actividade frenética, de aliciamento e quase conspiração, e para a sua causa procuravam ganhar Cabeçadas e muitos oficiais comprometidos com o parlamentarismo. De outro lado, estavam os *puros* do movimento e estes continuavam a opor-se tenazmente a um regresso ao partidarismo. Como consequência desta divisão, era cada vez mais fundo o abismo existente. Gomes da Costa mantinha-se nos arredores de Lisboa, entre a Amadora e Sacavém. No dia 5 de Junho é distribuído um *Diário do Governo* contendo um diploma assi-

nado ainda, em conjunto, por Bernardino Machado e Cabeçadas: e no documento reconhecem-se como revolucionários civis e militares os indivíduos constantes de uma lista anexa de cerca de 200 nomes. Há indignação nos meios militares: Carmona, Filomeno da Câmara, Raul Esteves, protestam junto de Gomes da Costa. De novo este recebe Cabeçadas. O diploma é suspenso, e é anunciado que em Conselho de ministros o chefe do governo proporá a sua revogação. Gomes da Costa decide então a manifestação de força que preparava. Estava concluída a concentração de efectivos em Sacavém. E em 6 de Junho, à frente das tropas, o velho general entra triunfalmente em Lisboa. Passa em revista as forças, dirige-se depois à tribuna, disposta na Avenida da República. Ali se encontram Cabeçadas, o governo, altos comandos, Núncio Apostólico e corpo diplomático. E aclamados por densa multidão desfilam cerca de 15 000 homens de todas as armas e de todo o país. Estava materialmente vitorioso o *movimento* militar.

No dia imediato, a 7, Gomes da Costa toma posse das funções de ministro da Guerra e interino das Colónias. Transfere-se agora o *movimento*, encerrada a fase militar, para o plano propriamente político. Gomes da Costa declara ao *Diário de Lisboa*: «*A parada militar de ontem foi o mais belo espectáculo que se podia oferecer à capital do país, depois de um movimento que visa remodelar, completamente, todo o sistema político e administrativo.*» Esta era a chave do problema: a completa remodelação de todo o sistema político e administrativo. Cabeçadas não o entendia bem assim. Uma parte da imprensa começava a atacá-lo rudemente. Fernando de Sousa, na *Época*, não lhe poupava as suas setas; também é severa a *Acção Realista;* embora em termos mais moderados, o *Século* e o *Diário de Notícias* formulam as suas críticas; e o *Diário de Lisboa* escrevia que «*seria duma insensatez trágica que toda a força pública se unisse, em torno do mesmo grito de revolta, para, no fim de contas, nos reconduzir a um velho estado de coisas que, representando materialmente miséria, sob o ponto de vista patriótico signifique humilhação.*» Mas os dias vão decorrendo sem que haja uma clara definição de política. Cabeçadas avista-se com homens públicos de todos os matizes; mas muitos pertencem ao estado de coisas anterior

ao *28 de Maio*. Há suspeitas, intrigas, manobras de corredores e antecâmaras. A *Época* denuncia uma conjura, e afirma que se «*conspira à grande*» e que «*os filhos da viúva trabalham*». Ainda concentradas em Sacavém, as forças militares impacientam-se; oficiais de alta patente deslocam-se de unidade em unidade; e é lançada a ideia de um novo *triunvirato* militar, formado por Gomes da Costa, Carmona, Filomeno da Câmara. Continua a empalidecer a estrela de Cabeçadas. Em 14 de Junho, Gomes da Costa apresenta ao governo um extenso programa destinado a concretizar o pensamento da *Revolução*. No documento propõem-se alterações constitucionais (alargamento do mandato presidencial e da competência do presidente; secretários de Estado da escolha deste e perante ele responsáveis; representação nacional entregue à Câmara dos Municípios e à Câmara das Corporações); revisão das leis da família; autonomia da economia nacional; descentralização administrativa; valorização do trabalho nacional; organização corporativa de toda a economia; liberdade religiosa; reorganização do ensino em todos os níveis; reforço da ordem pública; industrialização do país. Suscita o documento discussão tensa, e o Conselho de Ministros fica paralisado. Segundo o *Diário de Lisboa*, um dos ministros teria dito a Cabeçadas: «*As tropas querem que V. Ex.ª saia a bem ou a mal.*» Aquele replica que não sairá a bem, e espera que o venham arrancar a mal. Há movimentos de forças militares; e a Gomes da Costa é, por aquelas, reafirmada a adesão incondicional. Decorrem os dias 15 e 16 de Junho em conversas, trocas de mensagens, agitação febril. E a 17 Gomes da Costa dá o passo perante o qual tanto hesitara: era verdadeiramente um golpe-de-estado. Envia de Sacavém uma carta a todos os ministros: menciona a oposição sistemática de Cabeçadas; todas as tentativas de conciliação haviam falhado; «*decidi-me ao uso da força*»; espera de todos que continuem a sua colaboração; e convoca-os para conferência no Quartel-General de Sacavém. E a Cabeçadas diz: «*Vejo-me assim dolorosamente coagido a desistir da colaboração de V. Ex.ª no Governo cuja presidência assumi, a fim de evitar a discórdia que já principiava a fermentar no seio do Exército, perturbando o meu comando pela sua acção imprudente e irreflectida, que preparava o fracasso do grande movimento nacional revolucionário*

de 28 de Maio.» E ao país dirige uma proclamação, dando conta do seu acto, e concluía: «*Em nome, pois, da Pátria, ergo de novo aquela espada que há quarenta anos a vem servindo na África, no Oriente e na Flandres, para de vez reabilitar, dignificar e nacionalizar a República.*» Como reagiram os ministros civis à carta de Gomes da Costa? Pela meia-tarde, Manuel Rodrigues chega de automóvel a Sacavém e entrega a resposta conjunta dos três ministros não militares. É sóbria e terminante: «*Os ministros civis foram chamados a exercer uma determinada acção administrativa e essa acção só se lhes afigura possível depois de resolvido o problema político. Ora este problema, nos termos em que foi posto, não é a eles que compete resolvê-lo. Nestes termos, os destinatários depõem nas mãos de V. Ex.ª os lugares que lhes confiaram, aguardando a solução definitiva do problema político.*» (1) Além de Manuel Rodrigues, firmavam esta carta Mendes dos Remédios e Oliveira Salazar. Cabeçadas entretanto responde a Gomes da Costa: reconhece a «*impossibilidade de resistir à sua imposição*» e deixa o governo «*certo de que as instituições republicanas não estão em perigo*». Manuel Rodrigues regressa a Lisboa; e, quebrando a solidariedade com os seus dois colegas, resolve ficar de momento na capital à espera de melhores dias. Mendes dos Remédios e Oliveira Salazar tomam o rápido, de volta a Coimbra, às aulas e à Universidade. E Salazar regista no seu livro de despesas: «*Política — Idas a Lisboa, hotel (eu e o secretário), gorjetas — 1 550$00*». Fora ministro das Finanças, efectivamente, durante cinco dias (2).

7

Para os amigos de Salazar, fora um desapontamento. Compreende a sua atitude o padre Cerejeira. Mas a outros pareceu que fora muito rígido, muito definitivo. Além disso, soube-se que

---

(1) Dado o estilo em que se encontra escrita parece de atribuir a Oliveira Salazar a redacção da carta.

(2) Mais tarde, em Julho, Salazar recebeu 1 050$00 como *honorários de ministro*. A sua fugaz aventura política custara-lhe assim 500$00. Em Lisboa Salazar hospedara-se no *Hotel Alliance*.

no dia seguinte Gomes da Costa, numa conversa telefónica, insistira fortemente com Salazar para que este permanecesse nas Finanças. É certo que a conversa, por motivos técnicos ou porque alguém a cortou, fora interrompida antes que os interlocutores tivessem chegado a uma conclusão; e Gomes da Costa não procurara novo contacto. Mas como exemplo de outra posição estava Manuel Rodrigues, que tomara depois da carta do dia 17 de Junho uma atitude menos intransigente, menos obstinada: após uma rápida ida a Coimbra, tornara a Lisboa e reentrara no novo governo que se constituiu a 19, de novo na Justiça. Mais afectados do que todos, haviam ficado os pais de Salazar. Tio António Feitor, com os seus oitenta e sete anos, sentira-se sobretudo orgulhoso, envaidecido, e através da ascensão do filho julgava-se também promovido na escala social, na sua qualidade de *pai de um ministro*. Maria do Resgate, a caminho dos seus oitenta e um, e sempre com a vida por um fio, via-se principalmente frustrada nas ambições altas que nutria para o seu único rapaz. Aconselhara-o a que aceitasse: «*se te pedem, é porque precisam de ti, é porque o país precisa de ti.*» E fora com melancolia que soubera do desastre por que se saldara a tentativa. Algumas folhas da Beira-Alta declararam-se «*entristecidas*» quando Salazar recusou por doença; e depois, quando aceitou, afirmaram-se «*orgulhosas*», ficando a «*aguardar novos triunfos, conquistados pela sua grande e formidável inteligência e pelo seu profundo saber.*» E grande foi a desilusão dos santacombadenses com o desfecho da breve aventura política.

Salazar regressou à rotina da Faculdade e do Vimieiro. No entanto, dir-se-ia que não era o mesmo homem. Ao padre Cerejeira confidenciava que se sentia orgulhoso da sua atitude: ou era ministro das Finanças nos seus próprios termos, e então poderia desempenhar papel de valia, ou não o era de todo. Para mais, ficara patente a sua isenção, o seu desapego: e isso dizia bem com a modéstia que se impunha e com a austeridade de que se rodeava. Nas camadas mais íntimas do seu ser, contudo, penetrava qualquer coisa de novo: ainda indefinível talvez: mas novo. Acompanhava os negócios públicos com um interesse mais ostensivo, intervindo mais nas conversações, era mais incisivo nos comentários. E depois, tendo horror e aversão a Lisboa, aceitou

uma comissão que o compelia a frequentes deslocações à capital. Antes de se instalar naquele verão em Santa Comba, veio mais de uma vez a Lisboa: aqui passou dois dias em Julho: e de novo ali se deslocou em duas ocasiões entre 1 e 8 de Agosto. Frequentava então o ministério das Finanças, e dava gorjetas substanciais aos contínuos. Já não continuaria a sentir que a política o haveria de fazer infeliz, como cinco anos atrás escrevera a Glória Castanheira?

8

Tinha agora o *movimento* um só chefe incontestado, que podia imprimir unidade de vistas e de acção. Talvez por isso reagiram com mais vigor as forças do antigo regime. *O Rebate*, órgão do partido democrático, afirmava que se estava perante o sistema do «*posso, quero e mando*»; *O Mundo*, dos esquerdistas, declarava aceitar a situação porque «*não temos força para a derrubar, mas protestamos contra ela desde já*»; na *Batalha*, jornal da Confederação Geral do Trabalho, qualificava-se o governo de «*ditadura fascista*», contra o que se lutaria por todos os modos. A *Seara Nova* assumia atitude também hostil. A União Liberal, chefiada por Cunha Leal, tomava uma posição mais moderada: se aquele escrevera a Cabeçadas uma carta de apoio moral, afirmava por outro lado que admitia uma ditadura como necessidade política passageira: e a União não combateria assim o novo estado de coisas, pelo menos durante algum tempo. Em campo oposto se colocavam as *Novidades*, dos católicos, embora com alguma discrição; a *Época*, dos monárquicos manuelistas; o *Correio da Manhã*, dos monárquicos de outros matizes; e estavam também com a situação os integralistas e os da *Acção Realista*, que clamavam haver finalmente chegado a *vida nova*. Deste modo, o *28 de Maio*, nesta fase, tinha apoio entusiástico dos conservadores, a benevolência colaborante dos centristas e moderados, a hostilidade dos democráticos e de todos os esquerdistas. Na massa geral da opinião pública, todavia, podia observar-se uma atitude de aceitação, mesmo de apoio também: havia pelo menos um

alívio pelo fim de um estado de coisas, que a grande número se tornara insuportável, e uma esperança quanto ao futuro.

Não deixou esta esperança, no entanto, de sofrer a curto prazo algum abalo. Havendo-se investido nas funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, Gomes da Costa dispunha da totalidade do poder. Mas em pouco foi perceptível que as faculdades do velho soldado não frisavam com as exigências dos cargos. Fora o general pessoalmente um bravo, e os seus pares reconheciam-lhe competência militar; impunha-se até pela sua figura física; mas agora estava claramente num declínio que era sublinhado pela inconstância, pela contradição, pela irascibilidade, até por perdas de memória. Nos últimos dias de Junho, no seio do novo governo, era tensa a atmosfera, e os meios militares reflectiam o ambiente criado. E em Julho, a 6, deflagra a crise. Neste dia, Gomes da Costa demite abruptamente os ministros do Interior, dos Estrangeiros e das Colónias — António Claro, Carmona e Ochoa — e nomeia-se a si próprio para a primeira pasta, e para as duas últimas escolhe Martinho Nobre de Melo, o sonetista de Coimbra e antigo sidonista, e João de Almeida, o herói de campanhas em África.

Foi pronta a réplica dos sectores militares e de quantos os seguiam. Os demais ministros, incluindo Manuel Rodrigues, solidarizaram-se com os demitidos: exceptua-se Filomeno da Câmara. Representantes das forças armadas procuram Gomes da Costa, no dia 7, e intimam-no a entregar o governo, embora mantivesse as funções de chefe do Estado. Da deputação militar fazem parte figuras prestigiosas: Sinel de Cordes, Raul Esteves, Schiappa de Azevedo, Mousinho de Albuquerque, Luís Domingues. Obstinadamente recusa Gomes da Costa: e percorre várias unidades na busca de um apoio que não encontra. Solicitado a abandonar Belém, nega-se, sem embargo dos pareceres conciliatórios de alguns amigos, como Nobre de Melo e o Padre Sousa Peres. Resolve então o novo governo, já reunido sob a presidência de Carmona, mandar prendê-lo; e a voz de prisão é-lhe dada às 6 horas da manhã do dia 10 pelo General Camacho. Conduzido ao forte de Caxias, é depois transferido para a Cidadela de Cascais; e a 11 embarca com destino a Angra do Heroísmo, onde se lhe fixa

residência. Em pouco mais de um mês, e fiel às leis da história, a revolução devorara os seus próprios filhos.

Fragoso Carmona, cujo prestígio no Exército Gomes da Costa minimizara, organiza governo somente com personalidades envolvidas nos últimos acontecimentos: era a quebra definitiva com o anterior regime. Manuel Rodrigues regressava à Justiça; Passos e Sousa tomava a Guerra; João Belo, as Colónias; Jaime Afreixo, a Marinha; Artur Ivens Ferraz, o Comércio e Comunicações; e as Finanças, que Filomeno da Câmara (1) preenchera após a saída de Salazar, eram entregues ao general Sinel de Cordes. Verdadeiramente, entrava numa terceira fase o *movimento* do *28 de Maio;* a da *ditadura militar.*

9

Continuavam monotonamente as Finanças a constituir problema central no país, e o novo governo, da chefia de Carmona, não podia ficar-lhe alheio sob pena de não se acreditar na opinião pública. Sinel de Cordes, que um pouco na sombra fora grande impulsionador na destituição de Gomes da Costa, era oficial de prestígio militar e, além disso, havido como muito habilitado em administração pública; e a sua nomeação para a Fazenda foi saudada com esperança ou expectativa. Duas ideias foram postas em prática, logo de início: a negociação de vultoso empréstimo externo e o estabelecimento de uma comissão para «*elaborar as bases para a revisão e remodelação das contribuições e impostos do Estado, com excepção das aduaneiras*». Do primeiro problema foi incumbida uma missão, da chefia do próprio Sinel de Cordes, que se deslocou ao estrangeiro para realizar contactos e sondagens. A comissão para se ocupar de contribuições e impostos foi nomeada em despacho de 24 de Julho de 1926, e a sua presidência era atribuída a Oliveira Salazar (2).

---

(1) Gomes da Costa escolhera-o apesar de não ser um dos *puros* do movimento. Com efeito, Filomeno da Câmara era membro e pertencia ao Directório do Partido Nacionalista, da chefia de Ginestal Machado.

(2) «Diário do Governo», n.º 186, 2.ª série, de 10 de Agosto. Além de Salazar, constituíam a comissão, como representantes de departamentos

A missão ao estrangeiro negociou em Paris e em Londres. Abordou banqueiros e altas figuras da finança internacional. Mas foi sobretudo em Londres que se examinou mais a fundo a eventualidade de um largo empréstimo externo a Portugal. Era banqueiro do Estado português, na praça de Londres, a casa *Baring Brothers* (1), e foi em torno desta, e com o governo inglês, que principiaram as negociações. Estas foram conduzidas dentro do maior segredo, e no país nada transpirava. Todavia, Oliveira Salazar estava informado da substância das conversas: com efeito, da missão fazia parte o seu grande amigo Mário de Figueiredo: e este, de Paris e de Londres, escrevia com frequência a Salazar. Mas Salazar mantinha-se céptico, e não parecia esperar resultados sérios. Com boa disposição, e alguma ironia, dizia a Mário de Figueiredo: «*O patriotismo que também fica mal não ter em certas proporções leva-me nesta carta particular a formular o desejo de que a missão seja feliz perante o governo inglês e que para o Tesouro resulte algum bem das libras que gasta contigo. Não se sabe aqui uma palavra do que tens feito nem das dificuldades que terás encontrado. Nos jornais não vi a menor referência à vossa missão e particularmente nada tenho ouvido a esse respeito.*» (2) E na verdade aquelas sondagens não foram satisfató-

---

públicos e entidades privadas, os vogais seguintes: Figueiredo e Melo, Carvalho da Silva, Belchior de Figueiredo, Eduardo Correia de Barros, Eduardo Rodrigues, Almeida Teixeira, Almeida Novais, José Maria Ludovice, Levy Marques da Costa, Guimarães Pestana, Moisés Amzalak, Silvino da Câmara.

(1) Refeita das vicissitudes por que passara, inclusivamente a suspensão de pagamentos, a casa *Baring Brothers* reganhara o seu prestígio. Ainda hoje (1977) aquela instituição de crédito continua a ser o banqueiro do Estado português na praça de Londres.

(2) Por ter sabor e dar uma *atmosfera* do seu grupo de amigos, transcrevo na íntegra esta carta de Salazar para Mário de Figueiredo: «*Meu caro Mário, uma tormentosa e assada vida (ao calor que está) não me tem deixado agradecer-te as tuas notícias, o teu postal de Paris e a tua carta de Londres que muito me interessou. Não mostrei esta a ninguém nem a mostrava sobretudo ao Beleza, que vem delirante do estrangeiro — um tudo nada como o Manuel em Lisboa — porque certamente te batia à chegada. Estar a desejar Viseu quando em Londres, deve ser uma coisa imperdoável para ele, perfeitamente integrado na civilização. Acho bem que vejas tudo*

rias (1), e Sinel de Cordes resolveu então negociar o empréstimo directamente com a Sociedade das Nações.

Na comissão a que presidia trabalhou Salazar arduamente. Depois dos primeiros contactos em fins de Julho e princípios de Agosto, no entanto, passou o resto do verão na sua aldeia. Continuou os seus muros; comprou mais um lameiro; mobilou com mais preço as casas do Vimieiro; construiu uma adega; aos quintais e leiras fazia-os cobrir de latadas; e mandava plantar pés de bacelo novo. Estava muito interessado na biografia mística de Santa Teresa de Lisieux, e insistia em que lhe remetessem de Paris o *Récit d'une soeur*, de Cranen. Mas em Outubro dedicou-se seriamente ao seu cargo de presidente da Comissão. Apesar do estado de saúde de Maria do Resgate, sacrificou muitas das suas habituais idas a Santa Comba. Naquele mês deslocou-se por três vezes a Lisboa, com demora de dois ou três dias. Estabe-

---

o que haja de melhor para ver: tens a vantagem de ficar sabendo que para além disso não há mais nada — o que é um sossego de espírito — e de gastar as libras que haviam de te pesar no bolso cá em Portugal. E de desejar entretanto que não excedas as 8 oficiais, o que te dispensará de sacares sobre as reservas que aqui tens — Revista e ordenados que se encontram às ordens. O patriotismo que também fica mal não ter em certas proporções leva-me nesta carta particular a formular o desejo de que a missão seja feliz perante o governo inglês e que para o Tesouro resulte algum bem das libras que gasta contigo. Não se sabe aqui uma palavra do que tens feito nem das dificuldades que terás encontrado. Nos jornais não vi a menor referência à vossa missão e particularmente nada tenho ouvido a esse respeito. Estou ainda em Coimbra uns dias morto por fugir. O Doutor Reis vai também sair mas não diz para onde... O Vital foi ontem para a Serra. O Beleza vem a Coimbra de quando em quando para a revisão do Cód. Proc. Criminal e foi ontem para Lisboa tratar do Angola e Metrópole, na parte respeitante ao — ? — que foi pronunciado sem fiança, não se indicando nenhum facto concreto. Estou sucumbido com isto. Adeus. Um grande abraço de afectuosa estima do mto amigo. a) Oliveira Salazar. 10-8-1926.» Parece curioso destacar desta carta: *a)* o desdém de Salazar pelo estrangeiro; *b)* a sua ironia perante o embevecimento que os seus amigos mostravam pelas terras alheias; *c)* o *delírio* que Manuel Rodrigues não escondia por ser ministro da Justiça, o que faria sorrir Salazar.

(1) Algumas vantagens obteve, no entanto, quanto à redução da dívida de guerra contraída para com o governo inglês e quanto à forma do seu pagamento.

lecia contactos, alargava os seus conhecimentos no meio político e militar. Mas em Novembro o estado de saúde de Maria do Resgate agravou-se sem remédio, não obstante os cuidados clínicos de Bissaia Barreto e do Dr. Oliveira Massano, e a 9 Salazar seguia com urgência para Santa Comba. E a 17 morria Maria do Resgate, um pouco além dos seus oitenta e um anos. Desaparecera a Tia Mariquinhas. «*No funeral que se realizou no dia seguinte incorporaram-se todas as individualidades de representação desta vila e povos limítrofes e todo o povo do Vimieiro. Foi modesto, muito modesto como fora a vida da extinta; todavia não deixou de traduzir uma grande manifestação de pesar e de homenagem à Dor, experimentada pelo marido e filhos.*» No transe, compareceram no Vimieiro os grandes amigos de Salazar: o padre Cerejeira, o Bissaia Barreto, o Nosolini, os Dinis da Fonseca, representantes de grandes famílias, colegas da faculdade; e Maria do Resgate foi a enterrar, em campa rasa, no cemitério do Vimieiro, junto ao adro e à Igreja de Santa Cruz, atarracada, sem estilo, perdida entre pinhais. Salazar chamou Cerejeira de parte, lamentou-se angustiado. «*Não posso ir ao enterro de minha mãe.*» Cerejeira perguntou-lhe: «*Por que não hás-de ir?*» E aquele explicou: «*É que há oito dias que estou de pé, sem me deitar ou sentar um instante, e não posso andar.*» Mas foi, apoiado em Cerejeira. Recebeu numerosas condolências; e a agradecê-las despendeu, apenas em telegramas, mais de 300$00. Em 25 de Novembro, o Conselho da Faculdade consigna em acta um voto de pesar. Salazar mantém-se em Santa Comba até 27. Mas dois dias depois volta a Lisboa, e retoma os trabalhos da Comissão.

Entretanto, não era pacífica a vida do governo de Carmona. Em 11 de Setembro, o capitão Alfredo Chaves, na vila de Chaves, subleva-se com forças exíguas, mas rendia-se em algumas horas. E menos de um mês mais tarde desenha-se um golpe-de-estado, impulsionado pelo coronel João de Almeida: este seria o chefe do governo e Carmona seria o chefe do Estado, com funções honoríficas. Mas também o governo jugulou essa tentativa, e Almeida era preso em 8 de Outubro. Chaves foi condenado a ano e meio de prisão; mas João de Almeida, atentos o seu valor militar e lealdade de procedimento, foi absolvido. De tudo saiu reforçada a posição do governo, e particularmente a de Carmona,

cujas qualidades de tacto, de cortesia, de firmeza serena, de trabalho aturado se impunham a um respeito crescente. E a 16 de Novembro, embora a título interino, era entregue a Carmona a Presidência da República, sem prejuízo da chefia do governo, mas sem neste ocupar qualquer pasta. Toma conta da Guerra Passos e Sousa.

Parecia produzir-se, para o termo de 1926, alguma acalmia política [1]. Mas tudo foi perturbado pela situação interna. Aquela acalmia transformou-se em profunda agitação. Não desarmavam as velhas facções, e as suas forças coligavam-se contra a ditadura. Entre fins de 1926 e princípios de 1927 foi desencadeada uma primeira ofensiva. Os directórios dos agrupamentos políticos fizeram entregar, nas mais importantes representações diplomáticas acreditadas em Lisboa, um documento em que se arguia de ilegal a realização de um empréstimo externo, que era da competência exclusiva do poder legislativo, e por isso os partidos, quando rega-

---

(1) Tem algum interesse uma carta de Manuel Rodrigues, ministro da Justiça, por esta altura também dirigida para Londres a Mário de Figueiredo. É este o seu texto integral: «*Meu querido Mário, recebi as tuas duas cartas. Não as agradeci nem respondi logo porque tenho tido o tempo todo tomado com a política. A política agora acalmou. Os amigos da situação já nos não criam dificuldades... porque não podem... os integralistas e radicais, bem entendido. Os inimigos por enquanto nada podem fazer, e é possível que mais tarde nada consigam. O governo, apesar da campanha de silêncio dos jornais, está a conquistar a opinião pública pelas medidas de moralização que tomou. Continuo a ter uma grande oposição por parte das magistraturas; já publiquei um decreto que condiciona o ingresso no quadro dos juízes por concurso público. Os delegados quiseram fazer um comício em Coimbra. Logo que o soube telegrafei às Procuradorias a saber quem tinha tomado a iniciativa e com certeza vão ser transferidos os delegados das varas do Porto. Espero Beleza hoje. O teu cunhado foi para Tondela. Não te escrevo mais porque estou doente. Aí frio? Aqui um calor doido. O F. Vital esteve para ir à Sociedade das Nações, mas o M. dos Estr. resolveu outra coisa... Adeus. Um grande abraço e continua a informar-nos do que se passa aí. Do teu Manuel.*» Pressente-se aqui Manuel Rodrigues mergulhado em pleno *delírio* da política de Lisboa, como dizia Salazar na sua carta de data próxima, e percebe-se quanto o facto causava prazer a um temperamento de político que quase abafava a sua altíssima inteligência. Uma nota de provincianismo: a ideia de que em Londres faz *sempre frio*, mesmo em Agosto.

nhassem o governo, haveriam aquele por nulo e não assumiriam a menor responsabilidade pelos encargos contraídos. Cunha Leal, embora se opusesse ao empréstimo e criticasse o governo, não se solidarizou todavia com esta atitude: entendia que sobre um problema interno não cabiam apelos a estrangeiros. Mas a posição dos directórios partidários acabou por destruir algum resíduo de confiança acaso ainda existente nos meios financeiros internacionais. E em Fevereiro de 1927 agravou-se a situação no domínio militar e da ordem pública. Com efeito, no dia 3, iniciava-se no Porto uma sublevação revolucionária, e esta repetia-se em Lisboa no dia 7. Numerosas unidades estavam comprometidas, os revoltosos dispunham de forças consideráveis: as ramificações eram extensas e bem preparada a conjura: e os contingentes revoltados, sob a chefia do general Sousa Dias no Porto e animados por Armando de Agatão Lança em Lisboa, bateram-se com determinação. Mas o governo mostrou igual espírito resoluto, e contou com não menos importantes forças fiéis: e o próprio ministro da Guerra se deslocou ao Porto para orientar e impulsionar as operações. Manteve o governo nas suas mãos os centros vitais de municiamento e material; o facto, não tendo os sublevados obtido triunfo rápido, foi um dos factores decisivos; e, por outro lado, a falta de simultaneidade entre a revolta no Porto e em Lisboa permitiu ao governo combater uma e depois outra. Dominada a situação no Porto, rendiam-se no dia 9 as forças revoltosas em Lisboa, e pequenos surtos na província eram facilmente debelados. Saldou-se por muitas centenas de mortos e feridos e importantes danos materiais uma tentativa que se destinava a repor o sistema anterior ao *28 de Maio:* e as forças políticas e militares que a apoiavam ficaram na altura desmanteladas (1).

---

(1) Quando se lêem os relatos minuciosos da Revolução de 4 e 7 de Fevereiro, impressionam a galhardia, o brio, o pundonor pessoal, o respeito por ideias e sentimentos, a ausência de ódio, de que nem as forças governamentais nem as forças revoltosas jamais se alhearam, sem prejuízo da dureza da luta. Não era idêntica a atitude dos bandos de civis, que se intitulavam revolucionários. Além de Sousa Dias, podem apontar-se como chefes da revolução os nomes de Jaime de Morais, Sarmento Pimentel, Jaime Cortesão, Pereira de Carvalho.

10

Durante estes sucessos pelo país além, Oliveira Salazar manteve-se mais por Coimbra. Em Dezembro, não se deslocou a Lisboa para os trabalhos da Comissão, e apenas uma vez foi a Santa Comba: depois da morte da mãe, distraía-se mais com os seus livros, as suas aulas, a vida universitária, o convívio com os seus colegas. E também se preocupava agora mais com as irmãs. Marta, com os seus quarenta e quatro anos, continuava professora primária; Elisa, um ano mais nova, era de todas a mais enfermiça, e andava constantemente no caminho de médicos, quer em Santa Comba, quer em Viseu; Maria Leopoldina, com menos dois anos do que Elisa, passava a olhar mais pelos trabalhos domésticos; e Laura, que casara com Abel Pais de Sousa, tinha duas filhas e um filho, todos já bem espigados. Salazar cuidava particularmente de Elisa: e tomava para si os encargos com os seus tratamentos. Mas os fins-de-semana no Vimieiro deixaram de ser sagrados: e quando ali os passava, ido de Coimbra, era raro agora levar consigo as novidades da praça, os mimos de doce e fruta, as amêndoas, o açúcar, que sempre comprara para Maria do Resgate.

Com a entrada de 1927, Salazar retomou activamente a presidência da sua Comissão. Entre Janeiro e Maio são amiudadas as suas estadias em Lisboa, e em algumas demora-se quase uma semana. Voltava-se agora para problemas financeiros concretos. À *Revista de Legislação e Jurisprudência* envia um artigo relativo a «*Actualização de Foros*». E no *Boletim* da Faculdade publica um outro sobre «*A arrumação orçamental das receitas*». Este último é verdadeiramente um estudo. Depois do historial da arrumação das receitas nos orçamentos portugueses, e da sua crítica, Salazar defende a doutrina de que a arrumação das receitas não tem que obedecer a critério científico, mas prático; deve ser de *fácil leitura* e de *fácil compreensão;* e haverá que preservar *homogeneidade* entre os grupos *expressivos* e *bem marcados*. É um trabalho realista, e por isso conclui que «*o que aqui se encontra de investigação científica é pouco e sem valia para explicar o espaço ocupado*»; «*mas, ao lado das* verdadeiras, *as coisas* úteis

— *se esta o é — também têm o seu lugar.*» (1) E em 30 de Junho a Comissão submetia o seu *Relatório* ao governo: do documento era Oliveira Salazar o autor integral. Ao mesmo tempo, Salazar apresentava dez projectos de decretos, já em articulado, que continham uma reforma de algumas contribuições e impostos. Essa tentativa de reforma incidia sobre: *a)* contribuição predial rústica; *b)* contribuição predial urbana e Fundo nacional de construções e rendas económicas; *c)* imposto sobre o valor das transacções e contribuição industrial; *d)* imposto profissional; *e)* imposto sobre a aplicação de capitais; *f)* imposto complementar; *g)* contribuição de registo; *h)* disposições gerais; *i)* impostos municipais — imposto «ad valorem»; *j)* contencioso das contribuições e impostos. Todos os textos foram entregues por Salazar a Sinel de Cordes, e formulou então o pedido de que fossem publicados, no *Diário do Governo*, para conhecimento geral e crítica pelos especialistas; e deixou ainda exemplares para envio à imprensa de problemas financeiros. Mas Sinel de Cordes não satisfez o desejo de Salazar, e este não escondeu a sua mágoa e o seu agastamento. E em Julho exprimia os seus pontos de vista sobre tributação em entrevista ao *Diário de Notícias*, que este inseria a 14 daquele mês. E o jornal fazia preceder a entrevista de um preâmbulo onde o elogio de Salazar era feito em termos de figura nacional.

No plano político geral, e enquanto Salazar se dedicava cada vez mais a assuntos que corriam pelo ministério das Finanças, o governo começava a pensar em separar as funções de chefe de Estado das de chefe do Governo. Criado o lugar de vice-presidente do governo, foi para esse cargo designado Passos e Sousa, e a intenção era a de oportunamente elevar Carmona à Presidência da República. Mas tudo houve de ser adiado. Filomeno da Câmara tentou um golpe-de-estado, sem viabilidade ou propósito que não fosse pessoal; mas foi logo submetido; e o irrequieto comandante é afastado para São Tomé (2). Correu o rumor

---

(1) Editado posteriormente em separata: Oliveira Salazar, *Arrumação orçamental das receitas*, Coimbra Editora, Coimbra, 1928, 120 págs.

(2) Entre as intenções daquele oficial, ou dos que o apoiavam, estava a publicação de um número apócrifo do *Diário do Governo* demitindo todo o governo e nomeando-se a si próprio Presidente e ministro de todas as

de que os monárquicos, ou pelo menos os integralistas, pertenciam ao conluio; João do Amaral, um amigo de Salazar e antigo frequentador dos *Grilos*, repudia energicamente a insinuação em artigo n'*A Ideia Nacional*, que dirigia; mas o jornal é suspenso. E para mostrar domínio absoluto da situação, o governo, que já elevara Gomes da Costa à dignidade de marechal, autoriza o regresso a Lisboa ao herói do *28 de Maio*. Depois, são feitas modificações no governo: para as pastas do Interior, Marinha e Comércio entram o coronel Vicente de Freiras, Agnelo Portela e o general Ivens Ferraz: Carmona mantém-se na presidência, Sinel de Cordes nas Finanças e Manuel Rodrigues na Justiça: e os restantes transitam igualmente do gabinete anterior. Ao mesmo tempo, o governo reprime actos e organizações subversivos, e lançando a *Liga 28 de Maio* procura congregar e estruturar coerentemente as forças políticas que apoiam a ditadura militar. Havia ano e meio que se consumara o *movimento* de Braga.

Entregue o seu *Relatório* a Sinel de Cordes, e dada a sua entrevista ao *Diário de Notícias*, Oliveira Salazar afastava-se da política e, de momento, até do país. Concedia-se umas férias em França e na Bélgica. Com efeito, na segunda quinzena de Agosto de 1927, resolve partir com dois grandes amigos, o padre Cerejeira e o professor Beleza dos Santos. Tomam o comboio para Paris. Mas Cerejeira decide ficar no sul da França para visitar, como peregrino, o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes. Salazar e Beleza dos Santos prosseguem viagem. Em Paris, admiram os lugares e monumentos clássicos; mas Salazar isola-se muitas vezes; e nos meios de transporte públicos percorre Paris ao acaso e sem destino, perdendo-se e misturando-se entre o povo anónimo. Interessa-se por obras sociais; e na zona industrial a norte da cidade inspecciona um instituto social para operários e operárias, em que aqueles eram ensinados a ser bons chefes de família e aquelas

---

pastas. Surpreende que homens de grande inteligência, como Fidelino de Figueiredo ou o tenente Henrique Galvão, hajam seguido F. da Câmara numa atitude pelo menos ingénua. António Ferro, cujas ligações com F. da Câmara são conhecidas, e o capitão David Neto, são também presos na altura, como implicados. Foi este golpe-de-estado que ficou conhecido pelo «*Golpe dos Fifis*».

a ser boas donas de casa. Depois, Salazar passa à Bélgica. Visita Bruxelas. Desloca-se a Liège. E aqui participa activamente num Congresso da Juventude Católica Belga. Nos primeiros dias de Setembro de 1927 está de novo em Santa Comba [1].

Mas as finanças do país continuavam a constituir o problema central, e Sinel de Cordes mantinha a sua obsessão de um considerável empréstimo externo. Por desconfiança quanto à situação portuguesa, haviam falhado as sondagens feitas em Paris e sobretudo em Londres: nem o governo britânico, nem o Banco de Inglaterra, nem a casa *Baring Brothers*, nem os círculos financeiros internacionais estavam dispostos a correr os riscos que viam na operação. Sinel de Cordes retoma então a ideia de se dirigir à Sociedade das Nações. Praticamente, neste particular, todo o ano de 1927 é consumido em contactos e sondagens junto do organismo genebrino, e nos fins daquele ano dir-se-ia que o empréstimo seria efectuado. Falava-se em doze milhões de libras esterlinas. A opinião pública apaixonou-se pelo tema. Em sucessivas entrevistas à imprensa Sinel de Cordes mostrava-se optimista, e procurava esclarecer o país; mas fazia-o com um hermetismo que suscitava dúvidas; e, sem nada elucidar, obscurecia o problema. Delegações técnicas portuguesas deslocavam-se a Genebra. E peritos financeiros internacionais dos mais cotados, ao serviço da Sociedade das Nações, vieram a Lisboa para aprofundarem o exame do estado da tesouraria portuguesa. Do mesmo passo manifestavam-se antigos políticos democráticos. Exilados em Paris, constituídos na *Liga de Defesa da República*, Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos e Jaime Cortesão procura-

---

(1) Durante toda a carreira política de Salazar persistiu na opinião pública, a seu respeito, a imagem de *quietude*, de *imobilidade física*, de *homem que nunca se desloca do mesmo local*. Essa imagem não corresponde à realidade. À parte os tempos do seminário e do Colégio da Via Sacra, em que as suas deslocações se limitavam naturalmente ao Vimieiro, poderá dizer-se que, a partir da sua ida para Coimbra, raramente se encontrará Salazar por mais de uma semana seguida no mesmo local. Pelo contrário: o que impressiona é o seu constante viajar. E os períodos mais longos no mesmo sítio, era na sua aldeia que os passava. A quietude física de Salazar apenas se verificou depois de 1928, com a entrada para o governo, e mesmo assim essa quietude física foi menor do que geralmente se supõe.

vam opor-se ao empréstimo, e escreviam à Sociedade das Nações para afirmar, como o haviam feito junto de embaixadas estrangeiras em Lisboa, que uma vez no poder repudiariam todas as responsabilidades pelo empréstimo (1). Cunha Leal, como chefe da *União Liberal Republicana*, continuava a condenar o empréstimo também; mas fazia-o junto do governo português e perante a opinião pública nacional; e verberava os membros da *Liga de Paris* que, ao apelar para estrangeiros, haviam assumido atitude que considerava antipatriótica. Mas, ao fim e ao cabo, todas as conversas e negociações foram em vão. Os peritos da Sociedade de Genebra puseram as suas condições: consignação de receitas e, sendo Portugal faltoso, fiscalização externa da administração financeira do Estado português. Estremeceu de brio o orgulho ferido da nação: e Sinel de Cordes houve de curvar-se à evidência. Eram «*condições de ignomínia*», confessava o ministro. Mas exprimia com apego uma esperança de obter, em futuro próximo, a revisão dos termos duros postos pela Sociedade das Nações (2).

Oliveira Salazar acompanhava muito de perto, e com minúcia, a gestão financeira de Sinel de Cordes. Nos fins de 1927, a 30 de Novembro, assinava nas *Novidades* um editorial em que analisava, de forma global, a conta do Estado relativa ao ano financeiro de Julho de 1926 a Junho de 1927. A partir do «deficit» da gerência — 689 mil contos — tecia considerações sobre a cobrança das receitas e a sua previsão, para concluir pela necessidade de impor sacrifícios ao país e de se adoptar outra orientação quanto à política de despesas. Em 1 de Dezembro publicava novo artigo. E então continua uma série de outros, aparecidos em 4, 6, 10, 17 e 21 daquele mês. Em termos formalmente moderados, numa linguagem acessível e num ponto de vista técnico, Salazar

---

(1) Nesse sentido, dava Afonso Costa uma entrevista ao *Quotidien*, em Junho de 1927; e nos corredores da Sociedade das Nações manobrava o escritor António Sérgio, que procurava sobretudo apoio junto de Paul Boncour.

(2) Eram de alta categoria política os vultos que compunham a *comissão restrita* encarregada de examinar o empréstimo a Portugal: Briand pela França; Stresemann, pela Alemanha; Chamberlain, pela Inglaterra; Preccope, pela Finlândia; Scialoja, pela Itália.

aprecia criticamente a política financeira do governo e a execução do orçamento por Sinel de Cordes. Em particular, salienta uma «*política de fomento nula ou extraordinariamente reduzida*». E de maneira indirecta faz um apelo à limitação das depesas públicas que apenas julga viável, todavia, com uma mudança radical da orientação do Estado. De outra maneira, «*a redução das despesas públicas é um problema politicamente insolúvel.*» (1)

Esta série de artigos, de comentário a um problema nacional candente, ligava o nome de Salazar ao debate dos negócios públicos e acreditava-o como autoridade numa matéria cuja complexidade era reconhecida por todos. Mas nos começos de 1928 o professor de Coimbra resolveu dar um passo em frente, e entrar num terreno que suscitava a mais áspera celeuma: a questão do empréstimo solicitado à Sociedade das Nações. Efectivamente, a 3 de Janeiro e sempre nas *Novidades*, Oliveira Salazar publicava um artigo intitulado «*O empréstimo externo*». Não se pronunciava sobre a sua oportunidade ou conveniência: encarava somente o aspecto financeiro: mas do artigo deduzia-se a sua hostilidade ao empréstimo. Condenava a especulação política feita em torno do assunto: mas sublinhava a esperança de que não fosse permitida ingerência estranha na vida da Nação e de que os factos não viessem a exceder as intenções do governo. Depois, Salazar analisava a situação do tesouro português, e o comportamento deste em face do empréstimo. Era de 12 milhões de libras o montante previsto para aquele. Se se pretendia consolidar a dívida flutuante, e atingindo esta cerca de 2 milhões de libras, ficava o empréstimo logo reduzido a 10 milhões. «*Por outro lado, o «deficit» da última gerência galgou quase para 700 mil contos, e os meses decorridos desta, de que já se conhecem as contas, revelam que ele pode muito bem atingir este ano o mesmo montante. Supondo que as colónias dispensam os largos subsídios que o ano passado receberam, ou que o seu financiamento se faz por forma diferente, o «deficit» não baixará muito de 500 mil contos, o que é o mesmo que gastar em dois anos os restantes dez milhões de libras, à*

(1) Publicados nas «*Novidades*», estes artigos nunca foram reunidos em separata ou brochura. Pelo menos, nada encontrei nesse sentido. Mas foram reproduzidos em *Anais da Revolução Nacional*, II, págs. 137 a 158.

sua cotação actual.» Ora não se previam nem «*grandes nem pequenas obras de fomento.*» E «*o esquema delineado acima repousa, como se viu, na permanência das condições actuais, e quer portanto dizer que, se paralelamente à operação do empréstimo — e eu creio que era preferível ser antes dele — se não tenta conquistar, à custa dos maiores sacrifícios, o equilíbrio orçamental, os milhões que venham a ceder-nos não serão mais que um alívio momentâneo, a ocasião de alguns negociozinhos privados e uma causa de maiores ruínas para todos nós — mas não um princípio de regeneração económica e financeira.*» Concluía Salazar por analisar a situação da Alemanha, Checoslováquia, Bélgica, Polónia, França, Inglaterra e Áustria e por afirmar que, em tais casos, empréstimos semelhantes haviam produzido bons resultados porque *previamente* se tinham criado as condições apropriadas. E com este artigo, e pronunciando-se contra o empréstimo, salvo se este fosse contraído *depois* de obtido o equilíbrio orçamental e pagas as dívidas, Salazar lançava-se abertamente na arena de uma viva controvérsia, que trazia exaltada a opinião pública. Suscitou assim comentários apaixonados, e provocou o agastamento de Sinel de Cordes, sempre obcecado pela realização do empréstimo. Salazar tornava-se numa figura da política portuguesa.

II

Em 1927, convidado por D. Manuel da Conceição Santos, Arcebispo de Évora, chegava a esta diocese o padre Mateo Crawley (1). Filho de pai inglês e mãe espanhola, o padre Mateo tinha nacionalidade americana; fizera apostolado no Peru; passara depois ao Chile; e na Universidade Católica de Santiago desempenhara papel de relevo. Fora atingido por doença grave, capitulada pelos médicos de incurável; mas restabelecera-se; e considerava-se miraculado do Sagrado Coração de Jesus. Fez votos de pregar em todo o mundo a devoção ao Coração de Jesus, e a misericórdia e a caridade. Tornara-se um dos mais íntimos confidentes do

(1) De seu nome completo: Mateo Crawley-Boeevey.

Papa Pio XI. Justamente este Pontífice proclamara o Reinado Social de Cristo, e enviava pelo mundo padres da sua confiança a disseminar a ideia do Cristo-Rei. Místico, eloquente, persuasivo, altamente inteligente, o padre Mateo foi um dos escolhidos por Pio XI. Ao mesmo tempo, e a título secreto, Mateo estava encarregado de informar confidencialmente o Papa sobre a situação da Igreja nos países visitados e sobre personalidades que, em cada país, pudessem servir a causa daquela. Com esta missão veio a Portugal, e propunha-se pregar nas dioceses portuguesas. Começou pela de Évora, de harmonia com o convite do seu Arcebispo, e logo entre o clero nacional se disseminou a sua fama.

Chegou a Coimbra, e aos *Grilos*, o nome do padre Mateo, e o padre Gonçalves Cerejeira decidiu ir a Évora escutar a pregação do enviado de Pio XI e conhecer a sua personalidade. Esta impressionou-o; e por sua parte o padre Mateo apreciou a inteligência, a cultura humanística, as virtudes, a atitude combativa do sacerdote português. Depois, o padre Mateo passou à diocese de Coimbra, e albergou-se no Seminário. Mas adoeceu, em virtude de forte resfriado; e como no Seminário não existissem condições para tratamento eficaz, o padre Cerejeira convidou-o para os *Grilos*. Aí lhe prepararam aposentos, e Mateo beneficiou também dos cuidados da governanta Maria de Jesus. Restabeleceu-se. Mas por sugestão de Cerejeira, e com o aplauso de Salazar, Mateo não abandonou os *Grilos*.

Instalado nos *Grilos*, tornou-se num íntimo de Cerejeira e de Salazar. Com ambos discutia a situação político-religiosa em Portugal e os problemas da Igreja, da *acção católica* e do *Centro Católico;* e por intermédio da visão que aqueles lhe transmitiam fazia o seu juízo sobre os homens e as coisas portuguesas; e informava Pio XI. E a missa nos *Grilos* era agora muitas vezes celebrada por Mateo. Salazar ajudava, Cerejeira assistia, outros amigos acorriam de vez em quando. E de Salazar e de Cerejeira passara o padre Mateo a ser o confessor, mesmo o guia espiritual e moral. Se Salazar se sentia impressionado com o padre Mateo, este por seu lado sentia-se fascinado com a inteligência daquele, a sua força de vontade, o vigor das suas convicções, a sua lucidez, a austeridade do seu porte. Eram intermináveis as conversas e as discussões entre os ocupantes dos *Grilos*.

Exercia o padre Mateo alguma ascendência sobre Oliveira Salazar. Penetrara no conhecimento da sua personalidade recôndita; tratava-o paternalmente por *tu;* e não se coibia de lhe dirigir as suas críticas e os seus conselhos. E numa noite dos começos de 1928, quando os três amigos conversavam debruçados à varanda dos *Grilos,* Mateo volta-se para Salazar, passa-lhe brandamente a mão pelo rosto em jeito de festa carinhosa. E diz-lhe: «*A mim não me enganas. Por detrás desta frieza, há uma ambição insaciável. És um vulcão de ambições.*» Salazar não reagiu.

12

Com o seu artigo sobre o empréstimo externo, na sequência dos outros em que apreciara a política financeira do governo, Oliveira Salazar lançara-se, espectacularmente e deliberadamente, no centro da polémica que agitava o país. Foi sem perda de tempo aproveitada a sua atitude pelos adversários do empréstimo: e a *Liga* de Paris, em carta, sublinhava junto da Sociedade das Nações que Salazar havia condenado em público o recurso ao empréstimo. Decerto: Salazar abstivera-se de se pronunciar sobre os *aspectos políticos* da operação e refugiara-se nos *aspectos financeiros:* mas, à luz destes, o artigo de 3 de Janeiro implicava o seu repúdio [1]. A especulação feita em torno do artigo, todavia, excedeu os termos em que Salazar pusera a questão. E por isso este julgou-se obrigado a dirigir ao ministro das Finanças uma carta, que os jornais inseriram em 2 de Março, repondo o problema como o apresentara: mas não deixava de insistir na inutilidade do empréstimo se antes deste, ou simultaneamente com este, não fosse atingido o *equilíbrio orçamental.* Aliás, ajuntava, limitara-se a defender doutrina corrente, pelo que não compreendia os reparos.

---

[1] Cunha Leal continuava a repudiar o empréstimo externo e fazia-o em termos vigorosos. Em carta de 14-XII-27 ao Presidente da República, considerava o empréstimo uma humilhação e um perigo, e um pretexto para nos «*roubarem os domínios coloniais que herdámos dos nossos maiores*». Não duvidava do patriotismo do governo; mas observava que «*quase sempre os grandes erros históricos foram praticados com as melhores intenções.*»

Sinel de Cordes, entretanto, fizera divulgar uma longa nota oficiosa em que, sempre defendendo o empréstimo, refutava a argumentação da *Liga de Defesa da República* e dos políticos portugueses emigrados na Europa, particularmente em França, assim como indirectamente respondia aos ataques de Cunha Leal. Mas Cordes adoece, e é interinamente substituído por Ivens Ferraz; e a este compete prosseguir as conversas com a Sociedade das Nações. Desloca-se o ministro interino a Genebra, e as negociações são retomadas. Mas o Comité Financeiro da Sociedade é irredutível: continua a exigir a fiscalização das finanças portuguesas. Ivens Ferraz rejeita tais condições: e regressa a Lisboa sem o empréstimo. Na opinião pública é aplaudida a atitude briosa dos representantes nacionais, e Ferraz é recebido em triunfo pelo país. Mas a política financeira de Sinel de Cordes, baseada como era no empréstimo e não tendo conseguido alcançar o equilíbrio orçamental, saldava-se por um malogro (1).

Salazar não suspendera, porém, a sua actividade de comentador das finanças públicas. Ao artigo de 3 de Janeiro outros se seguiram. Em 14 daquele mês, as *Novidades* acolhem um editorial sobre «*Equilíbrio orçamental e estabilização monetária*». Em palavras cordatas mas claras, constituía uma crítica à acção do ministro das Finanças: demonstrava que sem equilíbrio orçamental não é viável a estabilização da moeda: e isso porque, se as contas públicas fecham com «deficit», as divisas são usadas para pagamentos do Estado no estrangeiro, ou o seu produto em moeda nacional gasto nas despesas correntes. E como se pagará o «deficit»? Com o clássico recurso a duas receitas clássicas: o empréstimo e a emissão de notas que o banco central lhe emprestará. Dias depois, a 25 de Janeiro, novo artigo de Salazar: «*Ainda o equilíbrio e a estabilização*». Repisava a sua tese. Apoiava-se «*numa entrevista do Sr. Dr. Ramada Curto*» em que este verberava o facto de «*pedir o País ao estrangeiro empréstimos em ouro*» quando os portugueses «*possuem dezenas de milhões de libras nos bancos que no-las hão-de emprestar.*» Ora o facto signifi-

(1) No termo da sua gerência, todavia, Cordes conseguiu impor algumas medidas de austeridade, que começaram a fazer-se sentir nos princípios de 1928.

cava uma desconfiança da Nação no Estado: sem confiança, continuariam a fugir os capitais, e não haveria estabilização monetária: e para esta, por outro lado, era indispensável o equilíbrio do orçamento. Tudo estava portanto ligado: e apenas se resolveria mediante a seriedade e a regularidade da administração. E após breve silêncio Salazar volta à gestão das finanças nacionais em dois artigos, de 10 e 14 de Fevereiro de 1928, ambos intitulados: «Deficit *ou superavit*». Analisando a execução do orçamento e as contas públicas, Salazar concluía pela existência de um «deficit» real, ao invés da impressão que o ministério das Finanças pretendia criar. Depois desta crítica, no entanto, prometia calar-se: «*eu não torno a dizer nada, porque o governo pode caprichar em fazer economias e deixar mal parados os meus créditos de* borda-d'água *financeiro. Mas deixá-lo! que o que eu perco não me faz falta, e o que o país lucra faz-lhe muito arranjo*». E no entanto Salazar não se conteve. Dez dias mais tarde produzia novo artigo: «*Consignação de receitas*». De novo, embora louvando alguns aspectos, criticava a orientação financeira do governo. Faz então uma pausa. Ocupa-se da reforma profunda da Caixa Geral de Depósitos, de que fora encarregado, e numa extensa entrevista concedida ao *Século*, a 21 de Março, explica a reorganização da Caixa, as economias em pessoal, os serviços que lhe ficam anexos; e elabora também o relatório desenvolvido que antecedeu o decreto que pôs a reforma em vigor (1). Mas em 4, 11 e 13 de Abril aparecem mais três artigos subordinados ao título de «*Medidas de Finanças*». Ivens Ferraz regressara de Genebra; consumara-se a falência do empréstimo externo; e o Conselho de Ministros, apreciando a situação, pensa lançar um empréstimo interno e tomar providências para realizar, a curto prazo, o equilíbrio orçamental. Salazar comenta o conjunto da situação. Regozija-se com o reconhecimento, não explícito mas na efectividade das coisas, de muitas das teses que defendera em artigos precedentes. Lembra os trabalhos, as recomendações, os projectos elaborados pela Comissão a que presidira: e com agastamento e ironia lamenta que nada haja sido publicado, ao contrário do que

(1) Decreto n.º 16 665, de 27 de Março de 1928.

solicitara: e verifica agora que o governo se aproveitou de algumas sugestões embora de forma incompleta. Depois desce a minúcias críticas: o pouco rendimento e má organização dos serviços; os desperdícios no pessoal e no material; a má estruturação do imposto de salvação pública; a irregular distribuição da carga tributária; o carácter antiquado do sistema de impostos. Mistura a sua competência técnica com a ironia, mesmo o sarcasmo por vezes. E termina: «*Mas não nos aflijamos, que tudo neste país costuma correr pelo melhor.*»

Entre adversários e admiradores causaram impressão os artigos de Oliveira Salazar. Discutiam-se algumas das suas teses. Mas não suscitavam dúvidas a sua competência, a sua autoridade na matéria, a clareza da sua exposição. Na cátedra de Coimbra, acreditara Salazar um nome, e alicerçara a sua fama de teórico prestigioso de economia e de finanças. Firmava-se agora como perito excepcional nos problemas práticos da administração financeira do Estado. De novo corria a ideia, sobretudo entre os mais novos e nos círculos militares, de se lhe entregar o ministério das Finanças: perante dificuldades que pareciam insolúveis procurava-se afanosamente quem pudesse operar um milagre. Por duas vezes, insta Passos e Sousa com o mestre de Coimbra para que aceite. E outros, em face dos numerosos artigos, perguntavam-se se Oliveira Salazar não estaria, no fundo do seu íntimo, apresentando e construindo a sua candidatura ao cargo de ministro das Finanças. Todavia, e acaso por julgar o momento ainda não propício, aquele mantém a sua recusa tenaz.

13

Salazar continuava, sem embargo do seu envolvimento na refrega política, a dar as suas aulas. Regia as suas cadeiras de *Finanças* e de *Economia Política* (1). Mas não descurava inteira-

(1) As suas lições de *Economia Política* apareciam em volume, publicado por Alberto Menano, segundo «*apontamentos coligidos das prelecções do Ex.mo Senhor Doutor Oliveira Salazar*», Coimbra, 1927.

mente o seu papel de doutrinador. Em 18 de Março de 1928, na União Operária de Coimbra, proferia uma conferência intitulada «*Duas Economias*» (1). Presidiu o Bispo-Conde, D. Manuel Coelho da Silva, e entre a assistência estava gente grada. Era uma festa de operários católicos, e Salazar adapta o seu texto à simplicidade dos seus ouvintes. Em termos muito acessíveis, compara e põe frente-a-frente duas economias: uma economia de produção e de consumo, dominada pelo conceito de riqueza, que permite satisfazer a ânsia do poder económico e o gozo dos prazeres da vida; e uma economia baseada na poupança, no desprezo pelas riquezas, na fraca intensidade de produção, na sobriedade da vida pública e privada. A primeira conduz pela riqueza ao materialismo da vida; pelo materialismo à corrupção; pela corrupção à miséria geral. Na segunda, os esforços que deveriam fazer-se para multiplicar as riquezas desenvolvem-se no sentido de as não gastar; não se produz, poupa-se; a riqueza não é para o homem a utilizar, mas para existir e ser conservada. Do confronto das duas economias conclui-se pela inferioridade de ambas: onde estará a verdade? Propõe um esquema de solução: criar as riquezas pelo trabalho intenso; consumi-las racionalmente, em harmonia com os princípios que presidem ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do homem; e tanto na produção como no consumo poupar pela economia, ou seja, respeitar o equilíbrio natural entre o fim e os meios, entre uma utilidade e a riqueza empregada para a obter. Se se examinarem estes pontos, teremos em primeiro lugar a *produção* de bens ou serviços úteis, e produzir exclui o parasitismo social daqueles que ganham sem criar riqueza; teremos depois o *consumo* da riqueza criada, mas de forma apropriada aos fins do homem e não com desperdício; e teremos por último a *poupança pela economia*, que deve resultar do equilíbrio entre uma utilidade e a quantidade de bens ou esforço necessário à obtenção

(1) Publicada em brochura: Doutor António de Oliveira Salazar, *Duas Economias*, Coimbra, Tip. Alves & Mourão, 1928, 30 págs., como separata do n.º 71 da revista *Estudos*, do *CADC*. Também reproduzida quase na íntegra no *Santacombadense*, números de 22 de Abril e de 6 de Maio de 1928; e largas referências foram feitas no *Notícias de Viseu*, com palavras encomiásticas. Igualmente publicada *in extenso* nas *Novidades*, de 29 de Março de 1928, com uma nota prévia de rasgado elogio ao autor.

daquela. Depois, considerando as economias nacionais, Salazar observa que «*a maior parte do consumo de um país faz-se incontestavelmente no seio da família*»; «*ora a economia familiar tem sido considerada como simples economia de consumo, quando de facto ela representa uma formidável economia de produção*»; e «*o conjunto destas economias familiares representa num país mais que qualquer indústria, por mais poderosa que seja.*» É assim a família, no plano económico além de outros, uma célula fundamental na economia de produção. E à luz dos princípios cristãos todas as economias devem obedecer a algumas regras básicas: o dever do *trabalho*, sobre o qual se há-de desenvolver a riqueza individual e colectiva; a sujeição do *consumo* a uma disciplina moral; e ter sempre presente que se impõe *produzir e economizar* ou *produzir muito e gastar bem*. E se em Portugal todos cumprissem estas máximas — trabalhar o *mais* que pudermos e o *melhor* que pudermos — ficaria facilitada a tarefa dos governantes.

14

De harmonia com a ideia de separar a chefia do Estado da chefia do governo, foi promulgada legislação criando as condições legais e políticas para que fosse eleito um Presidente da República. Candidato único, de incontestável popularidade no país, o general Fragoso Carmona recebeu cerca de 750 000 votos. Em S. Bento, a 15 de Abril de 1928, era proclamado Presidente da República. E o governo apresentava a sua demissão.

Para formar novo gabinete, e posto de parte o nome de Passos e Sousa, em que se chegara a pensar, Carmona chama o coronel José Vicente de Freitas. Este constitui governo a 18. Para a Justiça é escolhido um magistrado, Silva Monteiro: não é assim reconduzido Manuel Rodrigues, que por divergências com os colegas e vontade própria se demitira [1]; e para a Marinha e a Guerra

---

(1) Verdadeiramente, a demissão de Manuel Rodrigues foi motivada pela sua discordância do decreto que, entre outros institutos superiores, extinguia a Faculdade de Direito de Lisboa, de que aquele já era professor por transferência de Coimbra.

entram Mesquita Guimarães e Júlio de Morais Sarmento. Bettencourt Rodrigues continua nos Estrangeiros. E para a Instrução recorreu-se a Duarte Pacheco, director do Instituto Superior Técnico, e cuja inteligência fulgurante, capacidade de trabalho e dinamismo, lhe haviam conquistado prestígio entre a sua geração. Dado o malogro da sua política financeira, Sinel de Cordes não podia ser aproveitado para o ministério das Finanças. De momento não se encontrou um nome válido. E Vicente de Freitas tomou interinamente a pasta.

Logo que empossado, o novo governo dirige-se ao País. Apresenta um programa de onze pontos: manter a ordem pública; equilíbrio orçamental; revisão das contribuições para assegurar os justos rendimentos do Estado; remodelação dos serviços públicos; promulgação de um novo Código Administrativo; fomento nacional enquadrado em leis económicas sãs; estímulo à instrução em todos os níveis; reorganização das forças armadas, limitando os efectivos e as despesas; cumprimento do decreto sobre incompatibilidades; reorganização do serviço diplomático; e fomento geral da Metrópole e Colónias para rápido ressurgimento da Nação. Dir-se-ia que neste programa estavam espelhadas muitas das teses de Oliveira Salazar nos seus artigos das «*Novidades*». Mas aqueles onze pontos, para serem respeitados, supunham uma rigorosa administração financeira, uma gestão do tesouro feita com mentalidade nova, uma anuência da opinião pública aos sacrifícios indispensáveis. Para tanto, era imprescindível um ministro das Finanças que, pelo prestígio e pela competência, pudesse levar a bom termo a tarefa. E mais uma vez ocorreu o nome de Oliveira Salazar.

15

Vicente de Freitas pensa em Salazar para as Finanças. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, de 19 de Abril, responde ao jornalista: «*Ainda não está indicado o ministro efectivo dessa pasta. Mas tenho justificadas esperanças de que conseguirei prové-la em alguém da mais alta competência e que o País inteiro considera como um dos seus maiores valores intelectuais e técni-*

cos em assuntos financeiros.» E no mesmo dia Vicente de Freitas explicava ao *Diário de Lisboa* que a escolha do ministro das Finanças era o problema mais importante, e que a mesma caberia ao Conselho de Ministros no seu todo. Salazar mantém-se alheado. Carmona e o governo, no seu conjunto, não encontram figura a quem possam confiar as funções naquele momento decisivo da vida nacional e da *Revolução* do *28 de Maio*. E para convencer Salazar é despachado a Coimbra Duarte Pacheco, ministro da Instrução. Este chega a Coimbra, procura Salazar, e vai encontrá-lo a assistir à missa no Colégio Novo. Após a missa, têm ambos prolongada conversa. Salazar repete a sua recusa. Duarte Pacheco insta fortemente. Aquele reserva então a sua resposta definitiva, e promete telefonar para Lisboa durante o dia seguinte.

Pela tarde, Oliveira Salazar debateu o assunto com o padre Cerejeira. Este aconselha-o a aceitar. Depois, os dois amigos saem a passeio. Encontram Mário de Figueiredo e Bissaia Barreto. Dirigem-se todos para as margens do Mondego. Constitui tema exclusivo da conversa o convite a Salazar, e as instâncias prementes que estavam sendo feitas. Cerejeira reitera o seu parecer, e recorda que Maria do Resgate, ao saber do primeiro convite, dissera: *«Aceita, meu filho. Se te chamam, é porque precisam de ti.»* Mário de Figueiredo salienta que as condições políticas agora eram outras: estabilizara-se o *28 de Maio*: consolidara-se a situação: e estavam assim reunidos os elementos para que pudesse principiar-se e fosse viável uma obra válida. Salazar protesta; e exige, para aceitar, que Mário de Figueiredo o acompanhe a Lisboa e assuma também um cargo no governo. Mário de Figueiredo repudia a sugestão, terminantemente, violentamente. Bissaia intervém: entende que Salazar deve anuir ao convite. Continuam o passeio à beira do Mondego. Salazar exalta-se e exclama: *«Querem que eu vá sozinho deitar-me ao poço!»* Sem uma decisão, separam-se os quatro amigos, e Cerejeira e Salazar recolhem aos *Grilos*. Logo após o jantar, pela noite, e sob influência do padre Cerejeira, Salazar expõe o caso ao padre Mateo, e pede-lhe aviso. Mateo não hesita: não pode furtar-se ao cumprimento do seu dever para com o país. Recomenda-lhe que se acalme, e que reflicta com serenidade. E aponta-lhe um caminho: *«amanhã ajudas-me à missa, comungas, e então resolves em definitivo.»* E ao outro dia, com

efeito, Salazar mais uma vez auxiliava o padre Mateo na celebração da missa nos *Grilos*, e comungava. Pouco depois, telefonava para Lisboa, e informava Duarte Pacheco de que, sob condições, estava pronto a ser ministro das Finanças.

Em 26 de Abril, já em Lisboa, Salazar tem demorada conversa com Vicente de Freitas e outros membros do governo. No dia 27 surge a nomeação [1]. E depois da posse em Belém assume as suas funções no ministério das Finanças. São três horas da tarde. Há larga concorrência de vultos de destaque. Estão Vicente de Freitas, Morais Sarmento, outros ministros; pessoal superior do ministério; figuras da finança, do comércio, da indústria; Carneiro Pacheco, que como mestre de Coimbra dera parecer favorável sobre a tese que Salazar apresentara a concurso para professor; Armindo Monteiro, professor de Direito em Lisboa, e que havia pouco iniciara uma carreira política; e alguns oficiais das forças armadas. No meio da expectativa geral, Oliveira Salazar dirige-se ao Presidente do Conselho e pronuncia um discurso breve: «*Agradeço a V. Ex.ª o convite que me fez para sobraçar a pasta das Finanças, firmado no voto unânime do Conselho de Ministros, e as palavras amáveis que me dirigiu. Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu País como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido.*» E acrescenta: «*Não tomaria, apesar de tudo, sobre mim esta pesada tarefa, se não tivesse a certeza de que ao menos poderia ser útil a minha acção, e de que estavam asseguradas as condições de um trabalho eficiente.*» Depois enumera os quatro princípios rígidos por que se há-de nortear: cada ministério respeitará a verba global que lhe for atribuída; nenhum ministério tomará qualquer medida, com repercussão financeira, sem acordo prévio do ministério das Finanças; este poderá sempre opor o seu veto a aumentos de despesa ou a despesas de fomento que não

---

(1) Em sessão de 1 de Maio, o Conselho da Faculdade de Direito saúda efusivamente o novo ministro das Finanças, e nomeia uma comissão, presidida por José Alberto, para ir a Lisboa cumprimentá-lo. Salazar pede à comissão para exprimir ao Conselho o «*seu desvanecimento pelas esperanças que nele deposita*», o que a comissão fez em sessão de 26 de Maio.

tenham correspondência em operação de crédito; o ministério das Finanças colaborará com os demais no estabelecimento de critérios uniformes para redução de despesas ou arrecadamento de receitas. E Salazar faz uma afirmação suprema: «*Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando chegar a altura de mandar.*» Acima de todos, na opinião pública, rejubilavam os católicos. Mas Salazar desde logo refreava entusiasmos. Solicitava às *Novidades:* «*Diga aos católicos que o meu sacrifício me dá o direito de esperar deles que sejam de entre todos os portugueses os primeiros a fazer os sacrifícios que eu lhes peço e os últimos a pedir os favores que eu lhes não posso fazer.*» E no dia 28 de Abril completava Salazar trinta e nove anos — e declarava a Portugal que sabia muito bem o que queria e para onde ia.

Salazar sai de Coimbra, e instala-se em Lisboa, a título provisório, em casa de Joaquim Dinis da Fonseca. No casarão dos *Grilos* é agora diferente a vida. Com efeito, o padre Mateo parte também, a continuar pelo mundo a sua peregrinação e o seu apostolado por Cristo-Rei. E o padre Cerejeira, por decisão de Pio XI, ascende ao Episcopado ainda naquele ano de 1928 e, como Arcebispo de Mitilene, vem para Lisboa coadjuvar o Cardeal-Patriarca. Salazar e Cerejeira abandonavam as suas Faculdades, as suas cátedras, o seu convívio fraternal. E para trás, já diluídos num passado emocionalmente longínquo, ficavam a adolescência do Seminário, os tempos duros do *Colégio da Via Sacra*, os anos heróicos do *Imparcial*, as sessões entusiásticas do CADC, a nova *escola de Coimbra*, os episódios tumultuosos de S. João de Almedina e do Largo da Feira, os serões político-literários nas salas da alta roda ou nas repúblicas românticas, as férias no Vimieiro, os passeios matinais para ver os goivos e as rosas ainda na frescura da aurora, os doces concertos de piano, as conferências doutrinais, os grandes combates e as grandes polémicas em defesa da Fé e da Igreja. Era o encerrar de um capítulo, e o abrir de outro, que prometia novas lutas, responsabilidades e mistérios. Fechava-se para muito tempo o casarão dos *Grilos*.

FIM DO VOLUME I

NOTA

É minha intenção inserir, no final do terceiro volume, uma lista completa dos escritos de Oliveira Salazar — artigos, respostas a consultas, conferências, livros e discursos — com indicação das publicações onde podem ser lidos. Igualmente me proponho incluir uma bibliografia sobre Salazar, tão exaustiva quanto me é possível. Eventualmente acrescentarei outras notas úteis aos estudiosos.

Para este primeiro volume servi-me principalmente das seguintes fontes: colecções de jornais da época; documentos de cartórios; testemunhos de coevos; manuscritos e diários de Salazar; cartas particulares de e para Salazar; livros de actas da Universidade de Coimbra, etc.